HERANÇAS ESQUECIDAS:

O Patrimônio na realidade periférica, o caso da Fazenda Colubandê

por

Millah Christina de Souza Gomes,
Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio
Linha 2 – Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS (UNIRIO/MAST)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

Orientador: Professora Doutora Priscila Faulhaber Barbosa.

UNIRIO/MAST - RJ, Agosto de 2025..

FOLHA DE APROVAÇÃO

HERANÇAS ESQUECIDAS:
O patrimônio na realidade periférica, o caso da Fazenda Colubandê

Dissertação de Mestrado de Millah Christina de Souza Gomes, submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Profa. Dra. Priscila Faulhaber Barbosa
(orientador - PPG-PMUS, UNIRIO/MAST)

Prof. Dr. Bruno César Brulon Soares
(membro interno - PPG-PMUS, UNIRIO/MAST)

Prof Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes
(membro externo – Universidade do Estado do Rio de Janeiro / UERJ)

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2025

G633 GOMES, Millah Christina de Souza Gomes.
HERANÇAS ESQUECIDAS: o patrimônio na realidade periférica, o caso da Fazenda Colubandê / Millah Christina de Souza Gomes. – Rio de Janeiro : UNIRIO, 2025.
206 f..

Orientadora: Profª Drª Priscila Faulhaber Barbosa.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins/Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2025.

1. Museologia. 2. Fazenda Colubandê. 3. Patrimônio. 4. Políticas Culturais. 5. Musealidade. 6. Periferia. 7. São Gonçalo. I. Priscila Faulha. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. *Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio*. III. Museu de Astronomia e Ciências Afins (*Brasil*). IV. Título.

CDU – 069

A Deus....

É fácil dizer palavras de agradecimento. Cresci ouvindo a minha mãe dizendo para que eu agradecesse a qualquer pessoa sobre muitas coisas. Ela sempre dizia “Fala Obrigada para a sua avó”. Eu era meio emburrada e costumava a pensar que talvez agradecer fosse repetitivo demais. Pensava “Eles sabem que estou agradecida. Então para quê dizer?”. Simples. Bem, não é assim que as coisas funcionam. Devemos sempre agradecer não só por educação, mas realmente porque se não dissermos talvez a pessoa nunca saiba que aquele simples gesto pode ter um grande significado.

Durante a jornada da minha formação acadêmica tive altos e baixos, mas poder pesquisar a respeito de um local que me traz uma memória de minha infância, posso afirmar que com certeza foi muitíssimo gratificante para mim. Enquanto gonçalense nascida e criada, a Fazenda Colubandê em meus primeiros anos de vida talvez não representasse um local muito importante. Mas esse cenário muda com a visita escolar entre meus 7 e 8 anos de idade a Fazenda. Infelizmente essa visita está guardada apenas em minha memória, já que por birra não registrei o passeio por não ter uma câmera digital e sim analógica. A fazenda parecia um local diferente, tão distante da minha realidade que parecia ter sido colocada ali por alguém muito importante. Jamais poderia imaginar que em minha formação na graduação me proporcionaria um conhecimento a respeito da arquitetura brasileira, e que assim seria capaz de identificar a riqueza daquele patrimônio.

Apesar de vir de uma família simples, pessoas foram fundamentais na minha curiosidade a respeito das artes, do patrimônio e dos museus. Minha mãe que me levou pela primeira vez ao Museu Nacional quando criança em um passeio da escola ao zoológico e ressaltou que já que estávamos na Quinta da Boa Vista precisávamos visitar o Museu, já que passeios na cidade do Rio eram dificultados por nossas condições de vida. Outra pessoa fundamental foi minha avó Aurea, que durante as inúmeras tardes em sua casa, e em meio as inúmeras histórias, realizava quase uma visita guiada pelo Museu Imperial, por mais distante que estivéssemos de lá. Meu pai que contribui em mim um instinto de curiosidade das coisas mais loucas, ao vê-lo construir a nossa casa e de certa forma ajudá-lo com pequenas tarefas, criou uma percepção aguçada de que pequenas tarefas quando bem-feitas resultam grandes coisas. Inúmeras horas gastas em quebra-cabeças, criaram em mim o que eu chamo de olhar milimetricamente aguçado. Todas essas lembranças formaram em mim um imaginário a respeito da arte, do patrimônio e dos museus. E creio que não poderia estar em outra área que contemplasse mais o que sou se não na Museologia.

Por estas e outras é fácil dizer que os meios justificam os fins. E por isso agradeço a minha mãe, meu pai e meu irmão, que me incentivaram e incentivam na área acadêmica. Agradeço aos meus grandes amigos que por mais distantes que estejam foram fundamentais na minha vida Wanderson, Rodrigo e Wesley. A José Filipe que me ensinou e continua a me ensinar sobre o amor, aquele que me deu um grande apoio durante a jornada solitária do Mestrado. Aos meus colegas de turma do Mestrado, que deixaram a primeira fase de todo esse processo um pouco mais leve. Aos professores que formaram não só essa museóloga, mas também essa Mestre em Museologia e Patrimônio. As minhas amigas e irmãs do meu grupo de dança JJANG B. Aos meus cachorrinhos, que me rodeavam enquanto eu ficava sentada por horas em frente ao computador, Lilica, Lilo, Chip e Lola, e minha recém-chegada gatinha Safira. E por fim a Deus por estar presente e me dar forças todos os dias, para que eu seja uma pessoa cada vez melhor, seja para minha família ou para a sociedade.

Agradecer é simples como eu disse.

Obrigada.

RESUMO

GOMES, Millah Christina de Souza. **HERANÇAS ESQUECIDAS: O patrimônio na realidade periférica, o caso da Fazenda Colubandê.** Orientador: Priscila Faulhaber Barbosa. UNIRIO/MAST. 2025. Dissertação.

A Fazenda Colubandê é um lugar patrimonial tombado pelo Iphan em 1940, por suas características excepcionais da arquitetura rural fluminense. Este patrimônio que se insere na história de fundação da cidade de São Gonçalo, remonta à era colonial enquanto produtora de açúcar e se destaca como um dos engenhos de grande relevância no Rio de Janeiro. A história da fazenda se consolida com a participação de cristãos-novos na região, com a presença da família dos Vale, e por sua influência e redes, participam com presença significativa na produção para o abastecimento do Rio de Janeiro, além de Minas Gerais. O Processo de tombamento da fazenda Colubandê torna-se fundamental como instrumento para garantir a conservação do patrimônio, no entanto, por se inserir em um cenário periférico, conjuntura em que se encontra a cidade de São Gonçalo, por mais que esteja assegurada enquanto patrimônio Nacional, ainda assim sofreu com inúmeros abandonos. Para isso, no presente trabalho pretende-se analisar o período 2012-2019, no qual o Batalhão de Polícia Florestal e Meio ambiente retirou-se da sede da Casa-Grande, reflexo da política estadual de segurança que visava uma reconfiguração da polícia militar, visando uma consolidação haja vista a necessidade dos grandes eventos que aconteceriam no estado do Rio de Janeiro. Para a presente discussão o trabalho analisa as políticas culturais no âmbito federal, estadual e municipal, visando discutir qual o impacto da falta das políticas culturais para patrimônios culturais nas periferias. O trabalho visa compreender que, apesar da ausência do Estado em seus diferentes níveis, a presença e participação da população, por meio da musealidade atribuída ao espaço, acaba produzindo uma identificação que, por sua vez, contribui para a conservação do espaço físico frente à situação de abandono, gerando, por meio de uma prática experimental, um museu de caráter social e comunitário.

Palavras-chave: **Museologia; Fazenda Colubandê; Patrimônio; Políticas Culturais; Musealidade; Periferia; São Gonçalo;**

ABSTRACT

GOMES, Millah Christina de Souza. **FORGOTTEN HERITAGES: Heritage in the peripheral reality, the case of Fazenda Colubandê.** Academic Advisor: Priscila Faulhaber Barbosa. UNIRIO/MAST. 2025. Dissertation.

The Fazenda Colubandê is a heritage site listed by Iphan in 1940, for its exceptional features of rural, fluminense architecture. This heritage, inserted on the history of the foundation of São Gonçalo city, dates back to the colonial era as a sugar producer and it stands out as one of the sugar mills with great relevance in Rio de Janeiro. The farms history consolidates with the participation of new Christians in the region, with the presence of the dos Vale family and for their influence and network, they participate with meaningful presence on the production to supply for Rio de Janeiro as well as Minas Gerais. The listing process of Fazenda Colubandê becomes fundamental as an instrument to ensure the heritage's conservation, but as it is inserted in a peripheral scenario, conjuncture that the city of São Gonçalo belongs to, no matter how much it is assured as a national heritage, it still suffered with countless abandonments. For this, the present work is intended to analyze the period between 2012 and 2019 in which the Batalhão de Polícia Florestal e Meio Ambiente left from the headquarters of Casa-Grande, a reflection of security state politics that aimed a reconfiguration of the military police, aiming a consolidation given the view the necessity of big events that happened on the state of Rio de Janeiro. For the current discussion, the work focuses on cultural politics in a federal, state and municipal scope, aiming to discuss what impact the lack of cultural politics to cultural heritages in the outskirts. The work aims to understand that, despite the absence of the State in different levels, the presence and participation of the local population, through the museality attributed to space, ends up producing an identification that, in turn, contributes to the conservation of the physical space faced with the situation of abandonment. As a result this will generate, through an experimental practice, a social museum driven by a community.

Keywords - **Museology; Fazenda Colubandê; Heritage; Cultural Politics; Museality; periphery; São Gonçalo.**

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS:

ACE-SG – Associação Comercial e Empresarial de São Gonçalo;

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro;

BAC – Bases de Apoio à Cultura;

BPFMA – Batalhão de Polícia Florestal e de Meio Ambiente;

CIAN – Centro de Integração Analice Nunes;

CIEP's – Centros Integrados de Educação Pública;

CISC – Ponto de Cultura Olhar Verde de Gonça;

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural;

CPAM-PMERJ – Comando da Polícia Ambiental da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro;

Demu/IPHAN – Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN;

DPHA – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo;

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

DMC – Departamento Municipal de Cultura da cidade de São Paulo;

Emop – Empresa de Obras Públicas do Estado;

FNC – Fundo Nacional de Cultura;

FUNARTE -– Fundação Nacional de Arte**;**

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*;*

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus;

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços;

ICOM – *International Council of Museums* (Conselho Internacional de Museus) - órgão filiado à UNESCO;

ICOFOM – *International Committee for Museology, ICOM* (Comitê Internacional de Museologia do Conselho Internacional de Museus);

IPHAN – Instituto de Patrimonio Histórico e Artístico Nacional;

INEPAC – Estadual do Patrimônio Cultural;

MESP – Ministério da Educação e Saúde Pública;

MEC – Ministério da Educação e Cultura;

MNES – Nova Museologia e Experimentação Social;

MINC – Ministério da Cultura;

MMA – Ministério do Meio Ambiente;

NegoaSG – Negros Gonçalenses em Ação;

OMS – Organização Mundial da Saúde;

ONU – Organização das Nações Unidas;

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente;

SCDC – Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural;

SEC – Secretaria de Estado de Cultura;

Seseg-RJ – Secretaria Estadual de Segurança Pública;

SECEC-RJ – Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa;

SEMECELTUR – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo;

SIEC – Sistema Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro;

SNC – Sistema Nacional de Cultura;

SNM – Sistema Nacional de Museus;

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

Sphan/Pró-Memória – Fundação Nacional Pró-Memória;

PAC – Plano de Ação Cultural;

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento;

PAS – Ponto de Cultura Projeto Amo Salgueiro;

PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro;

PNPI – Programa Nacional do Patrimônio Imaterial;

PNC – Plano Nacional de Cultura;

POC-RJ – Programa de Ocupação Cultural do Estado do Rio de Janeiro;

PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura;

UERJ-FFP – Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro;

UEZO – Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste;

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura;

UPAMs – Unidades de Polícia Ambiental;

UPP – Unidades de Polícias Pacificadoras.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Fazenda Colubandê Restaurada	2
Imagem 2	Capela de Nossa Senhora de Santana	2
Imagem 3	Fazenda Colubandê tal como foi “Descoberta” em 1919	25
Imagem 4	Fazenda Colubandê tal como foi “Descoberta” em 1919	25
Imagem 5	Fazenda Colubandê em 1939	26
Imagem 6	Vista do altar da capela de Sant’Ana em novembro de 1956, contendo as três imagens	30
Imagem 7	Imagem de Sant’Ana e Nossa Senhora Menina no Retábulo da Capela, 1962	31
Imagem 8	Imagem de São José na capela, 1962	33
Imagem 9	Imagem de São Joaquim na capela, 1962	33
Imagem 10	Cozinha da Casa Grande em setembro de 1967	34
Imagem 11	Cozinha da Casa Grande em setembro de 1967	34
Imagem 12	Fazenda Colubandê, abril de 1970	36
Imagem 13	Vistoria do Espigão do Telhado da Casa Grande, 1974	37
Imagem 14	Fazenda Colubandê, em 1977	38
Imagem 15	Altar-mor vazio, 1975	40
Imagem 16	Capela de Sant’Ana em obras de restauração de 1985 a 1986	43
Imagem 17	Reunião na Secretaria de Cultura em Dezembro de 2013	94
Imagem 18	Reunião na Secretaria de Cultura em Dezembro de 2013	94
Imagem 19	Visita do Governador Luiz Fernando Pezão (Jornal O São Gonçalo)	95
Imagem 20	Visita do Gov. Pezão à Fazenda Colubandê em 2013	95
Imagem 21	Visita do Gov. Pezão à Fazenda Colubandê em 2013	95
Imagem 22	Visita do Gov. Pezão à Fazenda Colubandê em 2013	96
Imagem 23	Visita do Gov. Pezão à Fazenda Colubandê em 2013	96

Imagem 24	Reunião na Secretaria de Cultura (2013)	96
Imagem 25	Entrega de documentação para secretária de cultura (2014)	96
Imagem 26	Reunião na Casa Grande - Primeiro Piquenique cultural	98
Imagem 27	Reunião na Casa Grande - Primeiro Piquenique cultural	98
Imagem 28	Ocupação durante o Piquenique Cultural	99
Imagem 29	Ocupação durante o Piquenique Cultural	99
Imagem 30	Projeto: Recicla Leitores durante o Piquenique Cultural	99
Imagem 31	Projeto: Amo Salgueiro durante o Piquenique Cultural	99
Imagem 32	Plantão Padaria Cultural Vovô Thodinho (2014)	101
Imagem 33	Plantão Escola Nova Sinfonia (2014)	101
Imagem 34	Plantão da Irmandade de Reis	101
Imagem 35	Grupo Cáfaro de Artes Visuais	102
Imagem 36	Grupo Cáfaro de arte visuais - montagem da exposição	102
Imagem 37	Grupo Cáfaro de arte visuais - exposição “Portais”	102
Imagem 38	Sessão de cinema - Fazenda Colubandê	105
Imagem 39	Sessão de cinema - Fazenda Colubandê	105
Imagem 40	Sessão de cinema, na Fazenda Colubandê (2015)	105
Imagem 41	Sessão de cinema, na Fazenda Colubandê (2015)	105
Imagem 42	Inauguração da iluminação Natalina da Fazenda Colubandê (2014)	106
Imagem 43	Iluminação Natalina da Fazenda Colubandê (2014)	106
Imagem 44	Altar Capela de Nossa Senhora de Sant’Ana	108
Imagem 45	Capela de Nossa Senhora de Sant’Ana, após o roubo do retábulo	108
Imagem 46	Detalhe dos azulejos portugueses após o roubo	108
Imagem 47	Reunião com o Secretário Estadual de Cultura André Lazaroni (2017)	110
Imagem 48	Auto da Fé da Santa Inquisição, pátio interno da Fazenda Colubandê (2017)	111

Imagem 49	Auto da Fé da Santa Inquisição (2017)	111
Imagem 50	Atores do Auto da Fé da Santa Inquisição (2017)	111
Imagem 51	Auto da Fé da Santa Inquisição (março de 2017)	111
Imagem 52	Grupo participante do Café Cultural (novembro de 2017)	112
Imagem 53	Reunião do Café Cultural (2017)	112
Imagem 54	Reunião com o Secretário de Segurança do Estado	113
Imagem 55	Reunião com o Secretário de Segurança do Estado	113
Imagem 56	Folia de Reis na Fazenda Colubandê (2018)	114
Imagem 57	Folia de Reis na Fazenda Colubandê (2018)	114
Imagem 58	Visita à Fazenda Colubandê do Deputado Estadual André Lazaroni	115
Imagem 59	Visita à Fazenda Colubandê do Deputado Estadual André Lazaroni	115
Imagem 60	Café Colaborativo (2019)	118
Imagem 61	Reunião realizada com entrega de relatório ao Secretário Nacional de Cultura Henrique Pires e ao Deputado Federal Aureo Ribeiro (2019)	120
Imagem 62	Reunião do coletivo Fazenda Colubandê Quem Ama Cuida (2019)	121
Imagem 63	Reunião do coletivo Fazenda Colubandê Quem Ama Cuida (2019)	121
Imagem 64	Reunião do coletivo Fazenda Colubandê: quem Ama Cuida, no escritório do IPHAN-RJ (2019)	122
Imagem 65	Reunião do coletivo Fazenda Colubandê: quem Ama Cuida, no escritório do IPHAN-RJ (2019)	122
Imagem 66	Reunião e entrega de relatório à Subsecretária de Estado de Turismo Adriana Homem de Carvalho	123
Imagem 67	Reunião do coletivo no Bistrô D'Avó (2019)	124
Imagem 68	Reunião aberta realizada com participantes do coletivo na Fazenda Colubandê	124
Imagem 69	Reunião aberta realizada em 2019, com participantes do coletivo na Fazenda Colubandê	125
Imagem 70	Reunião aberta, com a participação de crianças do projeto Novos Talentos (CIAN)	126
Imagem 71	Reunião aberta realizada na Fazenda Colubandê (2019)	126

Imagem 72	Participação do Coletivo na Audiência pública sobre o mês da cultura (2019)	127
Imagem 73	Anúncio do retorno do Batalhão à Fazenda Colubandê, durante a inauguração do programa Segurança Presente na cidade de São Gonçalo	131
Imagem 74	Reunião com Deputado Estadual Capitão Nelson, e entrega de relatório do coletivo (2020)	132
Imagem 75	Reunião com Deputado Estadual Capitão Nelson (2020)	132
Imagem 76	Reunião com a secretária de Estado de Cultura e Economia Criativa na Biblioteca Parque Estadual no centro da cidade do Rio de Janeiro	134
Imagem 77	Encontro o Semear dos Girassóis, e Memorial pela Vida das Mulheres em 2021	135
Imagem 78	Encontro o Semear dos Girassóis, e Memorial pela Vida das Mulheres em 2021	135
Imagem 79	Entrada do “Circuito Ler para Valer” na Fazenda Colubandê	136
Imagem 80	Tenda principal do “Circuito Ler para Valer” na Fazenda Colubandê	136
Imagem 81	Utilização do gramado entorno da Casa Grande e da Capela como pontos de leitura no Circuito Ler para Valer	136
Imagem 82	Reunião realizada com o Deputado Estadual Ronaldo Anquieta, sobre a PL 5113/2021, com o coletivo em 2022	138
Imagem 83	Reunião realizada com o Deputado Estadual Ronaldo Anquieta, sobre a PL 5113/2021, com o coletivo em 2022	138
Imagem 84	Audiência Pública semipresencial na Alerj, 2022	139
Imagem 85	Coletivo Fazenda Colubandê Quem Ama Cuida presente na Audiência Pública na Alerj, 2022	139
Imagem 86	Divulgação dos exemplares físicos da Revista do Coletivo, 2022	146
Imagem 87	Mil exemplares da Revista Fazenda Colubandê Quem Ama Cuida, com registros dos dez anos de atuação do coletivo	146
Imagem 88	Visitação as primeiras etapas da obra de restauro do conjunto da Fazenda Colubandê, por moradores do entorno e atuantes do coletivo	147
Imagem 89	Vista da Lateral posterior direita da Capela, local com o maior índice de degradação e possível desabamento	147
Imagem 90	Visitação às primeiras etapas da obra de restauro do conjunto da Fazenda Colubandê, por moradores do entorno e atuantes do coletivo	148

Imagem 91	Vista da Lateral posterior direita da Capela, local com o maior índice de degradação e desabamento	148
Imagem 92	Seminário Projeto Fazendas e Casarões do Brasil Império, UERJ-FFP	149
Imagem 93	Seminário Projeto Fazendas e Casarões do Brasil Império, presença do coletivo, UERJ-FFP	149
Imagem 94	Registro ao final do evento, com a participação do coletivo Tendências Artes Visuais, alunos, pesquisadores e coletivo Fazenda Colubandê Quem Ama Cuida	149

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Croqui de Paulo Ferreira Santos de 1975	46
Figura 2	Primeiro Piquenique Cultural na Fazenda Colubandê (2014)	97
Figura 3	Ponto de Cultura Olhar Verde de Gonça-CISC (2014)	97
Figura 4	Grupo Recicla Leitores (2014)	97
Figura 5	Liga Gonçalense de Capoeira (2014)	97
Figura 6	Grupo Cáfaro de artes visuais (2014)	98
Figura 7	Grupo Negoa (2014)	98
Figura 8	Identidade Visual da Ocupação Cultural	104
Figura 9	1ª Corrida Fazenda Colubandê (2014)	104
Figura 10	Divulgação do ato “Em Defesa da Fazenda Colubandê”.	107
Figura 11	Intimação do Iphan pelo MPF (post, 2015)	107
Figura 12	Divulgação Ocupação Cultural (2017)	111
Figura 13	Divulgação do Café Cultural na Fazenda Colubandê	112
Figura 14	Divulgação Celebração aos Santos Reis	114
Figura 15	Divulgação Café Colaborativo do Coletivo Fazenda Colubandê (poster)	118
Figura 16	Divulgação Café Colaborativo do Coletivo (post)	118
Figura 17	Divulgação Merenda Coletiva Ciclo Juninho publicada em 26 de julho	125
Figura 18	Divulgação Primavera & Cores Mesa Colaborativa de café (2019)	126
Figura 19	Divulgação Consciência na Fazenda publicada em 24 de outubro de 2019	126
Figura 20	Divulgação Audiência Pública na Câmara Municipal (2019)	127
Figura 21	Divulgação reunião on-line na página oficial do coletivo (2020)	133
Figura 22	Divulgação de Prosa na página oficial do coletivo (2021)	133
Figura 23	Capa do E-BOOK produzido pelo coletivo Fazenda Colubandê Quem Ama Cuida	150

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	1
Cap. 1	A FAZENDA COLUBANDÊ: HISTÓRIA E PATRIMONIALIZAÇÃO.	07
	1.1 – Um símbolo e sua relação com a história da cidade de São Gonçalo;	09
	1.2 – Uma história para além da cana-de açúcar;	14
	1.3 – A Fazenda e sua relevância no campo do patrimônio;	24
Cap. 2	O PATRIMÔNIO PERIFÉRICO EM MEIO AS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL.	44
	2.1 – A história do Patrimônio no Brasil;	47
	2.2 – As Políticas culturais no Brasil;	52
	2.3 – O patrimônio periférico no cenário das políticas culturais;	62
Cap. 3	PATRIMÔNIO, MUSEALIDADE E MUSEOLOGIA EXPERIMENTAL NA PERIFERIA.	76
	3.1 – Do Esquecimento à Ruína: Desigualdades e impactos no patrimônio	87
	3.2 – Antes da Partida: A desocupação e o contexto político	89
	3.3 – O Abandono e a inseguridade (2012 - 2019)	91
	3.4 – Entre a Ruína e o Cuidado: Musealidade e a experiência comunitária	128
	3.5 – O retorno e a seguridade?	130
	CONCLUSÕES	152
	REFERÊNCIAS	158
	ANEXOS	185

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Na história do patrimônio brasileiro é possível destacar muitos obstáculos e atrasos na formação de políticas de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, que começam a ser produzidas a partir da década de 1930, no Governo Vargas. Tal realidade reflete nas histórias individuais de cada monumento, coleção, acervo, bens materiais e imateriais. Sendo estas histórias cruzadas com contextos políticos e geográficos desfavoráveis há uma necessidade indiscutível, a salvaguarda desses patrimônios. É possível destacar que apesar de muitas leis que baseiam a proteção do patrimônio cultural no Brasil, muitos bens ainda que fossem tombados e inventariados por órgãos nacionais e estaduais, ainda assim esses bens sofrem com a ação de degradação. Sendo que cada vez mais se aproximam de um estado de degradação irreversível.

A cidade de São Gonçalo no início de 2025 foi contemplada com a conclusão do processo de restauro da Capela de Nossa Senhora de Sant'Ana e da Casa-Grande do conjunto da Fazenda Colubandê[1]. A diferença notada pelos motoristas que passam pela RJ-104, e pelos cidadãos gonçalenses, ao ver a conclusão da obra. A presente beleza do conjunto arquitetônico, teve um recente passado em que se encontrava um estado de conservação físico era grave.

Imagem 1 – Fazenda Colubandê Restaurada



Fonte: Millah Gomes, 2025

Imagem 2 – Capela de Nossa Senhora de Santana



Fonte: Millah Gomes, 2025

No período compreendido pelos anos de 2012 até 2019, vivenciou-se o abandono do governo do Estado, ao retirar o Batalhão de Polícia Florestal e Meio

[1] INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Fazenda Colubandê, em São Gonçalo (RJ), é restaurada. [Brasília] Ministério da Cultura, 10/01/2025. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/fazenda-colubande-em-sao-goncalo-rj-e-restaurada. Acesso em: 10/10/2024.

Ambiente da sede da Fazenda Colubandê, e não sublocar nenhuma outra instituição do Estado para gerir a Fazenda. A Fazenda se encontra na cidade de São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro, sujeita a condições periféricas e de pouco incentivo à cultura, refletiu na perpetuação de um estado cada vez mais contundente de degradação. Durante esse período de abandono, o grupo de moradores do entorno atuaram para a defesa do patrimônio que sofreu com a falta do uso.

A Fazenda Colubandê e sua história estão intimamente ligadas à construção da cidade de São Gonçalo, representando em seu auge uma memória colonial e sua relevância na agricultura da região, além de ser um marco na arquitetura rural no Brasil. Localizada no bairro do Colubandê, nome referente à importância da Fazenda, próxima a RJ-104, o conjunto da Casa Grande e Capela reúne símbolos na memória coletiva dos habitantes de São Gonçalo, como um exemplo de aspecto da história da cidade que ainda está de pé, uma vez que inúmeras fazendas que também dividiram espaço na construção da história, hoje não existem mais ou restaram apenas na forma de ruínas.

As fazendas, fruto das primeiras atividades do proprietário da sesmaria, Gonçalo Gonçalves, que até então era ocupada pelos Índios Tamoios, tomam grandes proporções em meio ao cenário da consolidação portuguesa na capitania de São Vicente. Segundo Gomes; de Moura, 2018, p. 351: “A fazenda que deu nome ao bairro foi nomeada originalmente de Engenho de Montserrat, por conta da capela em homenagem a Nossa Senhora de Montserrat”. Por volta do século XVII a primeira proprietária da Fazenda vendeu o Engenho, ao cristão-novo de origem judaica e família da elite portuguesa, renomeou para Fazenda ‘Golan-Bandê’. Uma vez que a Fazenda se estabeleceu como uma das mais importantes fazendas do Rio de Janeiro, causando certa problemática devido aos descendentes da família fazerem parte dos praticantes do judaísmo; não demorou com que a intervenção da Inquisição na família, viesse na forma da condenação e juízo pelo crime judaizante. Sendo assim, com o confisco da Fazenda pela inquisição, no início do século XVIII os jesuítas administrassem a Fazenda o que fez com que houvesse alterações em sua arquitetura, principalmente na Capela, reformada e renomeada de Capela de Sant’Ana.

Em 1940 o conjunto é tombado pelo IPHAN segundo as normas do Decreto-Lei nº 25, de novembro de 1937. A Casa grande e a Capela são um dos poucos símbolos da história colonial da região de São Gonçalo, e uma das poucas arquiteturas restantes desse período em que a cidade ocupava um grande destaque na produção de açúcar no Rio de Janeiro.

> O engenho Colubandê da Invocação de Nossa Senhora de Monserrate, nas próprias palavras de Manuel do Vale da Silveira quando foi preso pelo Tribunal do Santo Ofício, em 1710, era uma das 'melhores fazendas que havia no Rio'. Valendo ao todo setenta mil cruzados, tinha em suas cercas 35 escravos, 120 bois e 7 ou 8 cabeças de gado. O engenho especializou-se na fabricação do açúcar e no corte do gado, colocando-se em posição de destaque na freguesia já no século XVII entre os demais engenhos existentes naquela região. (CAETANO, 2003, p.99)

Tendo em vista a relevância da Fazenda para a construção da cidade de São Gonçalo, cabe ressaltar que a Fazenda não só serviu como um símbolo para a história da cidade, como é um marcador de extrema relevância para seus moradores comum no imaginário social. Esse signo foi construído ao longo de muitos encobrindo relações políticas controversas entre as esferas municipal, estadual e federal. E gerando muitas problemáticas que aferiram seu processo de tombamento, além do próprio conjunto que sofreu inúmeras alterações em sua estrutura física, sendo que os moradores também experenciaram as constantes mudanças de fins e propósitos para a Fazenda Colubandê. É possível demarcar que tais constantes mudanças de finalidades para a Fazenda trouxeram para a população uma revolta, principalmente pelo fato de que - apesar da proposta do IPHAN no contexto do processo de desapropriação do imóvel pelo Estado do Rio de Janeiro, para que fosse inserido um Museu Rural - nunca se concretizou, mesmo que houvesse uma movimentação de coletivos frente à necessidade de dispositivos culturais na cidade de São Gonçalo. Tal fato está disposto nesse processo de tombamento em carta da União de São Gonçalo ao então governador do estado do Rio de Janeiro em 1981, para que a Fazenda do Colubandê fosse transformada em um local de cultura e lazer em São Gonçalo.

> Governador Chagas Freitas! É opinião unânime que a Fazenda Colubandê seja destinada à Cultura e Lazer, [...] O povo de São Gonçalo deseja que Vossa Excelência RECONSIDERE a sua decisão e OFEREÇA este espaço cultural a esta população que tanto necessita e acredita numa decisão favorável. (BRASIL, 1981, p.248).

A Fazenda Colubandê é de extrema relevância para a construção de uma história da arte e do patrimônio fluminense, através da Casa Grande, possuindo aspectos fundamentais que retratam a arquitetura jesuítica tradicional, por meio da Capela. A casa grande, local de abrigo para o senhor do Engenho, sua família e hóspedes, é um local onde a técnica construtiva é a melhor disponível em se tratando de realidade colonial periférica. Um dos seus principais elementos é sua varanda, que no caso da Fazenda Colubandê possui grande destaque, além de outras características arquitetônicas bem peculiares:

> A casa-grande dispõe de uma arquitetura distinta, construída em volta de um poço que servia para abastecimento, [...] Ainda constam elementos de diferentes épocas, marcas de seus inúmeros proprietários, sendo uma de suas principais características o alpendre que circunda a casa, incluindo colunas dóricas entre conversadeiras para o descanso nos períodos de calor. Além de paredes grossas de até um metro e meio de espessura que protegiam os trinta e oito quartos, abrangendo os quartos subterrâneos usados pelos escravos. (GOMES, DE MOURA, 2020, p. 352).

A capela dedicada à Nossa Senhora de Sant'Ana destaca elementos da arquitetura religiosa jesuítica do século XVIII. Com características barrocas em seu altar que possuía talha dourada e azulejos portugueses nas paredes laterais da capela, além de uma fachada simples com frontão ornados por volutas, com uma pequena varanda e uma torre sineira. (GOMES; DE MOURA, 2020).

O crescimento da cidade de São Gonçalo no período colonial, é intimamente ligado a produção das Fazendas e Engenhos, que eram sua principal atividade econômica. Seguiu-se a esse processo a transformação de sua produção em uma escala industrial, já no século XX. A cidade passa a ser uma das mais influentes devido a sua expansão industrial, trazendo para sua ocupação e população uma grande quantidade de mão de obra. A cidade que já era compreendida como periférica, reflexo da construção de uma região metropolitana, a partir do declínio da atividade industrial em 1970 passa a ser denominada 'cidade dormitório' (ROSA, 2017).

> A convergência de baixos indicadores sociais, carências de infraestrutura urbana, imobilidade social e queda no emprego industrial se enquadram no processo de periferização, mas neste caso em particular, foram tomadas também para identificar a cidade-dormitório (ROSA, 2017, p. 281).

A então cidade dormitório trouxe para sua realidade os reflexos de uma distribuição espacial periférica, seja por mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais. E é possível notar através da história mais recente da Fazenda Colubandê como a realidade periférica reflete na salvaguarda dos seus patrimônios. Tal ideia pode ser vista através de dois eventos, a saída do Batalhão da Polícia Florestal da Fazenda Colubandê no ano de 2012 e as constantes invasões, depredações neste período de abandono, inclusive o furto da talha da Capela de Sant'Ana em janeiro de 2017, que constam na lista de bens culturais procurados do IPHAN e INEPAC.

As consequências do obstáculo de atribuir um novo destino para este patrimônio histórico durante o período de abandono entre 2012 e 2019 refletem as problemáticas entre as relações entre os poderes Estaduais, Municipais e dos órgãos do IPHAN e

INEPAC. Tal realidade só retrata uma exclusão social patrimonial a bens que estão associados a condições periféricas marcadas por uma ocupação territorial sem controle técnico. Além do contexto de inconstâncias das políticas culturais, em esfera federal, estadual e municipal.

Este estudo tem como principal objetivo apresentar a necessidade de políticas culturais para cidades e/ou regiões periféricas, tomando como estudo de caso a Fazenda Colubandê na cidade de São Gonçalo, que se encontrou em um estado de degradação avançado, resultado da falta de investimento em cultura em uma cidade denominada ‘cidade- dormitório’ nas bordas da região metropolitana do Rio de Janeiro. Ademais, trata-se de estabelecer uma linha temporal da Fazenda Colubandê em meio ao cenário da história da cidade de São Gonçalo e o patrimônio artístico nacional.

Para além disso, o presente trabalho busca compreender de que modo a atuação do coletivo — responsável pela ocupação do espaço durante o período de abandono e pela realização de eventos de caráter cultural — contribuiu para a luta e resistência em favor da preservação do patrimônio. Ademais, procura-se analisar como as ações desenvolvidas pelo grupo configuraram práticas de musealização de caráter experimental na Fazenda Colubandê, por meio das atividades de ocupação e dos plantões semanais realizados ao longo de uma década. Para isso foi realizado um levantamento histórico por meio das redes sociais do coletivo, notícias jornalísticas, e da produção bibliográfica realizada pelo próprio coletivo dos anos de 2022 e 2023. Tal atuação do coletivo, foi capaz de viabilizar a criação do Parque Histórico Estadual Fazenda Colubandê e de apressar o processo de restauro concluído no início de 2025.

CAPÍTULO 1

A FAZENDA COLUBANDÊ: HISTÓRIA E PATRIMONIALIZAÇÃO

1 A FAZENDA COLUBANDÊ: História e Patrimonialização

É frequentemente dito que a cidade de São Gonçalo, localizada na região metropolitana, é uma cidade dormitório. Esse termo reflete a condição da população que habita em seus limites, formada por moradores com empregos nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói. A sua população de 896.744 pessoas, segundo o censo de 2022[2], reflete o grande movimento de ocupação da região na década de 1940, por conta de sua urbanização e industrialização, até seu declínio na década de 1970, e assim a transformação para a condição periférica. No entanto, apesar da equivocada denominação por conta do processo de movimento pendular da população, a história revela, por meio de seus patrimônios, que a cidade passou por diferentes ciclos.

Um dos seus primeiros ciclos compreende a era colonial, sendo que após a concessão da sesmaria a Gonçalo Gonçalves, inicia-se um processo de ocupação da região abrangendo o território atual de São Gonçalo e Niterói, explorada com a construção de inúmeros engenhos. A Fazenda Colubandê é um dos patrimônios capazes de ilustrar tal história, e que igualmente passou por inúmeros processos que desembocaram no restauro arquitetônico do conjunto finalizado em 2024, tombado pelo Iphan, após um período de abandono, depredações, roubos, que agravado pela Covid-19, destaca a importância da discussão acerca dos patrimônios que estão localizados em regiões periféricas.

É comum na sociedade brasileira a existência de inúmeros patrimônios das mais variadas tipologias espalhadas por diversos pontos das cidades, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Com o passar do tempo as novas gerações, que por meio das novas tecnologias, cada vez menos se permitem apreciar diferentes aspectos da vida, focados quase que exclusivamente ao virtual, pouco sabem sobre a história dos lugares que um dia foram fundamentais para a formação de cidades, palco de eventos históricos e fundadores. E dentro deste contexto, a Fazenda Colubandê com seus inestimáveis valores históricos, arquitetônicos, artísticos, ambientais e até mesmo de caráter esportivo, tem sido pouco explorado culturalmente por inúmeras intervenções. No presente capítulo pretende-se realizar um breve histórico da importância deste conjunto, não somente para o patrimônio brasileiro, mas para a construção de uma identidade gonçalense.

---

[2] IBGE.INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022**: Portal das cidades. São Gonçalo. 2022.

1.1 Um símbolo e sua relação com a história da cidade de São Gonçalo

A cidade de São Gonçalo, localizada na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, tem uma localização estratégica na formação do Rio de Janeiro. Inicialmente ocupada pelos indígenas, passando pela colonização portuguesa, transformada em freguesia e depois circunscrita no município homônimo. A cidade passou por diversas fases que moldaram suas dinâmicas sociais, econômicas e culturais. Neste subcapítulo cabe ressaltar os primeiros anos que precedem a construção dos patrimônios que, até a atualidade, são centrados na cidade de São Gonçalo no Rio de Janeiro, a fim de compreender o motivo pelo qual o patrimônio se insere como um dos bens que representam a arquitetural rural fluminense. Para a entender o início da história da cidade, faz-se necessário compreender o contexto do cenário mundial da época.

O século XV foi marcado pela Expansão Marítima e Comercial Europeia, cujas viagens marítimas permitiram o encontro da Coroa Portuguesa com as terras brasileiras e sua população indígena. Os primeiros habitantes da região, os indígenas sofreram o impacto do avanço da colonização, marcado pela ocupação e cultivo da cana-de-açúcar. A chegada dos portugueses ao Rio de Janeiro, no início do século XVI, deu início ao processo de conquista das terras do Novo Mundo. No entanto, o progresso esperado com a cooperação dos indígenas foi interrompido na então Capitania de São Vicente, devido à instalação do núcleo da França Antártida que se aliou aos tamoios, no combate a instalação dos portugueses. Essa situação, marcada por confrontos violentos, foi controlada pelo governador geral, Mem de Sá em cerca de 10 anos[3].

> A extração do valioso pau-brasil, 'ibirapitanga' para os índios, prosseguia ao sabor da amizade dos franceses com os tupinambás. Em 1526 chegou à baía de Guanabara uma segunda expedição Guarda Costa, com uma nau e cinco caravelas com o fim de debelar aquela ação ilegal de franceses; chefiava a expedição Cristóvão Jaques que retornou a Portugal dois anos depois, sem pôr fim às extrações da nobre madeira. (SILVA, 1995, p. 21)

Após o combate e expulsão dos franceses, empregou-se para a garantia da colonização de modo mais concreto, o sistema de sesmarias que foi fundamental para a ocupação e consolidação do território, por meio de concessões de terras pelo Rei a particulares, desde que estes, tivessem como compromisso a exploração produtiva das terras. Havia um limite para a concessão, de modo que o sesmeiro não pudesse receber terras que não seria capaz de cuidar. A ocupação das terras era tomada como hereditária, condicionado ao prazo de cinco anos para torná-las produtivas, entre outras

[3] MORAIS, 2023, p. 53.

condições estabelecidas como requisitos para a concessão. Caso esses requisitos não fossem cumpridos, a concessão poderia ser revogada, sendo transferida, por meio de doação ou venda, para outro sesmeiro. O uso do sistema de sesmaria visava não apenas promover a ocupação, mas foi uma medida implementada a fim de impedir outras possíveis invasões de outros povos europeus e a formação de colônias, firmando assim o domínio português na região.[4]

Assim, a história de São Gonçalo tem início com as primeiras doações de sesmarias por volta de 1565, destinadas a pessoas de certo reconhecimento na cidade do Rio de Janeiro, seja por seus cargos administrativos, por seu vasto conhecimento, ou por sua participação ativa em campanhas militares. Entre os primeiros sesmeiros destacam-se Antônio Rodrigues de Almeida, Pedro Marins Namorado e José Adorno. No entanto, a ocupação realizada por estes sesmeiros não foi concretizada, tendo em vista a grande quantidade de índios que habitavam a região.

> Levando em consideração que acreditamos que o período responsável pela ocupação da capitania do Rio de Janeiro compreende o momento da chegada dos portugueses à América, em 1500, até a efetivação da união ibérica, em 1580, podemos dizer que, no que se refere a São Gonçalo, todos aqueles que receberam terras ao longo dos vinte e cinco anos após a expulsão dos franceses tinham de alguma forma passado por cargos administrativos no mundo américo-lusitano. Por outro lado, um problema de imediato se instaurou nessas mesmas regiões: a distribuição de terras não acompanhou necessariamente o enraizamento dos sesmeiros. (CAETANO, 2003 p. 92)

Entre 1567 e 1568, foi realizada a segunda e a terceira etapa de doações de sesmarias, contemplando os sesmeiros Diogo da Rocha, Sebastião Lourenço, Antônio de Marins, Manoel Machado e Gaspar Figueredo. Alguns realmente se estabeleceram e construíram em seus terrenos, enquanto outros não[5]. Todo esse processo foi marcado pela prática do arrendamento, visto que havia muitas problemáticas na região, fossem estas em relação ao solo ou as imposições da coroa, considerando que os sesmeiros possuíam terras em outras regiões, como o exemplo de Diogo Rocha que recebendo terras localizadas em Salvador, deu preferência a elas do que pelas terras na orla oriental da baía de Guanabara. O arrendamento produziu um fenômeno no século XVI, em que as terras concedidas aos sesmeiros se tornavam produtiva no século seguinte, já era um modo de acúmulo de terras e rendimentos, sem o investimento das propriedades.[6]

---

[4] FERNANDES, 2020, p.53;

[5] FERNANDES, 1999, p. 41.

[6] CAETANO, 2003, p. 92;

Sendo assim, a quarta etapa de concessões de terras, ocorrida entre 1568 e 1579, foi marcada como a última das doações anteriores àquela que seria daquele que é conhecido como o fundador da cidade de São Gonçalo (Fernandes, 1999). Nesse contexto, Gonçalo Gonçalves, conhecido na historiografia como “o velho”, recebeu do Governador do Rio de Janeiro, Salvador Corrêa de Sá, sobrinho de Mem de Sá, a sesmaria correspondente ao território da banda oriental da Baía de Guanabara.

> Foi assim que surgiu São Gonçalo, quando em 4 de abril de 1579, o português Gonçalo Gonçalves “O Velho”, recebeu do Governador Salvador Correia (ou Corrêa) de Sá, “O Velho”, uma sesmaria medindo 1.000 braças de frente para o mar e 1.500 braças de fundo (para o interior), localizada na Banda D’Além, com início na Ponta de São Gonçalo, hoje Gradim, e terminando na foz do rio Suassunhão, no Porto de Birapitanga, próximo à Itaoca. Foi registrada em cartório pelo tabelião Pero da Costa, em 6 de abril de 1579, e por Gonçalo Gonçalves, que apresenta a Carta de Forra datada de 4 de abril de 1579. Das terras recebidas, parte foi roçada e criada a fazenda do Gonçalo, que logo ganhou uma capela em louvor ao seu orago (santo de devoção) São Gonçalo. (BRAGA, 1944, p. 21)

Gonçalo Gonçalves, segundo Fernandes (2020, p.33) era proveniente do Porto Portugal e fixou-se na cidade do Rio de Janeiro após a expulsão dos franceses, compondo a primeira elite local. Como membro dessa elite, fazia-se necessário que levasse uma vida de grande proprietário de terras, defendendo e disseminando a fé católica, entre outras responsabilidades. Com sua participação ativa nessa elite, Gonçalo assumiu um papel relevante, encarregando-se das demarcações e doações de sesmarias, sendo sua atuação atrelada a este ofício tanto por vínculos familiares quanto por sua competência técnica em escalas de especificidade náuticas, aplicada nas medições das sesmarias.[7]

> Integrado à elite local, era medidor e piloto responsável por demarcar e acompanhar o tabelião no reconhecimento da posse das sesmarias no Rio de Janeiro, como aquelas obtidas pelos jesuítas em Tapecurá (Itaboraí) e em Inhaúma, na cidade do Rio de Janeiro, respectivamente em 06/09/1584 e agosto e setembro de 1588. (FERNANDES, 2020, p. 35).

Com a ocupação da região e a construção da capela às margens do Rio Imboaçu, Gonçalo Gonçalves juntamente com seus filhos preocuparam-se em delimitar a área territorial, além de garantir a manutenção da capela de São Gonçalo. A criação da capela não possui uma data precisa de sua construção, sendo interpretada como ocorrida entre 1579 e 1584, período este correspondente ao prazo previsto para fixar a posse da sesmaria, conforme a produtividade. Inicialmente de caráter privado, até a

[7] FERNANDES, 2020, p.34.

criação da freguesia em 1644, desenvolveu ao seu entorno um arraial, com casas e uma área demarcada para um cemitério local.[8]

> Naquele tempo, São Gonçalo já era uma freguesia, ou seja, uma "Vigariraria", também chamada de "Paróquia"; sua criação data de 30 de dezembro de 1644 por ato religioso intitulado Provisão, expedido pelo então prelado, o padre Antônio de Marins (ou Mariz) Loureiro, bacharel e presbítero secular. [...] Os domínios da freguesia de São Gonçalo estendiam-se naquele tempo até toda a área hoje entendida por Niterói (exceto a área da aldeia de São Lourenço) [...] (SILVA, 1995, p. 62)

A criação da freguesia de São Gonçalo estabeleceu a vida econômica na região, que, segundo Silva (1995), pode ser compreendida em duas etapas. A primeira etapa da vida econômica foi baseada na subsistência dos indígenas, marcada pela produção de cana-de-açúcar, laranjas, limões, aipim, mandioca, o caju, e o abacaxi, assim como a prática da pesca, tanto marítima, quanto fluvial, além da exploração do pau-Brasil. Essa fase corresponde ao período das tentativas iniciais de reconhecimento da região até a expulsão dos franceses.

Já em um segundo momento, após a expulsão, continua-se com a produção açucareira juntamente com o cultivo da laranja em maior escala, além da criação de gado e a busca frustrada pelo uso da mão-de-obra escrava indígena.[9] Durante o século XVII, o pau-brasil, prossegue sendo explorado, no entanto em menor demanda. Nesse período, a economia pautou-se na cana-de-açúcar, no desenvolvimento da pecuária e a produção de aguardente, contribuindo para o fortalecimento da produção gonçalense.[10] Com a prosperidade econômica ocorre um fluxo de migratório de cristãos-novos, uma vez que a região se destacava no cenário produtivo do Rio de Janeiro.

> A região de São Gonçalo no século XVII era próspera economicamente. Caracterizava-se pela economia açucareira (seus engenhos eram bastantes produtivos, como o de Nossa Senhora das Neves), a criação de gado, produção de aguardente e frutas e pelo comércio de intercâmbio para às minas (Fernandes, 1995, p. 44)

Já no século XVIII, com o contexto do declínio da cana-de-açúcar, em que a concorrência dos holandeses alterou o consumo na Europa, desenvolveu-se um sistema de produção que retoma o modelo de subsistência para abastecimento da nova capital, cidade do Rio de Janeiro. Em São Gonçalo, a produção pautou-se em ambos os modelos, dando continuidade à exportação e à subsistência. Tendo em vista as

---

[8] FERNANDES, 2020, p. 53;

[9] SILVA; MOLINA, 1995, p, 75;

[10] SILVA; MOLINA, 1996, p. 120.

necessidades da mineração e da agricultura, a manufatura surgiu com uma produção pequena, na forma de carpintaria, ferraria, olarias e manufatura de pano. A produção da cidade foi essencial para o consumo interno, uma vez que contava com inúmeros portos que auxiliavam no transporte da produção e o intercâmbio para as minas.[11] Com a visita de Monsenhor Pizarro e Araújo a São Gonçalo em 1794 é possível compreender como o modelo de economia pautado na agricultura era fundamental para o desenvolvimento da região, que contava com 26 fábricas de açúcar, 5 fábricas de aguardente, 7 olarias, sendo estas:

> Neste território acham-se as fábricas de açúcar seguintes: 1ª – do Doutor Bartolomeu Correa de Medeiros, no Tribobó, distante... 2ª – do Reverendo José Leite Pereira e seu irmão o capitão Bento Leite, nos Cordeiros, distante 2 ¾ de légua. 3ª – do Capitão João da Costa Barros, e seu irmão o capitão Francisco da Costa Barros, na Piiba Pequena, ou Piiba do Dutra, distante 2 léguas. 4ª – do Capitão José Fernandes Pereira, na Piiba Grande, distante 3 léguas. 5ª – de D. Rosa da Fonseca Costa, em Itaúna, distante 1 ½ légua. 6ª – da mesma e no mesmo sítio. Distante 2 léguas. 7ª – do Capitão Joaquim de Frias e Vasconcelos, no Engenho Pequeno. Distante ¼ légua. 8ª – do Capitão Thomaz Car Ribeiro de Bustamante, em Vera Cruz, distante 1 ½ légua. 9ª – de Dona Luiza de Vitória de Bustamante e sua irmã D. Ana de Bustamante, no Engenho Novo, distante 3 léguas. 10ª – do Capitão Cláudio José Pereira da Silva, em Cabussú, distante 3 léguas. 11ª – do mesmo, chamada Engenhoca, no Bom Sucesso, distante quase o mesmo. 12ª – do Capitão Luiz Manoel Pinto, em Nuan, distante 5 léguas. 13ª – de Dona Paula Gomes da Conceição, em Nuan, distante 3 ½ ou mais léguas. 14ª – do Doutor Filipe Gomes de Matos, em Nuan, distante o mesmo. 15ª – do Capitão Francisco da Costa Barros, em Salvaterra, distante 4 léguas. 16ª – do Capitão Sebastião da Cunha de Azeredo Coutinho, no Barreto, dista 1 ½ légua. 17ª – e Manoel Esteves, e seu cunhado José Pacheco, nos Pachecos, distante 2 léguas. 18ª – do Mestre de Campo Inácio de Andrade Souto Maior Rondoon, ou do Desembargador João Pereira Ramos, seu irmão, com muito pouco uso, distante... 19ª de Paula Hermenegilda, ou de seu filho, Leofrido Jose, distante 3 léguas. 20 – do Capitão João Ribeiro de Magalhães, no Culabandé, distante 1 légua. 21ª – de Francisco Martins Coutinho, em Quibamgáça, distante 2 éguas, com pouco us, ou quase nenhum uso. 22ª – do Capitão Cláudio José Pereira da Silva, por legado do Doutor José Rebelo Leite, na Trindade, distante ½ légua. 23ª – do Tenente Francisco Roberto Car Ribeiro, na Itaytendiba, distante 4 léguas, com pouco uso. 24ª – do Capitão José Fernandes Pereira, no Engenho Novo, distante 2 ½ léguas. 25ª – do Capitão Joaquim Luiz Furtado de Mendonça, no Coelho, distante 3 ½ éguas. 26ª do Capitão Filipe Antônio de Bulhões, no Rio da Aldeia, distante 3 ½ léguas. Além deste houveram outros, que hoje existe arruinados. Segue-se agora os de aguardente: 1ª a que foi de Dona Leonor Luiza de Portugal e hoje de seus herdeiros, na Luz, distante 1 ½ légua. 2ª do Doutor Feliz de Proença Quintanilha, n Itaúna, distante 2 léguas. Dizem ser onde se faz a melhor aguardente deste território. 3ª – de Antônio Correa Ximenes, distante ¼ léguas. 4ª – de Linho da Rosa Fixe, distante o mesmo. 5ª a que foi o Mestre de Campo Jorge Lemos Paradi, na Pena, distante 1 ½ légua. Sendo aliás a fábrica nova, não tem uso por estar

[11] SILVA, 1998, p. 137-139.

> em ausentes. De Olaria hão algumas fábrica, que chegaram ao número de 7. (ARAÚJO, 2008, apud FERNANDES, 2022, p 50-52).

A produção do café no século XIX transformou novamente a realidade brasileira. Apesar de ter estado presente na cidade de São Gonçalo nas últimas décadas do século XVIII e início do XIX, não se manteve por muito tempo, pois a chegada do café gerou certo receio aos engenhos de açúcar da região. Assim, o empreendimento cafeeiro tomou um novo rumo ao ocupar Itaboraí e Magé, seguindo a serra do Mar, estabelecendo-se no vale do Paraíba, ganhando bastante força em São Paulo.[12]

> Existe também uma pequena ferrovia com o desenvolvimento de 2 kilômetros, que da Estação de Paulo Leroux nome do seu concessionário, vai ao Porto da Madama. Seu Tráfego é exclusivamente de mercadorias. As zonas de leste e sul produzem muito café, cana e cereais. Nas demais cultivam-se com abundância frutos como sejam laranjas, abacaxis e as afamadas goiabas. O município de São Gonçalo é muito florescente: a indústria fabril progride sensivelmente. Há numerosos engenhos de aguardente e olarias. (DA SILVA, 1906, apud FERNANDES, 2022, pág. 129).

Considerando o breve histórico apresentado sobre a cidade de São Gonçalo, fica clara sua relação intrínseca a exploração agrícola, por meio das fazendas de cana-de-açúcar, o que impulsionou o seu crescimento inicial. Embora a história mais recente da cidade esteja muito atrelada à sua crescente urbanização, graças ao período político liderado pelos Lavouristas, o que desencadeou à instalação de inúmeras fábricas, sendo assim conhecida como a “Manchester Fluminense”, isso não apagou sua trajetória construída por um legado agrícola. Marcado por suas fazendas e engenhos, a cidade de São Gonçalo atualmente representa esta história até a atualidade por meio da Fazenda Colubandê. Esta, que guarda não só uma história de grande relevância para a cidade de São Gonçalo, mas também possui participação na história da arquitetura rural fluminense, e no patrimônio histórico e artístico nacional.

1.2 Uma história para além da cana-de açúcar

A fazenda Colubandê é um complexo formado pela casa-grande e a Capela de Santa’Ana, com excepcionais características da arquitetura rural fluminense. Sua beleza estética contempla uma rica história que abrange não somente o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, por meio da produção da cana-de-açúcar, mas também perpassa pela presença dos cristãos-novos que vieram ao Brasil fugidos da perseguição na Europa. Com essa rica história, a Fazenda, que se encontrou abandonada durante

[12] SILVA; MOLINA, 1998, p. 142

o período de 2012 até 2019, o que agravou sua conservação estrutural, agora encontra-se restaurada. Embora esse processo contribua para a consolidação de um dos principais símbolos da cidade de São Gonçalo, infelizmente não apaga as inúmeras mudanças e depredações que ocorreram ao longo de sua história recente, principalmente a perda inestimável do altar da capela. Sendo assim, é necessário o detalhamento desta história ao longo dos anos até a atualidade.

A história da Fazenda tem início com a sua primeira denominação, então Engenho Colubandê da Invocação de Nossa Senhora de Monserrate. Em 1617, o engenho foi vendido por Catarina Siqueira, primeira proprietária, à família de cristãos-novos dos Vales. Duarte Ramirez de Leão, ou melhor Benyamin Benveniste, nascido em 1587, era descendente de uma família ilustre do judaísmo português. Após a perseguição aos judeus em Portugal, sua família fugiu para a Holanda e estabeleceram-se em Amsterdã. (DINES, 1992). Influente mercador, antes de se estabelecer no Rio de Janeiro, Duarte Ramirez mantinha relações comerciais na Angola, de 1610 até 1615, com embarcações vindas do Oriente, comercializando mercadorias variadas, como azeite, farinha, vinho, couro, entre outros. (ALMEIDA, 2009).

A chegada ao Brasil de Duarte Ramirez é referenciada pelo seu casamento com uma mulher negra chamada Beatriz da Costa, em 2 de agosto de 1617 no Rio de Janeiro. O casal denominado de “Gordos”, termo pejorativo, construíram uma larga família com mais de 10 filhos e consolidaram seus frutos por meio do sucesso e da gestão do engenho, que se tornou uma das grandes fazendas da região de São Gonçalo, no Rio de Janeiro[13].

> Na outra banda da baía, pelos lados de São Gonçalo, a cinco léguas do Rio, abarraca-se a grande tribo dos Gordos, como os chamam. As banhas lhes advêm, imagino, não da fartura à mesa, mas do conchego na cama entre primo. Balofos, mas espertíssimos. [...] Donos do engenho de Columbandê, um portento de grande. (DINES, 1992, p. 387)

A gestão da fazenda passou para os filhos do casal após o retorno deles à Holanda. A filha Isabel Gomes da Costa assumiu o engenho, e, de seus filhos, Ana do Vale foi quem passa a gerir o engenho ao final do século XVII acompanhada por seus filhos: Joseph Ramires do Vale, Simão Roiz de Andrade e Manoel do Vale da Silveira. O engenho possuía uma produção riquíssima que, segundo Tardock (2012) “[...] chegou a produzir uma safra declarada de aproximadamente 3 toneladas de açúcar, entre

[13] DINES, 1992, p. 387.

mascavo e branco". Além de ser especializado na fabricação de açúcar, também se dedicava ao corte de gado, o que diferenciava das outras fazendas da região.

> Até o final do século XVII São Gonçalo já concentrava em diversas fazendas grande quantidade de criação de gado bovino destinado ao corte, como também para produção leiteira. Tomando como base testemunho de produtores da época, era o engenho de Colubandê responsável por acentuado volume de produção agro-pecuária do Rio de Janeiro e seu recôncavo. (SILVA; MOLINA, 1997, p. 124).

Outra forma de evidenciar a relevância do engenho é por meio da análise dos dados produtivos durante o século XVIII. Apesar da quantidade mediana de engenhos em relação a outras freguesias — ocupando o quinto lugar com vinte e quatro engenhos — conseguiu produzir de 623 caixas de açúcar e 451 pipas de aguardente[14], colocando-se em segundo lugar na quantidade produtiva do estado, conforme o Relatório do Marquês de Lavradio de 1778.

> Aquele engenho, sozinho, produzia no final do século em questão cerca de cinquënta toneladas de açúcar por safra; podemos estimar que toda a freguesia de São Gonçalo tinha capacidade de produzir duzentas toneladas do precioso produto em cada safra. Isto significa ser São Gonçalo grande exportador do produto, juntamente com a aguardente de cana. (SILVA; MOLINA, 1997, p. 125)

A produção do engenho reflete uma extensa rede de relações da família que cresceu na região e estabeleceu vínculos através do casamento com membros próximos da então freguesia de São Gonçalo e com famílias do Rio de Janeiro. Isso gerou uma ampliação das complexas relações comerciais. A ampliação de redes ocorreu devido à ocupação em diversas áreas pelos seus membros, que atuavam na sociedade enquanto mercadores, lavradores que detinham participação em outras fazendas, médicos, contratadores e senhores de engenho. (Tardock, 2012).

Apesar de grande poderio da família, foram perseguidos pela Inquisição, e, no ano de 1710, seus bens foram confiscados sob a acusação do crime de judaizante. Cabe ressaltar que a ação da Inquisição contava com denunciantes e tinha como grande alvo os homens de negócio, bem como aqueles que participavam da burguesia, incluindo os residentes nas colônias. Segundo Novinsky (1990) "A Inquisição era uma ameaça permanente e servia-se de todos os pretextos para confiscar e perseguir os homens de negócios cristãos-novos". Embora o presente trabalho não se dedique à construção de uma análise aprofundada sobre a Inquisição, deve ficar claro que, embora existam ações do tribunal inquisitorial pautadas por motivos econômicos, estes não

[14] CAETANO, 2003, p. 97.

foram o único motivo de suas intervenções. Há, portanto, inúmeros registros de prisões de investigados com poucas posses, evidenciando que o zelo religioso foi um dos papeis das inquirições da época, até porque o compromisso com os seus dogmas fortalecia a própria Instituição[15].

Mesmo com a crescente ação da Inquisição, tanto na Europa quanto em suas colônias, suas atividades alcançaram o cenário brasileiro bem mais tardiamente, devido ao desenvolvimento moroso em relação às colônias espanholas. Assim, famílias como os do Valle tiveram certa liberdade em suas práticas judaicas, ao mesmo tempo em que a riqueza dos colonos se consolidava frente à estruturação da colônia portuguesa como o maior produtor de açúcar.[16]

> Para os perseguidos pelo Tribunal da Fé em Portugal, a Terra dos Papagaios representava um grande atrativo pra os cristãos novos portugueses, que teriam meios de prosperar economicamente e praticar os seus ritos (judaizantes ou não) com maior liberdade (FERNANDES, 1999, p. 34)

Os cristãos-novos possuíam grande riqueza, além de deterem grande parte dos engenhos. Devido à sua grande influência social e econômica, as denúncias contra eles eram constantes, chegando até Portugal. E embora não houvesse um Tribunal no Brasil, isso não impediu as ações da Inquisição, e que todos os investigados e julgados culpados, fossem presos e sentenciados em Lisboa.

> O auge de perseguições inquisitoriais no Brasil deu-se na primeira metade do século XVIII, quando a produção do ouro dominava a economia colonial. Nessa ocasião a maior parte dos prisioneiros era composta de cristãos-novos do Rio de Janeiro. Aproximadamente 500 cristãos-novos, entre homens e mulheres, foram levados para os cárceres da Inquisição em Portugal, acusados de serem judaizantes. (NOVINSKY, 1990 p. 79)

A divisão dos crimes seguia duas tipologias estabelecidas, sendo estas os crimes contra a moral e os costumes, e os crimes contra a fé[17]. Mas quem eram esses judaizantes que possuíam tal relevância através do engenho Colubandê? Por meio dos processos de inventário desta família, é possível compreender melhor sua trajetória. Embora por muito tempo os historiadores tenham se debruçado sobre o tema da Inquisição no Brasil por uma perspectiva quantitativa, essa metodologia permitiu uma nova visão viabilizando uma interpretação diferenciada da Família do Valle, tendo em

---

[15] FERNANDES, 1999, p. 35.

[16] NOVINSKY, 1990 p. 75.

[17] NOVINSKY, 1990 p. 56.

vista seu inventário de bens, a fim de compreender qual era a riqueza e o tipo de produção do Engenho, como será descrito a seguir.

O primeiro membro da família a ser preso, conforme os registros, foi Manoel do Valle da Silveira, o irmão mais velho. Seu processo, sob nº 4.166, teve início com a sua prisão em 6 de outubro de 1710, e o auto de fé ocorreu em 1711. Embora tenha sido o primeiro de sua família a ser preso, Manoel não foi o primeiro a ter seu inventário realizado, o qual ocorreu em 16 de outubro de 1710. Segundo sua declaração, ele era senhor de engenho e possuía a metade do engenho como administrador, juntamente com seus irmãos Simão e Joseph. A outra metade pertencia à sua mãe, e seu irmão Domingo, que também possuía uma parte. O engenho, suas terras, escravos, bois e cavalos estavam avaliados em setenta mil cruzados, sendo uma das melhores fazendas que havia no Rio. Devido à morte de seu pai, Duarte Roiz de Andrade, a partilha dos bens ainda não havia sido realizada. Os bens dos pais que Manoel administrava consistiam em 14 escravos, juntamente com os filhos. Ele possuía terras na cidade do Rio de Janeiro para a construção de casas, no valor de quinhentos mil réis. Havia dívidas e devedores da família, e outros bens, como ouro, prata e itens comuns a vida cotidiana da casa como garfos, espelhos, guarda-roupas, tapetes, conjunto de tachos e bacias.

Simão Rois de Andrade fora o segundo dos irmãos a ser preso, em 9 de outubro de 1710. Seu processo, sob o nº 11.492, resultou em um auto de fé em 26 de julho de 1711, e seu inventário foi realizado em 10 de outubro de 1710. Em seu inventário, fica claro como estava ciente do cotidiano do engenho. Simão descreve em seu inventário os bens, assim como algumas poucas dívidas e a safra recém-produzida:

> Que o dito engenho consta de quatro casas todas necessárias para a fábrica do dito engenho, trinta e cinco escravos que todos trabalhavam no dito engenho, cento e vinte bois, sete ou oito cavalos tudo necessário para a dita fábrica, e légua e meia de terra, parte dela que tinha pastos para os ditos bois, e a outra que estava ainda em mato e tinha canaviais e uma casa em que vivia com sua família, com vinte ou vinte e duas cabeças de escravos entre pequenos e grandes o qual engenho com todas as pertenças valeria setenta mil cruzados [...]. Que quando foi preso já estava tirada a safra do açúcar e estavam já líquidas sessenta caixas as mais pequenas de trinta arrobas e as outras a trinta quatro com pouca diferença, porém algumas delas eram de açúcar mascavo e ainda estava para se tirar algum açúcar que poderia deitar em outo ou doze caixas de mesmo peso. Que também no dito engenho se achariam umas quinze vacas que serviam de dar leite para as pessoas de casa. (Novinsky, 1976, p.239-240)

Joseph Ramires do Valle e Domingos Roiz Ramires foram presos em 10 de outubro de 1710 no mesmo dia, ainda que seus inventários realizados em datas diferentes: o de Joseph no dia 15 de outubro de 1710 e de Domingos dois dias antes,

em 13 de outubro do mesmo ano. O auto de fé de ambos realizado na mesma data de seus outros familiares, em 26 de julho 1711. Joseph possui um inventário conciso, referente ao processo nº 8.138, em que declarou em seu inventário, possuir uma parte na fazenda. Ele possuía três escravos, cujo valor total era de trezentos e quarenta mil réis. Não possuía divididas e não possuía outros bens, por ainda viver com a mãe, Ana do Valle.

Domingo Roiz Ramires possui um inventário bastante detalhado sobre seus bens e sua vida cotidiana na casa, o que inclui móveis, roupas, tapetes, joias em ouro e diamantes, além de pratarias. Seu inventário também constava seus vinte e três escravos em sua grande maioria homens, bem como três cavalos e suas respectivas selas. Domingos possuía uma parte na partida de cana, avaliada em trezentos mil réis, além de seis caixas de açúcar branco, de trinta e quatro arrobas cada, e duas caixas açúcar de mascavo, de trinta e cinco arrobas a cada uma. Ele também detinha metade das duzentas formas de açúcar, entre branco e mascavo, e a ferragem utilizada. Além disso, tinha algumas dívidas e tinha como devedora a sua mãe Ana do Valle.

Por mais que o confisco dos bens das famílias denunciadas aparente ser um meio para fortalecer a igreja, fica claro, por meio da análise dos inventários o contexto econômico e social de cada um de seus presos. No caso da Família do Valle, ilustra-se seu poderio econômico, tendo em vista a estrutura erguida com base em uma força de trabalho que sustentava as funções da fazenda.

O confisco realizado pela Igreja a mando do Tribunal da Inquisição tem como um de seus marcos o ano de 1713, momento em que a Fazenda foi entregue aos jesuítas que habitaram a região. A ocupação da Fazenda pelos jesuítas reflete o avanço do catolicismo, especialmente após a ameaça francesa na Baía de Guanabara. A presença dos jesuítas trouxe novos elementos a arquitetura da Casa-Grande e à transformação da capela de Nossa Senhora de Montserrat em Capela de Nossa Senhora de Sant'Ana, incorporando elementos da arquitetura jesuíta, os quais pretendemos abordar mais a adiante.

Após a expulsão dos jesuítas, em 1759, de Portugal e de suas colônias, a fazenda passou a pertencer ao Capitão João Ribeiro Magalhães, no período de 1779-1794, conforme dados extraídos das visitas pastorais de Monsenhor Pizarro. Em janeiro de 1790, a fazenda, que era de Félix Madeira de Gusmão e foi sequestrada e arrematada por 22 mil réis, foi citada como propriedade do Alferes João Ribeiro de

Magalhães[18]. Jerônimo Martins Almeida no ano de 1808 arrendou a Fazenda Colubandê, e seu casamento[19] foi realizado na capela de Sant'Anna em 14 de dezembro de 1833. Em 1869, Belarmino Ricardo de Siqueira, conhecido como o Barão de São Gonçalo, adquiriu a fazenda de Jerônimo Martins. Com sua morte, em 1873, seus bens foram transferidos para sua irmã, Anna Izabel Sodré e Souza. Já no ano de 1921 a posse e administração da fazenda passa para o Coronel Agápito de Almeida[20]. Em seguida, no ano de 1940, a fazenda foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional.

Apesar da história excepcional na formação da cidade de São Gonçalo, pela presença de cristãos-novos e pela participação na economia açucareira durante a ocupação e exploração colonial, principal fator que culminou no tombamento da Fazenda Colubandê foram seus aspectos físicos, especialmente a arquitetura rural da casa-grande juntamente e sua capela. Neste momento pretende-se compreender quais eram tais elementos considerados pelo antigo SPHAN como fundamentais para o tombamento em 1940.

Faz-se necessário ressaltar que, na história da arquitetura colonial brasileira, predominantemente influenciada pelo estilo barroco e rococó, há um grande volume de pesquisas acerca da arquitetura religiosa. Isso se deve ao papel da Igreja no processo de ocupação, catequização e ensino durante a colonização. Dentro desta dinâmica, por meio da arquitetura, a Igreja foi capaz de delimitar seu espaço, empregando técnicas construtivas e explorando sua beleza estética tanto no exterior, quanto no interior. No entanto, outras tipologias construtivas, através de suas características arquitetônicas, também são capazes igualmente de ilustrar o contexto da realidade rural durante a colonização. Arquitetura civil, por sua simplicidade construtiva, revela aspectos do cotidiano dos engenhos situados longe dos centros urbanos. Como exemplo, a Fazenda Colubandê evidencia a riqueza de tais elementos arquitetônicos em seu conjunto. Segundo Curtis, 1970, p. 22 "Voltando ao litoral, só as áreas que interessavam economicamente à Metrópole produziram arquitetura capaz de respaldar e documentar a civilização brasileira", sendo assim:

> A predileção pela arquitetura religiosa resulta naturalmente das reações que sobre o sentimento sempre provoca o grandioso e o

[18] SILVA; MOLINA, 1998, pág:43;

[19] Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1616-1980", Jeronimo Marins de Almeida, 14 de dezembro de 1833. Family Search.

[20] O nome do Coronel Agápito aparece em uma crônica publicada em periódico mensal de Niterói chamada "A Revista". A crônica está anexada ao artigo "Caixa de Histórica Local: criação e recriação na prática docente" de Helenice Rocha, apresentada ao XVI Endipe em 2012.

> imprevisto, - e que facilmente ultrapassam o limiar da sensibilidade humana, despertando o culto pelo herói e pelo gênio, pelos '*monstre sacrès*', para generalizar a expressão do poeta Jean Cocteau. E à grandiosidade da obra está ligada a grandeza do gênio, do ser admirável e raro, louvado e enaltecido como um mágico, quase como um Deus. (CARDODO, 1943, p.210)

Inicialmente cabe ressaltar que a dinâmica do cotidiano da propriedade rural, dependia de uma relação clara da topografia do terreno, em que a disposição espacial fosse capaz de estabelecer uma relação de dominância, juntamente com a integração da paisagem (CURTIS, 1970). Tal relação é clara na Fazenda Colubandê, tendo em vista a sua construção da Casa-Grande e da Capela serem um destaque por estar localizada em uma parte alta do terreno, demonstrando uma evidência da relação de poder entre o proprietário e sua grande produção açucareira.

> Dos núcleos rurais que se determinaram historicamente no Brasil em diferentes regiões do seu território, o melhor conhecido até o presente é aquêle que corresponde aos fatos econômicos um pouco enfaticamente designados, por alguns historiadores, como 'ciclo do açúcar'. Nêle a atividade arquitetônica se distribuía invariavelmente sobre um conjunto de três edifícios: Casa-Grande, Engenho e Senzala, a que freqüentemente se juntava também a Capela. O mais vasto de todos era o engenho, a fábrica propriamente dita, mas geralmente construída de maneira bem primitiva, com grandes esteios de madeira e pesado vigamento na cobertura; a casa-grande e a capela recebiam, quase na sua totalidade, um tratamento mais cuidado, chegando mesmo a certo grau de apuro estético, em que pese à simplicidade dos meios construtivos. (CARDOSO, 1943, p. 212)

O conjunto da Casa-Grande e da Capela, apesar de representar um aspecto simples em suas técnicas construtivas, principalmente pela Casa-Grande, ainda assim seus elementos, se destacam no cenário das casas rurais por aspectos únicos. A casa-grande possui sua disposição construída em volta de um poço que servia para abastecimento, além de iluminação natural para o subterrâneo. Sua fachada é ampla horizontalmente e possui um telhado em quatro águas, com telhas canal. Também conta com uma varanda, denominada na arquitetura como alpendre, elemento singular na arquitetura rural, que circunda a casa externa em uma dinâmica ritmada de colunas entre conversadeiras[21], ao mesmo tempo que circunda o pátio interno. O alpendre possui um valor fundamental para o descanso nas épocas de calor, possuindo também o valor de lazer para a recepção de visitas, ao mesmo tempo que faz parte da relação de poder do proprietário, além de fazer uma integração da Casa-Grande e a paisagem. Além disso o alpendre que circunda a casa-grande em sua fachada, demonstra uma

[21] As conversadeiras são bancos, que possuem um valor estético na composição da grande varanda, e também um valor social.

ordem técnica e arquitetônica em sua estrutura do telhado, proporciona, por meio de sua dimensão, presença de beirais, distância entre as colunas e o afastamento entre cada viga de sustentação, uma referência aos claustros franciscanos. (CARDOSO, 1943).

> As varandas ou alpendres, presentes nas habitações e em outras edificações rurais, com funções múltiplas (para o lazer, descanso e trabalho), também desde cedo foram incorporadas e estão firmemente estabelecidas no imaginário coletivo quanto aos elementos da paisagem rural. [...], mas as mais comuns são as varandas na frente das residências para receber visitas, observar a propriedade. (MARUYAMA; FERNANDES, 2015, p. 334-335)

Outros elementos únicos presentes na Casa-Grande são suas colunas que apresentam um ritmo e podem ser descritas como colunas de fustes lisos[22], com capitéis toscanos[23]. Segundo Cardoso (1943) "[...] Em Colubandê, [...] as modificações do capitel toscano são menos decisivas, resultam de dimensionamentos diversos do ábaco, da presença ou ausência do ouriço, conservando, todavia, invariavelmente o astrágalo". Além disso há uma escada com dois lances dispostos perpendicularmente, construída em alvenaria, com acesso ao alpendre em uma das laterais da casa, este que é um elemento característico das casas rurais brasileiras, por sua construção rústica com guarda corpo grosseiro, demonstrando o assentamento sobre uma terra acumulada, com a finalidade de vencer a irregularidade do próprio terreno, denotando uma referência as casas portuguesas. Já o corpo principal da casa-grande apresenta uma disposição rústica e simples, com uma evidência de métodos construtivos mais simples, mas ainda muito eficientes para a época. Principalmente pela espessura das paredes grossas, que aliadas aos beirais protegiam os quartos e salas. A distribuição de quartos e salas em uma forma de U demonstra que essa não foi a primeira organização espacial primitiva. A casa possui um porão que abrange a frente e a lateral direita, com diversos cômodos e um corredor, que era utilizado por escravos (Cardoso, 1943).

Juntamente à Casa-Grande, a Capela de Nossa Senhora de Sant'Ana igualmente possui características da arquitetura excepcionais. Enquanto sua primeira característica é sua localização afastada da casa-grande, o que denota uma certa independência da vida cotidiana da casa, possuindo um funcionamento similar de uma pequena igreja de povoado, o que demanda todos os ambientes para o seu pleno funcionamento, como a torre com o sino, que tem como função comunicacional, a

---

[22] Fuste é o termo na arquitetura que se refere a parte central da coluna.

[23] Capitel é o termo na arquitetura que denomina a parte superior da coluna, em que geralmente possui um tipo de ornamento específico. No presente exemplo o Capitel Toscano refere a uma tipologia de capitel da arquitetura clássica, que possui em suas características uma forma redonda sem adornos.

capela-mor e a sacristia. Separada da casa-grande por um largo pátio que possuía uma função essencial em dias de festas, a capela possui uma clara diferença da casa-grande em sua construção, já que demonstra um interesse estético em sua edificação, tanto na parte externa, quanto interna.

> Por esse só exemplo da capela de Colubandê se verifica que a própria casa de habitação não era objeto de tantos cuidados pois nesta mesma fazenda o contraste entre capela e casa-grande, entre os preciosos azulejos, e as paredes nuas e desprovidas de ornatos desta última, é indiscutível e flagrante. (Cardoso, 1943, p. 240)

A Capela possui uma fachada simples, com frontão triangular simples com volutas, uma pequena varanda alpendrada com duas colunas de fuste lisa e capitéis toscanos, com um telhado em três águas. Em sua fachada possui uma porta principal de acesso, juntamente com quatro janelas para a iluminação interna, as janelas superiores são na altura do coro. A pequena varanda da Capela possui uma função de nártex, uma pequena entrada para o acesso a capela. Segundo Saia (1939, p. 241) “Outra razão que teria justificado a permanência do uso dos alpendres nas capelas seria a falta de espaço suficiente para conter o número extraordinário de pessoas, sobretudo de escravos, que a elas acorriam por ocasião das festas”. Assim a pequena varanda apresenta como uma de suas funções uma certa divisão social entre aqueles que poderiam ou não adentrar a capela. Além da varanda outro elemento muito importante é sua torre sineira, que possui duas aberturas em arco pleno nas quatro faces da torre. A torre possui uma cúpula de base hexagonal com pináculos, o seu acesso é externo por meio de uma escada, sem nenhuma conexão com a parte interna da capela.

> É possível, portanto, que em algumas casas rurais ou casas de engenho, os alpendres das capelas tenham sido provenientes da própria função original de nártex a êle atribuído sem conhecimento de capelas semelhantes mais antigas e existentes em outros lugares; isto é, para me tornar bem claro, que a redescoberta do alpendre nas capelas se tenha dado, em alguns lugares, pela mesma necessidade que o fizeram descobrir e executar naquelas capelas. (Cardoso, 1943, p 252)

A parte interna da capela igualmente impressiona por seu compromisso estético, principalmente por seu altar composto por um retábulo com uma referência ao estilo barroco. A sua nave simples possui um coro com grade de balaústre de madeira adornada, uma divisão espacial por um arco do cruzeiro delimitada também por grade de balaústres de madeira adornadas e robustas, o teto da capela de formato arqueado com tabuas largas, adornado com medalhões aplicados em formato redondo com pinturas de desenhos florais. O altar-mor é composto por madeira e talha dourada, com colunas torcidas denominadas, colunas salomônicas, além de peanhas nas laterais do

altar entre colunas, contendo a imagem de São Joaquim e São José. No trono do altar é composto pela imagem de Nossa Senhora de Sant'Ana, com nossa senhora menina. Apesar da presente descrição da talha do altar, infelizmente a mesma não se encontra mais na capela, por conta de um roubo que ocorreu no ano de 2016. Atualmente o que restou enquanto elemento fundamental para a descrição interna da capela, são seus azulejos portugueses que se encontram na parte interna, segundo Gomes; Moura (2018) a azulejaria retrata a cena do casamento São Joaquim e Santa Ana, envoltos de anjos, além da outra cena na outra lateral da nave que trata da educação da Virgem Maria por Nossa Senhora de Sant' Ana.

> [...] das capelas, sim, há bastante para se julgar do grande alcance de visão estética de alguns proprietários de fazenda; a capela de Colubandê, por exemplo, nos dá uma amostra do mais apurado senso artístico do homem que a mandou construir [...] os panos de azulejos com painéis de figuras que cobrem as paredes laterais da pequena capela-mor, azulejos de muito boa fatura e de desenho perfeito, aparecendo como um índice da importância que tinha para a família do fazendeiro e seus aderentes aquêle pequeno tempo. (Cardoso, 1943, p. 240)

Em síntese, a trajetória da Fazenda Colubandê abrange a transformação da freguesia até a instauração da cidade de São Gonçalo. Compreender essa história evidencia seus múltiplos valores, seja no campo da história, da arquitetura, ou da arte, o que a insere em um contexto mais amplo e em escala nacional no campo do patrimônio. Por meio de detalhada descrição dos aspectos físicos da capela e casa-grande, fica clara que a riqueza estética e de técnica de construtiva empregada no conjunto da Fazenda Colubandê, foram fundamentais para o seu tombamento nos primeiros anos do IPHAN. A necessidade de estabelecer não somente construções de caráter religioso ou público, no cenário do patrimônio brasileiro em seus primeiros anos, traz um alerta a respeito das casas rurais e fazendas remanescentes deste período. Assim fazendo necessário compreender como o processo de tombamento que em um primeiro momento, diz-se ser suficiente para a salvaguarda do patrimônio, na verdade dentro do cenário do processo de tombamento reflete a inconsistência e a inseguridade física da fazenda como um todo.

1.3 A Fazenda e sua relevância no campo do patrimônio

É comum, ao estudar o patrimônio, observar constantes flashbacks que ilustram a interconexão entre o presente e o passado, seja no âmbito material ou imaterial. Por meio de um único objeto, é possível conectar diferentes histórias, tempos, pessoas, religiões e até mesmo línguas. No entanto, o objeto por si só não transmite nenhuma

informação; para isso são necessárias pessoas, que desempenham o papel de intermediar entre os valores intrínsecos e extrínsecos, a fim de tornar claro o significado e a importância de determinado bem, dentro de um contexto nacional. Sendo assim, a Fazenda Colubandê exemplifica a complexidade de um bem tombado. Para compreender esse processo, pretendemos analisar o contexto em que ocorreu o tombamento, considerando o arquivo do processo que foi consultado no Arquivo do Iphan.

Tudo começou com a proposta endereçada ao SPHAN em 28 de novembro de 1939. O ofício endereçado ao diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade do SPHAN detalha os elementos arquitetônicos da casa e da capela, motivo este que compreendia os primeiros tombamentos, para a recente história colonial. Considerando que a fazenda se enquadrava em tais elementos por se tratar de um bem do século XVIII, direciona-se a necessidade do tombamento nos termos de decreto Lei nº25.

Imagem 3 – Fazenda Colubandê tal como foi “Descoberta” em 1919



Fonte: Série Inventário IPHAN. Arquivo IPHAN

Imagem 4 – Fazenda Colubandê tal como foi “Descoberta” em 1919



Fonte: Série Inventário IPHAN. Arquivo IPHAN.

Assim no dia 7 de dezembro de 1939 o diretor Rodrigo, envia as então proprietárias, Carlota de Almeida Pires, Ana Fonseca de Almeida e Maria de Lourdes Torres de Almeida, uma notificação que determina o tombamento da Fazenda Colubandê no Livro do Tombo, conforme o decreto-lei n.º 25, notifica ao seu credor hipotecário chamado João Batista da Costa Monteiro. Após cerca de 3 semanas, as proprietárias recebem a carta, e após 3 dias prontamente responderam, em 24 de janeiro de 1940, informando que no momento estavam em negociação para a venda da Fazenda e que, em razão da notificação, aguardariam orientações sobre como deveriam proceder, considerando tombamento. Em 29 de janeiro de 1940, o diretor responde, orientando que, se a venda ocorresse dentro das formalidades legais, poderia ser realizada sem problemas. No entanto, tanto o estado quanto o município também possuíam o direito de preferência sobre o imóvel, sendo necessário que a propriedade fosse oferecida a eles antes da conclusão do negócio. Além disso, a carta apresentava uma data limite para aprovação ou contestação do tombamento definitivo do imóvel. Logo em seguida, no dia 4 de março do mesmo ano, as proprietárias enviam breve ofício aprovando o tombamento, inscrita sob o n.º 245, no livro do tombo das Belas Artes, em 23 de março de 1940.

Imagem 5 – Fazenda Colubandê em 1939



Fonte: Série Inventário IPHAN. Arquivo IPHAN.

Após a inscrição no livro do tombo, foi enviada ao diretor do Iphan em 16 de agosto de 1943, uma notificação do Juiz de Direito da Vara dos Feitos da Fazenda Pública, informando se havia interesse por parte do serviço em exercer o direito de preferência na compra da propriedade. O negócio foi acertado ao valor de duzentos mil cruzeiros (Cr.$200.000,000), com os proprietários José Luquez de Figueiredo e sua

esposa Anna de Almeida Figueiredo. Em ofício em resposta ao Juiz Diniz do Valle, o diretor deixa clara sua intenção:

> Êste Serviço não tem, no momento, interesse de pleitear do Governo exerça a União o direito de preferência na aquisição do imóvel tombado em igualdade de condições, ou seja, pelo preço de Cr. $ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) ajustado para a alienação segundo a declaração contante do aludido requerimento. O tombamento é suficiente para assegurar a preservação do monumento pelo qual incumbe a esta repartição zelar. (BRASIL, 1943, p. 14)

No mesmo ofício, embora o diretor tenha deixado clara a intenção do SPHAN de não exercer a preferência, ele percebe uma incongruência, uma vez que os proprietários não eram os mesmos. Assim, foi realizada uma venda antes da negociação com o atual interessado, Adolpho Abramowicz, o que viola o artigo 22 e seus § § 1º e 2º do Decreto-Lei n.º 25. Apesar do acordo, as incongruências levaram à necessidade de buscar um novo comprador para a venda. Dessa forma, no dia 15 de março de 1944, a fazenda foi adquirida pelo doutor Rodolpho Gonçalves de Siqueira, sob o mesmo valor. Em seguida, o novo proprietário solicitou autorização para realizar obras de restauração, reparação e adaptação em 28 de abril de 1944, que foram prontamente autorizadas pelo SPHAN.

> […] a propriedade denominada ‘fazenda do Colubandê’, no primeiro (1º) distrito dêste municipio, em zona urbana, compreendendo três (3) casas para residencia, de construção de pedra, cal e tijolos, cobertas de telhas do tipo canal, sendo a de número setecentos e sessenta e sete, casa sendo da fazenda e a outra de número novecentos e três, ambas divididas em vários cômodos para residencia, sendo a casa sede dividida em dois pavimentos, térreo e superior, e ainda a Terceira que não está averbada na Prefeitura desta cidade, com tôdas as servidões e instalações existentes, inclusive capela, campo, pomar de laranjeiras, e outras árvores frutíferas, pequena capoeira e as terras próprias, todas cercadas. (BRASIL, 1944, p. 16-17)

Em 29 de julho de 1956, Rodrigo enviou um ofício ao então governador do Estado do Rio de Janeiro, Miguel Couto Filho, deixando claro a ciência da morte do proprietário, que, apesar de solteiro, deixava cinco herdeiros, sendo estes, Alfredo F. de Siqueira, Francesco Pellicano, Luigi Pellicano, George Streicher e Hermes Peixoto. Neste ofício, a urgência dos herdeiros em vender a Fazenda ao patrimônio do estado, que detinha o direito de preferência, ficou evidente, os herdeiros procurariam o governador para tratar do assunto, que era intermediado pela figura de Rodrigo de Andrade.

> Do ponto de vista desta repartição, tomo a liberdade de repetir-lhe que nos parece de relevante interesse público sejam incorporados ao domínio do Estado do Rio de Janeiro não só a preciosíssima obra de arquitetura rural constituída pelo antigo engenho Colubandê e a

> respectiva capela, mas também do valioso mobiliário antigo existente no interior da casa. (BRASIL, 1956, p. 30)

No ano de 1958, no dia 29 de maio é enviado ao diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (PHAN) uma contra-fé pelo Procurador da República a respeito do destino dos bens do Doutor Rodolpho Gonçalves de Siqueira, que vinha sendo administrado pelo inventariante e advogado Doutor Raymundo Lopes Machado. Seu espólio contemplava a venda da sede da antiga 'Fazenda Colubandê à ASET-Administração e Serviços Técnicos S/A, sobre o preço ajustados de cr$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros). No entanto, a venda não poderia ser realizada antes de contatar a União tendo em vista o direito de preferência. Em resposta ao ofício enviado pelo Procurador, no dia 3 de junho de 1958, mais uma vez o diretor do PHAN Rodrigo de Andrade renunciou ao direito de preferência quanto à aquisição do imóvel.

Seguindo a ordem para a realização da venda, foi elaborado um inventário dos móveis da coleção do Dr. Rodolpho, em que é possível entender o contexto em que se encontrava o cenário dos cômodos internos da Fazenda. A divisão dos valores foi a seguinte: Sala de entrada Cr$ 234.000,00 (duzentos e trinta e quatro mil cruzeiros); Salão Cr$ 468.000,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil cruzeiros); Sala de Jantar Cr$247.000,00 (duzentos e quarenta e sete mil cruzeiros); Biblioteca Cr$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil cruzeiros); Dormitório Principal Cr$ 522.000,00 (quinhentos e vinte e dois mil cruzeiros); mais três dormitórios Cr$ 210.000,00 (duzentos e dez mil cruzeiros); e, contando os utensílios da igreja Cr$100.000,00 (cem mil cruzeiros). O total contabilizado foi de Cr$ 2.251.000,00 (dois milhões duzentos e cinquenta e um mil cruzeiros).

Tendo o SPHAN e o estado do Rio de Janeiro negado o uso da preferência para a compra da fazenda, esta foi vendida para a ASET, representada por Gustavo Magalhães, que planejava transformá-la em um clube fechado. A notícia foi divulgada por meio dos jornais em 29 de abril do ano de 1961. E tendo notas, Rodrigo tomou as medidas cabíveis, primeiro notificando o proprietário em 6 de maio de 1961, a respeito do direito de preferência reservado à União, ao estado e ao município de São Gonçalo, sob pena de nulidade da alienação. Em decorrência, a ASET notificou os detentores do direito de preferência em 13 de junho do mesmo ano, considerando a negociação de venda com o grupo da sociedade civil chamada "Colubandê Country Club", sobre o total de Cr$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de cruzeiros):

> [...] II fundou-se, recentemente, na cidade de Niteroi, Capital do Estado do Rio de Janeiro, uma sociedade civil, esportiva e recreativa, de intuitos não lucrativos, denominada 'Colubandê Country Club', com a qual a Suplicante em entendimentos e negociações, para lhe ceder os

> seus direitos sobre o imóvel acima referido, devendo essa sociedade adquirir da suplicante o mesmo imóvel, pelo preço total de ..... Cr$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de cruzeiros) (BRASIL, 1961, p. 38)

Tendo em vista o valor altíssimo cobrado pela venda da Fazenda, o diretor Rodrigo de Andrade indica ao Ministro da Educação e Cultura, Doutor Brígido Tinoco em 20 de junho de 1961, que não aconselhava o exercício do direito de preferência, haja vista que sua preservação ficaria assegurada pelo artigo 175 da constituição e suas disposições legais, independentemente de seu proprietário. Após mais uma recusa da compra da Fazenda por parte da União, do estado e pelo município de São Gonçalo, uma nova problemática surge, sendo este o furto das imagens da Capela, por parte de seu antigo proprietário. Assim, em 11 de setembro de 1962, um ofício enviado desta vez pelo DPHAN (Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), solicitou a devolução das imagens, caso estivessem sob a posse do Dr. Gustavo Magalhães.

> Tendo o servidor desta repartição, incumbido de inspecionar a Casa da Fazenda Colubandê, verificado terem sido retiradas do altar da Capela de Sant'Ana, anexa àquele edifício tombado, a imagem da Padroeira e mais duas outras imagens antigas pertencentes ao monumento, inquiriu o paradeiro das referidas esculturas e foi informado de que V. Sª. As tinha levado e as mantinha em seu poder. (BRASIL, 1962, p. 43).

Ao enviar a solicitação para Gustavo Magalhães, também foi notificado o presidente do Colubandê Country Club, Doutor Danton Queiroz, em 1º de agosto de 1962, não apenas pela retirada das imagens da capela, mas pela alteração arquitetônica da casa-grande, que incluía a introdução de uma chaminé de alvenaria, a construção de um campo de vôlei, além das falhas na manutenção da capela. No entanto, apesar da negociação para a venda com a ASET, as imagens já não estavam mais presentes. Após o envio do ofício e a confirmação por parte da sociedade Colubandê Country Club, sob a posse das imagens, o DPHAN recebeu, em 24 de setembro de 1962, uma solicitação do advogado de Gustavo Magalhães para que fossem fornecidos os dados que constam no livro do tombo a respeito da Fazenda Colubandê e seus pertences. O pedido é prontamente respondido com a seguinte descrição no livro de tombo.

> Fazenda do Colubandê e capela de Sant'Ana, anexa: natureza da obra: Arquitetura rural; situação: Município de S. Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro; Proprietário: Carlota de Almeida Pires, Anna Fonseca de Almeida e Maria de Lourdes Fonseca Almeida; Processo: duzentos e doze T; Caráter do tombamento: Despacho do Diretor do SPHAN, digo compulsório; Data: vinte e três de março de mil novecentos e quarenta; Observações: A capela é provida de retábulo do 3º período, com a imagem da padroeira no trono e as de São José e São Joaquim nas ilhargas. (BRASIL, 1962, p. 48)

Imagem 6 – Vista do altar da capela de Sant'Ana em novembro de 1956, contendo as três imagens



Fonte: Série Inventário IPHAN. Arquivo IPHAN

Mesmo com o envio do documento, mais uma vez o advogado representante da ASET solicitou, em 15 de outubro de 1962, a certidão integral do processo administrativo do DPHAN. Com a falta de posicionamento do ex-proprietário, o diretor do DPHAN solicitou um procedimento judicial ao procurador Geral em 27 de dezembro de 1962, considerando a falta de cooperação de Gustavo Magalhães na devolução das imagens subtraídas, a fim de assegurar a integridade do monumento tombado. Assim, indicou-se que seria totalmente inaceitável que o acusado continuasse com as imagens referidas, sendo assim passível de uma ação judicial. Em 1º de março de 1963, o Procurador da República Ademar Vidal enviou ofício ao Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública para a execução da busca das imagens na residência de Gustavo Magalhães, devendo elas ser entregues diretamente ao diretor do DPHAN. Já em 28 de março, o diretor deixou claro ao Procurador da República que sua presença na busca pelas imagens na casa de Gustavo Magalhães poderia dar a entender que sua ação tinha um caráter pessoal quanto ao caso. Assim, ele indicou o acompanhamento dos oficiais de justiça e do conservador de museus Alfreto Theodoro Rusins, que trabalhava no DPHAN.

> No tocante, a igrejas e capelas do culto católico, a imagem do orgo ou padroeiro, assim com as imagens de devoção, não constituem elementos acessórios do templo e sim os principais. Tanto os retábulos ou altares, quanto as próprias igrejas ou capelas são feitos, para veneração das imagens, não estas feitas para fins do adorno. Consequentemente, se fossem tolerados atos equivalentes ao praticado pelo Réu, os monumentos de arquitetura religiosa do Brasil

> sofreriam não apenas gravíssima desvalorização, mas a perda de sua própria expressão original. (BRASIL, 1963, p.61)
>
> O Réu pretende que, por não terem sido as imagens incluídas expressamente na escritura de promessa de venda do imóvel, feita ela Sociedade anônima ASET ao Colubandê Country Club, estariam por isso mesmo excluídas da transferência, permanecendo de sua "plena propriedade' e podendo assim ser levada para onde lhe aprouvesse. [...] E a prova de má fé do Réu é não só ter deixado de fazer tal comunicação, como de responder ao ofício de fls. S, em que o Diretor daquela repartição lhe solicitava informar se as imagens se encontravam em seu poder. (BRASIL, 1963, p.61)

A partir deste momento, inicia-se um processo com a finalidade de julgar a ação de Busca e Apreensão das imagens pelo União federal contra o investigado Gustavo Magalhães, em 4 de julho de 1963. Cabe ressaltar que ele já havia confirmado que retirou as imagens, e que estavam em sua posse, sob o discurso que por não estarem descritas no contrato de compra, não faziam parte do todo. A investigação inicia-se com o envio do Processo de Tombamento nº 212 – 39 – T, para o julgamento na 1ª Vara de Fazenda Pública, sob a responsabilidade do Juiz Doutor Manoel A. de Castro Cerqueira. Com a solicitação, o Diretor do DPHAN Rodrigo, sugere o envio dos documentos que pudessem auxiliar de maneira mais eficaz o juízo. a análise é precedida pela devolução ao DPHAN que ocorre no dia 11 de outubro de 1963.

Imagem 7 – Imagem de Sant'Ana e Nossa Senhora Menina no Retábulo da Capela, em 1962



Fonte: Série Inventário IPHAN. Arquivo IPHAN

Na primeira fase do processo, Gustavo Magalhães obteve uma vitória, pois o juiz decide a seu favor, o que anulou a medida de busca e apreensão. O principal argumento utilizado foi alegação de que houve a perda do prazo por parte da União devido à retenção intencional dos documentos do processo, com o intuito de interferir no trabalho da procuradoria. Em seguida, a procuradoria, representando a União Federal, entrou com um recurso, argumentando que o prazo estipulado, considerando a proximidade das festividades de fim de ano, afetou o andamento do processo, justificando assim o atraso. A procuradora também alegou que houve má-fé da defesa, dada a situação dos prazos, para que a decisão fosse favorável a Gustavo Magalhães.

O recurso de Gustavo Magalhães tinha como argumento que o DPHAN não detinha o poder de limitar seu direito de propriedade, garantido a União pela Constituição no artigo 175. Além disso, sustentava que não aplicaria ao caso o “uso nocivo da propriedade”, considerando a subtração das imagens, tendo como princípio a necessidade de garantir a proteção do bem tombado por meio do uso adequado e consciente, de modo a não prejudicar o interesse público e manter a integridade total do patrimônio.

> A União Federal não pretende ter nem a posse, nem o domínio dos bens desviados da Capela de Santana, da Fazenda do Colubandê, como maliciosamente insinua, em sua contestação, o Réu. Pretende, apenas, amparada em norma constitucional vigente e no exercício de atribuição instituída em lei, proteger o conjunto tombado, impedindo a sua mutilação [...]. (BRASIL, 1964, p. 102)

Com a investigação, concluiu-se que Gustavo Adolpho de Casto Magalhães agiu de má fé e, por isso, ele deveria responder:

> Em face do exposto, venho requerer a V. Exa. A citação do suplicado para responder nos termos da presente ação sendo afinal condenado a repor as imagens integrantes do monumento tombado em seus devidos lugares, ou seja no trono e nas ilhargas do altar da capela de Sant’Ana anexa à casa da Fazenda do Colubandê, sob pena de, se o não fizer, ficar sujeito ao pagamento da multa diária de Cr$ 10.000,00 e, ainda, a pagar as custas e demais cominações do processo. (BRASIL, 1964, p. 78)

No dia 15 de setembro de 1964, o juiz Manoel Antônio de Castro Cerqueira, ao revisar o caso, decidiu a favor da União, revogando a decisão anterior e determinando que as imagens em questão fossem devolvidas. Apesar da sentença, o processo prosseguiu por um longo período, uma vez que tanto o réu quanto a União interpondo recursos para tentar reverter a situação. Esses recursos julgados em conjunto, a fim de evitar decisões que pudessem comprometer o julgamento dos recursos subsequentes.

Imagem 8 – Imagem de São José na capela, em 1962



Fonte: Série Inventário IPHAN. Arquivo IPHAN

Imagem 9 – Imagem de São Joaquim na capela, em 1962



Fonte: Série Inventário IPHAN. Arquivo IPHAN

Assim, em 2 de outubro do mesmo ano, o procurador da República Ademar Vidal enviou ofício ao Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública, solicitando uma ação que visava à proteção das imagens antes do resultado do processo:

> E, não tendo a medida judicial efeito suspensivo (art. 843 do C. do P. Civil), vem requerer a V. Exa., como providência acauteladora, haja por bem mandar sustar, até decisão do agravo agora interposto, a restituição das três imagens representando Sant'Ana com Nossa Senhora Menina, pertencente ao trono do Altar da Capela da Fazenda Columbandê; - São José e São Joaquim, pertencentes às ilhargas do mesmo altar. Assim, requer por se tratarem de objetos de grande valor artístico e histórico que poderão desaparecer pelo próprio interesse da parte em talvez ocultá-los e, deste modo, fugir aos efeitos da decisão judicial a ser proferida, caso lhe venha a ser contrária. (BRASIL, 1964, p. 110)

Apesar da decisão favorável à integridade do patrimônio, o processo perdurou por mais alguns anos. Em 19 de janeiro de 1965, o réu solicitou uma vistoria da Fazenda do Colubandê, para que fosse constatado seu estado de conservação e segurança, de modo que as imagens subtraídas pudessem retornar ao seu local de origem. Assim, o juiz responsável pelo caso, em ofício ao Diretor do DPHAN, solicitou a indicação de um perito que fosse um funcionário técnico, a fim de ser nomeado como perito da União, além de outro funcionário técnico especializado que pudesse auxiliar ao assistente jurídico na definição dos tópicos fundamentais para a realização da vistoria, com o objetivo de averiguar o estado de conservação em que se encontrava a fazenda.

Estabelecidos os tópicos fundamentais para a vistoria, por Augusto da Silva Telles, em 26 de janeiro de 1965, o Procurador da República indicou o arquiteto Flávio Leo Azeredo da Silveira. No entanto, segundo ofício do Diretor do DPHAN endereçado ao Procurador, em 27 de julho de 1965, este não poderia realizar a vistoria, tendo em vista que faria uma viagem para o exterior. Assim, Rodrigo de Andrade indicou um arquiteto para que pudesse substituí-lo, sendo este Donato Melo Júnior. Com a indicação feita, houve uma primeira tentativa de realização da perícia; no entanto, esta foi impedida, uma vez que a propriedade se encontrava fechada e o encarregado não possuía as chaves. Após meses de espera, a vistoria foi realizada e a documentação foi entregue ao juiz responsável pelo caso em 22 de dezembro de 1965.

O documento produzido pelo arquiteto em sua perícia apresenta inúmeras informações[24]. Inicia-se com um levantamento de referências históricas a respeito da Fazenda, seguido por uma descrição detalhada da Casa Grande e da Capela de Sant'Ana. Em resposta ao estado de conservação da Capela e do retábulo, o arquiteto afirma que seu estado é razoável, sendo o retábulo o principal problema, sendo necessário o restauro tanto do retábulo quanto do altar. O documento prossegue com a descrição das últimas obras realizadas, entre as quais se destaca a construção de uma piscina azulejada, a forração com azulejos da cozinha, além da construção de uma sauna, de um campo de vôlei e de um playground, dado que o valor para as referidas alterações foi superior ao necessário para o restauro da Capela.

Imagem 10 – Cozinha da Casa Grande em setembro de 1967



Fonte: Série Inventário IPHAN. Arquivo IPHAN

Imagem 11 – Banheiro da Casa Grande em setembro de 1967



Fonte: Série Inventário IPHAN. Arquivo IPHAN

[24] O documento referente a perícia realizada encontra-se no processo de Tombamento da Fazenda Colubandê. Como a vistoria apresenta relevantes questões históricas esta apresenta-se em sua íntegra no Anexo 1.

Segundo a vistoria, fica evidente que a falta das imagens prejudicou tanto seu papel no culto quanto suas características estéticas como um todo. O vazio que era visível no altar da capela era acompanhado pelo silêncio do imóvel, que não estava sendo utilizado e se encontrava fechado o que conforme o perito, dificultou o acesso e o desenvolvimento da vistoria. Além disso, a perícia constatou que a venda para a transformação em Country Club havia sido absolvida. Após a apresentação da vistoria nos autos do processo, Gustavo Magalhães enviou carta em 23 de maio 1966 ao DPHAN para prestar clareza a respeito do título de propriedade da Fazenda:

> Pela presente vímos comunicar que não foi concretizado a venda que havíamos prometido fazer da casa da fazenda do Columbadê, ao Columbadê Cuntry Club, venda esta que na ocasião notificamos V. Sas. Que iriamos fazer. O Club não foi avante e dissolveu-se, permanecendo a casa em nossas mãos. (BRASIL, 1966, p. 152)

Após três anos depois de todo o processo e seus inúmeros recursos e sentenças, o destino da Fazenda finalmente entra em seu curso mais tranquilo de sua história. Uma minuta a respeito do decreto que seria publicado no Diário Oficial do Governo do Estado do Rio de Janeiro apresenta uma breve proposta sobre a futura desapropriação da Fazenda Colubandê. Tratando-se de um rascunho, estabelece-se uma relação importante entre os desejos e recomendações do DPHAN e o real destino do patrimônio. Tal rascunho designa, como auxílio, a participação da Secretaria de Educação e Cultura, juntamente com o DPHAN, para que ocorresse o processo de desapropriação, tornando-a parte do acervo cultural do Estado, o que promoveria uma maior proteção ao bem tombado, além da transformação da Fazenda Colubandê em um museu rural.

> Artº 2º – A secretaria de Educação e Cultura providenciará para que a presente desaproprieação se torne efetiva e, em convênio com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, promoverá as medidas indispensáveis à instalação de um museu rural na Casa Histórica a que se refere o presente Decreto; (BRASIL, 1969, p, 154).

Apesar da Minuta, o Decreto nº 14.406 de 19 de novembro de 1969, do Governador Geremias de Mattos Fontes, que declarava desapropriação da Casa do Colubandê e da Capela de Sant'Ana, de propriedade de Guiomar Vieira Magalhães, esposa de Gustavo Magalhães, substitui a instalação do Museu Rural, pela instalação do Corpo de Policiamento da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Destaca-se, em ofício endereçado ao Governador em 19 de março de 1970, a recente ciência do então Diretor do DPHAN, Renato Soeiro, sobre a mudança dos

planos a respeito do Museu Rural. O ofício ressalta a importância da conservação da Fazenda, sem que ocorresse qualquer demolição, destruição ou mutilação, sendo que sua preservação seria garantida seguindo a determinação do DPHAN de que nenhuma construção poderia ser realizada sem consulta prévia e licença do órgão. Para realização da desapropriação, foi realizada uma avaliação do Arquiteto, Augusto da Silva Telles, em 17 de novembro de 1970, em que é destacada o valor comercial do imóvel e indicado o reajuste ao novo padrão monetário implantado[25], referente ao valor inicial da aquisição de 1958, de Cr$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros), considerando a valorização de 15 a 20 por cento, ignorando o valor apresentado em 1961 ao Colubandê Country Club.

Imagem 12 – Fazenda Colubandê, abril de 1970.



Fonte: Série Inventário IPHAN. Arquivo IPHAN.

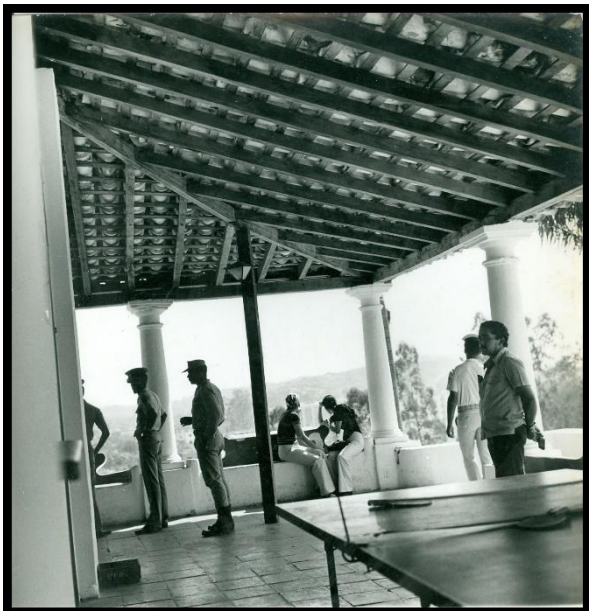
Depois da desapropriação da Fazenda, instala-se o Corpo de Policiamento Rodoviário. Em ofício endereçado ao Diretor do IPHAN em 5 de julho de 1971, fica claro que, apesar do longo processo na Justiça e da desapropriação da Fazenda, as imagens referentes ao retábulo que constituía a capela continuavam distante de seu local de origem. Assim, o Tenente-Coronel da Polícia Militar Milto D' Ornellas Moreno, expressa no ofício seu desejo, juntamente com o seu Comando, de preservar a Fazenda e seu acervo integrante. Em resposta ao Tenente-Coronel, Renato Soeiro, diretor do IPHAN, esclarece o andamento do processo e o motivo pelo qual as imagens, que deveriam ficar sob a guarda do Depositário de Justiça até a decisão final, encontravam-se novamente sob o poder de Gustavo Magalhães em 1964.

[25] Segundo Decreto nº 60.190 de 8 de fevereiro de 1967, é estabelecida um novo padrão para a moeda nacional em que é restabelecido os centavos, assim retirando os mil cruzeiros antigos.

> Como o mencionado Senhor Gustavo Magalhães houvesse recorrido da decisão que ordenou a busca e apreensão e como, por outro lado, o recurso por êle interposto tenha sido provido pela Instância Superior, daí resultou que as imagens questionadas voltaram ao seu poder. (BRASIL, 1971, p. 166)

Após a instalação do corpo da Polícia Civil, é trazido ao conhecimento do Diretor do IPHAN o desejo de construção de uma rodovia em frente à Fazenda. Em outubro de 1972, em resposta a planta do projeto a ser realizado, o órgão orientou que o trecho fosse transferido, para uma distância do quadro paisagístico da Fazenda. Embora a indicação fosse essencial para garantir a conservação de um patrimônio de tamanha relevância, o projeto do trecho rodoviário prosseguiu, dando origem ao que hoje é conhecido como RJ-104.

Imagem 13 – Vistoria do Espigão do Telhado da Casa Grande, em 1974



Fonte: Série Inventário IPHAN. Arquivo IPHAN

Por mais que o decreto do governador estabelecesse a desapropriação da Fazenda, transferência definitiva da propriedade para o Estado necessitava de uma negociação que deveria ser realizada dentro do prazo de cinco anos após a publicação do decreto. A negociação não foi concretizada, resultando na transferência do Corpo da Policiamento da Polícia Rodoviária para outro local, e na devolução da posse ao antigo proprietário. Assim, a Câmara do Patrimônio de Cultura emitiu um parecer a respeito da problemática, solicitando ao IPHAN as informações necessárias para a continuidade do processo de desapropriação, que deveria ser revisado. No parecer, mais uma vez fica claro o destino da Fazenda para a formação de um Museu Rural.

> 1º - Adoção de novo decreto de desapropriação da Fazenda de Colubandê e a efetivação da transferência de sua propriedade para o Estado; 2º - Recomendar a utilização do monumento, em convênio com o I.P.H.A.N. ou da forma que julgar mais aconselhável, a uma instituição cultural que poderia ser o próprio Museu Rural, alvitrado anteriormente" (fls. 2 - 3) (BRASIL, 1975, p. 171)

> 7. Por outro lado, há, na Indicação do C.E.C, pontos obscuros, que importa serem esclarecidos: se as negociações, com vistas à expropriação, não foram concluídas. A que título o Governo do Estado entregou o uso do imóvel ao Corpo de Policiamento da Polícia Rodoviária? E quem tem, afinal; o domínio útil da Fazenda em causa: aquele órgão estadual ou o proprietário do monumento? (BRASIL 1975, p. 173)

As incongruências relacionadas ao destino da propriedade tornaram necessária uma investigação sobre como o Corpo de Policiamento se instalou na Fazenda, uma vez que o Estado não havia finalizado a negociação da venda. Essa dúvida é esclarecida pela documentação fornecida pelo Cartório do 1º Ofício, que emitiu uma posse provisória do imóvel no dia 18 de junho de 1970. No entanto, a posse provisória não concluía o processo de desapropriação, que se iniciou com o decreto de 1969. Assim, o imóvel finalmente passou para o Estado por meio de expropriação, no Juízo de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro, somente em 1980.

> Senhor Procurador: Atendendo à solicitação feita por V.Exa., informamos que o imóvel denominado "Fazenda Colubandê" foi objeto de expropriação pelo Estado do Rio de Janeiro da 5ª. Vara da Fazenda Pública desta Capital, onde encontra-se em fase de execução (BRASIL, 1980, p. 208).

Imagem 14 – Fazenda Colubandê, em 1977



Fonte: Série Inventário IPHAN. Arquivo IPHAN.

Após a saída da Polícia e o processo de expropriação, a Fazenda foi transferida para a Secretaria de Agricultura por meio de ato governamental. No entanto, não foi ocupada, o que marcou o início de um período de abandono e fragilização. Em um ofício informativo destinado ao diretor-geral do IPHAN, foi relatado que o INEPAC havia vistoriado a Fazenda, que se encontrava em abandono. Após uma recente restauração da capela, especialmente do retábulo, realizada pelo Inepac em 1978, concluiu-se que a situação de abandono exigia resolução urgente e que era necessária uma destinação para o imóvel, fosse para instalação de museu de caráter rural, destacando a arquitetura rural fluminense, ou para a ocupação do espaço por outro órgão do Estado. O abandono foi noticiado no Jornal do Brasil, publicado em 25 de outubro de 1978, sob o Título “Arte abandonada”, em uma breve coluna relatava o imóvel cercado pelo capim alto, sob a promessa da instalação do museu do desenvolvimento rural do Brasil.

> [...] Com a saída da Polícia, foi o bem tombado solicitado pela FEMURJ, mas por ato governamental foi ele entregue à responsabilidade da Secretaria de Agricultura. Desde então, totalmente abandonada, como se pode depreender do relatório anexo, está sujeita a uma degradação progressiva e mesmo, a mutilação, pois que, sem o mínimo de segurança e de fiscalização, poderá ser depredada ou saqueada com perdas irreparáveis. (BRASIL, 1980, p. 210)

Em meio a um conturbado cenário a respeito do título de propriedade da Fazenda Colubandê, o processo contra Gustavo Magalhães estava em andamento. O processo que visava a busca e apreensão das imagens, terminou a favor do réu, sendo devolvidas em 29 de outubro de 1964, do 5º Depositário Judicial ao advogado representante de Gustavo Magalhães, doutor Luiz Antônio Feijó Bittencourt. E tendo visto a necessidade de devolução das imagens para a Fazenda, tombadas e inscritas no livro do tombo, o Procurador da República Sylvio Florêncio em 18 de dezembro de 1974, propôs uma ação cominatória[26] para dar continuidade à devolução das imagens à Capela. Em 14 de outubro de 1977, foi expedido pela Juíza Federal da Primeira Vara, Tania de Melo Bastos Heine, um mandado que solicitava a disposição das imagens para que pudessem ser periciadas.

[26] A ação cominatória pode ser compreendida como um pedido judicial a fim de garantir o cumprimento de obrigação para assegurar os direitos do autor

Imagem 15 – Altar-mor vazio em 1975



Fonte: Série Inventário IPHAN. Arquivo IPHAN.

A execução da perícia pelas técnicas de Assuntos Culturais Neyde Gomes de Oliveira e Virginia Neves Sales foi realizada no dia 25 de outubro, na residência de Gustavo Magalhães, localizada no Largo do Boticário, nº 20, na cidade do Rio de Janeiro. As peritas constataram que as três imagens estavam em um local capaz de zelar pelo seu estado de conservação, e que Gustavo realizava a manutenção com, segundo Brasil (1977): “aplicação periódica de cera incolor e neutra para evitar o acúmulo de poeira e perda da policromia original”.

O cuidado apresentado por Gustavo Magalhães em relação às imagens em sua residência passa a ter seus últimos dias após a solicitação do juiz federal da 1ª Vara do Estado do Rio de Janeiro Ney Magno Valadares, em ofício urgente ao diretor do IPHAN, datado de 10 de janeiro de 1979. O ofício tinha como intuito finalizar a ação cominatória solicitada pela União. Nele, foram solicitadas informações para onde deveriam ser transportadas as imagens, e qual meio de transporte seria utilizado. Em resposta, o diretor-geral Renato Soeiro, em 23 de fevereiro do mesmo ano, informou que as imagens seriam recebidas pelo Museu Nacional de Belas Artes, o qual também ficaria responsável pelo transporte.

> Em resposta a ofício nº 08/79, datada de 10/01/79, desse douto Juízo, cumpre-me informar a Vossa Excelência que, após os necessários entendimentos, o Senhor Diretor do Museu Nacional de Belas Artes anuiu em receber e custodias, naquele Museu Federal, imagens que constituem objeto da Ação intentada, por provocação deste Instituto

> contra Gustavo Adolpho de Castro Magalhães e que foram indevidamente retiradas da Fazenda Colubandê, em São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro. O mesmo ilustre Diretor concordou, também em fornecer o transporte indispensável à remoção das imagens em questão. (BRASIL, 1979, p. 202)

Em meio à conclusão de um longo processo, tanto da devolução das imagens à capela quanto do processo de expropriação da Fazenda, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, vista a situação de abandono em que se encontrava a Fazenda Colubandê, inicia tentativas para mudar essa situação. Na figura do deputado federal Osmar Leitão, em seu discurso, cita a mobilização da população gonçalense em relação à Fazenda Colubandê no ano 1978:

> Assim, tem sido no Município de São Gonçalo, que há muito tempo vem lutando, pela atuação de suas classes mais representativas, por medidas que visem a sensibilizar as autoridades para a necessidade de criação de museus. Infelizmente, ao longo desse tempo, a idéia ficou apenas no desejo de sua população, principalmente a estudantil, à espera de decisão dos poderes competentes. Recentemente essa camada da população, sempre reivindicando a concretização da medida, viu a possibilidade de instalação do Museu Rural na antiga sede da Fazenda do Colubandê, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN- ocupada por pequeno contingente do extinto Batalhão de Cavalaria da Polícia Militar do Estado, que, por sinal, deve retirar-se do imóvel. [...] Com a saída do contingente ali existente e a evidente ameaça de danos irreparáveis a monumento, agravada também pela possibilidade de invasão de suas dependências por pessoas indesejáveis, tememos sérios prejuízos para o complexo arquitetônico, de valor histórico incalculável. Constando que já existe projeto do IPHAN, registramos o nosso apelo, [...] determine as medidas necessárias à defesa da área e à criação do Museu Rural de São Gonçalo. (BRASIL, 1978, p.205)

A presença do deputado frente à mobilização da população gonçalense ficou mais uma vez marcada em 1981, quando o deputado relatou a situação e o posicionamento do Governo do Estado em não transformar em Museu Rural, mas sim em um quartel que serviria ao Corpo de Bombeiros do Estado, contrariando as expectativas da população.

> Embora a transformação do imóvel em Museu Rural dependesse de entendimentos com o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, o povo de São Gonçalo, ante a decidida ação do Governo Estadual, confiava em que uma destinação nobre seria dada ao prédio, que, agora, para surpresa e decepção dos gonçalenses, anuncia-se que a Fazenda do Colubandê será transformada num quartel de adestramento de recrutas do Corpo de Bombeiros do Estado.[…] No meu entender, a Escola de Adestramento do Corpo de Bombeiros, sem prejuízo de suas necessidades, poderia utilizar imóvel outro que não a sede da Fazenda, para não desvirtuar os projetos previstos para o aproveitamento cultural daquele bem patrimonial de tão grande significado histórico. (BRASIL, 1981, p. 9851)

Todo o cenário de mobilização fica claro com uma carta enviada em 24 de novembro de 1981 pela Associação de Moradores e Amigos do Bairro Anaia de São Gonçalo ao Diretor do Departamento de Arquivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, solicitando uma certidão do conteúdo do processo de tombamento da Fazenda e os dados referentes ao processo de desapropriação do Estado. A demanda visava o esclarecimento da população, para que assim pudessem, juntamente com as autoridades, requisitar espaço para a promoção do lazer cultural da cidade. A pronta resposta do IPHAN, no dia seguinte, fez com que a população do município se reorganizasse e realizasse uma carta emblemática ao Governador Chagas Freitas em 22 de dezembro, assinada pela União de Bairros de São Gonçalo, tendo em vista as inúmeras tentativas de mudar a situação da cidade frente à carência de uma vida cultural:

> Governador Chagas Freitas! É opinião unânime que a Fazenda Colubandê seja destinada à Cultura e Lazer, acreditamos até que o Brioso Corpo de Bombeiros pense da mesma maneira, que obviamente funcionará em sua plenitude se forem transferidos para instalações adequadas aos seus fins. O Povo de São Gonçalo deseja que V. Exa. Reconsidere a sua decisão e OFEREÇA este espaço cultural a esta população que tanto necessita e acredita numa decisão favorável. (BRASIL, 1981, p. 214)

Após a mudança do Governo do Estado para o Governador Leonel Brizola, foram realizadas obras de restauração de janeiro de 1985 e março de 1986. Juntamente a essas obras, o projeto de construção de um museu era de muito aguardado devido às indicações do INEPAC, do IPHAN e da população gonçalense, já apresentadas anteriormente, além da política cultural que se desenvolvia em grande escala no Estado, graças à participação de Darcy Ribeiro, enquanto vice-governador e secretário Estadual de Ciência e Cultura. Ele acumulava em suas ações não somente o Programa Especial de Educação, responsável pela implementação de CIEPS, mas também a criação do Museu França-Brasil, juntamente com outros projetos culturais para o Estado[27], como a Implementação do Museu na Fazenda Colubandê. Em breve artigo intitulado “Política Cultural Rio” na revista “Revista do Brasil” em 1986, sua fala apresenta em detalhes seus anseios a respeito:

> A Fazenda Colubandê, dignamente restaurada, vai receber uma réplica do melhor mobiliário rústico brasileiro. Ao redor cultivaremos um imenso pomar com todas as frutas de antigamente. Será um santuário de todas as árvores frutíferas, inclusive de passarinhos, para ver se eles voltam a revoar outra vez. (RIBEIRO, 1986, p. 5)

[27] GALVÃO, 2001. p. 7.

Imagem 16 – Capela de Sant'Ana em obras de restauração de 1985 até 1986



Fonte: Revista do Brasil, 1986

Tendo em vista todo o processo em que se insere a Fazenda em seu histórico processo de tombamento fica claro, a importância da Fazenda no cenário do patrimônio histórico e artístico nacional, e no cenário do patrimônio do Rio de Janeiro. No entanto, cabe compreender dentro de todo esse cenário como as políticas culturais estruturam uma base para que o patrimônio possa permanecer em sua função dentro do imaginário coletivo da sociedade. Assim pretende-se abordar no próximo capítulo como a história do Patrimônio no Brasil, assim como a ação do IPHAN foi fundamental dentro do contexto de criação de políticas culturais no Brasil e como em meio a esse contexto, como a Fazenda se insere nos conflitos gerados pela dinâmica política.

CAPÍTULO 2

O PATRIMÔNIO PERIFÉRICO EM MEIO AS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

2 O Patrimônio Periférico em meio as Políticas Culturais no Brasil

A Fazenda Colubandê, por seus aspectos artísticos excepcionais — conforme apresentado no capítulo anterior, com a descrição de sua arquitetura e de seu processo de tombamento no contexto dos primeiros anos do IPHAN — representa um exemplo significativo da construção política do ideal de nação por meio do patrimônio cultural. Esse contexto reflete um pequeno recorte na história das políticas Culturais no Brasil, que se pretende analisar, a fim de compreender o desenvolvimento dessas políticas no país e como elas refletem, de maneira tardia e descontinuada, nas esferas estaduais e municipais, gerando problemas na gestão cultural em contextos periféricos.

A cultura, na realidade brasileira, tem suas origens pautadas nas heranças da lógica colonial, que, segundo Rubim (2012), é marcada pela perseguição da monarquia portuguesa às manifestações da cultura africana e indígena, além do bloqueio ocidental. Esse cenário foi reencenado a partir de 1808, com a fuga da família real para o Brasil, estendendo-se ao longo da independência e da instauração da República. A cultura como privilégio de setores dominantes era e é constante na sociedade brasileira, retratando a pouca atenção dada à diversidade cultural do país. Esse contexto perpetuou uma realidade de exclusão social, na qual, seguindo modelos Europeus, incentivavam apenas uma tipologia dos patrimônios.

Todo o processo de instauração do tombamento do patrimônio nacional está associado à agenda internacional de proteção dos monumentos históricos, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, documentos como a Carta de Atenas e a Carta de Veneza, promoveram discussões, que inicialmente sob uma ótica europeia, a respeito dos monumentos históricos alcançando uma dimensão global, que influenciou de certa forma o cenário brasileiro, que devido a proporção continental do país, em seus primeiros anos não contemplava a diversidade e riqueza cultural.

> No Brasil, contudo, essa ampliação cronológica, estilística e tipológica não ocorreu da mesma forma que na Europa e podemos observar que, frente à complexidade de um país continental como o nosso, e com a diversidade cultural que ele é peculiar, isto assume características diferentes em cada um dos contextos regionais. (JUNIOR, 2011, p. 145)

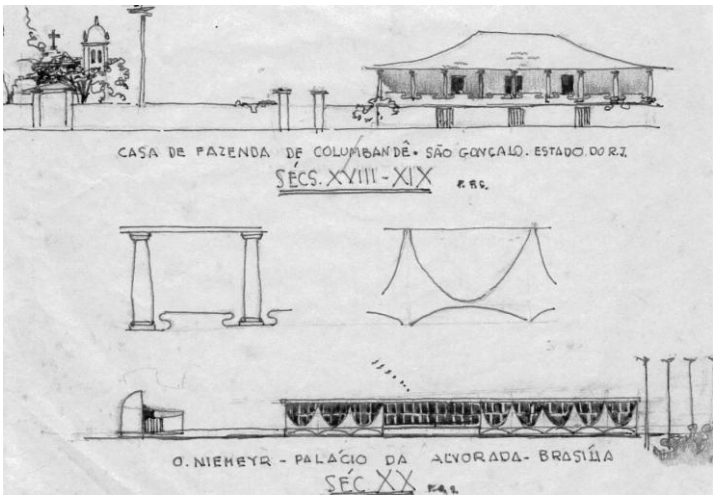
Nesse cenário, o tombamento estabelece uma prática fundamental para a consolidação da política de preservação no Brasil, inserida no processo de criação da política cultural do país juntamente com o seu órgão responsável: o Instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Assim, em um primeiro momento, o tombamento é compreendido como o principal instrumento legal nas ações do IPHAN. Ao analisar o acervo tombado no IPHAN, bem como nas esferas estaduais e municipais, é possível identificar continuidades e rupturas na valoração, evidenciando a priorização de determinada categoria patrimoniais em detrimento de outras.

> [...] artistas e intelectuais que implantaram e difundiram a arte e a arquitetura modernas, como Mário de Andrade, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade, foram responsáveis pela implementação das primeiras políticas públicas externas à preservação do patrimônio cultural. Até meados dos anos 1960, a seleção de bens para tombamento pelo IPHAN privilegiou exclusivamente a arquitetura colonial, especialmente o barroco dos séculos XVII e XVIII, e a arquitetura moderna da escola carioca, (Junior, 2011, p. 146)

Inicialmente, as manifestações culturais foram associadas a um discurso que vincula a arquitetura moderna brasileira à evolução da arquitetura colonial. E neste panorama, a Fazenda Colubandê surge como um exemplo concreto desse pensamento, considerando a inspiração de seu alpendre na arquitetura moderna, especialmente no Palácio da Alvorada. Somente na década de 1960 o cenário começou a se transformar, passando a incluir edificações com diferentes tipologias, estilos e períodos. Até então, a maior parte dos acervos tombados em nível federal era composto predominantemente, por conjuntos e construções urbanas coloniais.[28]

Figura 1 –Croqui de Paulo Ferreira Santos de 1975[29]



Fonte: Núcleo de Documentação e Pesquisa – NPD – FAU/UFRJ. (SANCHES, 2005, p. 342a)

[28] JUNIOR, 2011, p. 148;

[29] Desenho apresentado no I Colóquio Nacional História da Arte. Demonstrando a influência da arquitetura colonial nas casas projetadas por Oscar Niemeyer.

Busca-se compreender o IPHAN e suas ações, como um marco inicial na construção das políticas culturais no país que atravessaram a Constituição, a criação do Ministério da Cultura e sua descontinuidade, até a gestão Gilberto Gil, cujas propostas promoveram transformações significativas no cenário cultural. Assim, pretende-se discutir como esse panorama impactou a realidade do Estado do Rio de Janeiro, com destaque para o município de São Gonçalo

2.1 A história do Patrimônio no Brasil

A arquitetura foi empregada nas políticas de patrimônio dos primeiros tempos do IPHAN como capaz de criar símbolos e mitos que possuíssem a capacidade para moldar a identidade cultural no país. Segundo Chuva (2012) o IPHAN em seus primeiros anos centralizou as suas ações na “restauração de bens arquitetônicos, que consumia a maior parte dos recursos institucionais”. A partir de uma conjuntura que apontava para europeização das cidades, um personagem surge como ator principal na valorização das raízes nacionais na arquitetura: Ricardo Severo que por meio de uma conferência denominada “A Arte Tradicional Brasileira”, pautou a busca dessas raízes não nos indígenas, mas a partir das produções edificadas no período colonial, tendo como cenário a presença do estilo neocolonial. Tal campanha foi imprescindível para a disseminação da discussão, além de suscitar a opinião pública sobre a emergência da evasão de obras de arte brasileiras para o exterior, ocasionando nas primeiras atividades de cunho preservacionista, o fracasso em suas ações.[30] A ineficiência na criação de instrumentos de preservação em nível nacional, estava aliada à problemática do direito de propriedade, este entrave jurídico só ganhou uma resolução a partir da publicação da Constituição de 1934.[31]

> São raríssimas as manifestações contrárias à demolição extensiva de edifícios antigos, tão usual naqueles anos; mas a evasão das obras de arte - fenômeno, de resto, muito atual - alcançou grande repercussão na mídia, ao longo de toda a década de 1920. (Pinheiro, 2006, p. 6)

Já nos anos de 1930, as ações preservacionistas têm seus primeiros resultados consistentes no Brasil. Sendo um dos primeiros a consagração da cidade de Ouro Preto a monumento nacional em 1933 - palco da Inconfidência Mineira - pelo seu patrimônio edificado com a presença de um dos artistas da arte colonial mais emblemáticos e mítico: Aleijadinho. No ano seguinte, o governo federal cria a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, a fim de desenvolver ações de restauro, tendo como cenário o

---

[30] PINHEIRO, 2006, p. 5.

[31] Ibid. p. 8-9

Museu Histórico Nacional, e igualmente publica a Constituição Federal de 1934, incluindo entre os deveres do Estado a proteção do patrimônio artístico nacional, descrevendo tal ação por meio da proteção das belezas naturais e dos monumentos históricos ou artísticos, impedindo a saídas das obras de arte.[32]

> Art. 148. Cabe á União, aos Estados e aos Municipios favorecer e animar o desenvolvimento das sciencias, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objectos de interesse historico e o patrimonio artistico do paiz, bem como prestar assistencia ao trabalhador intellectual. (BRASIL, 1934)

> Art 10 - Compete concorrentemente á União e aos Estados: I, velar na guarda da Constituição e das leis; II, cuidar da saúde e assistencia publicas; III, proteger as bellezas naturaes e os monumentos de valor historicos ou artisticos, podendo impedir a evasão de obras de arte; IV, promover a colonização; V, fiscalizar a applicação das leis sociaes; VI, diffundir a instrucção publica em todos os seus gráos; VII, crear outros impostos, além dos que lhes são attribuidos privativamente. (BRASIL, 1934)

Já no ano de 1935, a ampliação da discussão do patrimônio gera frutos com a criação do Departamento Municipal de Cultura da cidade de São Paulo (DMC), em resposta aos interesses do grupo de intelectuais paulistas, que contava com a presença de Mário de Andrade e Paulo Duarte, que advogavam a transformação do DMC no Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo (DPHA), porém com o golpe de Estado em 1937, tais aspirações foram interrompidas. Entretanto, no Rio de Janeiro, outro cenário toma forma mais positiva para a questão da preservação do patrimônio, com a criação provisória do primeiro órgão nacional de preservação do patrimônio: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), no Ministério da Educação e Saúde com a presença de Gustavo Capanema, que, em meio ao cenário político turbulento de São Paulo, convidou Mário de Andrade para a elaboração de um programa de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro.[33]

O SPHAN foi regulamentado segundo o disposto do Decreto-lei nº25 de 1937, este redigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, seu primeiro diretor, apesar do anteprojeto de Mário de Andrade _ que enfatizava aspectos artísticos e culturais dos segmentos indígenas e afrobrasileiros, privilegiou a urgência das problemáticas do direito de propriedade, tornando o tombamento do patrimônio edificado como primeiro instrumento que propõem soluções efetivas nas implicações jurídicas e nos efeitos legais. Sendo assim, a atuação do SPHAN, surge como um meio para a solução das

---

[32] PINHEIRO, 2006, p. 7-8.

[33] Ibid, p. 8.

problemáticas do patrimônio e da evasão de obras de arte, mas suas ações também instauram uma estruturação interna e funcionamento do órgão. Privilegiando em um primeiro momento, o discurso desses intelectuais do modernismo acerca que se deve e o que não deve ser tombado, destacando o aspecto arquitetônico com uma postura pautada no discurso autorizado do Estado.[34]

> No âmbito destas organizações, cabe destacar o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), pois ele será a instituição emblemática da política cultural no país até o final dos anos 1960 e início da década seguinte. O Serviço, depois Instituto ou Secretaria, opta pela preservação do patrimônio de pedra e cal, de cultura branca, de estética barroca e teor monumental. Em geral: igrejas católicas, fortes e palácios do período colonial. Com isto, o SPHAN circunscreve a área de atuação, dilui possíveis polêmicas, desenvolve sua competência técnica qualificada e profissionaliza seu pessoal. (Rubim, 2012, p. 32)

O SPHAN em seus primeiros anos, se caracterizava pela centralidade nas ações preservacionistas, fossem elas, os critérios para a restauração ou tombamento, que operava sob o olhar de um grupo restrito de técnicos, em sua maioria arquitetos, que tinham como pauta a relação direta entre o patrimônio e os interesses do Estado enquanto nacionalidade.

> Aquilo que se denomina Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, - por ser espólio dos bens materiais móveis e imóveis aqui produzidos por nossos antepassados, com valor de obras de arte erudita e popular, ou vinculados a personagens e fatos memoráveis da história do país - é o documento de identidade da nação brasileira. A subsistência desse patrimônio é que comprova, melhor do que qualquer outra coisa, nosso direito de propriedade sobre o território que habitamos. (ANDRADE, 1987, p. 21 apud Pinheiro, 2006, p. 9)

Tendo em vista esse pano de fundo, é possível perceber uma dinâmica na seleção de bens culturais que fariam parte do acervo tombado do SPHAN em seus primeiros anos, com priorização de obras de arte e exemplares arquitetônicos únicos e excepcionais. A valorização da arte nacional, reflexo do pensamento modernista, privilegiou a adaptação de modelos formais, a arquitetura de matriz europeia, as condições locais do brasil, formaram a base da arquitetura brasileira.[35] Consequentemente, a arquitetura colonial, o principal exemplo desse conceito, abriu portas para a construção do ideal patrimonial brasileiro, tendo como principal alvo as construções que singularmente representassem o barroco e o rococó em solo brasileiro,

---

[34] PINHEIRO, 2006, p. 8.

[35] PINHEIRO, 2006, p. 9.

favorecendo as funcionalidades das construções e a racionalidade das soluções arquitetônicas, funções estas, encontradas nas edificações coloniais.

Com isso, outro fenômeno fica claro nas ações de tombamento dos técnicos que em sua grande maioria não incluía nesse circuito da arquitetura brasileira, as construções ecléticas do final do século XIX, como parte integrante desse patrimônio brasileiro como o *art-nouveau* e o *art-décor*, que tinham suas características totalmente importadas. Negar a arquitetura do ecletismo era inevitável, haja vista o posicionamento ideológico pautado na valorização da nacionalidade, sendo que ao estabelecer o ecletismo como parte integrante da arquitetura brasileira, naquele contexto político, era como afirmar a decadência dos padrões internacionais como parte legítima e verdadeira da construção da cultura nacional[36]

> Neste panorama de construção da identidade nacional e de escrita de uma determinada versão da história da arquitetura brasileira, categorias inteiras de edificações, como a arquitetura eclética, a arquitetura ferroviária e industrial, a arquitetura do ferro, o art nouveau, o art déco, o neocolonial e até mesmo outras vertentes da arquitetura moderna não vinculadas à escola carioca não teve vez. Além do "barroco" e do "moderno", entendidos como duas etapas de um mesmo processo evolutivo, apenas uma certa arquitetura neoclássica foi valorizada desde a criação do órgão. (Junior, 2011, p. 146-147)

A subordinação do SPHAN ao Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), mostra a relação direta entre a preservação do patrimônio e a construção ideológica do governo Vargas, que estabelecia enquanto um de seus pilares, a transformação social por meio da educação. Desse modo, as atividades do SPHAN em seus primeiros anos são pautadas na ideia de mediador entre a população considerada inculta com o patrimônio brasileiro que estava sendo construído. Assim é cristalizado o termo 'fase heroica' que denomina tal relação em seus primeiros anos.[37] Apesar da participação de intelectuais modernistas enquanto membros do SPHAN, como Mário de Andrade, Gilberto Freyre e Lúcio Costa, é fato que o conhecimento destes sobre a arquitetura brasileira era ínfima, o que contribuía de maneira negativa na sua participação enquanto mediadores do patrimônio.

Os poucos estudos da arquitetura colonial brasileira da época eram pautados pelas viagens de estudos feitas por estudantes de arquitetura e pinturas, que baseavam suas buscas na construção das características formadoras do estilo neocolonial. Tal problemática levou um grupo de técnicos sob a liderança de Lúcio Costa, a buscarem a

---

[36] Ibid, p. 9.

[37] PINHEIRO, 2006, p. 10.

compreensão da arquitetura brasileira colonial, como método para a efetiva preservação do patrimônio. Assim, pesquisas a respeito da arquitetura colonial, são difundidas e veiculadas por meio da Revista do Patrimônio. No entanto, o SPHAN enfrentou grande dificuldades na divulgação, por conta da rejeição do público em geral, tendo em vista que o objetivo da revista era o destaque do patrimônio brasileiro, em comparação com os grandes monumentos estrangeiros.[38]

A partir deste momento, as construções, fossem essas de caráter religioso, público ou residencial, ao serem tombados começaram a ser encaradas não somente pelo seu valor histórico ou artístico, mas também sob uma lógica socioeconômica. Dessa forma, a preservação em âmbito nacional passou por planos e políticas que objetivavam o desenvolvimento econômico regional ou local, a fim de auxiliar em propostas sociais e econômicas, para além dos objetivos culturais, alcançando ações de caráter turístico, como meio do contato dos bens tombados e preservados com o público.[39] A interação do público com o patrimônio começou a ser efetiva, quando esta massa de visitantes ao mesmo tempo que promovia a divulgação e valorização dos bens, simultaneamente e de forma negativa, o crescente público consumidor, promoveu um distanciamento dos bens tombados imateriais, pois se pautavam nos valores e imagens simbólicas ao patrimônio cultural brasileiro que fora construído nos primeiros anos do SPHAN. [40]

> Elas transformam o SPHAN em algo exemplar para as políticas culturais no Brasil e em muitos outros países. Sua força é também sua fraqueza. A opção elitista e a não interação com as comunidades interessadas nos sítios preservados impediram o SPHAN de acompanhar desenvolvimentos na área de patrimônio e o colocaram como alvo de severas críticas. (MICELI, 2001; GONÇALVES, 1996) (Rubim, 2012, p. 32)

Nota-se um fenômeno do público pautado na preferência por bens culturais com aspectos quase que exclusivamente coloniais, com uma insensibilidade frente aos bens culturais considerados novos, e a expectativa por uma aparência de recém-construída, reflexo dos restauros radicais que promoviam o retorno ao original. Singularmente o baixo nível na formação cultural e de escolaridade, refletem a necessidade de uma política educacional, que contemplem o senso crítico a respeito do patrimônio.

Dentro desta perspectiva, a Fazenda Colubandê se inscreve no cenário da construção do patrimônio brasileiro, e da fase ‘heroica’ dos primeiros anos do IPHAN.

---

[38] Ibid, p. 10-11.

[39] Ibid, p. 12.

[40] Ibid, p. 13.

Por seus aspectos construtivos, já apresentados no capítulo anterior, a fazenda se associa à exaltação do Barroco enquanto estilo por excelência do patrimônio brasileiro colonial. Ela faz parte desse quadro ao ser tombada no ano de 1940, como uma das primeiras que podiam segundo a lógica autorizada do Estado, ser encaixada enquanto patrimônio nacional. Apesar de seus aspectos e técnicas construtivas serem de excelência, como já apresentado, a Fazenda sofre com inúmeros períodos de abandonos e intervenções, estas que apesar de serem asseguradas pelo instrumento de tombamento, ainda assim não foram o suficiente para estabelecer sua preservação a longo prazo. Sendo assim, faz-se necessário compreender o contexto das políticas culturais no Brasil como meio de discutir o cenário do patrimônio brasileiro.

2.2 As Políticas culturais no Brasil

As políticas de patrimônio no Brasil destacam-se entre as primeiras ações do Estado que prevaleceram no desenvolvimento das políticas no âmbito cultural no Brasil. Política Cultural segundo Calabre pode ser compreendida como :

> [...] um conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura. A recuperação da política cultural levada a cabo por um determinado governo ou em um período da história de um país pode ser realizada através do mapeamento das ações do Estado no campo da cultura, ainda que este não as tenha elaborado ou reunido como um todo coerente, como uma política determinada. O mapeamento de tais ações deve ter como foco os âmbitos da produção, da circulação e do consumo culturais. (Calabre, 2005, p. 2)

O SPHAN foi criado no Estado Novo, período da República brasileira que compreende de 1937 até 1945, governado por Getúlio Vargas foi marcado como um período autoritário e centralizador, por causa da supressão de partidos políticos, eleições e da liberdade de expressão. Contudo, neste período promoveram-se e formularam políticas para a área cultural e criaram-se museus, mesmo em seu caráter autoritário e ditatorial. Segundo Corá (2014, p. 1095) no Brasil “[...], as práticas de patrimônio surgem a partir da iniciativa do Estado em assumir um papel proeminente na formulação de uma concepção oficial de cultura, voltada para a construção de uma ideia de nação.” Tendo em vista que este governo investiu na cultura enquanto instrumento ideológico, visando a formação identidade nacional, a fim de unificar o país através da cultura que o representasse.

> A interferência do Estado na área cultural pode ser demonstrada com a criação do Curso de Museus (1932), com o Decreto no 22.928, de 1933, que elevou Ouro Preto à categoria de monumento nacional; com

> a Lei no 378, de 1937, que criou o Sphan e o Museu Nacional de Belas Artes. (Corá, 2014, p. 1095)

Os chamados intelectuais foram responsáveis pela construção de políticas e iniciativas em que o patrimônio evocava sentimento de proteção da memória nacional juntamente com a formação da cultura nacional.[41] Sendo o primeiro intelectual a formular um anteprojeto complexo e amplo, Mário de Andrade, abrangeu a diversidade da cultura brasileira. No entanto, a proposta original que contemplava as obras de arte, popular e erudita, nacional ou estrangeira, foi modificada restringindo ao estilo colonial brasileiro, conforme o Decreto-Lei nº 25, de 1937[42], que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, estabelecendo o tombamento como principal instrumento de preservação do patrimônio.

> Sem pretender esgotar suas contribuições, pode-se afirmar que Mário de Andrade inova em: 1. Estabelecer uma intervenção estatal sistemática abrangendo diferentes áreas da cultura; 2. Pensar a cultura como algo "tão vital como o pão"; 3. Propor uma definição ampla de cultura que extrapola as belas artes, sem desconsiderá-las, e que abarca, dentre outras, as culturas populares; 4. Assumir o patrimônio não só como material; tangível e possuído pelas elites, mas também como algo imaterial, intangível e pertinente aos diferentes estratos da sociedade; 5. Patrocinar duas missões etnográficas às regiões amazônica e nordestina para pesquisar suas populações, deslocadas do eixo dinâmico do país e da sua jurisdição administrativa, mas possuidoras de significativos acervos culturais. (Rubim, 2012, p. 31)

Com a presença do Estado na institucionalização da cultura, por meio do SPHAN, o órgão representou naquele momento, o primeiro passo concreto para a política cultural no país, refletindo positivamente diante do regime de caráter autoritário que imperava nos anos 30, tendo em vista a construção de um projeto político-pedagógico. Este projeto tornou clara a relação da educação juntamente com a propaganda política, a elite que ocupava o posto de intelectuais, afirmavam os ideais doutrinários do Estado ao colocar em prática a educação cultural da sociedade brasileira, que ocorreu com a criação de museus para esse fim, legitimando o Estado e formando a nova sociedade brasileira. É sob esse contexto que a concepção de cultura é relacionada à organização política. [43] Reitera-se que os intelectuais modernistas, delimitaram a política do Estado na construção da memória nacional, e por meio do

---

[41] SILVA; PINHEIRO, 2013, p. 2.

[42] BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Iphan. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Acesso em: 10 de Ago. 2024.

[43] SILVA; PINHEIRO, 2013, p. 6.

SPHAN traçaram os rumos do que deveria ser lembrado ou apagado dentro da dinâmica de construção da memória nacional oficial.

> [...] o vínculo dos intelectuais com o projeto político-ideológico do Estado Novo, [...] evidencia a relação existente entre propaganda política e educação. Apresentando-se como o grupo mais esclarecido da sociedade, esses intelectuais, procuraram pôr em prática tais ideias, com o objetivo de "educar" a sociedade brasileira, de acordo com os ideais doutrinários do Regime. (Silva; Pinheiro, 2013, p. 5)

> Para Funari e Pelegrini (2008), as propostas iniciais vinculadas ao Sphan foram orientadas segundo critérios seletivos, pautados na identificação das características estéticas da obra, sua autenticidade e seu caráter excepcional. Tais preceitos seguem a matriz francesa que serviu de modelo para a listagem do Patrimônio da Humanidade da Unesco. Logo, esse modelo de escolha de bem cultural segue a tendência de preservar o patrimônio relacionado com uma história considerada “legítima” pela classe dirigente do país. (Corá, 2014, p. 1098)

No ano de 1946, o então SPHAN é renomeado como Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) por meio do Decreto-Lei nº 8.534 de 2 de janeiro de 1946. Este decreto estabeleceu uma nova era para as políticas culturais, determinando a finalidade além do tombamento, contemplando o inventário, a classificação, a conservação de objetos de valor histórico e artístico, além da coordenação e a orientação dos museus subordinados ao órgão.[44] Apesar da mudança, neste período houve uma continuidade das atividades desenvolvidas, principalmente por causa da presença do diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, que ficou no cargo de 1937 até 1967, e durante esse período, promoveu o desenvolvimento e continuidade das competências e conhecimentos técnicos.[45]

> Pode-se considerar que, durante a gestão de Rodrigo de Andrade (1937 a 1967), o Iphan manteve uma postura institucional na qual as origens sociais da maioria dos tombamentos que marcam a história da preservação do patrimônio cultural no Brasil referem-se, como destaca Fonseca (2009), à etnia branca, ao catolicismo, às classes dominantes e às edificações símbolo do poder estatal: fortes, casarios, mosteiros, igrejas e quartéis. Corroborando com essa ideia, Falcão (1984) aponta que a política federal de preservação do patrimônio, durante aquele período, reduziu-se à preservação arquitetônica do monumento de pedra e cal da classe dominante. (Corá, 2014, p. 1101)

---

[44]BRASIL. Decreto-Lei nº 8.534, de 2 de janeiro de 1946. **Organiza o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Iphan. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_Lei_n_8.534_de_02_de_janeiro_de_1946_Sphan.pdf. Acesso em: 11 Ago 2024.

[45] CORÁ, 2014, p. 1096-1097.

Cabe ressaltar que os museus têm papel de extrema importância no cenário político pedagógico, já que por meio deles se estabelece um meio de difusão dos símbolos da identidade nacional. São os museus responsáveis pela propagação da memória e da noção de pertencimento, além de formador do discurso unificador da nação. Toda essa construção foi pautada em concepções elitistas, nas quais cabia à sociedade apenas absorver e 'apreender' o que era ser brasileiro. Assim os museus por meio de suas coleções e exposições tinham como principal narrativa o culto a personagens singulares do passado dentro do cenário da memória nacional[46]. Apesar do contexto de sua presença, os museus no âmbito da política cultural do Estado Novo, não era o foco principal, mesmo assim, foram inseridos neste período. Museus criados no espaço entre 1930 e 1950, compreenderam os museus do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo estes museus históricos-nacionais, bem como museus regionais em Minas Gerais, contemplando outros temas ligados a história do Ouro no Brasil.[47]

> Segundo Mario de Andrade, em se tratando de museus de cidades, a seleção e a composição de seu acervo, deveria estar de acordo com a identidade local, isto é, da comunidade local e critérios de valorização por esta atribuída. Assim, a prática museológica, conforme expõe Fonseca (1997, p.101-102), deveria vir do diálogo com os grupos locais interessados na constituição dos museus. (Silva; Pinheiro, 2013, p. 13)

Apesar da estabilidade do patrimônio no contexto do SPHAN até o DPHAN, um novo caminho caracterizado por descontinuidades se iniciou na trajetória da elaboração de políticas públicas culturais no Brasil. Tudo começou com o desmembramento do Ministério da Educação e Saúde, e o surgimento do Ministério da Educação e Cultura (MEC) no ano de 1953, como também o período da Ditadura militar a partir de 1964, que reafirmou a relação do autoritarismo com as políticas culturais. O novo governo estabeleceu uma reconfiguração do cenário cultural brasileiro, tendo como pauta a censura e a repressão, além do controle da cultura midiatizada.[48]

> Com o golpe militar de 1964, o país passa a viver um período de repressão e censura que resultou no desmantelamento da grande maioria dos projetos culturais em curso. Durante o governo de Castelo Branco (1964-1967), surgiu nos quadros do governo a discussão sobre a necessidade da elaboração de uma política nacional de cultura, mas não se registraram avanços. Em 1966, foi criado o Conselho Federal de Cultura, com 24 membros indicados pelo Presidente da República, que chegou a apresentar alguns planos de cultura para o governo, em

[46] Nesse sentido, compreender como a comunicação do patrimônio pode ser ressignificada a partir de práticas museais participativas e experimentais torna-se fundamental para analisar o caso da Fazenda Colubandê, tema que será aprofundado no Capítulo 3.

[47] SILVA; PINHEIRO, 2013, p. 13.

[48] RUBIM, 2012, p. 34;

> 1968, 1969 e 1973, mas nenhum deles foi posto em prática. (Calabre, 2005, p. 4)

> [...] a criação de empresas e a implantação de uma lógica de indústria cultural são realizações dos governos militares, que controlam rigidamente os meios audiovisuais e buscam integrar simbolicamente o país, de acordo com a política de "segurança nacional". (Rubim, 2012, p. 34)

As descontinuidades prosseguiram no ano de 1970, com o Decreto º 66.967 de 27 de julho, que dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Neste decreto havia a mudança de diretoria do DPHAN, passando a se chamar de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.[49] Apesar da repressão instaurada na área da cultura, durante o Governo Médici, é elaborado o Plano de Ação Cultural (PAC), um projeto de financiamento de eventos culturais que marcou o início de várias ações no campo da cultura, abrangendo atividades artísticas e culturais, além do patrimônio contando com a capacitação pessoal, que fora lançado no ano de 1973.[50] Na gestão do Ministro Ney Braga, no governo Geisel, novos órgãos são criados, com destaque para a Campanha Nacional de Defesa do Folclore Brasileiro, pautada na associação do folclore e civismo e a criação da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), em 1975.

> [...] o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) foi o embrião de uma nova política cultural do Estado, tanto por não ser gerado dentro do Estado, passando ao largo da burocracia oficial, quanto por não ser organizado pela clientela cultural tradicional, mas por uma iniciativa externa à política de patrimônio cultural, mas ligada ao Ministério da Indústria e Comércio [...] A postura do CNRC era bastante inovadora, enquanto o Ministério da Educação e Cultura e o Iphan permaneciam conservadores, culturalmente tradicionalistas e submissos ao controle político ideológico do regime militar. (Corá, 2014, p. 1099)

Na década de 1970, ocorre uma transição das antigas práticas de preservação para uma nova abordagem, na qual a preservação do patrimônio passa a ser associada a critérios econômicos e sociais. Desta forma, a preservação dos bens culturais se integrou ao cotidiano dos cidadãos, vinculando-se à geração de renda e à criação de oportunidades de trabalho para as comunidades que possuíam bens culturais.[51] Mais adiante, em 1979, o Decreto nº 84.198, de 13 de novembro transforma o IPHAN em

---

[49] BRASIL. Decreto-Lei nº 66.697, de 27 de julho de 1970. **Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura.** Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66967-27-julho-1970-408779-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 13 de Ago 2024;

[50] CALABRE, 2005, p. 4.

[51] CORÁ, 2014, p. 1099.

Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), passando a ter como diretor o gestor do Centro Nacional de Referência Cultura (CNRC) [52].

> A conjugação de ausência e autoritarismo produz instabilidade, a terceira triste tradição. Ela tem, de imediato, uma faceta institucional. Muitas das entidades culturais criadas têm forte instabilidade institucional derivada de um complexo conjunto de fatores: fragilidade; ausência de políticas mais permanentes; descontinuidades administrativas; desleixo; agressões de situações autoritárias etc. (Rubim, 2012, p. 36)

O CNRC desempenhou um papel fundamental na construção das políticas culturais. Sua equipe técnica diversificada, aliada à liderança de Aloísio Magalhães, obteve avanços nos trabalhos, debates e pesquisas desenvolvidas pelo órgão. Com o sucesso consolidado, Magalhães foi convidado para assumir a direção do SPHAN, promovendo mudanças na gestão dos recursos ao patrimônio, bem como na postura política e estrutural no órgão. Com apenas um mês de recém-nomeada, a SPHAN foi reformulada através da criação da Fundação Nacional Pró-Memória (Sphan/Pró-Memória) em 1979, por meio da Lei nº 6.757 de 17 de dezembro[53]. A criação do Sphan/Pró-Memória reconfigurou a conceituação de cultura, compreendendo-a como um processo contínuo, complexo e heterogêneo. Dessa forma, a noção de preservação do patrimônio foi ampliada, deixando de se basear em uma perspectiva estática do passado para abranger uma tarefa dinâmica e complexa[54]

Ao final da ditadura, um novo panorama se configurou na política cultural. O setor da cultura se ocupou do debate acerca da necessidade de criação do Ministério da Cultura (MinC), visando garantir a sua autonomia e independência administrativa, especialmente diante do histórico de instabilidade e descontinuidade na área, e o novo cenário almejado após a redemocratização[55]. A criação do Ministério oficializado pelo Decreto nº 91.144, de 15 de março de 1985, contou com a incorporação de órgãos como a Fundação Nacional Pró-Memória, a FUNARTE e a Fundação Casa de Rui Barbosa. No entanto, o ministério já se inicia com um futuro pouco promissor, já que sua concepção foi marcada pela:

---

[52] BRASIL. Decreto-Lei nº 84.198, 13 de novembro de 1979. **Cria, na estrutura do Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-84198-13-novembro-1979-433668-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 25 ago 2024.

[53] BRASIL. Lei nº 6.757, de 17 de dezembro de 1979 – Publicação Original. **Institui a Fundação Nacional Pró-Memória.** Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6757-17-dezembro-1979-366080-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 10 de set 2024.

[54] CORÁ, 2014, p. 1100.

[55] RUBIM, 2012, p. 36;

> [...] perda de autonomia, superposição de poderes, ausência de linhas de atuação política, disputa de cargos, clientelismo, entre outros. O novo Ministério ficou a cargo de José Aparecido de Oliveira, que logo foi substituído por Aloísio Pimenta. (Calabre, 2005, p. 7)

Durante a década de 1980, houve uma redução no investimento público na cultura, o que tronou necessário a busca de novos meios de arrecadação de fundos para atividades culturais. Nesta conjuntura, foi promulgada a Lei nº 7.505 de 2 de julho de 1986[56], que mirava no incentivo à cultura por meio da renúncia fiscal. Contudo, essa medida foi amplamente criticada à época, pois permitiu que os recursos fossem captados no mercado por meio da decisão do setor privado, apesar de se tratar de verbas públicas[57]. Um dos pontos de destaque da referida lei, é a ampla definição das atividades culturais, que incluía: a preservação do patrimônio, bem como a criação de bibliotecas e museus. O quadro museológico internacional exerceu influência nesse contexto, especialmente a partir da Mesa-Redonda de Santiago do Chile, realizada em 1972 pela UNESCO em parceria com o Conselho Internacional de Museus (ICOM). Nesse evento, foi discutido o papel dos museus frente ao desenvolvimento social.

> [...] VIII - restaurar, preservar e conservar prédios, monumentos, logradouros, sítios ou áreas tombadas pelo Poder Público Federal Estadual ou Municipal;
> IX - restaurar obras de arte e bens móveis de reconhecido valor cultural, desde que acessíveis ao público;
> X - erigir monumentos, em consonância com os Poderes Públicos, que visem preservar a memória histórica e cultural do País, com prévia autorização do Ministério da Cultura;
> XI - construir, organizar, equipar, manter, ou formar museus, arquivos ou bibliotecas de acesso público;
> XII - construir, restaurar, reparar ou equipar salas e outros ambientes destinados a atividades artísticas e culturais em geral, desde que de propriedade de entidade sem fins lucrativos; [...] (BRASIL, 1986)

A publicação da portaria do Ministério da Cultura (MinC) em 1986, instituiu o Sistema Nacional de Museus (SNM), um marco essencial para a formulação de políticas museológicas, especialmente devido à participação ativa do campo museológico brasileiro na discussão. No entanto, o SNM só se consolidou de fato em 2004.[58]

Com a posse de Fernando Collor na presidência em 1990, a situação das políticas culturais piorou vertiginosamente. O Ministério da Cultura foi extinto e transformado em Secretaria Especial de Cultura, vinculada diretamente à Presidência

---

[56] BRASIL. Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986. **Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.** Casa Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7505.htm. Acesso em: 12 de set 2024.

[57] RUBIM, 2012, p. 37.

[58] SILVA; PINHEIRO, 2013, p. 14.

da República. Além disso, a lei de incentivo à cultura foi revogada, sendo posteriormente reformulada nos moldes da lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, com a criação do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), conhecida como Lei Rouanet[59].

No governo de Fernando Henrique Cardoso, houve o retorno do Ministério da Cultura conforme estabelecido na lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998[60], juntamente com o aperfeiçoamento da Lei Rouanet, resultando na diminuição dos investimentos em cultura e no repasse para a iniciativa privada do poder de decisão e do destino da cultura no Brasil. Essas mudanças alteraram a concessão de patrocínios culturais, o que transformou a utilização de recursos públicos em um viés mais comercial, modificando completamente o cenário da política cultural brasileira.[61] Tal lógica enfraqueceu o poder de intervenção do Estado, transferindo-o para o setor privado, sem que este lançasse mão de seus próprios recursos.

> O novo governo caracteriza-se pela implantação, de modo menos tosco e mais enfático, do projeto neoliberal no Brasil. A retração do Estado acontece em praticamente todas as áreas, substituído pelo mercado. Aliás, se houve política de cultura, ela se concentrou em ampliar a utilização das leis de incentivo pelo mercado. A utilização de dinheiro público subordinado a decisão privada se ampliou bastante. (Rubim, 2012, p. 38)

A partir da Constituição de 1988, um novo rumo foi traçado para as políticas culturais. Foi promovida a aproximação da cultura e do patrimônio, tanto no sentido político quanto antropológico, ultrapassando a interpretação consolidada do patrimônio como monumento histórico e da arte, fundamentando a diversidade das identidades culturais e sociais, por meio das diversas interpretações do mundo, memórias, relações sociais e simbólicas[62]. O conceito ampliado de patrimônio cultural na nova Constituição demonstra um avanço na cidadania e na instauração de políticas preservacionistas que contemplassem as múltiplas características da cultura brasileira, juntamente com o conceito de patrimônio imaterial.[63] O novo conceito de patrimônio imaterial, é instituído

---

[59] BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. **Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).** Casa Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm. Acesso em 11 abr 2024.

[60] BRASIL. Lei nº 9.649 de 27 de maio de 1998. **Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.** Casa civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9649cons.htm. Acesso em: 19 abr 2024.

[61] CALABRE, 2005, p. 8-9.

[62] CORÁ, 2014, p. 1094.

[63] CORÁ, 2014, p. 1101.

por meio do Decreto nº3.551 de 4 de agosto de 2000[64], o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), tinha como principal objetivo a identificação, salvaguarda e proteção do patrimônio cultural imaterial, com foco nas representações imateriais de matrizes indígenas e africanas, por meio de parcerias entre os governos federal, estadual e municipal, além de universidades e organizações não governamentais.[65]

> O patrimônio a ser preservado passa a ser, além dos monumentos de pedra e cal representantes da cultura dominante, outras representações culturais, de matrizes africanas e indígenas, que, até então, não haviam sido consideradas legítimas nas políticas culturais de preservação. (Corá, 2014, p. 1101)

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I - as formas de expressão;
> II - os modos de criar, fazer e viver;
> III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Entretanto, é fundamental relacionar esse processo de redemocratização com a desigualdades estruturante que permeia o campo do patrimônio, pois apesar dos avanços legais e conceituais, a distribuição dos investimentos e o reconhecimento dos bens culturais continuam marcados por assimetrias regionais, sociais e raciais. Nesse cenário, as transformações que se iniciam a partir de 2003 representam um esforço mais concreto de enfrentamento dessas desigualdades, marcando uma nova etapa nas políticas culturais brasileiras.

A partir de 2003, as políticas culturais iniciam uma nova fase com o Governo Lula e a gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, gestão está marcada pelo papel ativo do Estado em relação à sociedade. O caráter autoritário, que predominou durante anos no discurso elitista sobre a cultura, é substituído, naquele momento, pela agenda democrática, por meio da ampliação do conceito de cultura. A adoção do conceito

---

[64] BRASIL. Decreto-Lei nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. **Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.** Casa Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 7 jun 2024.

[65] CORÁ, 2014, p. 1104.

antropológico foi essencial para a abertura das políticas culturais à cultura popular, indígena, afro-brasileira, de gênero e, não menos importante, da periferia[66], entre outras.

> No âmbito internacional, em 2003, a Unesco proclama a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Nesse mesmo ano, a Expressão Oral e Gráfica dos wajãpis se torna patrimônio cultural da humanidade, seguido, em 2006, pelo Samba de Roda do Recôncavo Baiano, que também passa a integrar a lista da Unesco. (Corá, 2014, p. 1103)

Como ponto de partida, foi publicado o Decreto nº 5.264 de 5 de novembro de 2004[67], instituindo o Sistema Nacional de Museus, além da Emenda Constitucional nº 48/2005[68], que criou o Plano Nacional de Cultura (PNC), responsável pela parceria entre os estados, municípios e a sociedade, a fim de viabilizar a implementação de programas culturais. Houve um avanço no IPHAN ao ampliar suas ações para a incorporação do patrimônio imaterial, como danças, festas, procissões, entre outros, além da criação, em 2003, do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN (Demu/IPHAN), que tinha como intuito realizar articulações nos âmbitos estadual e municipal.[69]

> Desde a perversa instalação das leis de incentivo, que contaminaram toda a arquitetura institucional da cultura, existem enormes problemas neste registro. As leis de incentivo parecem esgotar o tema das políticas de financiamento, quando não das próprias políticas culturais. Apesar dos avanços inegáveis, com a instituição de uma política de editais para a cultura no ministério (Fundo Nacional de Cultura) e em empresas estatais, o tema ainda demanda um grande esforço para superar a lógica neoliberal que entronizou o mercado como o poder de decisão acerca da cultura brasileira. (Rubim, 2012, p. 43)

Ainda na gestão Lula em 2009, foi criado o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) consolidando o setor museológico brasileiro através da ampliação da construção da diversidade da identidade brasileira, promovendo a percepção crítica da realidade cultural, estímulo à produção de conhecimento e a inclusão social. Com a

---

[66] RUBIM, 2012, p. 40.

[67] BRASIL. Decreto-Lei nº 5.264, de 5 de novembro de 2004. Institui o Sistema brasileiro de Museus. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5264.htm. Acesso em: 14 jul 2024.

[68] BRASIL. Emenda Constitucional nº 48, de 10 de Agosto de 2005. **Institui o Plano Nacional de Cultura.** Casa civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc48.htm. Acesso em 19 de jun de 2024.

[69] CORÁ, 2014, p. 1103.

criação do IBRAM, se destacou a relevância dos museus na salvaguarda e construção da memória brasileira.[70]

As descontinuidades das políticas culturais do IPHAN e do Ministério da Cultura, impactaram, diretamente as atividades que vinham sendo construídas, interrompendo a consolidação de novos conceitos, como o patrimônio integral e imaterial na agenda das políticas culturais brasileiras. Isso se reflete nas políticas públicas culturais que contemplam o patrimônio periférico e como isso se reflete no cenário do Município de São Gonçalo.

2.3 O patrimônio periférico no cenário das políticas culturais

O patrimônio localizado em contextos periféricos é frequentemente negligenciado nas discussões sobre cultura e identidade no Brasil. Como já apresentado, o início das políticas culturais segue uma lógica pautada em um discurso elitista. Entretanto, com a redemocratização do país, essa lógica foi ampliada, passando a abranger o patrimônio imaterial e promovendo a valorização de bens culturais até então descartados como parte integrante da memória e da identidade nacional. Nesse contexto, os patrimônios periféricos também passaram a ser incluídos nas políticas culturais. O presente subcapítulo tem como objetivo explorar essa problemática no Estado do Rio de Janeiro e, especificamente, na cidade de São Gonçalo, tendo em vista o contexto periférico no qual se insere.

As políticas culturais na esfera estadual do Rio de Janeiro tiveram início na gestão do governador Floriano Peixoto Faria Lima, que em 1975, criou a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, por meio do Departamento Cultural, cujas ações eram voltadas exclusivamente para as escolas. Foi nesse departamento que é estruturado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), em três áreas de atuação: a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, a Divisão de Pesquisa da Manifestação Cultural e a Divisão de Folclore. A atuação do INEPAC foi fundamental para a instauração dos processos de tombamento do patrimônio estadual.

No primeiro governo de Leonel Brizola em 1983-1987, a cultura foi transferida para a Educação em 1984, este período foi marcado pela presença dos animadores culturais nos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP's), os quais passaram a integrar a cultura não apenas no âmbito estadual, mas também nos municípios. A exploração do

[70] SILVA; PINHEIRO, 2013, p. 17.

tema da tradição e da identidade nacional por meio do folclore, tornou-se fundamental para as ações de expansão da preservação e dos tombamentos realizados pelo INEPAC. Ao final do segundo governo Brizola, foi criada a Secretaria de Estado de Cultura, atendendo a demanda da área cultural. No entanto, as descontinuidades observadas na política nacional de cultura, se estendem ao âmbito estadual, com a recriação da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, no governo de Moreira Franco em 1989, ainda na mesma gestão foi recriada a Secretaria de Estado de Cultura (SEC)[71].

Nas dinâmicas culturais de diversos municípios fluminenses, a cultura geralmente é absorvida pelo setor da Educação. Nesse cenário, a produção cultural do estado baseia-se, predominantemente, em eventos de caráter religioso, festivo e ritualístico, além de dados cívicos escolares. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os dispositivos culturais fluminenses podem ser compreendidos como inexistentes, assim como a presença de equipamentos culturais dentro das políticas culturais. Além disso, a ocupação de cargos no setor segue uma lógica baseada não na competência técnica, mas na influência partidária. Observa-se, ainda, uma adequação à lógica do mercado de eventos, e do turismo com intuito comercial, em detrimento da valorização dos valores patrimoniais.

> A ausência de tais instrumentos e ações é realidade na maior parte dos municípios, evidenciando quadro semelhante de ausências de políticas específicas para o setor. Nas administrações municipais, as indicações partidárias na distribuição das funções administrativas e ainda cenários peculiares atrelados aos feudos familiares, poderio econômico de grupos que se mantém entre o público e o privado, engessam a gerência pública, com um cenário assistencialista e prática de fisiologismo local. (Costa, 2024, p. 193)

No ano de 2001, o Comcultura-RJ foi criado por iniciativa de gestores públicos do cenário estadual, com o objetivo de uma melhorar o desempenho na gestão cultural e promover novas práticas na administração estadual e municipal. Impulsionados pelo relatório do Mundiacult, no México em 1992, e influenciados pela proposição do Desenvolvimento Cultural das Cidades, o novo método de gestão do MinC e a Declaração Universal sobre Diversidade Cultural, produzem uma mudança na gestão da pasta no estado e em alguns municípios. A partir de 2009, pela primeira vez a SEC-RJ, colocou em pauta a necessidade da discussão sobre as políticas culturais participativas, por um longo período de tempo, sujeitos a revisões juntamente com todos os municípios do Estado[72], criando assim o Plano Estadual de Cultura e a Lei do Sistema

[71] COSTA, 2024, p. 191.

[72] Ibid, p. 198.

Estadual de Cultura. Simultaneamente é extinto o Conselho Estadual de Cultural do Rio de Janeiro de modo gradativo, e a SEC-RJ promove a mudança na composição do Conselho, com conexão com o Sistema Nacional de Cultura (SNC).

> O PL 533/2015 começa a ser apreciado no dia 25/06/20215, pelos Deputados Estaduais, que apresentam várias emendas ao texto original que institui o Sistema Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, o Programa Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura e apresenta como anexo único as diretrizes e estratégias do Plano Estadual de Cultura. (Costa, 2024, p. 202)

Por meio da Lei nº 7.035/2015, de 7 de julho, foi promulgada o Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura e o Plano Estadual de Cultura, que tem como princípio promover a formulação e gestão da política pública cultural no estado do Rio de Janeiro, diretamente ligada à União Federal, os municípios e a sociedade civil.[73] O presente disposto representou mais de 40 anos, da estruturação da cultura no setor estadual, até a efetiva participação social.[74]

> Logo após sancionado pelo Governador Luiz Fernando Pezão, parte do Sistema estadual de Cultura é regulamentado com o decreto 45.419, de 19/10/2015, com parte dos seus integrantes: a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, o órgão coordenador do SIEC e suas entidades vinculadas, o Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC, o Conselho Estadual de Tombamento63, a Conferência Estadual de Cultura, as Conferências Regionais de Cultura, a Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do Estado – ALERJ, os Órgãos públicos gestores e sistemas de cultura dos municípios fluminenses, os Conselhos municipais de Cultura, os Conselhos municipais de Proteção do Patrimônio Cultural, os Fóruns setoriais e regionais existentes ou que vierem a ser criados e a Comissão Inter gestores Bipartite. (Costa, 2024, p. 204)

Após tal conquista e sob o contexto do decreto de calamidade pública nº 45.692, de 17 de junho de 2016, bem como o programa de Regime de Recuperação Fiscal, o poder público impôs limitações de funcionamento das secretarias estaduais e suas autarquias, afetando diretamente a execução das etapas de efetivação integrante do Sistema Estadual de Cultura. Por meio do Decreto nº45.809, de 03 de novembro de 2016, o governador Luiz Fernando Pezão determina a extinção da SEC-RJ, ocorrendo a fusão da pasta da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, fragilizando a estrutura administrativa da Cultura, além de desestabilizar as ações do Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro[75]. O quadro de instabilidade no estado fluminense

[73] COSTA, 2024, p.203.

[74] Ibid, p. 205.

[75] Ibid. p. 205 - 206.

se aprofunda, além da crise econômica e política, gerada pela prisão de três ex-governadores, denúncias de corrupção e a prisão do próprio governador Pezão, impactou diretamente na gestão das políticas culturais no Estado do Rio de Janeiro[76].

> A crise econômica enfrentada pelo estado do Rio de Janeiro desde meados de 2016, quando o governo decretou calamidade pública financeira, atingindo várias pastas do Governo, afetou diretamente a estrutura funcional da SEC-RJ, com perda significativa no seu orçamento, na redução de quase 40% do quadro funcional de técnicos, pesado contingenciamento e ausência de salários. Com o esvaziamento das políticas públicas de cultura em função das muitas restrições da pasta, o percurso de inovações da gestão, iniciado em 2007, é interrompido. (Costa, 2024, p. 228)

Após este período a pasta da cultura é marcada por suas inúmeras trocas, sendo um dos fatores principais para a descontinuidade da cultura na esfera Estadual. De 2015 a 2019, foram trocados quatro secretários, comprometendo a continuidade das políticas, além de inúmeros efeitos prejudiciais.[77]

Cabe ressaltar a importância dentro da esfera estadual da Lei nº 9.661 de 28 de abril de 2022[78], que autorizou a criação do Parque Histórico Estadual Fazenda Colubandê. A lei nasce sob o berço da luta do coletivo gonçalense que ocupou a fazenda com ações culturais no período de 2012 a 2019, este movimento representou o primeiro avanço significativo na questão das problemáticas acerca do patrimônio periférico. Mesmo com a sanção do Governador Claúdio Castro, ainda são necessárias outras medidas para a instauração efetiva do Parque na Fazenda Colubandê.

> Art. 2º O objetivo da criação deste Parque é a preservação de um importante patrimônio com relevância histórica, arquitetônica e ambiental, a Fazenda Colubandê, bem como a criação de um equipamento para realização de pesquisa científica, visitação cultural e turismo em contato com a natureza entre outras atividades compatíveis com o objetivo da unidade de conservação da natureza, tais como:
> I - associar os conceitos de cultura, turismo, esporte e meio ambiente, com ênfase no desenvolvimento econômico, por meio da instalação do Parque;
> II - estimular atividades artísticas e ofertas de lazer com prática de esporte de aventura na natureza e esportes radicais urbanos, ciclismo e caminhadas para acesso da população;
> III - preservar e restaurar o conjunto arquitetônico que compõem o espaço do Parque Estadual Fazenda Colubandê protegendo, assim, o patrimônio histórico-cultural da região;

[76] Ibid. p. 208.

[77] COSTA, 2024, p. 228.

[78] RIO DE JANEIRO. Lei nº 9,661, de 28 de abril de 2022. Cria o Parque Histórico Estadual Fazenda Colubandê, no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro. Leis Estaduais. **ALERJ**. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-9661-2022-rio-de-janeiro-fica-o-poder-executivo-autorizado-a. Acesso em: 9 de abr 2024.

> IV - oportunizar o acesso com qualidade à prática do eco esporte para a população frequentadora do Parque;
> V - contribuir com a formação humana e cidadã dos beneficiados, através de Programas de educação ambiental.

Tendo em vista a atual conjuntura da política estadual de cultura, é importante compreender como estas ações refletem o cenário da política cultural gonçalense. Primeiramente vale ressaltar a importância da identificação do indivíduo em sua cultura. Segundo Calabre (2019) "Um indivíduo que nunca se vê em nenhum lugar [...], praticamente não existe ou pensa não existir, não importar, não significar algo para o restante do país". Há poucos anos, a periferia vem recorrendo à experiência da criação de autoimagens, como meio de se identificarem através de sua própria interpretação de mundo e não mais sobre os olhares dos centros de poder. Toda essa dinâmica é pautada em uma multiplicidade de relações centrais e periféricas, formadas pela desigualdade. Dentro desse quadro da representação imagética que alguns programas se destacam na reprodução da periferia, assim como o projeto "Revelando os Brasis" do MinC, que é um projeto, de caráter audiovisual que tem como objetivo promover a inclusão e formação de projetos audiovisuais, por meio da seleção de 40 histórias que deverão ser transformadas em vídeos digitais de até 15 minutos. Esse projeto mobiliza comunidades que, por estarem longe dos centros urbanos e de poder, geralmente são excluídos e das ações do governo no âmbito cultural.[79] Contribuindo para a valorização e fortalecimento da autoestima local.

> [...] o projeto pretendia criar processos de autorreconhecimento. No caso das pequenas cidades, tal mentalidade inibe a criação de oportunidades ou ações efetivas que valorizem as práticas e a cultura local – com algumas exceções para as atrações turísticas, principalmente aquelas ligadas à exploração dos recursos naturais. As histórias e as paisagens locais reproduzidas na tela permitem que a população se veja por outros ângulos, pense sobre outros modos de serem retratados e imaginem possibilidades de representações imagéticas diferenciadas. (Calabre, 2019, p. 103)

Outro ponto fundamental a respeito da ampliação das políticas culturais ao cenário periférico está presente no artigo 215 da Constituição no qual o Estado tem como papel garantir o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, além de apoiar e incentivar a difusão e a valorização das manifestações culturais. No entanto, apesar da presença de leis de incentivo à cultura como a Lei Rouanet, fica claro que ao longo de sua existência se tornou excludente e centralizadora, gerando uma exclusão de regiões e segmentos culturais do país, quase nunca contemplados, nem mesmo através do Fundo Nacional de Cultura (FNC)[80].

---

[79] CALABRE, 2019, p. 95-96.

[80] Ibid, p. 147.

Devido a esta demanda, no ano de 2009, o MinC inicia um novo programa chamado “Microprojetos Mais Cultura”, que tinha como foco inicial ações nos municípios da região do Semiárido, mas que continuou sendo ampliado para outras regiões.

Como já apresentado, a Lei Rouanet estabeleceu um meio de incentivo à cultura no cenário das políticas culturais no Brasil e na gestão de Gilberto Gil, notou-se a necessidade de se estabelecer novos meios de financiamento público, através de aperfeiçoamentos, ajustes de portarias e instruções normativas, bem como a utilização de editais, além da criação de premiações, foram meios usados para superar e diminuir as distorções regionais no âmbito do investimento público federal na cultura[81].

Assim, no ano de 2007, o Minc promoveu um programa próprio denominado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que por sua vez, proporcionou a criação do Programa Mais Cultura pelo decreto nº 6.226, de 4 de outubro de 2007[82], visando:

> I – ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e meios necessários para a expressão simbólica, promovendo a autoestima, o sentimento de pertencimento, a cidadania, o protagonismo social e a diversidade cultural;
> II – qualificar o ambiente social das cidades e do meio rural, ampliando a oferta de equipamentos e dos meios de acesso à produção e à expressão cultural; e
> III – gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda para trabalhadores, micro, pequenas e médias empresas e empreendimentos da economia solidária do mercado cultural brasileiro. (BRASIL, 2007)

O programa possuía entre seus objetivos: a criação de bibliotecas públicas e museus, a fim de zerar os municípios que não possuíam tais equipamentos culturais, além de ampliação dos Pontos de Cultura, contava também com a atuação conjunta dos estados, municípios e o distrito federal. Assim contemplando as áreas de baixa escolaridade, regiões com altos índices de violência e baixo nível de desenvolvimento, destacando como prioridade às regiões do Semiárido e do Rio São Francisco. O Mais Cultura foi de extrema importância para a formação do Sistema Nacional de Cultura, permitindo ao MinC resolver a problemática da cobertura em escala continental efetiva

---

[81] CALABRE, 2019 p. 148.

[82] BRASIL. Decreto-Lei nº 6.226, de 4 de outubro de 2007. **Institui o Programa mais cultura.** Secretaria Geral. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6226.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.226%2C%20DE%204,Institui%20o%20Programa%20Mais%20Cultura.&text=III%20%2D%20gerar%20oportunidades%20de%20trabalho,solid%C3%A1ria%20do%20mercado%20cultural%20brasileiro. Acesso em: 10 jul 2024.

da cultura no Brasil, rompendo assim com ciclos de exclusão[83]. Dentro da atuação do programa houve uma pesquisa de caráter quantitativa e qualitativa que permitiu conhecer o cenário diversificado de projetos contemplados com recursos:

> Uma das questões da pesquisa era sobre o envolvimento da comunidade com o projeto – o resultado foi que 65% dos participantes declararam ter apoio da comunidade local. Uma parte significativa dos projetos não eram desenvolvidos na sede dos municípios – 22% ocorriam na periferia do município, e 17% em localidade distante da sede do município; além disso, foram apoiados projetos em áreas quilombolas. (CALABRE, 2019, p. 153-154)

Outro projeto do MinC sob a direção da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC), foi o "Programa Arte, Educação e Cidadania: Cultura Viva", criado em 2004 e que tinha como objetivo fomentar, iniciativas culturais já realizadas, por um tempo previamente determinado de três anos em áreas periféricas ou em grupos em situação de vulnerabilidade social. Os contemplados pelo programa seriam denominados "Pontos de cultura", e através de edital receberiam recursos. O Cultura Viva nasceu com a proposta de substituição da instauração das Bases de Apoio à Cultura (BAC) que tinha como objetivo a criação de vários centros culturais comunitários. O programa teve como resultado positivo o reconhecimento de atividades, saberes e fazeres únicos de comunidades, que até então eram invisíveis para o Poder Público, e ao mesmo tempo teve como ponto negativo as problemáticas da prestação de contas na utilização de recursos públicos[84]. No cenário das políticas culturais brasileiras, a partir da presença de Gilberto Gil no Minc, se estabeleceu a necessidade de reverter o processo de exclusão ao acesso e oportunidades da criação cultural de uma significativa parcela da sociedade, promovendo a partir deste contexto uma desigualdade natural das necessidades culturais.

> O Cultura Viva era destinado prioritariamente à população de baixa renda, aos estudantes da rede básica de ensino, às comunidades indígenas e rurais e aos agentes culturais, artistas, professores e militantes que desenvolvem ações no combate à exclusão social e cultural, aos quais foram acrescidos, pela Portaria nº 82, de 2005, quilombolas e *gays*, lésbicas, transgêneros e bissexuais. Ou seja, o programa é destinado a segmentos da população que tradicionalmente não tinham suas práticas culturais valorizadas pelo Estado nem acessavam recursos públicos para sua realização. (CALABRE, 2019, p. 160-161)

Projetos como os apresentados acima, foram responsáveis pela promoção da autonomia e do exercício da cidadania para camadas menos favorecidas, na história

---

[83] Ibid, p. 150.

[84] CALABRE. p. 157-158.

das políticas culturais foram rapidamente desestruturados e apagados da memória coletiva. Por mais importante que seja a evolução em relação às camadas populares, infelizmente as ferramentas e instrumentos burocráticos, ainda estão pautados sob uma lógica excludente por parte da sociedade, já que os mecanismos de prestação de contas permanecem estáticos no tempo, visto às necessidades e especificidades das atividades desses grupos sociais[85]. A partir da presente discussão, é preciso compreender como São Gonçalo, inserido no contexto periférico se incorpora no quadro das políticas culturais.

Anteriormente citado no primeiro capítulo, a cidade de São Gonçalo foi marcada pela sua vocação agrícola, que através de uma elite local e seu poder político, conduziu a estrutura econômica e social da região. Sua condição geográfica próxima à capital, favorecia sua participação expressiva no cenário econômico nacional. Tal contexto foi rodeado por uma transformação na paisagem rural do município, marcada pela presença do discurso do progresso e da modernização, assim substituindo a paisagem de rural pela urbana. Este cenário foi o reflexo da decadência da produção agrícola, e a necessidade de novas atividades econômicas foram o marco da destruição da memória da região, sendo sítios e fazendas desmembradas para loteamento e construção de casas para a massa trabalhadora, comerciantes e investidores que fixaram residência no município. A cidade de São Gonçalo por meio da figura do Governador do estado, Amaral Peixoto e do presidente Getúlio Vargas, investiu fartos recursos do capital estatal e nacional, para a criação do grande parque industrial após os anos de 1930. Em 1940 a cidade de São Gonçalo ocupa a segunda posição na produção industrial do estado, esta fase é denominada enquanto Manchester Fluminense, sua localização geográfica foi fundamental, por conta do fácil acesso ao centro e litoral, possibilitando o melhor acesso de mão-de-obra, mercadorias e pessoas.[86] Com a demanda imobiliária, reflexo das indústrias e dos trabalhadores, são construídas conjuntos habitacionais, casas e vilas operárias, e assim as propriedades rurais remanescentes foram apagadas por meio do processo de loteamento, delimitando um novo desenho urbano, no centro e nos entornos das fábricas[87].

Todo pano de fundo deste quadro foi pautado na disputa política municipal, que sob a figura de Joaquim Lavoura, enquanto vereador da cidade em 1950, norteou sua permanência no cenário político através de obras públicas a fim de alcançar o ideal

---

[85] Ibid, p. 174.

[86] COSTA, 2024, p. 77

[87] Ibid. p. 78.

urbano gonçalense. Lavoura estabeleceu sua fama na cidade pelas ausências no plenário da câmara e presença constante nas obras públicas, principalmente nos loteamentos, com fins eleitoreiros. Por sua presença emblemática não somente, foi eleito prefeito em 1954, mas também consolidou o grupo político chamado “Lavourista”, cujo método político era pautado nas obras públicas e na imagem de construtor urbano, além de construir a cidade periférica entorno das capitais administrativas.

> O que ocorreu foi a ausência de realização da ideal cidade gonçalense. A população buscou outro nome que, de fato realizasse melhorias. Lavoura percorria os morros de trator, tapava buracos, pensava na população operária. Eram esse operários recém-chegados na cidade que era ‘recepcionados’ por Lavoura (FREIRE, 2009, p.115)

No entanto, este cenário declina a partir da década de 1970, por conta dos baixos indicadores sociais, carência de uma infraestrutura urbana sólida, a queda do emprego industrial, provocando o processo de periferização[88]. A noção de cidade-dormitório, entendida na contemporaneidade de São Gonçalo foi formada pela relação dos moradores que recorrem as cidades vizinhas para atividades diversas, cabendo apenas à cidade a função de moradia, reflexo do fenômeno de metropolização, consolidado a partir da década de 1970 com a construção da ponte Rio-Niterói, e da rodovia federal BR-101.

> Nas décadas de 1970 e 1980, como consequência da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro (meados da década de 1970), São Gonçalo, município do Leste Fluminense, assume uma posição ainda mais debilitada e dependente do município do Rio de Janeiro, sendo ratificada sua condição periférica na dinâmica metropolitana. A crise político-econômica e a recessão econômica no Brasil atingem fortemente a cidade, trazendo baixa aguda de sua industrialização e a falência de empresas, pela fuga de capitais, ainda que para alguns estudiosos, nunca tenha, de fato, deixado de ter importância no tocante a sua riqueza industrial. (Costa, 2024, p. 81)

Considerando o contexto no qual se insere o município dentro da dinâmica política, a imagem de construtor na cidade perdura até os dias atuais na figura do atual Prefeito eleito Capitão Nelson. O imaginário político pautado nessa condição trouxe à luz a problemática das políticas culturais na cidade, que apesar de importantes elementos culturais diversos, ainda assim a construção de políticas públicas compreende um momento muito recente.

O aspecto cultural é apresentado por meio da Lei Orgânica da cidade, promulgada em abril de 1990, no entanto segundo a análise de Costa (2024), no ano de

[88] ROSA, 2017, p. 281.

2021, em pesquisa do IBGE a falta das aplicações das ações na esfera das políticas é notável.

> Seção II Da Cultura
> Art. 176 - O Município garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso a todos os níveis culturais dos entes federativos, bem como incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.
> Art. 177 - As concessões e nomes e prédios e logradouros públicos, bem como suas revisões, atenderão a importância histórica e cultural visando preferencialmente a preservação da memória municipal. § 1º - É vedada a concessão de nomes de pessoas vivas a prédios e logradouros públicos.
> Art. 178 - O Poder Público Municipal promoverá um levantamento histórico sobre a ocupação, o desenvolvimento e expansão do município, bem como a influência indígena e negra na formação cultural.
> Art. 179 - O Poder Executivo, obrigatoriamente, incentivará a cultura artística em nossa cidade, criando a Escola Municipal de Artes, com a abrangência de todas as modalidades artísticas
> Art. 180 - Constituem Patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade municipal nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico ou científico.
> Art. 181 - O Poder Municipal com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural municipal, através de: I - inventário, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação; II - incentivo aos cines-clubes, promovendo-os, divulgando filmes didáticos, utilizando e cedendo, por comodato, material cinematográfico de interesse cultural e procurando desenvolver na municipalidade o interesse pela cultura cinematográfica; III - proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual; IV - espaço para integração, divulgação e comercialização das artes culturais. (SÃO GONÇALO, 1990)

A administração do município orienta-se na priorização da educação, saúde e principalmente infraestrutura, deixando a área cultural como elemento irrelevante dentro de sua gestão, delegando baixo-orçamento para a pasta, apenas para sua estrutura e funcionamento. Um dos primeiros instrumentos culturais da cidade foi o Centro Cultural Prefeito Joaquim Lavoura, criado em 1989, com o intuito de agregar manifestações culturais, pesquisa, laboratório de teatro, espaço multicultura, com centro de memória, sede da biblioteca municipal e galeria de artes. O espaço agrega tantas funções que falhou em seu objetivo, funcionando por poucos anos com este fim[89].

[89] COSTA, 2024, p. 93

Outro aspecto fundamental para compreender a conjuntura das políticas culturais municipais decorre do despreparo da equipe responsável pela cultura, em sua maioria a gestão da área cultural gonçalense é reflexo de indicações sem competência para a função. Durante as mudanças operadas no MinC por Gilberto Gil, no primeiro Governo Lula, há uma busca dos gestores em implementar atuações concretas e efetivas no cenário da política cultural de 2002 a 2004, criando, por exemplo as carreiras públicas de produtor cultural, técnico em artes cênicas e música e animador, além do intercâmbio com o governo federal e parlamentares por meio da rede COMCULTURA RJ.[90] Tais ações foram bruscamente interrompidas no ano de 2005, com a prefeita Aparecida Panisset que institui a extinção da Secretaria Municipal de Cultura, transformando-a em Subsecretaria subordinada à Educação, até a criação da nova pasta denominada Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo (SEMECELTUR), causando descontinuidades aos trabalhos realizados na gestão anterior, esta situação está em desacordo com política nacional que propusera a criação de secretarias de cultura na esfera municipal.[91] No ano seguinte, mas uma vez houve mais uma mudança na Secretaria que passa a abranger a cultura e o turismo:

> Em fevereiro de 2006 é criada a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, assumindo a cadeira de titular o turismólogo Felipe Rocha, com onze cargos de provimento em comissão que não apresentam exigência específica para atuação no setor cultural. A nova pasta, agora separada da Educação, é destinada a apoiar a cultura, preservar a memória e o patrimônio cultural do Município e promover o desenvolvimento do turismo, (Costa, 2024, p. 101)

É na gestão de Felipe Rocha que a relação entre cultura e turismo são estabelecidas como primordiais para a melhoria da qualidade de vida dos gonçalenses, por meio da democratização do acesso a bens culturais e turísticos segundo a seção III da Lei nº 34 de 06 de fevereiro 2006[92].

> Art. 10 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura compele:
> I - promover o desenvolvimento das atividades culturais e de turismo para melhoria da qualidade de vida dos munícipes;
> II - intensificar o turismo no Município de São Gonçalo;
> III - divulgar o Município nos níveis local, estadual, nacional e internacional;
> IV - definir e implementar políticas objetivando democratizar o acesso e bens culturais e turísticos do Município;

---

[90] COSTA, 2024, p. 96-97.

[91] Ibid. p. 99.

[92] SÃO GONÇALO (Município). Lei 34\2006. **Cria na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, as Secretarias que menciona, e dá outras providências.** Câmara Municipal. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rj/s/sao-goncalo/lei-ordinaria/2006/4/34/lei-ordinaria-n-34-2006-cria-na-estrutura-administrativa-da-prefeitura-municipal-de-sao-goncalo-as-secretarias-que-menciona-e-da-outras-providencias. Acesso em: 28 ago 2024.

> V - estabelecer a política de preservação e valorização do Patrimônio Cultural;
> VI - implementar e atualizar banco de dados relativo à área cultural do Município;
> VII - divulgar programas, projetos estatísticas e indicadores culturais, turísticos, no âmbito do Município.
> VIII - fomentar atividades de feiras, convenções, exposições e outras; (São Gonçalo, 2006)

No ano de 2007, com a gestão de José Augusto Abreu na secretaria de cultura, o retorno das ações de instauração do CPF da Cultura, retomou o funcionamento do Conselho Municipal de Cultura, bem como, o debate acerca da elaboração do Plano Municipal de Cultura, além do Fundo Municipal de Cultura. Sob este contexto ocorre a 1ª Conferência Municipal da Cultura da cidade, o retorno do Fórum Gonçalense de Cultura, que promoveu um movimento inicial para a formação do mapa cultural de São Gonçalo. Foi também realizado o Plantão Cultural, coordenado pela Subsecretaria Municipal de Cultura, atividade cultural de extrema importância inspirada nas ações da "Rota Cultural", que tinha como objetivo a divulgação da agenda mensal com programação proposta pelo poder público, iniciativa privada, e a população em geral, esta atividade foi baseada no mesmo projeto desenvolvido na cidade Niterói[93].

> No dia da Cultura, 5 de novembro de 2007, é realizado o Plantão Cultural "Cultura para São Gonçalo", coordenado pela Subsecretaria Municipal de Cultura, que percorreu os cinco distritos da cidade com atividades de Teatro; Dança; Música; Artes Plásticas; Oficinas artísticas; Literatura; Circo; Artesanato; Patrimônio e Identidade; Painel Cultural e Debate Política Cultural de 9 às 21h *(ver imagem Nº 53/Anexos)*. Nas atividades, artistas e convidados com variados painéis culturais se apresentaram nos sete locais do plantão. Música eletrônica, música ao vivo e microfone aberto na participação do debate da política cultural. Nos sete locais de plantão, a presença protagonista de um gestor público, um conselheiro municipal de cultura e um nome referência do local. (COSTA, 2024, p. 102)

Após a realização do Plantão Cultura, ocorreu uma nova troca na condução da pasta que passa às mãos de Alice Tamborindeguy, no ano de 2008, esta mudança estabeleceu mais uma vez o jogo político na cidade, sem preocupação em relação à continuidade de projetos políticos no contexto cultural municipal. Tamborindeguy foi substituída por Carlos Ney Ribeiro, também por indicação política e não por competência técnica, o gestor da pasta permaneceu até 2012. Este quadro reflete bem como o cenário da Cultura e do Turismo, representam negociações por interesses eleitorais e partidários. Foi por meio da gestão da pasta da cultura e turismo por Carlos Ney, e por sua presença na política por muitos anos, que foram implementadas ações

[93] COSTA, 2024, p. 102.

para a construção do Sistema Municipal de Cultura em fevereiro de 2014, juntamente com a participação da sociedade civil no Conselho de Cultura, além da organização e realização da V Conferência Municipal de Cultura em 2013[94]. Apenas no ano de 2018, é instaurado o Plano Municipal de Cultura, por meio da publicação da Lei nº 858/2018, de 15 de julho, vinculado ao Sistema Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro (SIEC) e ao Sistema Nacional de Cultura (SNC)[95]. Entretanto, no ano de 2021, após uma obra que durou por 15 anos foi inaugurado o Teatro Municipal George Savalla, demonstrando as preferências e atrasos na instalação de instrumentos culturais no município de São Gonçalo.

> Registrados no Plano Municipal de Cultura (Lei nº 858 de 2018, de 15 de julho de 2018), a cidade possui 07 Pontos de Cultura do Programa Cultura Viva/Ministério da Cultura - Governo Federal, independente de convênio vigente: Ponto de Cultura Olhar Verde de Gonça a Antares, do Centro de Integração Social e Cultural – CISC; Ponto de Cultura O Tempo de Cantar Chegou, do Instituto JC3; Ponto de Cultura Ampliando Horizontes, Estímulo À Leitura e Reforço Escolar com as Crianças de Guaxindiba, do Instituto Gera-Renda; Ponto de Cultura Consciência, Liberdade, Atitude e Movimento, do Observatório do Hip-Hop; Ponto de Cultura Ver se Vendo, da Associação Comunitária Projeto Amo O Salgueiro; Ponto de Cultura Negrinhos de Sinhá VII, da Associação de Capoeira Negrinhos de Sinhá VII; Ponto de Cultura Matrizes Cultural, do Egbe Ile Iya Omidaye Ase Obalayo. Outros equipamentos culturais, formais ou informais, mais reconhecidos pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura da Prefeitura, registrados no Plano Municipal de Cultura são a Casa das Artes Helter Barcellos, na Praça do Zé Garoto (público municipal); Escola de Música Pixinguinha, no bairro do Paiva (público municipal); Lona Lídia Maria de Mattos, no bairro Jardim Catarina (público municipal); a Loninha Cultural, situada no complexo do Centro Cultural Joaquim Lavoura (público municipal); Lona Cultural do Espaço Carequinha, na Praça Estefânia de Carvalho (público municipal); Espaço Municipal de Dança, no Porto do Rosa (público municipal); 05 Pontos de Leitura (sem especificação); 20 praças públicas com estrutura e/ou potencial para a realização de eventos (sem especificação). O documento faz registro das leis municipais relacionadas à cultura (Corpus Christis, patrimônio cultural, proteção das Folias de Reis e da Feira de Artesanato), sem apresentar outros detalhamentos. (Costa, 2024, p. 131)

A partir do quadro apresentado das políticas culturais municipais, é possível identificar o status de ausência, tanto nas informações capazes de identificar as políticas culturais, quanto na identificação das manifestações culturais da cidade. A política instaurada no município, pautou-se em um discurso com viés religioso, além da presença da rede de disputas de valores entre os partidos, responsáveis pela direção

---

[94] Ibid. p. 107.

[95] SÃO GONÇALO (Município). Lei nº 858\2018. **Institui o Plano Municipal de Cultura de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.** Câmara Municipal. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rj/s/sao-goncalo/lei-ordinaria/2018/86/858/lei-ordinaria-n-858-2018-institui-o-plano-municipal-de-cultura-de-sao-goncalo-estado-do-rio-de-janeiro-e-da-outras-providencias. Acesso em: 8 ago 2024.

das ações pontuais à população, que está inserida na alienação e sem consciência de classe[96]. Outra ausência significativa é a falta de um mapeamento cultural da cidade, a fim de realizar um inventário de seus bens culturais, tanto aqueles de valor histórico e artístico, quanto os bens de valor imaterial, tais como os espaços da cultura de matriz africana. Assim ficou claro o atraso nas políticas culturais na esfera municipal, tomando como princípio a recente instauração do Plano Municipal de Cultura de São Gonçalo, em 2018. Os ciclos de abandono e descontinuidades presentes em esfera nacional também fazem parte do cenário em âmbito municipal. Sendo assim, os elementos da história cultural do município como a Fazenda Colubandê, não se inserem na realidade das políticas culturais municipais, revelando o complexo cenário de abandono do patrimônio, seja este material ou imaterial, no contexto periférico. Segundo Costa (2024) “As gerências administrativas de cultura nos municípios fluminenses são muito recentes, com grande dependência em outros setores da administração local, numa relação do que era praticado na esfera estadual e federal”.

[96] Ibid. p. 108.

CAPÍTULO 3

PATRIMÔNIO, MUSEALIDADE E MUSEOLOGIA EXPERIMENTAL NA PERIFERIA

3 Patrimônio, Musealidade e Museologia Experimental na Periferia

Tomando como palco da presente narrativa a recém apresentada construção da das políticas públicas na esfera federal, estadual e municipal, é possível compreender o cenário recente da organização da pasta da Cultura, que sob uma lógica de interesses partidários impossibilitou por muitos anos a geração de políticas culturais consolidadas, no cenário do Estado do Rio de Janeiro, e no município de São Gonçalo. O único meio pelo qual o patrimônio periférico foi contemplado foram os desdobramentos da Gestão de Gilberto Gil no MinC, no período entre 2003.... Infortunadamente tais políticas demoram a se estabelecer no Rio de Janeiro. Sendo assim, o exemplo da Fazenda Colubandê, apesar de seus inúmeros valores, sejam estes histórico, artístico, ambiental, cultural e esportivo, ainda assim não comtemplam como um todo o patrimônio. Sendo identificado quase que única e exclusivamente pelo seu caráter histórico e artístico no âmbito das políticas culturais, já que o tombamento do IPHAN e INEPAC realizado sob a ótica elitista dos primeiros anos assegurou e continua a assegurar, em parte, a proteção deste bem que se insere na dinâmica periférica da cidade de São Gonçalo.

O presente capítulo busca ilustrar, de maneira clara, como a ausência de políticas públicas culturais voltadas aos patrimônios periféricos pode ser prejudicial aos bens culturais — sejam eles materiais ou imateriais. A análise se desenvolve a partir do contexto em que se insere a Fazenda Colubandê, entre os anos de 2012 e 2019, período marcado por ausências institucionais decorrentes da política de segurança do Estado do Rio de Janeiro, que resultaram na saída do Batalhão de Polícia Florestal e Meio Ambiente. Além disso, buscou-se, no contexto em questão, destacar a atuação do Coletivo "Fazenda Colubandê Quem Ama Cuida", que se contrapôs ao abandono do Estado e se posicionou em defesa da Fazenda. O objetivo desse coletivo foi promover a ocupação e a preservação do patrimônio. A intervenção do coletivo está vinculada à concepção de musealidade do espaço da Fazenda Colubandê, através da luta conduzida principalmente por moradores da área circunvizinha para conquistar a criação da Lei que estabeleceu a criação do Parque Histórico Estadual Fazenda Colubandê.

Dessa forma, é imprescindível compreender os conceitos que envolvem o campo da museologia, especialmente no contexto internacional, para entender sua influência no cenário brasileiro, com destaque para a Nova Museologia e para a Museologia Experimental. Essa abordagem, que associa a prática museológica às comunidades e suas pautas, reflete as lutas contra as injustiças e exclusões que persistem há longos períodos.

Os espaços e bens culturais constituem o palco do fenômeno da memória coletiva. Conforme aponta Scheiner (1997, p. 1), a memória é “um processo de associações mentais que se origina de um sistema de relações entre nossa própria percepção e imagens, fatos, fenômenos e/ou experiências vividas”. A autora ressalta que a memória estabelece uma interrelação entre a memória individual, conforme discutido por Bergson, e a memória coletiva, abordada por Halbwachs. De acordo com Namer (apud Scheiner, 1997), a memória só se torna coletiva quando predominante em um contexto social global ou nacional.

> Para Halbwachs, ao contrário, nós recordamos o passado por meio de um ato de inteligência, um ato puramente social. “A consciência individual não é senão um lugar de passagem dessas correntes, o ponto de encontro de nossos tempos coletivos”. As memórias coletivas combinam-se com as memórias individuais, num complexo jogo de reatualização-reconstrução de uma lembrança por uma experiência - um processo sem princípio nem fim. (Scheiner, 97, p. 1)

A memória é um fenômeno em constante transformação e recriação, uma vez que reflete um processo que ocorre tanto no âmbito coletivo quanto no individual. Essa dinamicidade a torna suscetível a mudanças, influenciada por diversos fatores que moldam suas representações. (NORA, 1984, apud MACIEL, 2017, p. 7)

> “[...] logo, a afirmação identitária em perpétua construção – e, ao mesmo tempo, é o signo da perda, do desaparecimento, do abandono de alguma coisa que fazia até então parte de si. Esse esquecimento acompanha inevitavelmente uma perda identitária que é um enfraquecimento memorial, a qual talvez seja necessário saber assumir até suas últimas consequências” (CANDAU, 2019, p. 204).

A compreensão do patrimônio no contexto cultural foi fortemente influenciada pelo contexto da Revolução Industrial e pela transformação na interação do ser humano com seu espaço. As mudanças nas relações de trabalho e o processo de urbanização geraram uma necessidade emergente de preservar o passado, o que resultou na formação de diferentes correntes teóricas sobre preservação e restauro, como as de Viollet-le-Duc, John Ruskin, Camillo Boito, entre outros. Essas vertentes teóricas contribuíram, ao longo do tempo, para a elaboração da Carta de Atenas[97], em 1931, no âmbito da UNESCO. A carta surgiu como resposta à necessidade de vincular a preservação ao conceito de patrimônio, refletindo sobre os bens culturais no pós-Primeira Guerra Mundial. Nesse contexto inicial, devido à urgência do momento,

[97] MACIEL, 2017, p. 19;

estabeleceu-se como prioridade a preservação dos bens de caráter tangível, tanto monumentais quanto móveis.[98]

Dessa forma, a noção de patrimônio se expandiu e se institucionalizou, encontrando nos museus o espaço de legitimação e construção do discurso oficial. Inicialmente, conforme a História dos Museus, o objetivo era preservar o 'patrimônio' e a 'memória'[99], mas, simultaneamente, esses espaços passaram a desempenhar o papel de construir um discurso simbólico e, por vezes, excludente. Por muitos anos, os museus seguiram o modelo clássico, centrado na salvaguarda de coleções e na reprodução de pensamentos estabelecidos pela hegemonia clássica. Dentro dessa lógica, os museus estruturam narrativas que privilegiam certas versões da história, ao mesmo tempo em que contribuem para o esquecimento[100] de partes subalternizadas, frequentemente interpretadas como irrelevantes na construção histórica

A limitação do campo da Museologia ampliada para além das instituições museológicas foi discutida e difundida por Stránský, autor que rompeu com a concepção clássica de Museologia, tradicionalmente restrita à prática – um campo associado exclusivamente ao universo dos museus. Stránský propôs, então, que a disciplina se expandisse para a reflexão teórica, abrangendo os profissionais como produtores do pensamento sobre a Museologia. Essa perspectiva foi fortemente influenciada pela escola de pensamento formada em Brno, na década de 1960, que contribuiu significativamente para o desenvolvimento e a reconfiguração da Museologia enquanto campo de estudo.[101]

> [...] a “teoria da Museologia”, foi Zbyněk Z. Stránský quem primeiro interrogou o foco deste ramo de estudos: se, analogamente, a *escola* não configura o objeto central da Pedagogia, ou o *hospital* tampouco é objeto de estudo da Medicina, como o museu, entendido pelos teóricos como um meio para se realizar determinado fim [...], poderia ser o objeto central da Museologia? (STRÁNSKÝ, 1995 apud SOARES, 2018, p. 191)

O pensamento de Stránský, ao ultrapassar as fronteiras físicas dos museus, contribuiu significativamente para o desenvolvimento da Museologia enquanto reflexão teórica. O conceito de "musealidade" é central em sua obra, sendo compreendido como

---

[98] CARVALHO, 2011, p. 451;

[99] LIMA, 2012, p. 40.

[100] REIS, 2019. p. 7;

[101] SOARES, 2017. P. 408;

a atribuição de valor a "museália" – objetos inseridos no museu. Contudo, o autor vai além, propondo a musealidade como um "valor documental específico" (STRÁNSKÝ, 1974, apud SOARES, 2018, p. 193-194). Essa perspectiva possibilitou a associação entre teoria e prática, ampliando o campo da Museologia para além das instituições museológicas. Assim, a musealidade pode ser compreendida fora da esfera museal, alcançando a relação entre o homem e sua realidade[102]. Esse movimento inseriu a Museologia no contexto das ciências sociais, com o objetivo de contribuir para a compreensão da sociedade humana.[103].

Assim, Stránský passa a compreender o objeto de estudo da Museologia como aquilo que motiva os processos de musealização, ou seja, a investigação dos valores simbólicos constituídos, e não apenas sua invenção.[104] A partir disso, o autor diferencia a musealização — uma abordagem que contempla as etapas de seleção, tesaurização e comunicação — do processo de patrimonialização, que se caracteriza por uma abordagem voltada para a preservação em uma esfera passiva. Dessa forma, o pensamento de Stránský entende a musealização como um processo social e estabelece que toda musealização implica em um processo de patrimonialização, embora nem toda patrimonialização configure uma musealização.[105] No entanto, tratar de musealidade não implica necessariamente um processo de musealização acabado.

> Segundo essas abordagens processuais, a patrimonialização participa da musealização, mas não a engloba totalmente. Mairesse ressalta que o reflexo patrimonial, *salvaguardar* o que consideramos como patrimônio, se distingue do reflexo museal, dar a conhecer e *transmitir* (MAIRESSE, 2011, p.254). Em grande parte dos autores, assim, a musealização adquire um caráter necessário de uma comunicação, destinada a produzir valores mais do que a manter documentos. (SOARES, 2018, p. 198).

No que diz respeito ao pensamento da Museologia, a partir de Stránský, é possível afirmar que suas contribuições refletiam o cenário mundial, marcado pelos movimentos artísticos e culturais, pela problematização dos modelos hegemônicos, pelos conflitos gerados pela repressão, além da crescente atuação da juventude nas discussões sociais.[106] Em resposta às demandas sociais, o campo museal promoveu, a

---

[102] SOARES, 2018, p. 194;

[103] Ibid. p. 193.

[104] SOARES, 2018, p. 195;

[105] Ibid, p. 195-196;

[106] SANTOS, 2018, p, 87;

partir da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, organizada pelo ICOM, uma renovação fundamental acerca do papel da sociedade nos museus. Esse evento redefiniu o conceito de museu, propondo o modelo de 'Museu Integral' e estabelecendo uma nova relação entre os museus e as comunidades.[107]

O conceito de Museu Integral estabeleceu um novo paradigma, sendo fundamental para a transformação e a participação social, ao romper com o modelo tradicional de museu e incorporar novas experiências.[108] Dessa forma, alinhou-se à ideia de um museu "a serviço da sociedade", com base em sua capacidade de contribuir para e incentivar as transformações nas comunidades.[109].

A partir do encontro em Santiago do Chile, em 1972, os encontros subsequentes, como o de Quebec — I Atelier Internacional dos Ecomuseus/Nova Museologia, em 1984, e a Reunião de Caracas, em 1992, promoveram a discussão sobre a relação entre sociedade e museu. Esses eventos também abordaram a reflexão acerca dos novos processos museológicos, que ocorreriam de forma gradual, incorporando o território, a cidade e a dinâmica da vida cotidiana.[110] Segundo Soares (2018.p; 31), as “[...] novas museologias, por trás da própria Nova Museologia europeia, passam a ter a sua maior expressividade em países periféricos e cujas intenções patrimoniais subalternas visam a mudança de quadros sociais desiguais”.

A Nova Museologia, movimento que surgiu no final do século XX, representou uma profunda transformação nas práticas museológicas, destacando-se sobretudo pelo discurso de descolonização da museologia e pelo fortalecimento das comunidades. Influenciada pelos conceitos de museu integral advinda das discussões de Santiago do Chile em 1972 e de *ecomuseu*, proposto por Hugues de Varine — um modelo de museu de caráter comunitário voltado ao desenvolvimento local —, a Nova Museologia passou a valorizar a participação social como elemento intrínseco à construção e gestão dos museus. Esse movimento internacional ganhou força a partir da noção de Museu Integral, evidenciando a disparidade entre os museus tradicionais, de caráter clássico, e as experiências dos museus comunitários, frequentemente mantidos em contextos de

---

[107] LIMA, 2012, p. 43.

[108] SOARES, 2020, p. 12;

[109] LIMA, 2012, p. 43;

[110] SANTOS, 2018, p, 88;

escassez de recursos, mas que, ainda assim, conseguiram preservar sua relevância social e cultural.[111]

> Esse movimento, como sabemos, preconizava a ênfase no papel social dos museus, o que se tornou quase que uma bandeira política, mas serviu, sobretudo, para dar visibilidade a práticas museais comunitárias, a formas de desenvolvimento local com base no patrimônio e à ressignificação do território como instrumento para o fortalecimento dos laços identitários no interior dos grupos. (SOARES, 2018, p. 29)

No contexto da Nova Museologia, os museus são concebidos como fenômenos sociais, resultantes do debate e da interação entre sujeitos internos e externos a essas instituições[112]. A partir dessa perspectiva dialógica, a noção de patrimônio é ampliada, sendo compreendida como *patrimônio integral*, conceito de Scheiner (1998), o qual articula saberes, práticas, artefatos e o ambiente. Esse conceito impacta diretamente a valorização e a gestão de monumentos, sítios arqueológicos, museus e, de forma mais abrangente, de todos os elementos que constituem o patrimônio público[113].

Embora o conceito de *ecomuseu* seja frequentemente associado ao movimento da Nova Museologia, na realidade, ambos apenas compartilharam o mesmo contexto histórico de discussão, o que possibilitou a adequação e a adaptação de novas concepções no campo museológico.[114] O surgimento dos ecomuseus, nas décadas de 1960 e 1970, insere-se no contexto da expansão dos parques nacionais e dos museus ao ar livre no cenário internacional, refletindo, ainda, influências de experiências anteriores, como os *Heimatmuseen*, na Alemanha, os museus de vizinhança, nos Estados Unidos, e os museus folclóricos.[115]

Hugues de Varine, juntamente com Georges Henri Rivière, foi um dos responsáveis pela criação do termo *ecomuseu*. Enquanto Varine esteve diretamente envolvido em sua formulação, Rivière dedicou-se à conceituação e à disseminação do conceito por meio de publicações especializadas.[116] O termo fundamenta-se na tipologia

---

[111] SOARES, 2020, p. 13;

[112] SANTOS, 2018, p. 89;

[113] Ibid. p. 87.

[114] COSTA, 2020, p. 100

[115] Ibid. p. 106.

[116] Ibid, p. 101

de museu comunitário, cuja base teórica reside na musealidade do território e na valorização da relação entre a comunidade e seu espaço geográfico e simbólico.[117]

O museu comunitário, para além da noção de inclusão social, fundamenta-se em um modelo de gestão baseado na autogestão. Nesse formato, a administração e o poder de decisão sobre como o patrimônio e a identidade serão representados partem da própria comunidade, com ou sem o apoio do museólogo enquanto especialista.[118] Trata-se de um modelo que se inicia a partir da intervenção das pessoas — e não mais dos objetos —, pautando-se na participação ativa dos moradores do entorno na construção de sua herança cultural e na definição das narrativas museológicas. Esse modelo possui caráter transitório e pode manifestar-se em diferentes tipos de museus.[119]

Nesse contexto, é possível traçar um paralelo entre os museus comunitários e a ideia do reconhecimento da *musealidade in situ*, em que ocorre a retirada de um objeto ao ser retirado de seu contexto para ser reinterpretado simbolicamente. No museu comunitário, essa prática extrapola a mera exibição do objeto, atribuindo-lhe novos significados no plano museológico, sobretudo enquanto suporte para expressões de sua imaterialidade cultural. [120]

Assim, para além da proposta formulada por Hugues de Varine, o final do século XX foi marcado pelo surgimento de demandas comunitárias como instrumento de descolonização dos processos hegemônicos na Museologia e nas práticas museais. O movimento da Nova Museologia não se restringe à criação dos ecomuseus, mas abrange diversas outras formas de fazer museus, frequentemente associadas à experimentação social. No contexto do Sul Global, essas experiências já estavam em processo de construção e difusão, refletindo modos alternativos de pensar e praticar a museologia. [121]

> No Brasil, a Nova museologia teve grande ressonância tanto no âmbito acadêmico quanto, posteriormente, entre os grupos sociais incentivados por especialistas a criarem os seus museus. A difusão das ideias preconizadas pelo movimento internacional era tão eloquente, em um cenário político favorável à democratização, que testemunhamos a institucionalização de políticas públicas voltadas

---

[117] Ibid. p. 103

[118] LIMA, 2012, p. 42-43

[119] LIMA, 2012, p. 43

[120] SOARES, 2018, p. 200-201.

[121] SOARES, 2020, p. 10.

> para os ditos “museus sociais”, ao longo dos anos 2000, mantendo certas experiências subalternas em nome do desenvolvimento local e do empoderamento de atores comunitários mediados pelo Estado ou pelos(as) *experts*. (SOARES, 2020, p. 18)

A difusão da Nova Museologia no contexto brasileiro resultou em um viés experimental na prática museológica do país, que, segundo Soares (2018, p. 31–32), desenvolveu “[…] um rico universo de práticas museais com engajamento político e ligadas a reivindicações populares de diversas ordens […]”. Essas práticas encontraram, na produção acadêmica brasileira, um importante suporte, consolidando-se tanto como disciplina quanto como prática social.

Em consonância com o movimento da Nova Museologia, uma nova abordagem teórica e prática passou a ser difundida: a *sociomuseologia*, também conhecida como *museologia social*. Essa vertente, resultante de uma prática museológica voltada à compreensão das dimensões sociais, tem como fundamento os desdobramentos dos museus comunitários, dos ecomuseus, das discussões promovidas pela Nova Museologia e pela *ecomuseologia*, para além das inovações que viriam a ser propostas posteriormente.[122]

> A museologia social (...) está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros (CHAGAS E GOUVEIA, 2014 apud ALBINATI;SANCHES, 2023, p. 7)

Para Desvallées, o movimento da Nova Museologia surge no contexto da década de 1980, com a criação da associação francesa *Muséologie Nouvelle et Expérimentation Sociale* (MNES)[123], que, naquele momento, buscava difundir novas práticas por meio de uma linguagem museográfica inovadora. A associação tinha como objetivo colocar em prática as ideias discutidas no âmbito da Nova Museologia, inserindo-as no contexto da experimentação social, com o intuito de romper com as práticas museais hegemônicas, além de promover a reflexão crítica e a pesquisa.[124] Nesse sentido, o MNES, que atuava em articulação com o Conselho Internacional de Museus (ICOM), pode ser interpretado

---

[122] COSTA, 2020, p. 96.

[123] Museologia Nova e Experimentação Social (MNES).

[124] SOARES, 2019, p. 215

como a materialização do discurso da experimentação voltado à transformação social por meio dos museus.[125]

A experimentação social constitui um elemento central tanto no desenvolvimento dos ecomuseus — nos quais o processo de musealização parte diretamente da sociedade — quanto nas experiências museológicas oriundas das antigas colônias. Estas últimas têm como fundamento a ruptura com o modelo clássico e hegemônico dos museus europeus,[126] buscando reparar as feridas do colonialismo e reformular as narrativas museais como forma de apropriação e revalorização do patrimônio pelas próprias comunidades.[127]

> No processo de *contar o seu próprio tempo* e de narrar a sua própria história – não divorciada das narrativas hegemônicas –, as comunidades deixam de ser propriedade dos museus e dos(as) museólogos(as) para fazerem os seus museus com base em ação comunitária e experimentação social. O museu passa a ser experimentado e praticado como um espaço aberto às disputas por representação e afirmação identitária. (SOARES, 2020, p. 22)

Assim, tais práticas traçaram um caminho de destaque no cenário dos países periféricos, os quais eram tradicionalmente interpretados, no âmbito patrimonial, como símbolos de uma sociedade desigual.[128] Dessa forma, os museus passam a alterar suas lógicas consolidadas para, segundo Soares (2019, p. 215), tornar-se “um lugar de transformação dos valores por meio da experimentação social e das negociações de sentido sobre o patrimônio”. A experiência dos grupos sociais, nesse contexto, desencadeia a construção de suas identidades associadas ao território, refletindo seus valores por meio das representações museológicas.[129]

A experiência museal deixou de ser exclusividade da seara dos especialistas e dos discursos hegemônicos dos Estados Nacionais, incorporando, em sua prática, as demandas de grupos sociais subalternizados[130]. Como reflexo, observa-se a inserção dos museus e da museologia experimental na esfera política, vinculada à discussão sobre o direito à cultura, especialmente no contexto da América Latina e Central,

---

[125] Ibid. p. 216

[126] Ibid. p. 211.

[127] Ibid. 212

[128] SOARES, 2019, p. 215

[129] Ibid, p 217;

[130] SOARES, 2020, p. 9;

marcado por regimes ditatoriais na segunda metade do século XX. Nesse sentido, é possível identificar essa mudança de paradigma no cenário brasileiro por meio de práticas museológicas experimentais, alternativas e subversivas, fundamentadas na renovação dos regimes de valorização do patrimônio[131], sob a perspectiva da representação das identidades, por meio de uma herança cultural que se ressignifica no presente.[132]

> As museologias experimentais envolvendo atores sociais diversos, dentre os quais líderes comunitários, ativistas, indígenas, quilombolas, agentes do Estado, especialistas, artistas, sambistas, cozinheiras, poetas, mestres-salas, etc., provocaram uma explosão museal que é a explosão do próprio museu moderno, hoje contestado pelos atores dos museus pós-coloniais, museus nas margens que reivindicam transformações efetivas nas instituições centrais do patrimônio legitimado. (SOARES, 2020, p. 12)

A museologia experimental pode ser compreendida como uma metodologia empírica, dinâmica e interdisciplinar, que fundamenta o estudo de experiências museais estabelecidas sob uma lógica de subalternidade em um contexto hegemônico. Essa abordagem se desenvolve por meio da reflexão acerca dos atores envolvidos no processo social de musealização.[133]

No contexto brasileiro, as desigualdades entre os museus periféricos e os museus considerados clássicos são evidentes na distribuição de recursos e nas condições para sua institucionalização. Inseridos na lógica da prática experimental, os museus periféricos utilizam o “ser e fazer museu” como instrumento de afirmação política, visando o reconhecimento de seus direitos à memória e à autoafirmação — elemento fundamental para a construção do sentimento de pertencimento — por meio da mobilização social, situada em um espaço de negociação de sua existência junto ao Estado[134]

> Rompendo com a ideia do consenso patrimonial, os grupos sociais em conflito com o Estado e com os interesses do mercado neoliberal mobilizam os seus contrapatrimônios ao inventarem novas maneiras de se patrimonializar e se musealizar a partir das margens. Inseridos num cenário de crescente precarização dos aparelhos culturais e marcado pela escassez de recursos, sobretudo para os projetos comunitários e das minorias, muitos grupos subalternos recorrem ao

---

[131] SOARES, 2018, p.31;

[132] SOARES, 2020, p. 9;

[133] SOARES, 2019, p. 222.

[134] SOARES, 2020, p. 20.

> ativismo como motor para a criação inventiva de (contra)patrimônios e (contra) museus, (SOARES, 2020, p. 21)

No contexto brasileiro, as demandas sociais evidenciam que a tipologia dos museus comunitários atende às necessidades de locais marginalizados, como favelas, bairros afastados ou áreas periféricas. O crescimento desses museus está diretamente relacionado à intenção de promover o desenvolvimento local, realizado pela própria comunidade. Nesse sentido, os discursos e as pautas políticas — incluindo lutas pelo direito à cultura, à educação, à cidadania, à transformação social, bem como ao estabelecimento de um senso de pertencimento e identidade — são centrais nessas práticas museais.[135] Assim, a função social dos museus se materializa, considerando que as comunidades os utilizam como espaços de reflexão sobre seu cotidiano, promovendo, para além da comunicação estática do patrimônio, uma problematização crítica.[136]

Como exemplo dessa experiência, pode-se citar o Museu das Remoções, localizado na Vila Autódromo, no Rio de Janeiro. Frente à atuação do governo estadual, que buscava remover a comunidade sob a justificativa da importância da região para os grandes eventos realizados no entorno, o grupo de moradores atuou politicamente contra o processo de remoção. Por meio do ativismo, transformaram sua luta política, bem como sua própria existência e resistência, em um arcabouço para a musealidade, e assim, seu processo de musealização.[137]

Nessa lógica, fica clara a função social dos museus e das práticas museais experimentais, que se manifestam principalmente nos espaços periféricos, especialmente no contexto brasileiro, uma vez que são nesses locais que se concentram as lutas pela cidadania, pelo direito à cultura, pelos direitos das minorias e pelo reconhecimento das culturas marginalizadas.[138]

3.1 Do Esquecimento à Ruína: Desigualdades e impactos no patrimônio

Insere-se, portanto, o cenário da luta pelo direito à cultura em regiões periféricas, sendo a cidade de São Gonçalo, por meio do estudo de caso do patrimônio da Fazenda

---

[135] REIS, 2019, p. 6.

[136] ALVARENGA; CASTRO, 2017, p. 226.

[137] SOARES, 2020, p. 14-15;

[138] REIS, 2019. P. 11.

Colubandê, um exemplo que ilustra essa discussão. A existência da Fazenda Colubandê enquanto patrimônio na cidade não assegura, contudo, seu uso como meio de acesso à cultura.

São Gonçalo destaca-se, em sua história, como uma cidade amplamente urbanizada entre as décadas de 1940 e 1970, sendo denominada a “Manchester Fluminense”. Seu processo de declínio ao longo dos anos resultou na atual condição de espaço marcado pela exclusão e pelo distanciamento dos centros de poder, configurando-se, conforme consenso, como uma “cidade dormitório”. Essa noção, intimamente ligada ao fenômeno da metropolização, conferiu à cidade características periféricas, reflexo do descompasso entre o crescimento demográfico e a infraestrutura urbana básica, impactando negativamente a oferta de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, cultura e lazer.[139]

> O morador de São Gonçalo recorre a Niterói e Rio de Janeiro para atividades diversas, quer de consumo (compras e lazer), mercado de trabalho, atendimento hospitalar e educacional. Na segunda metade do século XX, a condição de “cidade dormitório” começou a ser apregoada como uma referência corrente para a cidade, frente seu crescimento urbano-populacional e configuração periférica e suburbana, cenário similar de outras cidades da região metropolitana. (COSTA, 2024, p. 79).

Considerando o distanciamento da cidade de São Gonçalo em relação aos centros de poder e aos recursos econômicos, é possível destacar o processo de degradação da Fazenda Colubandê como um reflexo dessa realidade. A fazenda, enquanto símbolo de uma história colonial no contexto local e nacional, revela tais relações periféricas, sobretudo em seu recorte mais recente no âmbito patrimonial. Após a saída do BPFMA em 2012, o patrimônio passou a sofrer com a ação contínua da degradação natural, agravada por frequentes atos de depredação, além de invasões e furtos.

Tal histórico evidencia a ausência de ações eficazes por parte dos órgãos responsáveis, bem como as relações políticas entre a prefeitura e o estado, que demonstram a negligência frente às responsabilidades relativas à preservação de um monumento símbolo da arquitetura colonial brasileira. Além dos riscos à integridade física do patrimônio, os processos de degradação refletem a carência de políticas culturais voltadas para a promoção do direito à cultura e à educação em regiões periféricas.

---

[139] COSTA, 2024, p. 79.

O seguintes subcapítulos buscam refletir, acerca do cenário do abandono do estado, a atuação do coletivo Fazenda Colubandê: Quem Ama Cuida, que dentro de uma pauta política, organizou a ocupação do patrimônio, a fim de salvaguardá-lo, e sobre a construção de uma agenda cultural, atuou a favor do bem, promovendo a valorização positiva do conjunto arquitetônico, por meio inicialmente da participação da comunidade do entorno, e da sociedade gonçalense e suas mais diversas pluralidades, políticas, culturais, raciais, religiosas e sociais.

3.2 Antes da Partida: A desocupação e o contexto político

Sendo a memória fundamental na composição do conceito de identidade, segundo Rússio (1984, p. 246) a identidade possui como sua principal característica a permanência, no entanto a cultura e o homem são mutáveis e dinâmicos, logo a memória passa pelo processo constante de ressignificações. Na Fazenda Colubandê o processo de tombamento de uma certa maneira representa uma memória e um valor histórico e artístico nacional estático, frente à sociedade gonçalense. Isso muda com a valorização positiva da paisagem da Fazenda com a chegada da Polícia Rodoviária, que ocupa por alguns anos, e logo depois é substituída pela instalação do Batalhão de Polícia Florestal e Meio Ambiente (BPFMA).

> A identidade tem um caráter orgânico (ou sistemático) de permanência e resistência e continuidade, [...] não é apenas uma memória coletiva, mas também uma consciência coletiva, [...] o homem e a cultura são dinâmicos, móveis e mutáveis, porque supor uma identidade estática, inerte e imutável?" (RÚSSIO, 1984 p. 246)

O valor histórico e cultural é substituído na memória coletiva dos moradores do entorno e munícipes por um valor de órgão de segurança de caráter ambiental. Reflexo da legislação federal, as polícias militares tinham com uma de suas missões o policiamento florestal e dos mananciais. Na esfera estadual a primeira unidade polícia responsável pelo patrimônio natural surge a partir do Decreto Estadual nº5.520, de 15 de dezembro de 1986, que cria o 23º Batalhão de Polícia Militar com esta destinação. No ano de 1987, segundo o Decreto Estadual nº 10.376, de 25 de setembro, altera o nome para Batalhão de Polícia Florestal e Meio Ambiente, o que amplia a atuação na proteção e conservação de recursos naturais e do meio ambiente no Estado.[140]

Segundo Leal; Pietrafesa (2010, p.11) a Polícia Militar, possui como sua área de atuação a prevenção das infrações e a organização a repressão das infrações, além

[140] OLIVEIRA; JÚNIOR; SILVA, 2018, p. 2

disso cabe a polícia nas esferas municipais a execução de programas de formação e mobilização ambiental, além de campanhas educacionais[141]. Assim enquanto atividades na fazenda Colubandê, pelo BPFMA durante muitos anos desenvolvem-se ações de caráter educativo e ambiental, e juntamente a esse cenário forma-se por parte de alguns polícias a ampliação também das atividades visando a educação patrimonial, esta que tive o prazer de visitar juntamente com a escola durante a minha infância. Esse contexto compreende o início dos anos 2000 até a saída do batalhão no ano de 2012, após a transformação do Batalhão em Comando da Polícia Ambiental (CPAM-PMERJ) por meio do Decreto Estadual nº43.64, de 15 de junho de 2012, que também instituiu a criação das Unidades de Polícia Ambiental (UPAMs).

A mudança na Polícia Ambiental de Batalhão para Comando ocorre por conta do aumento da corporação e pela necessidade de estabelecer novas unidades, que contemplem de modo mais efetivo a missão da corporação. Nesta conjuntura é possível destacar o cenário da instabilidade da segurança pública no Estado, que no Governo de Sérgio Cabral, instala as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), o presente projeto tomou conta do discurso ideológico ao combate ao denominado “tráfico de drogas”, como uma demanda crescente dos grandes eventos[142], sendo a copa e as olímpiadas o palco para a mudança no cenário da segurança pública da cidade do Rio de Janeiro. Assim após a mudança de Batalhão para Comando, o CPAM sai da Fazenda Colubandê e instala-se em Bonsucesso, bairro vizinho da principal ação da política de segurança das UPPs, o complexo[143] que no momento era chamado de “Favela da Maré”.

> É importante, no entanto, ressaltar a mudança no tocante ao acompanhamento da Favela da Maré, que, de acordo com os órgãos oficiais, teria sua UPP inaugurada 13 no ano de 2013. Contudo, esta passou pelas fases iniciais de ocupação pelas Forças Federais somente em 2014. Atualmente, a Maré está ocupada pelo Exército, e tudo indica que seguirá assim até o final do ano corrente. (FRANCO, 2014. p.13)

O processo de mudança para a nova base no bairro de Bonsucesso compreende além do contexto das políticas públicas de segurança no estado, também o cenário da nova organização interna da Polícia Militar com a adequação a um novo Quartel General. Em maio de 2012 a Secretaria Estadual de Segurança Pública (Seseg-RJ) anunciou a venda do terreno do quartel general da Polícia Militar, localizado na Rua

---

[141] LEAL; PIETRAFESA, 2010, p. 12

[142] FRANCO, 2014. p.14;

[143] FRANCO, 2014, p. 96;

Evaristo da Veiga, para a Petrobras, com o valor de 336 milhões de reais. Sendo que a verba serviria para a construção e reformulação de um novo espaço moderno enquanto base operacional da Polícia Militar, mudando lógica de aquartelamento[144], e centralizando a polícia militar por conta dos grandes eventos no Batalhão de Choque, precisava da reformulação do espaço[145]. Assim a demolição prevista para iniciar em agosto de 2013, pela Empresa de Obras Públicas do Estado (Emop) é interrompida com o tombamento pelo Patrimônio Histórico e Cultural[146], por conta de seu valor cultural, que remete ao período de 1740, e por sua capela interna, que foi construída para abrigar frades franciscanos italianos[147]. E por tal conjuntura o Cpam passa a ocupar na região de Bonsucesso um espaço para trabalho que consistia em um contêiner.

O presente contexto serve para a compreensão dos fatores que ocasionaram a saída do Batalhão em 2012, reflexo da mudança da política de segurança, por conta dos grandes eventos. A fazenda Colubandê no qual o Batalhão permaneceu desde o início de suas atividades, contando apenas com um curto período na Caserna Castrioto em Niterói, que é seguida de uma permanência de 24 anos na Fazenda Colubandê ocupando o espaço da Casa-Grande. Assim um novo período marcado pelo abandono, inseguranças, violência, participação social, ação cultural e musealização inicia-se.

3.3 O Abandono e a inseguridade (2012-2019)

Considerando o contexto da saída do BPFMA da Fazenda Colubandê em 2012. Instaura-se a problemática do abandono, evidenciada pelo aumento da violência no entorno. Após a saída do BPFMA, no governo de Sérgio Cabral, o município de São Gonçalo recebeu uma provisória autorização para ocupar o espaço, esta que não foi ocupada por nenhum setor da secretaria de cultura e turismo durante o período[148]. Visto

---

[144] RIO DE JANEIRO. Secretaria de Segurança Pública. Quartel da PM do Rio é vendido por mais de R$300 milhões para a Petrobras... In: Rio de Janeiro (Estado). **Cotidiano – UOL.** Secretaria de Segurança Pública (Seseg-RJ), 2012. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/05/22/quartel-da-pm-do-rio-e-vendido-por-mais-de-r-300-milhoes-para-a-petrobras.htm. Acesso em: 14 de set 2024.

[145] EXTRA. Demolição do QG da Polícia Militar começara em agosto, 2013. **Jornal - Extra.** Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/demolicao-do-qg-da-policia-militar-comecara-em-agosto-8020152.html. Acesso em: 14 mai 2024.

[146] O DIA. Quartel da Polícia Militar é tombado como patrimônio cultural. 2017. **Jornal - O DIA.** Disponível em: https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-05-23/quartel-da-policia-militar-e-tombado-como-patrimonio-cultural.html. Acesso em: 12 de out 2024.

[147] O GLOBO. QG da PM: capela histórica será preservada, 2012. **Jornal - O GLOBO.** Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/qg-da-pm-capela-historica-sera-preservada-4976284. Acesso em: 19 de out 2024.

[148] MORAES, 2019, p. 45-46

pela população do entorno o completo abandono, cria-se um coletivo sobre o nome “Fazenda Colubandê: Quem Ama Cuida”, coletivo este responsável pela vida cultural e ocupação do patrimônio. O presente subcapítulo baseia-se por meio da análise das publicações do Coletivo, como o e-book, revista, e as publicações na página do Facebook e do Blog.

O coletivo que se pautou no programa de ocupação cultural do estado do Rio de Janeiro – POC (Lei 8370/2019), e no cenário construído no município do Plantão Cultural, já mencionado no capítulo anterior. Apesar desse grupo possuir como seus membros pesquisadores, professores, comerciantes locais e empresários, foi consolidado através da iniciativa dos moradores do entorno da fazenda. Estes moradores foram os primeiros a se organizar quanto a necessidade de ocupar o espaço que encontrava abandonado. O impasse sobre o destino desse bem entre as esferas estaduais, federais e municipal deixou claro que por mais que o tombamento seja um instrumento legal para a preservação de bens culturais materiais, ainda assim, um meio eficaz de proteção e salvaguarda é por meio da ocupação e uso dos patrimônios.

> Após a saída do Batalhão Florestal/PMERJ em julho de 2012, a Fazenda Colubandê, abandonada, atravessou um impasse que perdurou por 10 anos; o Governo Estadual, proprietário do imóvel, o Governo Municipal e o Governo Federal, não se entendiam sobre o que fazer com o patrimônio, que permaneceu sem uso. Devido a esse impasse, a Fazenda Colubandê ficou em estado de calamidade pública, onde nenhuma decisão efetiva foi tomada. (Campos, 2020, p. 30)

A participação dos moradores tornou fundamental para a urgência que se instaurava nos arredores do bairro. A organização do coletivo envolvendo diversos atores da sociedade, favoreceu o desenvolvimento e a divulgação das primeiras atividades do grupo. Que contou com o apoio da divulgação nas redes sociais para que a luta em defesa do patrimônio da Fazenda Colubandê pudesse concretizar ações efetivas de ocupação e de conservação. Cabe ressaltar que apesar de toda a ação social transformadora do coletivo, o grupo não se identificava com nenhuma pauta política ou religiosa, o que refletiu na diversidade das atividades realizadas pelo grupo. A fim de compreender todo o processo de atividades do grupo foi realizada uma análise das postagens em mídias sociais da época.

A criação do grupo, em 2012, contou com a participação de figuras centrais, como moradores, ex-moradores, comerciantes e da pesquisadora, professora, gestora cultural e artista Cleisemery Campos da Costa, cuja atuação foi fundamental para a estruturação do grupo, em conjunto com os moradores. Após algumas reuniões iniciais,

o grupo decidiu realizar seus encontros na varanda da Casa-Grande, como forma de organizar as atividades do coletivo. A partir desse momento, o grupo passou a esquematizar ações culturais, além de promover a limpeza do local — tudo dentro das possibilidades, considerando que o abandono do espaço implicava em condições extremamente precárias de uso, uma vez que não havia água nem energia elétrica.

A primeira postagem sobre a Fazenda Colubandê em mídias sociais ocorreu em 8 de maio de 2012, no blog "SOS Colubandê"[149], tratando-se de uma repostagem de uma matéria do jornal *O Fluminense*. Inicialmente, esse blog tinha como objetivo a divulgação de informações sobre o bairro do Colubandê. Em determinado momento, no entanto, o grupo de moradores passou a utilizá-lo como meio de divulgação de suas ações e atividades, até migrarem para o *Facebook*.

Ao analisar os conteúdos do blog, observa-se que as primeiras postagens relacionadas à fazenda seguem um padrão de republicação de matérias jornalísticas, com o intuito de filtrar temas de interesse comum aos moradores do bairro. Uma dessas matérias chama a atenção pelo título: "Batalhão Florestal do Colubandê vai virar museu". A notícia, publicada no jornal *O São Gonçalo*, refere-se às ações realizadas em setembro de 2012 pelo Ministério Público Federal, em conjunto com o IPHAN[150], e inclui duas breves entrevistas — com um professor e uma comerciante local — que demonstram expectativas positivas em relação à transformação do espaço em museu.

Dessa forma, é possível interpretar que, naquele contexto, havia sim pensamento comum em torno do tema. No entanto, ainda não existia uma organização formal de um movimento em prol da Fazenda Colubandê. Já em dezembro de 2012, em uma nova repostagem do jornal *O São Gonçalo*[151], observa-se o surgimento de uma primeira organização de um grupo, bem como a manifestação de um sentimento de abandono, motivado pela interrupção de uma tradição iniciada pelo BPFMA: a decoração de Natal da Fazenda Colubandê. Nesse momento, o movimento por parte de moradores começa a tomar forma.

---

[149] SOS COLUBANDÊ. São Gonçalo. **Blog.** Disponível em :http://soscolubande.blogspot.com/. Acesso em: 16 jul.2025.

[150] SOS COLUBANDÊ. Batalhão Florestal do Colubandê vai virar museu. **SOS COLUBANDÊ**, São Gonçalo. **Blog**. 2 de Setembro de 2012. Disponível em: http://soscolubande.blogspot.com/2012/09/batalhao-florestal-do-colubande-vai.html. Acesso em 16 jul. 2025.

[151] SOS COLUBANDÊ. Fazenda Colubandê sem decoração de Natal este ano!!!! . **SOS COLUBANDÊ**, São Gonçalo. **Blog**. 27 de Dezembro de 2012. Disponível em: http://soscolubande.blogspot.com/2012/12/fazenda-colubande-sem-decoracao-de.html. Acesso em 16 jul. 2025.

O grupo, que se autodenominou “Coletivo Fazenda Colubandê: Quem Ama Cuida”, realizou atividades de diversas naturezas ao longo de seu período de atuação, compreendido entre 2012 e 2022, tais como:

> “[...] visitas guiadas, oficinas artísticas e de arte-educação, atividades de educação para o patrimônio cultural, teatro de bonecos, dança música, rodas de leitura, encontros de artes visuais, distribuição de livros, feira de artesanato e gastronomia, produções especiais com vídeo e livreto e estratégias de patrocínio através da Lei do ICMS (patrocínio através de empresas), sugestão para investimento com fundos direto do governo federal ou estadual.” (COSTA? P.35)

As atividades tinham como principal objetivo a realização de reparos emergenciais, bem como a conservação e o cuidado físico do espaço, aliados à valorização e à defesa da Fazenda Colubandê. Para além das ações desenvolvidas diretamente na fazenda, o coletivo também se empenhou em estabelecer contato com as autoridades competentes, a fim de criar um vínculo de confiabilidade e promover o diálogo com o poder público.

O primeiro contato do grupo com representantes do governo pode ser observado na participação de Cleisemery Campos na III Conferência Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, em setembro de 2013, ocasião em que a então secretária de cultura do governo do Estado, Adriana Rattes, propôs a instalação de uma Biblioteca Parque na Fazenda Colubandê. Outro momento de grande relevância nesse processo de mobilização foi a reunião que ocorreu em 4 de dezembro de 2013, na Secretaria de Cultura do Estado, que contou com a participação de representantes São Gonçalo e da própria secretária.

Imagem 17 – Reunião na Secretaria de Cultura em dezembro de 2013



Fonte: Facebook, 2013

Imagem 18 – Reunião na Secretaria de Cultura em dezembro de 2013



Fonte: Facebook, 2013

Um dos momentos mais importantes da atuação política do coletivo em seus primeiros anos de atuação e ocupação na Fazenda Colubandê ocorreu em 16 de dezembro de 2013, com a visita do então Governador Luiz Fernando Pezão, acompanhado do vice-Governador, do Prefeito Neilton Mulim, da secretária de Estado de Cultura, do Secretário de Estado de Educação, e do presidente da Empresa de Obras do Estado. A visita marcada por uma entrada simbólica do governador em um helicóptero, representou uma das promessas do Estado em relação à Fazenda: a instalação de uma Biblioteca Parque Estadual e a construção de uma Escola Estadual de Ensino Técnico e Ambiental. Na ocasião, o coletivo também apresentou as propostas da Ocupação Cultural, que, naquele momento, já mantinha uma agenda cultural regular, que movimentava o local com plantões às terças, quintas e sábados.

Imagem 19 – Visita do Governador Luiz Fernando Pezão (Jornal O São Gonçalo)



FAZENDA COLUBANDÊ VAI VIRAR CENTRO CULTURAL

Vice-governador Luiz Pezão visitou a área, ontem, junto com o prefeito Neilton Mulim, e anunciou que o local vai abrigar um centro cultural, com teatro, escola técnica, além de praça esportiva. **Página 3**

ALEX RAMOS

›› Pezão, prefeito Neilton Mulim e secretários visitaram a área

Fonte: Blog Sos Colubandê, dezembro de 2013

Imagem 20 – Visita do Gov. Pezão à Fazenda Colubandê em 2013



Fonte: Flickr Luiz Fernando Pezão

Imagem 21 – Visita do Gov. Pezão à Fazenda Colubandê em 2013



Fonte: Facebook, 2013

Imagem 22 – Visita do Gov. Pezão à Fazenda Colubandê em 2013



Fonte: Facebook, 2013

Imagem 23 – Visita do Gov. Pezão à Fazenda Colubandê em 2013



Fonte: Facebook, 2013

A participação política ativa do grupo, após a visita do governador Luiz Fernando Pezão foi marcada por diversas ações, entre as quais se destacam: a reunião realizada em 18 de dezembro de 2013 (IMAGEM 24), que marcou o início da ocupação cultural com o piquenique cultural em 18 de janeiro de 2014 (IMAGENS 26-31). Destaca-se ainda a entrega do documento intitulado “Operação Fazenda Colubandê: Quem Ama Cuida” (IMAGEM 25), à então secretária de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, com a presença de representantes do coletivo e do vereador Diego São Paio.

Imagem 24 – Reunião na Secretaria de Cultura (2013)



Fonte: Facebook, 2013

Imagem 25 –Entrega de documentação para secretária de cultura (2014)

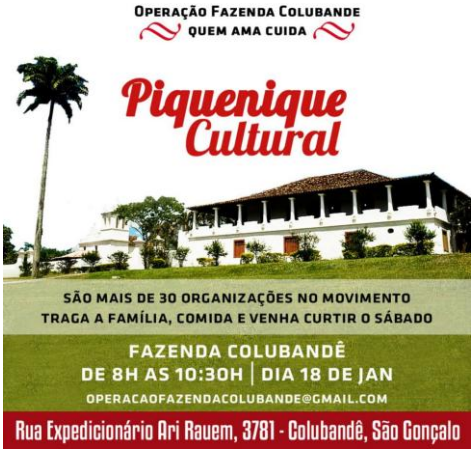


Fonte: Facebook, 2014

Em um primeiro momento, o grupo não apresentava uma atuação concentrada nas redes sociais, suas ações e intervenções na Fazenda Colubandê eram divulgadas de forma individual pelos próprios integrantes do grupo. Nesse período inicial, o coletivo ainda não possuía uma identidade visual definida, e todos os eventos propostos por grupos culturais da cidade de São Gonçalo eram divulgados por meio das páginas pessoais dos integrantes do coletivo e de páginas e perfis oficiais diversos, como pode ser observado nas figuras 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

Essa forma descentralizada de divulgação, de certo modo, possibilitou um alcance plural e diverso, atraindo diferentes participantes para os encontros e eventos nos primeiros anos de atuação do coletivo. Como o grupo possuía um caráter emergencial voltado à ocupação e à manutenção mínima do espaço — com ações como mutirões de limpeza —, utilizou, em sua fase inicial, o nome “Operação Fazenda Colubandê: Quem Ama Cuida”.

Figura 2 – Primeiro Piquenique Cultural na Fazenda Colubandê (2014)



Fonte: Facebook, 2014

Figura 3 – Ponto de Cultura Olhar Verde de Gonça-CISC (2014)



Fonte: Facebook, 2014

Figura 4 – Grupo Recicla Leitores (2014)



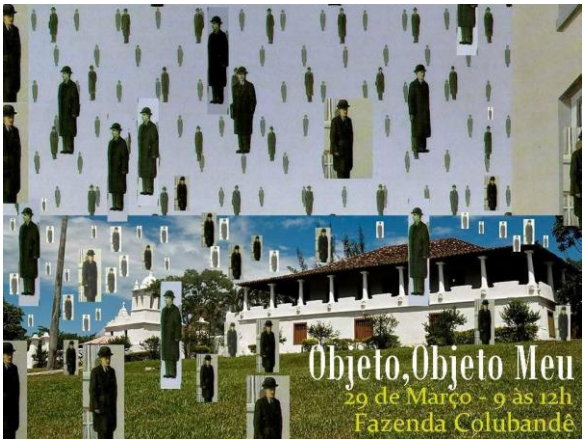
Fonte: Facebook, 2014

Figura 5 – Liga Gonçalense de Capoeira (2014)



Fonte: Facebook, 2014

Figura 6 – Grupo Cáfaro de artes visuais (2014)



Fonte: Facebook, 2014

Figura 7 – Grupo Negoa (2014)



Fonte: Negoa – Negros Gonçalenses em Ação, 2014

O primeiro piquenique cultural teve início com uma reunião dos participantes no alpendre da Casa Grande e contou com atividades promovidas por diversos grupos, além do próprio piquenique. Estiveram presentes iniciativas como o “P.A.S – Projeto Amo Salgueiro” (Ponto de Cultura), o projeto De ponto em Ponto, Tecendo Novos Encontros, e o Recicla leitores, dedicado à arrecadação de livros para distribuição em comunidades carentes. Outro grupo participante foi o Matrizes que fazem: Pontinho cultural. O evento utilizou tanto a varanda quanto o gramado em frente à Casa-Grande, além do amplo alpendre, que foi transformado em pista de dança. A expressiva adesão do público evidenciou não apenas o interesse coletivo pelas manifestações culturais locais, mas também a relevância simbólica e afetiva da fazenda, que à época encontrava-se em estado de abandono, reforçando a necessidade de sua preservação e revalorização como patrimônio cultural.

Imagem 26 – Reunião na Casa Grande - Primeiro Piquenique cultural



Fonte: Facebook, 2014

Imagem 27 – Reunião na Casa Grande - Primeiro Piquenique cultural



Fonte: Facebook, 2014

Imagem 28 – Ocupação durante o Piquenique Cultural



Fonte: Facebook, 2014

Imagem 29 – Ocupação durante o Piquenique Cultural



Fonte: Facebook, 2014

Imagem 30 – Projeto: Recicla Leitores durante o Piquenique Cultural



Fonte: Facebook, 2014

Imagem 31 – Projeto: Amo Salgueiro durante o Piquenique Cultural



Fonte: Facebook, 2014

Com o objetivo de garantir a funcionalidade das atividades, o Coletivo estabeleceu um calendário com atividades e tarefas previamente designadas para serem desempenhadas em ciclos trimestrais, sujeitos a atualizações periódicas. Para a implementação dessa dinâmica, eram realizados plantões – ou seja, a presença física no imóvel –, bem como reuniões e encontros externos. A partir de fevereiro de 2014, os plantões passaram a ser organizados segundo uma agenda que priorizava a rotatividade dos responsáveis, sempre no período da manhã, das 9h às 12h, de forma voluntária e gratuita. A seguir, apresenta-se uma síntese da agenda de plantões realizadas às terças, quintas e sábados, no intervalo de fevereiro a abril de 2014.

FEVEREIRO
01/ Sábado.....COLETIVO
04 / Terça.....Padaria Cultural Vovô Thodinho
06/ Quinta.....Secultur PMSG
08/ Sábado.....Escola Nova Sinfonia
11/Terça.....Rotary Club SG
13/ Quinta.....Pró-Fazenda
15/Sábado.....Galeria Heitor dos Prazeres e Artistas Plásticos
18/ Terça.....Câmara Municipal de SG (Vereador Diego São Paio)
20/ Quinta.....Matrizes que fazem
22/ Sábado.....Recicla Leitores
MARÇO
11/ Terça.....ACESG
13/ Quinta.....Instituto Histórico e Geográfico de São Gonçalo
15/ Sábado.....Ponto de Cultura PAS (Projeto Amo Salgueiro)
18/ Terça.....Ponto O Tempo de Cantar Chegou
20/ Quinta.....Negoa
22/ Sábado.....Liga Gonçalense de Capoeira
25/Terça.....ONG Semear
27/ Quinta.....Irmandade de Reis de São Gonçalo
29/ Sábado.....Grupo CÁFARO Artes Visuais

ABRIL
01/ Terça.....Grupo Teatral Grupo da Lua
03 /Quinta.....AGLAC-SG
05 / Sábado.....COPPIR-SG
08/Terça.....Juareis Mendes, Jô Grassini (Artistas Plásticos e Artesãos)
10/Quinta.....MONER-RJ
12 / Sábado.....Teatro de Bonecos Trio de Três
15 / Terça.....Uma Noite na Taverna
17 / Quinta.....Colégio Odete São Paio e Colégio Jean Piaget
24 / Sábado.....Rotary Club de SG
26 /Terça.....Matrizes Que Fazem
29 / Quinta.....Comcultura RJ
30) Agenda livre: TV WIN / TV Ponto de Vista/ Agência Papa Goiaba/ UNIJOR SG/ FFP UERJ/ Corujão da Poesia – UNIVERSO

(CAMPOS, 2014, Facebook)

Com a proposta de promover a rotatividade nos plantões, cada grupo envolvido era responsável por desenvolver uma temática específica, o que evidenciava a diversidade das propostas de ocupações. As atividades variavam entre ações como a divulgação de livros, apresentações musicais, visitas guiadas pela fazenda e a construção de exposições experimentais no espaço da Casa Sede. Essa pluralidade de abordagens era incentivada, tornando cada plantão único e atraindo diversos perfis de participantes.

Imagem 32 – Plantão Padaria Cultural Vovô Thodinho (2014)



Fonte: Facebook Cleise Campos. 4 de fevereiro de 2014

Imagem 33 – Plantão Escola Nova Sinfonia (2014)



Fonte: Facebook Cleise Campos. 8 de fevereiro de 2014

Imagem 34 – Plantão da Irmandade de Reis



Fonte: Facebook, 2014

Dentre os plantões realizados em 2014, destaca-se a participação do grupo Cáfaro, vinculado às artes visuais, que desenvolveu uma atividade intitulada “Objeto, Objeto Meu”. A proposta consistiu em uma conversa sobre a arte contemporânea, seguida de uma breve roda de conversa na qual cada participante foi convidado a levar um objeto pessoal e compartilhar a memória associada a ele. O objetivo era fomentar a discussão sobre o conceito de memória a partir de simples objetos do cotidiano, criando

um ambiente reflexivo e colaborativo. Além da roda de conversa, os participantes puderam vivenciar o processo curatorial por meio da construção coletiva do texto expositivo. Os objetos trazidos foram expostos em uma mostra instalada no salão principal da Casa Sede, que, por sua vez, foi compreendida como o principal “objeto” da exposição — sua própria estrutura física sendo compreendida como suporte e símbolo de memória. A exposição denominada *Portais*, foi desenvolvida em um processo de curadoria compartilhada, a partir da associação, feita pelos participantes, entre o conceito de memória e a ideia de um portal para o passado.

Imagem 35 – Grupo Cáfaro de Artes Visuais



Fonte: Facebook, 2014

Imagem 36 – Grupo Cáfaro de arte visuais - montagem da exposição



Fonte: Facebook, 2014

Imagem 37 – Grupo Cáfaro de arte visuais - exposição “Portais”



Fonte: Facebook, 2014

A análise da página oficial do grupo na plataforma Facebook permitiu identificar uma das primeiras atividades divulgadas publicamente: a organização do Piquenique Cultural na Fazenda Colubandê, realizado em 20 de setembro de 2014, cuja publicação ocorreu na véspera do evento. Esse dado indica que, no início da atuação do coletivo, as atividades eram primeiramente comunicadas de maneira interna, aos participantes

dos plantões já em andamento à época. O referido piquenique configura-se, portanto, como a primeira ação divulgada na página oficial do coletivo, marcando o início de sua comunicação externa por meio das redes sociais.

> Sem patrocínio de empresas da iniciativa privada para financiamento do projeto de Ocupação Cultural na Fazenda Clubandê, via Lei do ICM, na Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, a ação coletiva que reúne 35 entidades variadas e movimentos livres da cidade de São Gonçalo, continua na busca de ações de cuidado e preservação do patrimônio histórico cultural do século XVII. [...], a fazenda Colubandê é propriedade do governo do Estado do Rio de Janeiro, desocupado e sem atividades desde a saída do Batalhão Florestal/PMERJ em julho de 2012.
> Para manter minimamente os plantões culturais iniciados em janeiro de 2014, terças, quintas e sábados pela manhã, é urgente a regularização do fornecimento de água, energia elétrica, funcionamento de banheiros, e principalmente a efetivação de medidas de segurança e guarda do patrimônio, com registros alarmantes de constante invasão e depredação na Capela e Casa Sede. A ocupação cultural no espaço tem proposta de manter a agenda cultural gratuita de visitas guiadas, atividades de arte-educação, e pequenas apresentações de teatro, dança, música, encontros literários, artes visuais, cultura popular, mostra de artesanato, artes plásticas, e exibição de filmes. (19/09/2014, Facebook)

Através da organização o coletivo nos primeiros meses de sua atuação conseguiram o apoio e participação de inúmeras instituições e movimentos que tinham interesse em participar ativamente das atividades propostas pelo grupo sendo estes, Rotary Club de São Gonçalo, Teatro de Bonecos Trio e Três, Associação Comercial e Empresarial de São Gonçalo – ACESG, Ponto de Cultura Olhar Verde de Gonça (CISC), Ponto de Cultura Projeto Amo Salgueiro (PAS), Irmandade de Reis de SÂO Gonçalo, Colégio Odete São Paio, Padaria Cultural Vovô Thodinho, Liga Gonçalense de Capoeira, Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ- FFP), Negros Gonçalenses em Ação (Negoa SG), Guia de Bairros Fazenda Colubandê, Centro de Integração Analice Nunes (CIAN), Corujão da Poesia (UNIVERSO), Oficina da Dança Angélica Maria (Clube Mauá), Matrizes que fazem, Recicla Leitores, Atelier Jô Grassini, SECULT FASG/PMSG, Cáfaro Artes visuais, Leituras na Fazenda, Artes Juareis Mendes, RM Invenções, Casulo Cultural, Guardiões do Mar, Os Tavernistas, ComCultura RJ, Memória São Gonçalo, Folha Alternativa, TV Ponto de Vista, Agência Papa Goiaba, TV WIN, COPPIR, IHGSG. Após a organização do coletivo é realizada uma Marca que representasse o grupo que iniciou suas atividades nas redes sociais em julho de 2014 com uma página oficial na qual denominavam-se “Ocupação Cultural – Fazenda Colubandê”.

Figura 8 – Identidade Visual da Ocupação Cultural



Fonte: Facebook página Fazenda Colubandê Quem Ama Cuida.

A análise das postagens iniciais na página do coletivo no Facebook revela que, nesse período, a natureza das divulgações apresenta um caráter marcadamente pessoal, com pouca ênfase na formalização da atuação do coletivo nas mídias digitais. Observa-se ainda, que a comunicação das atividades era realizada com pouca antecedência em relação às datas dos eventos, o que sugere uma dinâmica de organização mais imediata e informal nas mídias. Um exemplo dessa prática pode ser observado na publicação de 24 de setembro de 2014, referente à divulgação da 1ª Corrida Fazenda Colubandê, realizada com proximidade temporal à data do evento.

Figura 9 – 1ª Corrida Fazenda Colubandê (2014)



Fonte: Facebook: Quem Ama Cuida

Apesar desse aspecto, é possível observar que algumas instituições e empresas vinculadas ao coletivo realizavam a comunicação de suas atividades por meio de páginas próprias nas redes sociais. Um exemplo disso é a página intitulada *Cinema na Fazenda*, que integrou a programação cultural aos sábados da Fazenda Colubandê ao organizar, em fevereiro de 2014, uma sessão de cinema ao ar livre. Essa iniciativa permaneceu ativa, oferecendo uma programação voltada tanto ao público infantil quanto à adulta, com exibições realizada no último sábado de cada mês[152].

Imagem 38 – Sessão de cinema - Fazenda Colubandê



Fonte: Facebook: 'Cinema na Fazenda'

Imagem 39 – Sessão de cinema - Fazenda Colubandê.



Fonte: Facebook: 'Cinema na Fazenda'

Imagem 40 – Sessão de cinema, na Fazenda Colubandê (2015)



Fonte: Facebook: 'Cinema na Fazenda'

Imagem 41 – Sessão de cinema na Fazenda Colubandê (2015)



Fonte: Facebook: 'Cinema na Fazenda'

Ao final do ano de 2014, a página oficial do coletivo publicou um breve balanço de suas tentativas de estabelecer diálogo com a esfera pública, buscando uma atuação mais efetiva frente à situação que pode ser caracterizada como um "abandono parcial" da Fazenda Colubandê. Tal caracterização considera, por um lado, a ausência de

[152] CINEMA NA FAZENDA (Facebook). São Gonçalo, **Sessão de cinema**. Página dedicada a divulgação das sessões de Cinema na Fazenda no Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/cinemafazenda. Acesso em: 28 jul 2024.

políticas públicas consistentes voltadas à preservação do espaço e, por outro, a atuação ativa do coletivo e a participação da comunidade nas atividades culturais desenvolvidas no local. Essa reflexão encontra-se registrada na postagem publicada em 27 de novembro de 2014 na página do grupo;

> Depois de um ano inteiro de reuniões com a população, com entidades e políticos gonçalenses, 2014 foi marcada pela nossa luta para que a Fazenda seja restaurada e devidamente utilizada em prol da cultura e reconhecida devidamente como o principal Patrimônio Histórico de São Gonçalo. Fomos até a Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, realizamos diversas reuniões, mas ainda não há uma previsão concreta para que a Fazenda seja restaurada. Ainda assim nossa luta continua e a Fazenda Colubandê está sendo preparada para sua tradicional iluminação de Natal. A Fazenda Colubandê vive (Facebook, 2014, Quem Ama Cuida)

Impulsionada pela esperança de alcançar soluções para o futuro da Fazenda Colubandê, a iniciativa de realização do evento *Natal Iluminado da Fazenda Colubandê*, em 2014, despertou na comunidade a expectativa de que o espaço viesse a ser restaurado.

Imagem 42 – Inauguração da iluminação Natalina da Fazenda Colubandê (2014)



Fonte: Facebook :Quem Ama Cuida

Imagem 43 – Iluminação Natalina da Fazenda Colubandê (2014)



Fonte: Facebook: Quem Ama Cuida

> Muitas críticas ao descaso com o patrimônio, muitas lembranças da infância e a afirmação de um espaço para atividades físicas, “além de ficar lindo no natal” – disse uma entrevistada, fazendo referência à quando o município enfeitava o casarão com pisca-piscas no fim do ano. (MORAES, 2023, p. 66)

No ano de 2015, observa-se que a maioria dos eventos promovidos pelo coletivo ainda não era amplamente divulgada por meio das redes sociais, restringindo-se, em grande parte, à realização de reuniões internas e à circulação de matérias jornalísticas. Uma das principais ações comunicadas ao público nesse período foi a organização de uma manifestação em defesa da Fazenda Colubandê, cuja convocação ocorreu por

meio de um evento criado na plataforma Facebook. Através da página oficial, o coletivo reafirma sua atuação política e social, informando à sociedade civil sobre atualizações relativas ao processo judicial envolvendo o bem patrimonial.

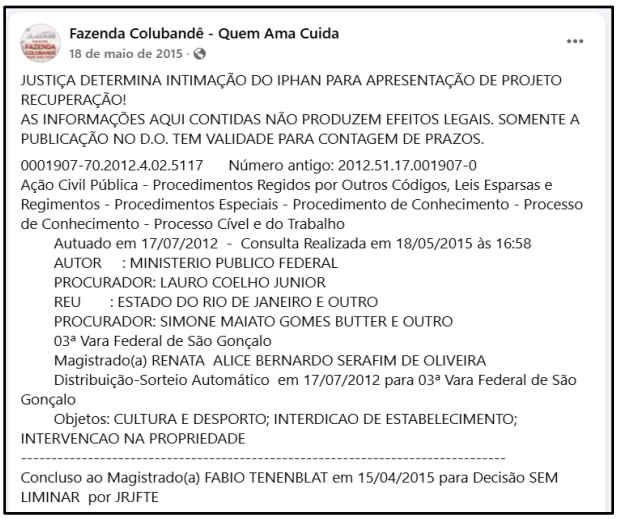
Um exemplo significativo desse posicionamento pode ser observado na postagem de 18 de maio de 2015, na qual é destacada a intimação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para a apresentação de um projeto de recuperação da Fazenda, bem como a notificação do Estado do Rio de Janeiro e do Ministério Público Federal. A publicação explicita que essas informações têm implicações diretas nos prazos legais e nas determinações publicadas no Diário Oficial, reforçando o caráter informativo e mobilizador da atuação do coletivo nas plataformas digitais.

Figura 10 – Divulgação do ato “Em Defesa da Fazenda Colubandê”



Fonte: Facebook: Em defesa da Fazenda Colubandê (Post, 2015)

Figura 11 – Inauguração da iluminação Natalina da Fazenda Colubandê em (post, 2015)


Fazenda Colubandê - Quem Ama Cuida
18 de maio de 2015 ·

JUSTIÇA DETERMINA INTIMAÇÃO DO IPHAN PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETO RECUPERAÇÃO!
AS INFORMAÇÕES AQUI CONTIDAS NÃO PRODUZEM EFEITOS LEGAIS. SOMENTE A PUBLICAÇÃO NO D.O. TEM VALIDADE PARA CONTAGEM DE PRAZOS.

0001907-70.2012.4.02.5117 Número antigo: 2012.51.17.001907-0
Ação Civil Pública - Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos - Procedimentos Especiais - Procedimento de Conhecimento - Processo de Conhecimento - Processo Cível e do Trabalho
Autuado em 17/07/2012 - Consulta Realizada em 18/05/2015 às 16:58
AUTOR : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: LAURO COELHO JUNIOR
REU : ESTADO DO RIO DE JANEIRO E OUTRO
PROCURADOR: SIMONE MAIATO GOMES BUTTER E OUTRO
03ª Vara Federal de São Gonçalo
Magistrado(a) RENATA ALICE BERNARDO SERAFIM DE OLIVEIRA
Distribuição-Sorteio Automático em 17/07/2012 para 03ª Vara Federal de São Gonçalo
Objetos: CULTURA E DESPORTO; INTERDICAO DE ESTABELECIMENTO; INTERVENCAO NA PROPRIEDADE

Concluso ao Magistrado(a) FABIO TENENBLAT em 15/04/2015 para Decisão SEM LIMINAR por JRJFTE

Fonte: Facebook: Quem Ama Cuida (2015)

O ano de 2017 foi marcado por um agravamento significativo do estado de abandono da Fazenda Colubandê, comprometendo ainda mais seu caráter de patrimônio histórico integral — já modificado diversas vezes ao longo de sua trajetória. Em janeiro daquele ano, o coletivo registrou o furto do retábulo da Capela de Nossa Senhora de Sant’Ana, episódio emblemático que evidencia a vulnerabilidade do sítio histórico diante da ausência de políticas públicas efetivas de preservação e segurança patrimonial.

> Em 2017 temos a Fazenda vista como um espaço perigoso e abandonado pelas autoridades [...]. Com o abandono começam as invasões e vandalismos. Ao mesmo tempo que temos união de grupos em busca de restauração, com atos e apresentações para trazer visibilidade a esse espaço. A partir de 2017 temos a ampliação da

> articulação comércio de drogas, crime e violência (MORAES, 2019, p. 49)

Inúmeras invasões e atos de depredações foram observadas por moradores e ativistas, iniciando-se com o furto de janelas, bancos, portas, além do mobiliário religioso, como lustres, cadeados e torneiras. Esse processo culminou no roubo da talha da Capela de Sant'Anna, ocorrido em janeiro de 2017. O retábulo, confeccionado em madeira entalhada e com douramentos, teve sua ausência comunicada ao Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), que informou tratar-se de uma remoção preventiva e que a peça estaria sob a guarda do Museu Histórico Nacional. Essa versão, entretanto, foi contestada pelo IPHAN, que, posteriormente, incluiu a talha na lista de Bens Culturais Procurados do IPHAN e INEPAC (MONTEIRO, 2017).

Imagem 44 – Altar Capela de Nossa Senhora de Sant'Ana



Fonte: Facebook Grupo S.O.S Colubandê.

Imagem 45 – Capela de Nossa Senhora de Sant'Ana, após o roubo do retábulo



Fonte: Julio Diniz, Jornal o São Gonçalo.

Imagem 46 – Detalhe dos azulejos portugueses após o roubo



Fonte: A voz da Serra, 2017

> Através desse processo que vem sendo apresentado nesse texto, o espaço de certa forma torna o tempo concreto, espacializado. Todas

> essas transformações, vem de ações dos indivíduos, que criam alterações e modificam a própria situação em que estão inseridos, muitas dessas ações que ocorrem são produtos de outras necessidades, como a necessidade de policiamento em um espaço que foi abandonado dando margem para ações dentro da violência urbana, cada área vai constituir uma situação como essa, de forma individual. A circulação dessas ações vai ser mais criadora do que a própria produção social do espaço (SANTOS; 2006).

Diante da situação de vulnerabilidade do patrimônio e do agravamento da violência na região da Fazenda, o coletivo manifestou preocupação e notificou o órgão estadual. Em resposta à gravidade do ocorrido, especialmente após o roubo da capela, a Justiça Federal determinou o policiamento da Fazenda, com o objetivo de resguardar a integridade dos azulejos portugueses ainda presentes na Capela[153].

A atuação do coletivo se caracteriza não apenas pela limpeza do local, e pela realização de reuniões com a comunidade por meio de uma agenda cultural, mas também por sua participação ativa na elaboração de projetos e em reuniões com vereadores e secretários, a fim de inserir a pauta da Fazenda Colubandê na agenda política municipal e estadual.

Um exemplo das ações políticas promovidas pelo coletivo ocorreu no início de novembro de 2017, compartilhado, por meio da página do grupo no Facebook, um breve relato sobre a reunião realizada com o Secretário Estadual de Cultura. O encontro teve como foco a discussão da possível integração da Fazenda Colubandê ao Programa de Ocupação Cultural (POC-RJ), iniciativa voltada à transformação de espaços ociosos sob posse do estado em lugares de promoção cultural. A inclusão da fazenda no programa contribuiria significativamente para a superação do estado de abandono em que se encontrava, ao desenvolver atividades culturais e artísticas e promover o turismo cultural na cidade de São Gonçalo.

> Apresentamos um projeto para ser realizado em parceria com o Estado de R$912.000,00 que seria captado através da Lei de Incentivo de ICMS. O projeto garantiria ações culturais e formações na Fazenda Colubandê por 15 meses. Todo o dinheiro tem sido discutido INTEGRALMENTE com a sociedade civil, sem esconder para onde vai o dinheiro, com o que será gasto, com quem será gasto. O projeto já foi escrito e finalizado, o plano de trabalho já foi bem encaminhado, já existe uma conversa avançada com um possível patrocinador e tudo isso através de um empenho importante do Secretário André Lazaroni.

---

[153] NITAHARA, Akemi; VIEIRA, Isabela. Justiça Federal determina policiamento 24h em fazenda histórica Roubada no Rio: O governo do Estado do Rio tem prazo de dez dias para apresentar um relatório. **Agência Brasil**. São Gonçalo, 18 fev. 2017. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-02/justica-federal-determina-policiamento-24h-em-fazenda-historica-roubada-no. Acesso em 17 Ago. 2025.

> A Fazenda está em desuso e degradado mesmo com a Polícia Militar sendo a responsável pelo imóvel. Entendemos a importância do policiamento e de mais segurança em São Gonçalo, mas a Fazenda precisa ser um polo cultural e de entretenimento que a polícia seja parceira nesse processo. É totalmente possível integrar os espaços. Marcaremos ainda essa semana uma reunião com o Governador solicitando que a Fazenda Colubandê seja da cultura tendo em vista que já temos projeto, possibilidade de financiamento e equipe formada e que a Polícia Militar (Batalhão Florestal) faça uso de parte do espaço como uma pequena unidade destacada. (CUIDA, 2017)

Imagem 47 – Reunião com o Secretário Estadual de Cultura André Lazaroni (2017)



Fonte: Facebook página Fazenda Colubandê Quem Ama Cuida.

A partir de 2017, apesar do baixo número de publicações nos primeiros meses do ano, a página do coletivo iniciou um ciclo de postagens com maior caráter autoral, sendo seis das dez publicações daquele período de autoria própria, com destaque para convites à participação da comunidade para reuniões na Fazenda.

Mesmo com pouca divulgação nas redes sociais, foram realizados eventos de grande porte na Fazenda, como o evento "*Ocupação Cultural sensibilização pelo Patrimônio*", que incluiu uma apresentação teatral sobre o Auto da Fé da Santa Inquisição. A peça narrou a história da família de cristãos-novos que viveu na Fazenda Colubandê, utilizando o espaço da Casa-Grande como palco para a encenação. O pátio interno, juntamente com outras salas ornamentadas, aliado aos figurinos de época, proporcionou aos expectadores uma nova experiencia sensorial e simbólica naquele espaço histórico.

Figura 12 – Divulgação Ocupação Cultural (2017)



Fonte: Facebook - Grupo S.O.S Fazenda Colubandê

Imagem 48 – Auto da Fé da Santa Inquisição, pátio interno da Fazenda Colubandê (2017)



Fonte: Grupo Facebook S.O.S Colubandê.

Imagem 49 – Auto da Fé da Santa Inquisição (2017)



Fonte: Grupo Facebook S.O.S Colubandê

Imagem 50 – Atores do Auto da Fé da Santa Inquisição (2017)



Fonte: Grupo Facebook S.O.S Colubandê.

Imagem 51 – Auto da Fé da Santa Inquisição (Março de 2017)



Fonte: Grupo Facebook S.O.S Colubandê.

É a partir desse ano que uma atividade já presente na agenda cultural do coletivo passa a tomar forma mais definida e a ser divulgada por meio da página oficial do coletivo. Denominada "*Café Cultural*", a iniciativa tinha como objetivo reunir a comunidade para um lanche coletivo, além de fomentar novas discussões sobre os rumos da ocupação e os anseios em relação ao destino da Fazenda Colubandê.

Figura 13 – Divulgação do Café Cultural na Fazenda Colubandê



Fonte: Facebook: Quem Ama Cuida

Imagem 52 – Grupo participante do Café Cultural (novembro de 2017)



Fonte: Facebook: Quem Ama Cuida

Imagem 53 – Reunião do Café Cultural (2017)



Fonte: Facebook Quem Ama Cuida

As atividades do Coletivo, que à época consistiam na mobilização política por meio de reuniões, plantões e eventos com a sociedade, foram impactadas no final de 2017 com o anúncio do retorno do Batalhão de Polícia Florestal à sede da Fazenda Colubandê. No entanto, em razão das condições do local, a mudança seria realizada de forma gradual, uma vez que, naquele momento, o espaço estava sendo ocupado tanto pelo coletivo quanto pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ).

Desde então, o coletivo buscou apresentar às autoridades a importância da presença da cultura na Fazenda Colubandê, contando, inclusive, com o apoio da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. A relação do coletivo e a PMERJ foi formalizada em uma reunião com a Secretaria de Segurança, realizada em dezembro de 2017. Nesse encontro, foi negociado o uso compartilhado do espaço, estabelecendo-se que as atividades cultuais do coletivo seriam desenvolvidas na Casa Sede, na Capela e em seu entorno, enquanto o Batalhão se instalaria no prédio anexo, localizados nos fundos do conjunto arquitetônico tombado.

Esse acordo, embora funcional naquele momento, também marcou o início de um novo tipo de tensão: a sobreposição entre as demandas do coletivo e suas atividades culturais, e o retorno do batalhão com suas funções institucionais.

Imagem 54 – Reunião com o Secretário de Segurança do Estado



Fonte: Facebook, 2017

Imagem 55 – Reunião com o Secretário de Segurança do Estado



Fonte: Facebook, 2017.

O último evento que marcou esse primeiro ciclo de postagens mais autorais do coletivo foi a *Celebração aos Santos Reis*, realizada em 7 de janeiro de 2018 na Fazenda Colubandê. A programação incluiu uma missa seguida de uma apresentação de Folia de Reis, tradição de origem católica portuguesa.

A realização da *Folia de Reis* na Fazenda Colubandê destacou-se por promover a articulação entre o patrimônio imaterial – representado pela tradição popular – e o patrimônio material – representado pelo conjunto arquitetônico da fazenda –, configurando-se como um ponto de encontro simbólico entre a memória, cultura e tradição.

Figura 14 – Divulgação Celebração aos Santos Reis



Fonte: Facebook página Fazenda Colubandê: Quem Ama Cuida

Imagem 56 – Folia de Reis na Fazenda Colubandê (2018)



Fonte: Grupo Facebook S.O.S Colubandê.

Imagem 57 – Folia de Reis na Fazenda Colubandê (2018)



Fonte: SECEC-RJ.

> Depois de uma interrupção de três décadas voltou a acontecer, [...], na Fazenda Colubandê, em São Gonçalo, a Festa de Santos Reis, com a participação de três bandeiras – duas de São Gonçalo (Folia de Reis Bandeira Nova Flor do Oriente, do mestre Fumaça, e Folia de Reis Estrela Nova do Oriente, do mestre Waldecy), e uma terceira de Itaboraí (Folia de Reis Estrela do Oriente, do mestre Sebatião). O evento foi muito significativo, culturalmente, para São Gonçalo e emocionou a muitos. Durante a administração da fazenda pelo Batalhão Florestal (PMERJ), só era permitido às folias se apresentarem no lado externo da fazenda. (SECEC-RJ, 2018, Facebook)

A partir de 2018, a página oficial do coletivo interrompe suas postagens. Nesse ano, não há registro de divulgação de eventos ou reuniões, indicando uma desaceleração e mudanças nas estratégias de comunicação. Essa mudança pode indicar a necessidade do grupo em priorizar as articulações internas e institucionais em detrimento da presença nas redes sociais.

> Em 2018 temos uma pequena negociação através de ações políticas, buscando, novamente, dar visibilidade aos seus problemas. No segundo semestre de 2018 e início de 2019 temos incentivos aos esportes, como campeonatos nos campos [...] parte da iluminação na pista para atletismo, que ainda não foi restaurada, instalação de aparelhos de ginástica [...] em uma das praças no seu entorno, eventos culturais, policiamento frequente e manutenção – raras – das trilhas [...], e isso não vem apenas dos responsáveis pela Fazenda, mas em maioria entre os próprios moradores, ocupando esses espaços, resultando em um espaço heterogêneo, resultado de todo um processo histórico onde se passaram refuncionalizações, ressignificações da sua paisagem [...]. (MORAES, 2019, p. 50-51)

Mesmo com a interrupção das postagens nas redes sociais, o grupo realizou, ao longo de 2018, inúmeras reuniões, além de estruturar e encaminhar o projeto da "Ocupação Cultural Fazenda Colubandê", fundamentado legalmente a POC-RJ e previsto para ser financiado com recursos do ICMS. O documento, apresentado à Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro e à Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), foi, à época, o único projeto formalmente proposto para a Fazenda Colubandê. Como parte das articulações políticas, o grupo realizou visitas a representantes da ALERJ, e desenvolveu uma estratégia em etapas, com o objetivo de alcançar o então governador do estado e apresentar todo o histórico de ações promovidas pelo coletivo na fazenda.

Imagem 58 – Visita a Fazenda Colubandê do Deputado Estadual André Lazaroni



Fonte: Cleise Campos Facebook. 19 de dezembro de 2017.

Imagem 59 – Visita a Fazenda Colubandê do Deputado Estadual André Lazaroni



Fonte: Cleise Campos Facebook. 19 de dezembro de 2017.

Apesar das diversas tentativas do coletivo em estabelecer contato com as autoridades, tanto na esfera municipal quanto na estadual, o ano de 2018 foi marcado por incertezas, urgências e esperanças. A ausência da efetividade da proposta encaminhada pelo grupo, contribuiu para a indefinição quanto ao destino cultural da Fazenda Colubandê.

Um acontecimento que impactou profundamente a memória do patrimônio brasileiro em 2018 – o incêndio do Museu Nacional – acentuou o senso de urgência em relação à preservação dos patrimônios histórico. O episódio reforçou a importância de ações concretas voltadas à preservação da Fazenda Colubandê, especialmente diante do seu estado de abandono e da demora no processo de licitação para o restauro da Casa Grande, que vinha se arrastando desde 2017.

Nesse contexto, surgiram novos sinais de esperança a partir de duas ações do Governo do Estado. A primeira foi a presença da Polícia Militar na guarita da fazenda Colubandê, em agosto de 2018[154],contribuindo para a segurança do local. A segunda foi a aprovação do projeto de lei que instituiu o Programa De Ocupação Cultural do Estado do Rio de Janeiro (POC-RJ) no final de 2018, sancionada posteriormente como a Lei nº 8370, de 02 de abril de 2019[155].

A partir do ano de 2019, observa-se um novo ciclo de estratégia de comunicação, com maior regularidade nas publicações e na divulgação de eventos por meio de sua página oficial, sinalizando uma retomada do engajamento púbico e do protagonismo cultural nas atividades promovidas na Fazenda Colubandê.

Com a cessão provisória da Fazenda Colubandê a PMERJ, em 2019, sob a direção do Comando do 7º Batalhão de São Gonçalo, o espaço anteriormente dedicado à cultura e ao debate passou a depender, a partir de então, de uma articulação direta com a corporação. Diante dessa nova conjuntura e da necessidade de formalizar um documento-base a ser apresentado ao Coronel responsável, com objetivo de obter a autorização para a continuidade das atividades na Fazenda Colubandê, o coletivo elaborou uma proposta atualizada. Essa proposta, que contava com a descrição do coletivo, estabelece uma estrutura em torno de sete atividades-chave, que seriam realizadas em formato de rodízio, com o intuito de fomentar o turismo cultural no local, sendo estas:

---

[154] MORAIS, Raquel. PM Começa a ocupar Fazenda Colubandê. **A Tribuna**. 29 ago. 2018. Disponível em: https://www.atribunarj.com.br/materia/pm-comeca-a-ocupar-fazenda-colubande. Acesso em: 11 set. 2025.

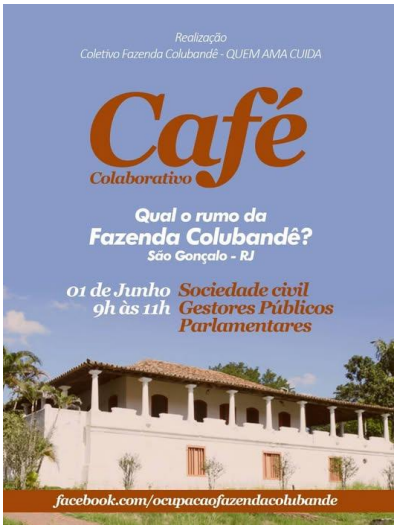
[155] RIO DE JANEIRO. Lei Ordinária nº 8370, de 2 de abril de 2019. Cria e Regulamenta o Programa de ocupação cultural do Estado do Rio de Janeiro – POC-RJ. Rio de Janeiro: **Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro**. 2019. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-8370-2019-rio-de-janeiro-cria-e-regulamenta-o-programa-de-ocupacao-cultural-do-estado-do-rio-de-janeiro-poc-rj-para-uso-de-imoveis-estaduais-que-nao-forem-necessarios-aos-servicos-publicos-nao-interessarem-a-qualquer-plano-urbanistico-ou-nao-se-revelarem-de-vantajosa-exploracao-economica-pelo-proprio-estado-e-da-outras-providencias. Acesso em: 10 set. 2025.

> 1. Visitas Guiadas - É o principal patrimônio histórico-cultural de São Gonçalo, tombado pelo IPHAN - Ministério da Cultura, em 1940. Marco de encontro de artistas, pesquisadores, historiadores e visitantes de modo geral. A casa grande foi construída em torno de um poço do século XVII, erguida ao lado da capela de Sant'Anna, que tem sua construção iniciadas em torno de 1618. Mesmo necessitando de restauração e adaptações que atendam as exigências atuais, a bem de garantir a preservação e salvaguardar sua integridade física, o valioso patrimônio merece ser visitado, conhecido. Para que um número maior de pessoas possa visitar e conhecer sua história, o projeto de Ocupação Cultural tem nas Visitas Guiadas a Fazenda Colubandê, ponto chave de sua programação.
> 2. Oficinas Artísticas e de Arte-Educação - Atividades de desenho, pintura, colagem, reciclagem, e cerâmica, voltadas especialmente para os alunos da rede de ensino pública e particular, com agenda prévia para devida organização (número de participantes, material de produção, profissionais envolvidos, e etc).A integração das atividades com professores e especialistas será fator importante que movimentará a Regional Leste Fluminense. Tal prática atende a Lei 7035/2015, no âmbito do Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro. Agenda Semanal: Quartas-Feiras e Quintas-feiras .
> 3. Atividades de Educação para o Patrimônio Cultural - Ações com calendário específico (Agendas com FFP UERJ e INEPAC/Governo Estadual, em parceria com o IPHAN/Governo Federal). Agenda: Encontros Quinzenais
> 4. Circuito Cultural Regional Agenda – Sábados/ Encontros Quinzenais - 9h às 16h
> 4.1. Teatro, Dança e Música - Com produção mais específica para apresentações dos artistas das cidades da Região Leste Fluminense e convidados.
> 4.2. Rodas de Leitura - Com produção mais específica para livre leitura de títulos variados, jornais, revistas e periódicos, e encontros literários (lançamento de livros, debate de autores, troca de livros e saraus poéticos - literários).
> 4.3. Encontros de Artes Visuais - Com produção mais específica para encontros, exposição, mostra, gincanas integrando as variadas classificações das artes visuais.
> 5. Baú de Livros - Diversos títulos reunidos numa caixa-carrinho, para circulação livre no local, facilitando acesso aos livros para consulta/leitura de todos os visitantes nos dias de atividades.
> 6. Feira Artesanato e Gastronomia - Exposição de artesanato e dos produtores rurais da região Leste Fluminense. Agenda: Domingos, de 9h às 15h
> 7. Produção Especial: Vídeo e Livreto - Histórico, depoimentos, entrevistas e registros. Os dois produtos serão distribuídos amplamente na rede escolar (ensino fundamental, ensino médio e faculdades), parceiros, instituições públicas (municipais, estadual e federal), privadas e Terceiro Setor. (CUIDA, 2019)

Com a atualização da proposta do coletivo, observa-se o início de uma nova fase na tipologia das postagens realizadas em sua página oficial. As divulgações começam a ser feitas com maior antecedência, frequência e variedade de materiais de divulgação e chamadas visuais, apostando em uma nova identidade visual.

A campanha de divulgação realizada para o evento Café colaborativo, realizado em 1º de junho de 2019, exemplifica essa mudança na estratégia comunicativa nas redes sociais. A mobilização nas redes sociais foi intensa, totalizando dez postagens distintas ao longo do mês de maio, todas com o objetivo de convidar e engajar o público. O que contribuiu para o aumento expressivo de interessados na iniciativa.

Figura 15 – Divulgação Café Colaborativo do Coletivo Fazenda Colubandê (poster)



Fonte: Facebook: Quem Ama Cuida (2019

Figura 16 – Divulgação Café Colaborativo do Coletivo (post)



Fonte: Facebook: Quem Ama Cuida (2019

Imagem 60 – Café Colaborativo - 2019



Fonte: Facebook: Quem Ama Cuida

Este evento contou com a presença de um grande expressivo número de participantes, oriundos de diversas instituições do governo estadual e municipal, assim como além de moradores do bairro e da cidade de São Gonçalo, estudantes, artistas, aposentados e lideranças comunitárias. A ampla divulgação contribuiu para atrair um público diverso e engajado[156].

A reunião teve como eixo central a pergunta: “O que desejamos para a Fazenda Colubandê?”, o que resultou em uma multiplicidade de sugestões que destacaram a importância da continuidade das ações já promovidas pelo coletivo – tanto no que se refere à agenda cultural, quanto à manutenção do espaço. Foram enfatizadas também a necessidade de ações educativas voltadas a crianças e jovens, bem como o fortalecimento da presença da extensão universitária e da pesquisa acadêmica, por meio da atuação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP).

Além disso ficou claro evidente demanda por uma participação mais efetiva da Prefeitura de São Gonçalo em prol da Fazenda, assim como a relevância de uma interlocução mais direta com o Governo do Estado, com o intuito de garantir a inserção da Fazenda Colubandê na POC-RJ de forma efetiva e contínua. Ao final do encontro, uma ação simbólica foi realizada: Mãe Marcia D’Oxum plantou uma muda de baobá em frente à Casa-Sede, como gesto de esperança e de semeadura de um futuro próspero diante dos desafios enfrentados pelo coletivo e pela própria Fazenda Colubandê.

> A Fazenda Colubandê como forma simbólica não é apenas singular, mas adquiriu sentidos universais, como: glorificar o passado; reconstruir o passado; transmitir valores de um grupo, onde estão presentes as relações de poder; afirmar a identidade de um grupo religioso, étnico, racial ou social. (MORAES, 2019, p. 50)

Através do evento organizado em 1º de junho é possível perceber uma diferença na organização das ações do coletivo no âmbito político, baseado nas sugestões da sociedade civil. Com as sugestões foi possível chegar a seguinte organização reunião na Superintendência do IPHAN-RJ, Reunião com o Governador, Reunião com Secretário de Estado e Turismo do Rio de Janeiro, Vistas aos gabinetes de vereadores de São Gonçalo e Prefeito, Visita aos gabinetes dos Deputados ALERJ, além da elaboração de plano de parceria com iniciativa privada, Campanha de divulgação das ações do coletivo e busca de parceria para viabilizar o funcionamento de banheiro e fornecimento de água.

---

[156] Café Colaborativo na Fazenda Colubandê reuniu diversas camadas da sociedade. **O São Gonçalo**. São Gonçalo, 04 jun. 2019. Disponível em: https://www.osaogoncalo.com.br/geral/59589/cafe-colaborativo-na-fazendo-colubande-reuniu-diversas-camadas-da-. Acesso em: 04 set. 2025.

Logo após o evento, a liderança do coletivo marcou sua presença na pauta política ao estar presente em diversas reuniões com o poder político. Começando em 03 de junho a liderança do coletivo, participou de um encontro com o Secretário Nacional de Cultura Henrique Pires e o Deputado Federal Aureo Ribeiro, que visou a discussão da urgência nos investimentos para o restauro, assim como, a importância dos investimentos para a continuidade ações do coletivo em seu caráter cultural. O grupo realizou um relatório histórico de suas atividades na Fazenda Colubandê desde o ano de 2013. Além disso em outra reunião com representantes do Governo Estadual foi pautado e discutido as possibilidades de gestão do imóvel de maneira mais eficaz pelo Estado.

Imagem 61 – Reunião realizada com entrega de relatório ao Secretário Nacional de Cultura Henrique Pires e ao Deputado Federal Aureo Ribeiro (2019)



Fonte: Facebook: Quem Ama Cuida

A partir desse contexto é possível perceber uma mudança significativa na agenda do coletivo. No ano de 2019, o grupo passou a concentrar-se nas pautas políticas, alterando de forma substancial sua ocupação cultural na Fazenda Colubandê. Tal mudança pode ser compreendida como um reflexo da cessão provisória do espaço à Polícia Militar e do retorno anunciado, ainda que progressivo, do então Comando Polícia Ambiental (Cepam) à Fazenda Colubandê.

Observa-se, também, uma alteração nos locais das reuniões do coletivo, que até então ocorriam exclusivamente na Fazenda, passando a ser realizadas em espaços alternativos na cidade de São Gonçalo. Essa mudança está diretamente relacionada à falta de infraestrutura da Casa Grande, que, naquele período, ainda não dispunha de banheiros nem de fornecimento de energia elétrica. A mudança de direcionamento é evidenciada, por exemplo, na agenda publicada pelo coletivo em 11 de junho de 2019:

> PRÓXIMAS AGENDAS
> COLETIVO FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA
> Aberta para todos interessados:
> Reunião - 17 de JUNHO (segunda-feira)
> 17h às 19:30h/Local:Salão do Abrigo Cristo Redentor
> (em frente SESC SG)
> Reunião - 22 de JULHO (segunda-feira)
> 17 às 19:30h/Local:Salão do Abrigo Cristo Redentor
> (em frente SESC SG)
> ENCONTRO:MERENDA COLETIVA CICLO JUNINO
> 27 DE JULHO 2019/SÁBADO
> 9h às 14h - LOCAL:FAZENDA COLUBANDÊ
> Nas reuniões serão avaliadas, em conjunto, propostas para o valioso patrimônio, com ajuste de calendário para visitas de representantes em diversas instituições municipais, estaduais e federal. (Vive, 2019, Facebook)

Mesmo com a mudança dos locais de realização das reuniões do coletivo, bem como a alteração desses encontros para dias úteis no meio da semana, é possível observar a continuidade da construção coletiva por meio das sugestões apresentadas pelos participantes. Na reunião realizada em 17 de junho, foi proposta a criação de uma Associação de Amigos da Fazenda, iniciativa que sinaliza um novo direcionamento nas interlocuções com o governo estadual e com iniciativas privadas. Na mesma ocasião, foi novamente discutida a importância do retorno dos plantões presenciais na Fazenda. Ficou decidido, então, que os plantões ocorreriam apenas aos sábados e domingos, no período da manhã, das 9h30 às 11h.

Imagem 62 – Reunião do coletivo Fazenda Colubandê Quem Ama Cuida (2019)



Fonte: Facebook: Quem ama cuida, 2019.

Imagem 63 – Reunião do coletivo Fazenda Colubandê Quem Ama Cuida (2019)



Fonte: Facebook: Quem ama cuida, 2019.

No dia 19 de junho de 2019, o coletivo avançou em suas demandas ao estabelecer contato com o Iphan, com o objetivo de compreender a atuação da instituição na Fazenda Colubandê. Durante a reunião, o Iphan informou que vinha realizando visitas técnicas para acompanhar as condições da Casa Grande e da Capela.

Além disso, houve um consenso quanto à destinação do imóvel para fins de natureza cultural. Contudo, embora o Iphan não possua autoridade para definir a destinação específica do bem, a instituição detém poder de veto sobre propostas que considere inadequadas à preservação do patrimônio.

A reunião também forneceu orientações quanto aos próximos passos a serem seguidos pelo coletivo, com vistas à conciliação dos interesses do Estado, do próprio coletivo e do Iphan. Na ocasião, o grupo apresentou um relatório das atividades já realizadas, bem como os projetos propostos para o uso e ocupação da Fazenda Colubandê.

Ao final da reunião, concluiu-se que o coletivo deveria protocolar um projeto de uso da Fazenda Colubandê junto ao escritório do IPHAN-RJ. Também foi recomendada a solicitação formal de informações sobre o projeto de restauro do imóvel. Para mais, foi indicada a realização de uma reunião conjunta com representantes do Governo do Estado, gestores do Iphan e integrantes do coletivo, com o objetivo de estabelecer alternativas para a gestão do imóvel, que, naquele momento, encontra-se cedido provisoriamente à PMERJ.

Imagem 64 – Reunião do coletivo Fazenda Colubandê: quem Ama Cuida, no escritório do IPHAN-RJ (2019)



Fonte: Facebook, 2019

Imagem 65 – Reunião do coletivo Fazenda Colubandê: quem Ama Cuida, no escritório do IPHAN-RJ (2019)



Fonte: Facebook, 2019

Na sequência da reunião com o IPHAN, em 24 de julho de 2019, o coletivo participou de uma reunião na Secretaria de Estado de Turismo do Rio de Janeiro (SETUR), com a presença de representantes do coletivo e da subsecretária de Estado, Adriana Homem de Carvalho. Na ocasião, foi realizada a mesma apresentação do relatório de atividades desenvolvidas pelo coletivo, bem como da proposta de uso da Fazenda Colubandê, o que deu início à discussão sobre o tema.

A reunião resultou em manifestações favoráveis por parte da SETUR, que reconheceu o potencial turístico e cultural da Fazenda, até então negligenciado em razão da desocupação da Casa Grande e da Capela por parte de um órgão gestor. Ao final, foi encaminhada a agenda do coletivo para o Secretário de Estado, a fim de dar continuidade às tratativas. Durante o encontro destacou-se a importância da criação de uma Associação de Amigos, como uma estratégia para viabilizar parcerias entre o coletivo e o Governo do Estado, fortalecendo institucionalmente a proposta de ocupação cultural do espaço.

Imagem 66 – Reunião e entrega de relatório à Subsecretária de Estado de Turismo Adriana Homem de Carvalho



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê: Quem Ama Cuida, 2019

No mês de agosto de 2019, o coletivo realizou uma reunião interna no dia 07, com o objetivo de alinhar os próximos passos de sua atuação no campo político e na agenda cultural da Fazenda. Um dos principais pontos discutidos foi a necessidade de criação de uma estrutura formal que proporcionasse maior eficiência administrativa. Nesse sentido, foi sugerida a constituição de uma associação, debatendo-se possíveis nomes, como “Associação de Amigos da Fazenda Colubandê” ou “Associação de Amigos do Parque da Fazenda Colubandê”, a depender da esfera de gestão (municipal ou estadual).

Esse momento marca o primeiro registro, nas redes sociais do coletivo, da possibilidade de criação de um parque florestal no entorno da Fazenda Colubandê. Ainda durante a reunião, uma das propostas centrais acrescentadas ao projeto a ser apresentado às autoridades foi a criação de um centro de agricultura. A iniciativa teria como finalidade a realização de uma feira gastronômica e cultural às sextas-feiras e aos sábados, das 9h às 14h, promovendo a produção local da agricultura familiar em articulação com ações culturais, vinculadas à preservação e à valorização da memória patrimonial da Fazenda.

Essa proposta, conforme publicado pelo coletivo em suas redes sociais, visava vivenciar “[...] o entorno da nossa querida Fazenda Colubandê, um ‘Campo de São Bento’” (Cuida, 19 de setembro de 2019). A nova atualização do projeto foi desenvolvida de forma colaborativa, durante encontros realizados fora da Fazenda, como no Abrigo Cristo Redentor, nos dias 17 de junho e 22 de julho, e no Bistrô D’Avó, em 7 de agosto.

Imagem 67 – Reunião do coletivo no Bistrô D’Avó (2019)



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê quem ama cuida, 2019

Imagem 68 – Reunião aberta realizada com participantes do coletivo na Fazenda Colubandê



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê quem ama cuida, 2019

> Nossas ações têm estimulado e ampliado a promoção de cuidados, defesa e preservação da Fazenda Colubandê. Ainda que não tenha sido aprovado o projeto para execução das atividades propostas ao longo dos recentes seis anos, é razoável constatar que o Coletivo Fazenda Colubandê QUEM AMA CUIDA é iniciativa que se apresenta como um caminho para o alargamento de direitos culturais, na defesa e valorização do nosso patrimônio.
> Cenas correntes de antagonismo no processo democrático, ainda com práticas autoritárias ou de exclusão da sociedade civil por parte do executivo, ainda é situação presente em muitas cidades e estados do Brasil: Estamos contribuindo para superá-las. (CUIDA, 9 de agosto de 2019, facebook)

No dia 17 de agosto de 2019, o coletivo realizou uma reunião aberta na Fazenda Colubandê, cujo tema foi a escolha do nome Merenda Coletiva, o que foi posteriormente divulgado na página do coletivo. O encontro foi caracterizado por ações agroecológicas, perpetuando e integrando práticas de culinária, artesanato e arte local, além de incluir a limpeza voluntária do espaço.

Figura 17 – Divulgação Merenda Coletiva Ciclo Juninho publicada em 26 de julho



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê quem ama cuida, 26 de julho de 2019.

Imagem 69 – Reunião aberta realizada em 17 de agosto de 2019, com participantes do coletivo na Fazenda Colubandê



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê quem ama cuida, 17 de agosto de 2019.

> Toda essa mobilização é um processo de interação entre os sujeitos que agem nesse espaço, muito deles, coletivamente em busca de melhorias para a Fazenda. Só assim foi possível conceber as melhores estratégias de comunicação para dar o suporte necessário para gerar entendimentos, proporcionando um ambiente propício à cooperação entre a polícia e os cidadãos, através de protestos, eventos e uso das redes sociais (HENRIQUES; 2010). Relacionando com Santos (1996), a Fazenda Colubandê serve como um palco de atividade que acolhe multidões das classes mais baixas e a presença dos mesmos aumenta e enriquece a diversidade socioespacial, se manifestando pela produção em sua volta ou pelas formas de trabalho e vida. Temos as relações de proximidade, que garante a comunicação entre os indivíduos, criando afinidade pelos seus aspectos econômicos ou culturais. E a Fazenda serve como esse espaço de proximidade e criatividade, trazendo um debate novo com as populações já presentes, trazendo novas articulações e normas, na vida social e afetiva. É na esfera comunicacional que os de menor renda são fortemente ativos, como acontece no espaço da Fazenda, onde pessoas buscam conhecer e se enturmar com outras que buscam a mesma forma. (MORAES, 2019, p. 47-48)

Ao final de setembro, outro evento integrou a agenda do coletivo, consistindo em mais uma reunião aberta, desta vez abordando o tema “Primavera & Cores”, com a participação do Projeto Novos Talentos, do Centro de Integração Analice Nunes. A presença das crianças proporcionou uma nova perspectiva sobre a atuação do coletivo em relação às ações de preservação da história, memória e do patrimônio, alcançando, assim, novas gerações e contribuindo para a perpetuação desses elementos no futuro, como um ato simbólico de resistência.

Figura 18 – Divulgação Primavera & Cores Mesa Colaborativa de café (2019)



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê quem ama cuida, 2019.

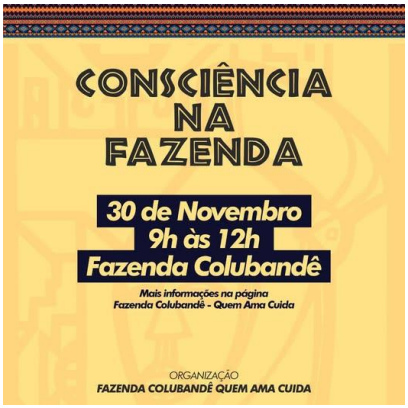
Imagem 70 – Reunião aberta, com a participação de crianças do projeto Novos Talentos (CIAN)



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê quem ama cuida, 2019.

Seguindo as atividades do coletivo no ano de 2019, o último evento organizado foi realizado no dia 30 de novembro, tendo como tema “Consciência na Fazenda”, que associava a relevância do Dia da Consciência Negra às pautas em defesa do patrimônio. O encontro teve como principal objetivo a apresentação da proposta do projeto Eco-Agricultural a ser implementado na Fazenda Colubandê, bem como a distribuição de cópias do projeto para todos os presentes. A proposta de emenda abordava como uma das questões centrais, a necessidade de recursos para a execução do projeto, que envolvia a realização de uma Feira Gastronômica Cultural na Fazenda. Durante a reunião, também foram apresentados informes em andamento com o poder público, nas esferas municipal, estadual e federal.

Figura 19 – Divulgação Consciência na Fazenda publicada em 24 de outubro de 2019



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê quem ama cuida, 2019.

Imagem 71 – Reunião aberta realizada na Fazenda Colubandê (2019)



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê quem ama cuida, 2019.

> Durante os anos em que o BPFMA foi realocado, o número de registro de ocorrência aumentou e com a sua volta gradual voltou a cair (FIGURA 5). As mudanças que esse espaço conheceu nas suas formas de organização nesse momento de abandono, pôde invalidar o passado de um lugar tranquilo de se estar. Cada evento dentro das relações socioespaciais que ocorreram nas propriedades da Fazenda ou suas áreas de influência, é um produto histórico. O que foi visto por alguns anos da Fazenda, era um espaço passando por um processo de subtrações sucessivas e o que sobrou para ser visto e compartilhado por parte dos moradores, como mostra as entrevistas citadas, é a representação de um espaço, que passou por mudanças irregulares ao longo do tempo, que hoje se encontra em estado de repulsão, mesmo que em gerações diferentes, sendo resultado das próprias ações dos indivíduos sobre ele (SANTOS; 1988).

Uma das principais questões levantadas pelo grupo foi a importância de entregar aos vereadores o relatório das atividades desenvolvidas pelo coletivo, além de estabelecer uma relação mais efetiva entre o coletivo e a esfera municipal. Esse objetivo foi alcançado com a presença do coletivo na Audiência pública do Mês da Cultura, realizada na Câmara Municipal de São Gonçalo, na qual a Preservação do Patrimônio Histórico da Fazenda Colubandê foi uma das pautas debatidas.

Figura 20 – Divulgação Audiência Pública na Câmara Municipal (2019)



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê quem ama cuida, 2019

Imagem 72 – Participação do Coletivo na Audiência pública sobre o mês da cultura (2019)



Fonte: Facebook, 2019

3.4 Entre a Ruína e o Cuidado: Musealidade e a experiência comunitária

O presente subcapítulo busca refletir, no contexto do abandono estatal, sobre a atuação do coletivo Fazenda Colubandê Quem Ama cuida, que, pautado em uma agenda política organizou a ocupação do patrimônio com o objetivo de salvaguardá-lo. Para além disso, o coletivo atuou na construção de uma agenda cultural voltada para o bem comum promovendo a ressignificação do conjunto arquitetônico por meio da participação da comunidade local e da sociedade gonçalense, contemplando suas diversas pluralidades, culturais, raciais, religiosas e sociais.

Esse processo pode ser interpretado como a expressão de uma musealidade não normatizada, construída fora das normas tradicionais da musealização, que surge das práticas do coletivo. Trata-se de uma musealidade em processo, desenvolvida a céu aberto e fundamentada nos princípios da discussão da museologia social e experimental. Ao se organizarem para limpar, ocupar, promover eventos e construir narrativas acerca do patrimônio, os integrantes do coletivo tornaram-se, na prática experimental museológica, curadores do seu próprio “Museu”, demonstrando que a comunicação e a apropriação comunitária são indicadores essenciais dessa experiência.

Por meio da seleção do que é digno de memória – como a história da fazenda, a importância do espaço dedicado a natureza e as tradições locais –, eles interpretam esses valores culturais, manifestos em exemplo como o “Auto da Fé” e a “Folia de Reis”, e comunicam-nos tanto para a comunidade interna, pertencente ao coletivo e moradora do entorno, quanto para o público externo, sociedade gonçalense. Essa prática configura um processo de musealidade experimental, com uma linguagem “de baixo para cima”, na qual o coletivo assume o papel de protagonista na preservação e na construção e ressignificação de patrimônio cultural, por meio do reconhecimento da musealidade da fazenda.

> Participação, integração, inclusão e desenvolvimento devem ser as palavras-chave para o sucesso de um ecomuseu ou museu comunitário. Valendo-se de metodologias diversas, como história oral, rodas de conversa, oficinas, ações educativas voltadas para os alunos e professores das escolas próximas, incentivo às práticas artesanais e Às demais atividades que podem gerar fonte de renda extra para a própria comunidade, essas populações podem falar por si mesmas, investindo em trocas culturais que auxiliem no desenvolvimento e no fomento de sua localidade, podendo até mesmo torná-la uma atração turística. (COSTA, 2020, p. 111)

Não apenas a comunidade do entorno, mas toda a população de São Gonçalo — que conta com poucos equipamentos culturais no município — reivindica a relevância desse patrimônio. Durante o período de abandono, o coletivo foi capaz de transformar a Fazenda Colubandê em um espaço democrático, reunindo em seus eventos pessoas de diferentes origens, religiões e concepções políticas. O estado precário de conservação da capela e da casa-grande, por sua vez, evidencia as relações políticas que, em certa medida, priorizam outras demandas do Estado, negligenciando um patrimônio que, apesar de estar em contexto periférico, possui significativa relevância histórica, sobretudo à luz dos ideais do IPHAN nos primeiros anos de sua fundação.

Pode-se perceber, portanto, que o coletivo transformou o abandono em ocupação, adotando uma postura de resistência e promovendo ações de caráter educativo, cultural, religioso, gastronômico, entre outros. E para além disso durante esse período de abandono, o processo que ocorreu de forma orgânica incutiu ao patrimônio um novo valor potencial de se tornar um museu, por meio da permanência do passado e a valorização positiva da cultura e identidade gonçalense segundo seus próprios termos. Não o museu de sua forma clássica e com o discurso hegemônico, mas a musealidade pautada nas experiências do coletivo e nas suas experiências culturais, que alcançam a função social para o desenvolvimento comunitário, tão defendido pelo movimento da Nova Museologia, e experienciado nos museus comunitários, tão difundidos na esfera brasileira.

> Desde a internacionalização do movimento da Nova museologia, nos anos 1980, as “comunidades” em nome das quais falavam os(as) museólogos(as) reclamam o seu direito de falar em nome de si mesmas, criando suas próprias redes e agenciamentos políticos – por vezes em conflito com as redes estabelecidas pelo Estado que as mantém. (SOARES, 2020, p. 17)

Contudo, apesar dos esforços para estabelecer diálogo e construir pontes com os governos municipal, estadual e federal, em 2020 o coletivo foi surpreendido pela decisão do governo estadual, apoiado pelo futuro prefeito e então deputado estadual Capitão Nelson, de reinstalar o Batalhão na Fazenda Colubandê. Essa decisão foi interpretada pelo coletivo como um apagamento de todo o trabalho desenvolvido ao longo de sete anos de dedicação. Entretanto, longe de considerar essa ação uma derrota, o coletivo a encarou como um obstáculo a ser superado, mantendo firme o compromisso com o futuro do patrimônio que é a Fazenda Colubandê.

3.5 O retorno e a seguridade ?

O anúncio do retorno do batalhão à Fazenda Colubandê foi feito pelo então governador Wilson Witzel, durante a inauguração do Programa Operação Presente, realizada na cidade de São Gonçalo em 24 de janeiro de 2020. Em seu discurso, o governador destacou os esforços do então deputado estadual Capitão Nelson para viabilizar o retorno do batalhão ao local[157]. No entanto, não mencionou as ações empreendidas pelo coletivo local, que, na segunda metade de 2019, havia entregue à Secretaria Estadual de Cultura e Turismo uma proposta acompanhada de um relatório com as atividades realizadas na Fazenda Colubandê.

A decisão de reinstalar o batalhão, embora responda parcialmente à demanda por segurança no entorno da fazenda e ofereça uma destinação ao imóvel, ignora a mobilização da comunidade local e esvazia a relevância do trabalho realizado pelo coletivo. Além de, tal decisão, não contemplar as demandas da sociedade civil por um espaço voltado à cultura, ao lazer, ao turismo e à promoção da consciência ambiental. Em reação, o coletivo publicou, em sua página oficial, uma crítica à decisão governamental, lamentando a escolha pelo retorno da unidade militar em detrimento da transformação do espaço em um ponto comum para a cultura gonçalense.[158].

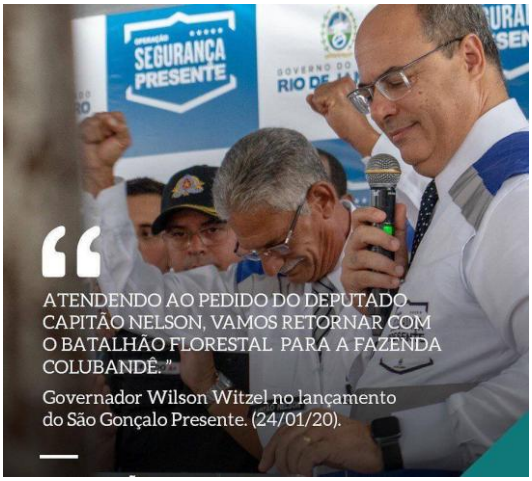
> O possível retorno do Batalhão Florestal para Fazenda Colubandê, anunciado pelo Governador em 24/01, é parte da solução, onde o Estado do Rio de Janeiro, dono do imóvel, deve zelar pelo próprio. Circulam ainda informações sobre a possível instalação de uma diretoria da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, ou uma divisão de Agricultura. Com treze meses do governo Witzel, o fundamental é que algo seja feito pela Fazenda Colubandê.
> A desimportância da cultura não é novidade em São Gonçalo, como em muitas cidades do Brasil. Seguir nas tentativas de diálogo, propondo a associação do conceito Cultura & Economia, faz parte do que acreditamos como base sólida de desenvolvimento, calcado na Educação e na Cultura. Por isso a discussão sobre o destino do valioso Patrimônio Histórico Cultural, ao longo desses oito anos. (CUIDA, Facebook,28 de janeiro de 2020)

---

[157] São Gonçalo ganha Operação Presente no Alcantara e Centro. **A Tribuna**. São Gonçalo. 25 jan. 2020. Disponível em: https://www.atribunarj.com.br/materia/sao-goncalo-ganha-operacao-presente-no-alcantara-e-centro. Acesso em: 19 set. 2025.

[158] QUEIROZ, Thalita. Coletivo se preocupa com destino da fazenda Colubandê após declaração de Witzel: governador esteve em São Gonçalo na última sexta-feira. **O São Gonçalo**. São Gonçalo. 30 jan. 2020. Disponível em: https://www.osaogoncalo.com.br/geral/78030/coletivo-se-preocupa-com-destino-da-fazenda-colubande-apos-declaracao-de-witzel?fbclid=IwY2xjawLgB1BleHRuA2FlbQIxMABicmlkETFzTm16dlJ6VmViNTZ2RXRNAR4hS0lH75v3_SRNuE8xrhtSx1EKhsglOnlHIwd5ikREJqdVVqja6taLDBdyAA_aem_w4VU0i6JwXotHqbhPmWKEg. Acesso em 12 set. 2025.

Imagem 73 – Anúncio do retorno do Batalhão à Fazenda Colubandê, durante a inauguração do programa Segurança Presente na cidade de São Gonçalo



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê: Quem Ama Cuida, 2019

Após o anúncio, o grupo mobilizou uma nova estratégia, que incluiu a realização de uma reunião com o então deputado estadual Capitão Nelson, no dia 19 de fevereiro de 2020. O objetivo do encontro foi solicitar a intermediação do parlamentar junto à PMERJ, considerando a previsão de retorno do batalhão para o mês de março, bem como obter autorização para a realização das atividades propostas pelo coletivo para os meses seguintes. Paralelamente, avançavam as negociações para a instalação da Feira Gastronômica Cultural.

Durante a reunião, o deputado sugeriu a realização de um novo encontro com as autoridades do Comando e Subcomando do CPAm, a fim de acordar as autorizações necessárias e definir o funcionamento das atividades semanais propostas pelo coletivo, previstas para ocorrer às sextas-feiras, sábados e domingo, das 8h até 12h[159] . Na ocasião, com o parlamentar, também foi apresentado o relatório de atividades do coletivo, contendo os registro das ações já desenvolvidas no espaço.

[159] SODRÉ, Leonardo. Moradores de São Gonçalo pedem reabertura da Fazenda Colubandê: após retorno do Comando de Policiamento Ambiental para o local, previsto para este mês, grupo quer que espaço também receba atividades culturais e feiras gastronômicas. **O Globo**, Niterói. 02 mar. 2020. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/bairros/moradores-de-sao-goncalo-pedem-reabertura-da-fazenda-colubande-24277916?fbclid=IwY2xjawLj5D9leHRuA2FlbQIxMQABHiAc4ER0ikw4NeqOHaEZ_qlanKUCK9YAqw-Vq1DBy2c82zkpPybdC_iBFeqe_aem_rQXXUCP1P5GGe6uNfyi2TA. Acesso em: 21 set. 2025.

Imagem 74 – Reunião com Deputado Estadual Capitão Nelson, e entrega de relatório do coletivo (2020)



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê quem ama cuida, 2020

Imagem 75 – Reunião com Deputado Estadual Capitão Nelson (2020)



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê quem ama cuida, 2020

No mês de março de 2020, marcado pelo retorno do CPAm à Fazenda Colubandê, o coletivo realizou uma reunião presencial no centro da cidade de São Gonçalo. A partir desse momento, observam-se mudanças significativas nas postagens da página oficial do coletivo. Tal mudança está diretamente relacionada ao agravamento da crise sanitária causada pela Síndrome Respiratória Aguda Grave provocada pelo novo coronavírus, cuja classificação como pandemia foi decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020[160].

Diante desse novo cenário, nota-se uma transformação radical na atuação do coletivo. As reuniões, que por anos ocorreram presencialmente na Fazenda Colubandê, passaram a ser realizadas em formato virtual, sob a denominação “WEB Reunião”. Essas reuniões tinham como pauta principal a troca de informes e discussões sobre ações relacionadas à Lei Aldir Blanc, naquele momento.

A atuação do coletivo passou a incorporar um novo tipo de conteúdo digital. A maioria das postagens realizadas entre os anos de 2020 e 2021 concentrava-se na série intitulada “Recordações”, cuja proposta era destacar imagens e registros fotográficos da Fazenda Colubandê e das atividades do coletivo ao longo do tempo. Essa campanha teve como objetivo mobilizar a comunidade em busca de registros históricos que pudessem compor um publicação especial.

[160] CARDOSO, Phillipe Valente; SEABRA, Vinicius da Silva; BASTOS, Izabela Braz; PORTO COSTA, Evelyn de Castro. A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE ESPACIAL PARA TOMADA DE DECISÃO: UM OLHAR SOBRE A PANDEMIA DE COVID-19. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 16, n. 1, 2020. DOI: 10.12957/tamoios.2020.50440. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/50440. Acesso em: 15 jul. 2025. (Página 126).

Durante esse período, foram promovido diversos eventos virtuais e, sobretudo, a produção e distribuição de portfólios – tanto impressos quanto digitais – com o intuito de divulgar a trajetória e as ações do coletivo. Essas iniciativas foram amplamente divulgadas por meio das redes sociais do grupo.

Figura 21 – Divulgação reunião on-line na página oficial do coletivo (2020)



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê quem ama cuida, 2020

Figura 22 – Divulgação de Prosa na página oficial do coletivo (2021)



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê quem ama cuida, 2021

A organização do coletivo por meio das redes sociais e a mobilização em torno da produção de uma revista intitulada *Fazenda Colubandê & Memórias e Urgências* tornaram-se o eixo central das atividades durante o período de afastamento físico da Fazenda, em razão da pandemia de COVID-19. Nesse contexto, o coletivo passou a atuar de forma mais incisiva nas discussões sobre Educação para o Patrimônio no município de São Gonçalo, participando de fóruns, seminários e outros espaços de diálogo voltados à temática.

Apesar das restrições impostas pelo contexto sanitário, o coletivo manteve sua atuação atenta à definição sobre quem assumiria, de forma efetiva, a gestão da Fazenda Colubandê. Esse debate se mostrava especialmente relevante diante da permanência do CPAm no local, cuja lógica de uso envolve o aquartelamento para cursos internos e atividades institucionais, distanciando-se, portanto, de uma proposta voltada à fruição cultural e à apropriação comunitária do espaço.

Paralelamente à produção e distribuição de materiais e à participação em eventos e fóruns, o coletivo empreendeu esforços para estabelecer diálogo com autoridades públicas, considerando também a necessidade de garantir segurança para

os envolvidos nas atividades propostas. Nesse sentido, no dia 20 de agosto de 2021, representantes do coletivo participaram de uma reunião com a secretária de Estado de Cultura e Economia Criativa, Danielle Barros. Na ocasião, foi entregue a revista com o registro das ações desenvolvidas, bem como uma proposta concreta para a ocupação cultural da Fazenda Colubandê. Como resposta Às demandas apresentadas, a secretária comprometeu-se a levantar informações sobre a gestão do imóvel e a viabilidade de execução do projeto executivo de restauro do patrimônio.

Imagem 76 – Reunião com a secretária de Estado de Cultura e Economia Criativa na Biblioteca Parque Estadual no centro da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê: Quem Ama Cuida, 2021

O contexto da pandemia levou o coletivo a se afastar do espaço físico da Fazenda Colubandê, concentrando suas ações e discussões em ambientes virtuais. Apesar desse afastamento, um evento foi organizado com a participação presencial de alguns membros do coletivo. A atividade contou com duas agendas distintas: uma virtual e outra presencial, realizada na própria Fazenda Colubandê, ambas divulgadas previamente nas redes sociais do coletivo.

O encontro presencial teve como objetivo a realização de uma memorial à vida das mulheres, buscando promover a conscientização sobre a temática do combate à violência contra a mulher no município de São Gonçalo. O evento foi alinhado à pauta do Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Violência contra a mulher e contou com a presença de moradoras do entorno, reforçando o compromisso do coletivo com questões sociais e de gênero.

> Agradecimentos para Dona Oscarina, moradora de muitos anos do bairro, que mobilizou várias vizinhas para a potente agenda em frente ao conjunto arquitetônico do século XVII e pessoalmente interagiu com as autoridade da Polícia Militar do Estado do RJ (ocupantes do espaço com a Companhia Destacada de Polícia Ambiental). (CUIDA< FACEBOOK, 28 de novembro de 2021).

Imagem 77 – Encontro o Semear dos Girassóis, e Memorial pela Vida das Mulheres em 27 de novembro de 2021



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê quem ama cuida, 2021.

Imagem 78 – Encontro o Semear dos Girassóis, e Memorial pela Vida das Mulheres em 27 de novembro de 2021



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê quem ama cuida, 2021.

Apesar de 2021 ter sido marcado pela ausência física do coletivo na Fazenda Coluabndê, em virtude das restrições impostas pela pandemia, o ano foi encerrado com a realização de um evento organizado pela Secretaria de Estado de Educação. Tratou-se da quarta edição do “Circuito Ler para Valer”, iniciativa voltada à democratização do acesso à leitura entre diferentes gerações e à ampliação do alcance geográfico da cultura literária no estado do Rio de Janeiro.

O evento teve como local a Fazenda Colubandê e contou com uma programação diversificada, incluindo a participação de autores, artistas, oficinas, debates, saraus, apresentações teatrais, contação de histórias e atividades multiculturais. [161] Realizado entre os dias 4 e 11 de dezembro de 202, o circuito recebeu escolas das redes municipal e estadual de ensino de forma gratuita, sendo que apenas os alunos da rede estadual foram contemplados com vouchers para aquisição de livros.

A estrutura do evento foi viabilizada por meio de recursos da Lei Rouanet e contou com o apoio de empresas privadas, o que possibilitou a montagem de uma ampla infraestrutura no entorno da Fazenda. É importante destacar que as atividade não foram realizadas na Casa-Grande nem na Capela, devido ao avançado estado de deterioração desses espaços. Assim, as ações ocuparam principalmente as quadras e os gramados ao redor da Fazenda Colubandê.

---

[161] MAGALHÃES, Daniel. Primeira Edição do Circuito “Ler para Va-Ler” em São Gonçalo acontece na Fazenda Colubandê; confira!” 10 dez. 2021. Geral. Disponível em: https://www.osaogoncalo.com.br/geral/115731/primeira-edicao-do-circuito-ler-pra-va-ler-em-sao-goncalo-acontece-na-fazenda-colubande-confira. Acesso em: 18 set. 2025.

Imagem 79 – Entrada do Circuito Ler para Valer na Fazenda Colubandê



Fonte: Facebook Ler Festival do Leitor, 2021.

Imagem 80 – Tenda principal do Circuito Ler para Valer na Fazenda Colubandê



Fonte: Facebook Ler Festival do Leitor, 2021.

Imagem 81 – Utilização do gramado entorno da Casa Grande e da Capela como pontos de leitura no Circuito Ler para Valer, na Fazenda Colubandê.



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê: Quem Ama Cuida, 2021.

> "Cultura gera Economia e Economia gera Cultura. As pessoas quando não têm cultura em determinada área, elas vão procurar em outro lugar. A cultura melhora outros índices, gera empregos, a região se torna financeiramente e culturalmente mais rica e isso vai gerar ainda mais Cultura.", disse o autor ao ser questionado sobre a importância de eventos deste tipo e da utilização de espaços importantes da cidade, como a Fazenda Colubandê. (André Gordirro, apud o São Gonçalo, 10 de dezembro de 2021)
>
> O Circuito Ler para Valer é grandioso, com ênfase a questão da cultura, da leitura, dos livros e contato com autores. É um evento de extrema importância para nossa rede de ensino nesse momento pós-pandemia, quando os alunos retornam as aulas presenciais. Essa parceria que se inicia é importante não só para os professores e alunos, mas também para a Educação do Estado do Rio de Janeiro, destacou o secretário de Educação, Alexandre Valle.[162]

[162] São Gonçalo recebe estudantes e professores no Circuito Ler para Va-Ler. **O Dia**. Rio de Janeiro. 04 dez. 2021. Disponível em: https://odia.ig.com.br/diversao/2021/12/6290519-sao-goncalo-recebe-estudantes-e-professores-no-circuito-ler-para-va-ler.html?foto=3. Acesso em: 20 set. 2025.

Diante do contexto apresentado, evidencia-se o potencial que a Fazenda Colubandê possui, especialmente considerando a possibilidade de utilização do espaço mediante o aporte de verbas públicas. A priorização das reservas estaduais, como expressão de uma necessidade do Estado em afirmar sua autoridade e delimitar seu território e poder, torna-se evidente no evento analisado. A apropriação do espaço, bem como a adesão de participantes, sinaliza o potencial museológico, cultural, histórico e econômico da Fazenda, mesmo considerando apenas o entorno imediato.

Nesse cenário de mudanças governamentais e de redirecionamento das demandas estatais, observa-se que a Fazenda pôde, de fato, ser utilizada como um espaço de promoção da cultura. Nesse contexto, a leitura foi posicionada como uma ferramenta fundamental para enfrentar as problemáticas educacionais agravadas durante o período da pandemia da COVID-19. A ação promovida pelo governo revelou a dimensão simbólica e comunitária do território da Fazenda Colubandê. No entanto, tal iniciativa também escancarou as contradições históricas e políticas que envolvem a gestão desse patrimônio.

Muito antes da realização do evento, o coletivo já articulava, junto aos os governos municipal e estadual, propostas concretas de utilização do espaço – propostas essas sistematicamente ignoradas. Dessa forma, o evento pode ser compreendido como uma ação pontual, sem desdobramentos a longo prazo para a efetiva valorização da Fazenda. Tal prática perpetua uma lógica de exclusão e silenciamento dos direitos culturais da população local, ocultada pela aparente celebração promovida pelo evento. O “Circuito Ler para Valer”, portanto, funcionou como uma vitrine institucional do Estado, desconectada da realidade local e das lutas concretas empreendidas pelo coletivo.

A dificuldade de acesso à Fazenda Colubandê, decorrente dos entraves burocráticos impostos por se tratar de um espaço sob administração militar, não impediu o coletivo de manter sua atuação. Ao final de 2021 e início de 2022, a página oficial do grupo de pesquisa passou a divulgar informações sobre o Projeto de Lei 5113/2021, que propunha a criação do Parque Estadual Fazenda Colubandê, de autoria do deputado estadual Ronaldo Anquieta. A proposta legislativa teve origem na mobilização do coletivo, com o apoio ativo do vereador Romário Regis, também integrante do coletivo.

O projeto foi incluído em regime de urgência na ALERJ, sendo discutido em primeira sessão no dia 07 de dezembro de 2021.[163] Em continuidade à mobilização, o coletivo organizou uma reunião presencial no dia 15 de janeiro de 2022, respeitando os protocolos sanitários vigentes e exigindo comprovante de vacinação para participação. O objetivo do encontro foi apresentar os detalhes do projeto de lei e discutir as providências para a requalificação da Fazenda Colubandê por meio de práticas culturais, esportivas e de educação ambiental.

Imagem 82 – Reunião realizada com o Deputado Estadual Ronaldo Anquieta, sobre a PL 5113/2021, com o coletivo, no dia 15 de janeiro de 2022.



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê quem ama cuida, 2022.

Imagem 83 – Reunião realizada com o Deputado Estadual Ronaldo Anquieta, sobre a PL 5113/2021, com o coletivo, no dia 15 de janeiro de 2022.



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê quem ama cuida, 2022.

> O parlamentar destacou as razões de propor o PL, destacando a solicitação do Coletivo Fazenda Colubandê, apresentada em reunião anterior organizada pelo Vereador Romário Régis, e pela falta de iniciativas em atendimento às urgências do imóvel e sua ampla área. Na roda de falas com muitas manifestações positivas pela iniciativa do Deputado Ronaldo, o desejo de finalmente ver concretizada uma atitude pragmática na Fazenda Colubandê. Mais uma vez, reiteramos a possibilidade de transformar o local, considerando seu potencial turístico, ambiental, polo esportivo, museológico e cultural, com natural vocação para funcionar com feiras de artesanato e agricultura familiar. (CUIDA, Facebook, 15 de janeiro de 2022)

Após a realização da reunião, o coletivo iniciou a organização de sua participação na audiência pública da ALERJ, inicialmente prevista para ocorrer na Fazenda Colubandê, no dia 04 de fevereiro. No entanto, em decorrência das medidas sanitárias impostas pela pandemia, o evento foi reformulado para o formato semipresencial, sendo posteriormente realizado em 17 de março de 2022, nas dependências da Câmara Legislativa.

---

[163] Criação do Parque Estadual Fazenda Colubandê entra em regime de urgência. **O Fluminense**. Rio de Janeiro. Dez 2021. Disponível em: https://www.ofluminense.com.br/cidades/sao-goncalo/2021/12/1232736-criacao-do-parque-estadual-fazenda-colubande-entra-em-regime-de-urgencia.html?fbclid=IwY2xjawLmmA1leHRuA2FlbQIxMQABHjSQsqWftALQAkwYq9E20IEr7G2wMOpiyD_9sF0BR2LU0Qj7KccZ515uH9Jd_aem_dRpbPNIV3y8MQisw2q5JDQ. Acesso em: 15 set. 2025.

A audiência contou com a presença de membros da comunidade gonçalense, bem como de representantes de diversas instituições públicas, entre elas o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores (UERJ/FFP), a Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (UEZO), a Comissão de Cultura da ALERJ, a Câmara de Deputados da ALERJ, o Comando de Policiamento de Área Metropolitana (CPAM-PMERJ) e a Câmara Municipal de São Gonçalo, além da expressiva participação do coletivo.

A audiência foi iniciada com a leitura do Projeto de Lei, seguida das intervenções de casa representante da mesa. Destaca-se, nesse momento, a atuação incisiva na elaboração e na divulgação da proposta legislativa, bem como na produção e distribuição da revista *Coletivo Fazenda Colubandê QUEM AMA CUIDA*, que reforçou o engajamento comunitário e a importância do projeto para a preservação e requalificação do espaço.

Imagem 84 – Audiência Pública semipresencial que ocorreu em 17 de março de 2022, nas dependências da Alerj.



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê quem ama cuida, 2022.

Imagem 85 – Coletivo Fazenda Colubandê Quem Ama Cuida presente na Audiência Pública.



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê quem ama cuida, 2022.

Em diversas manifestações, foi ressaltada a importância do destino da Fazenda Colubandê para o município de São Gonçalo, especialmente no que tange ao acesso da população ao espaço, visando à promoção de ações voltadas à cultura, ao esporte e à preservação ambiental. Enfatizou-se, ainda, o caráter positivo da aprovação da legislação pertinente, uma vez que tal medida permitiria a inserção da Fazenda Colubandê no rol de iniciativas alinhadas às diretrizes da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) para o desenvolvimento sustentável.

Outro ponto destacado refere-se ao abandono histórico do local por parte do Estado, em contraste com a mobilização contínua da população residente no entorno, que, apesar das adversidades, permaneceu ativa na ocupação e dinamização do espaço. Também foi abordado o projeto de restauração da Fazenda, cuja tramitação se arrasta há anos, embora, segundo relatos, estivesse concluído e contava com parecer favorável do IPHAN, encontrava-se sob responsabilidade da EMOP, aguardando captação de recursos para sua execução[164].

A participação do Cpam na audiência pública, representado pelo Coronel Dantas, evidenciou a disposição da corporação em apoiar o projeto, mesmo diante das limitações enfrentadas pelo comando, sobretudo em virtude de sua recente reestruturação e das diversas demandas apresentadas pela comunidade local.

> Coronel Dantas [...] com grata satisfação conhecemos o deputado com um projeto maravilhoso. O comando de Polícia Ambiental e a Secretaria de Estado do Polícia Militar é a favor dessa parceria [...]. Nós estamos lá para facilitar, para sermos parceiros desse empreendimento. Porque o comandante tem sido procurado diariamente por pessoas que querem frequentar a fazenda. Para fazer suas caminhadas, práticas esportivas, as trilhas são maravilhosas, conhecer da história, fazer fotografias para casamentos e festas de 15 anos. Só que hoje nós estamos com dificuldade dessa autorização porque as trilhas não oferecem uma qualidade, não oferecem um segurança aos participantes, a quadra está muito degradada. Então temos um risco de uma pessoa se machucar, se lesionar é muito grande. Então por isso está muito limitado o uso da fazenda hoje. Mas o Comando de polícia ambiental através da Secretaria de Estado da Polícia Militar está inteiramente a disposição, nós somos apoiadores do projeto. Queremos sim devolver a sociedade gonçalense um local público, com segurança, com qualidade para que as pessoas possam fazer suas prática esportiva, cultural social, e suas reuniões. [...] EU sou muito entusiasta da cultura, e eu tenho que apoiar muito, poque eu sei que a cultura transforma, ela muda o ser humano e aquela fazenda é um laboratório perfeito para entregarmos a sociedade de São Gonçalo um ambiente salubre, digno , que vocês tenham orgulho de frequentar, [...] (Dantas, 2022, youtube 17 de março)

A intervenção da UERJ, representada pelo professor Dr. Rui Aniceto, destacou a experiência de valorização positiva da Fazenda Colubandê como um símbolo da identidade gonçalense. Tal processo tem ocorrido por meio da atuação conjunta de coletivos culturais e dos moradores do entorno, que vêm se mobilizando em prol da preservação e valorização do espaço.

> Professor Rui: [...] A iniciativa de transformação daquele sítio histórico em um Parque, ele dá o reconhecimento público daquele espaço como patrimônio gonçalense. [...] ele é um exemplar de fazenda colonial, um

[164] TV ALERJ. **Comissão de Esporte e Lazer**: Fazenda Colubandê. Youtube, 17 mar. 2022. 2h 39min 37s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hoVN3z3wQV0. Acesso em: 13 de set. 2025.

> exemplar do século XVII. E nós no estado do Rio temos poucos exemplares,[...]. Por sim só esses dados já revelam a importância daquele sítio histórico. [...] O patrimônio local deixa de ser apenas local, e passa a ser nacional, pela sua dimensão histórica e pela importância desse patrimônio. Hoje nós temos lá o casarão e a capela, perdemos já a senzala. Que são símbolos de um tempo. Símbolos da cultura de um momento histórico que foi sendo transformado e ressignificado ao longo do tempo. E foi sendo ressignificado pela população. Foi a população de São Gonçalo, especialmente a população do Colubandê que se uniu e lutou, construiu um coletivo para lutar pela preservação desse patrimônio histórico ambiental. Uma construção antiga ela não se torna patrimônio apenas por ser antiga ela se torna patrimônio pelos sentidos e significados que a sua comunidade atribui.[...] Então nós recebemos a proposta como um grande êxito, com grande euforia, por ver que com a criação do Parque você tem a possibilidade de criação de um espaço de desenvolvimento social e acadêmico para São Gonçalo. (Aniceto, 2022, Youtube,17 de março)

Durante o pronunciamento do vereador Romário Regis, evidenciou-se o apoio à proposta de criação do Parque na Fazenda Colubandê, com o intuito de atribuir ao local um valor simbólico vinculado à identidade gonçalense. Sua fala também ressaltou as potencialidades de ampliação das iniciativas governamentais, tanto em âmbito municipal quanto estadual, no sentido de implementar ações que atendam às demandas da população de São Gonçalo para além da infraestrutura urbana. Tais iniciativas, segundo o vereador, poderiam impulsionar o desenvolvimento econômico local, por meio do investimento em áreas estratégicas como cultura, educação, meio ambiente e esporte.

Adicionalmente, o vereador destacou a relevância do projeto ao considerar a possibilidade de transformar a Fazenda Colubandê em um importante equipamento cultural da cidade. Devido à sua localização estratégica, o espaço poderia estabelecer conexões com os municípios vizinhos, como Niterói, Itaboraí, Tanguá e Rio de Janeiro, ampliando, assim, seu impacto regional.

> Romário Regis: A fazenda Colubandê por mais que ela esteja abandonada pelo Estado, é importante a gente lembrar que ela não estava abandonada pela sociedade civil. Que desde o momento em que o Estado abriu mão daquele espaço, os coletivos, os artistas os professores, e moradores de São Gonçalo, acolheram a fazenda Colubandê para continuar a jornada de reivindicar aquele espaço, como espaço central para a vida do Gonçalense. Então a fazenda, quando muita gente fala que a Fazenda foi abandonada, eu sempre gosto de pontuar que ela foi abandonada pelo poder público, mas ela nunca foi abandonada pelo coração do Gonçalense que entende aquele espaço como um espaço que é um pulmão da cidade de São Gonçalo. [...] A gente tem exemplo no estado do Rio de Janeiro que podem ser espelhos para a fazenda, a gente tem um Museu da República aqui no Rio de Janeiro. Eu fui lá no Festival de Café no final de semana, tinham as famílias se divertindo, a economia circulando. Você tem o Teatro Popular em Niterói que também é um espaço que tem uma vocação parecida para esse tipo de questão. O Parque Lage

> que tem os cursos relacionados a diversas áreas artísticas e a Fazenda Colubandê poderia ser algum espaço que dialogasse com o esporte, com cultura, com desenvolvimento econômico e todas essas áreas. A gente teve A Ler,[...] que foi um evento recente que fez a gente observar claramente como que a fazenda tem um potencial para uso público. Como que o Estado pode desenvolver atividades naquela área que garantam que a população gonçalense acesse aquele espaço seja lá para a sua corridinha, jogar seu futebol, mas também para acessar um festival literário que foi muito importante para a cidade de São Gonçalo.[...] se a gente consegue, conciliar a partir do projeto do Ronaldo essa diversidade de ter o espaço que vai garantir a segurança da região, com atividade esportiva, cultural, acolhendo a sociedade civil e toda a reivindicação que o Coletivo da Fazenda Colubandê Quem Ama Cuida já faz desde 2012, a gente tem ali uma grande possibilidade de inaugurar uma nova oportunidade para a cidade de São Gonçalo, a partir da fazenda Colubandê. Que assim como o Rio tem o Cristo Redentor, assim como Niterói tem o MAC, a gente pode ter a fazenda Colubandê como o nosso símbolo enquanto cidade. [...] existe uma falsa polêmica achando que investir em cultura e educação, você não vai ter um retorno econômico para isso e pelo contrário o investimento na cultura, na história de uma sociedade, vai inclusive garantir que ela se consolide para poder entrar em outros desafios industriais econômicos e tudo mais. Então São Gonçalo não precisa só de asfalto, pelo contrário, São Gonçalo precisa menos de asfalto e mais de políticas que concilie cultura, educação e desenvolvimento econômico. (Régis, 2022, youtube)

Encerrando as falas da mesa principal, a intervenção de Cleisemery Campos revelou-se fundamental para afirmar o posicionamento do coletivo, que, àquela altura, já atuava há dez anos em defesa da Fazenda Colubandê. Sua fala evidenciou que o grupo, composto por sujeitos de diferentes origens, crenças e concepções políticas, encontrou um ponto de convergência na diversidade, mobilizando-se de forma articulada para promover a ocupação do espaço. Em um gesto de resistência frente ao abandono do local pelo poder público, o coletivo realizou inúmeras ações culturais com o objetivo de transformar o descaso institucional em luta e valorização da Fazenda Colubandê.

A professora, artista e gestora cultural defendeu enfaticamente a importância da fazenda enquanto espaço a ser ofertado à população de São Gonçalo, reafirmando seu potencial como equipamento voltado ao lazer, à cultura e ao desenvolvimento social dos gonçalenses.

> Cleise Campos: [...] situando São Gonçalo num cenário de importância. De gente que pensa, que questiona, que cobra, que estabelece uma condição que a gente deve insistir na nossa cidade. Cultura é direito. [...] a fazenda foi abandonada pelo Estado, mas não foi abandonada por boa parte de gente que sabe a importância daquele patrimônio.[...] A gente mais do que isso a gente precisa ter um diálogo muito grande com a PM, por que não é possível Coronel, por exemplo que o nosso patrimônio fique impedido de garantir o acesso da população. O PL [...] aprovado com certeza , vai estabelecer um novo paradigma,

estabelecendo a presença da PM ali numa condição que ela precisa estabelecer, que ela é servidora da população de São Gonçalo. Ela não pode impedir a população de São Gonçalo de acesso a esse patrimônio. [...] A própria fazenda Colubandê a gente alertou várias vezes há seis, ou cinco anos atrás, estava sendo ocupada já, bastante criminosa. [...] A Vera Maia, uma moradora da Fazenda Colubandê, famosa Vera Maia, guardiã da fazenda Colubandê. Nos procurou, nos telefonou muito indignada, três meses já que o batalhão tinha saído, tinha carregado todos os móveis, [...] a fazenda tava toda aberta, janela, porta, capela, não tinha ninguém do estado mantendo segurança mínima. E obviamente pelo histórico da cidade a população começou a invadir e saquear. Vera Maia nos liga. Vem cá você não vão fazer nada? [...] Era um calor de mais de 40 º , a gente se reuniu na casa da Vera [...]. E aí a gente se encontrou na casa da Vera Maia, que mora na rua de trás da Fazenda Colubandê, ela reuniu lá mais de noventa pessoas, para a nossa surpresa, num calou medonho. E ali nasceu o coletivo Fazenda Colubandê Quem Ama Cuida. Numa cobrança legítima e genuína de uma moradora, que estava incomodada e indignada de ver aquele patrimônio do século XVII, largado. Batalhão saiu, e aí? E assim a gente começou a nossa saga. Nessa revista aqui[...] nós estamos registrando os dez anos de atuação desse coletivo. [...] Dez anos, que a gente cobra, reclama, estabelece diálogo, propõe diálogo com o poder público municipal, estadual e federal. [...] Até governador a gente levou na Fazenda Colubandê, pousou lá de helicóptero, levou nove secretários de estado.[...] a achou que vai mudar né, o negócio agora vai resolver. [...] Não resolveu e piorou. Porque aquilo deu tanta matéria de jornal, saiu na televisão, e muita gente que não sabia que a fazenda estava desocupada, ficou sabendo. E aí acentuaram os saques. Para a nossa tristeza. [...] É uma vergonha a gente assistir dez anos de omissão do governo do Estado e do INEPAC. [...] Antes nós mantínhamos reuniões semanais, a gente fez plantão gente, na fazenda Colubandê, Coronel Dantas. Terça, Quinta e Sábado, sem energia elétrica, sem banheiro e sem água, A gente levava tudo. Fazia piquenique. Às vezes a gente ia com medo, uma porção de mulher, a gente não sabia o que a gente ia encontrar. Fazia um piquenique em conjunto, ninguém ia sozinha, para a gente poder manter os nossos plantões culturais. [...] o deputado Ronaldo recebeu o inteiro teor dessa revista, que tem aí os dez anos de ação do coletivo, a nossa proposta de Feira Gastronômica Cultural. A nossa Proposta que a Fazenda possa ser o nosso Campo de São Bento, como é em Niterói. A nossa proposta para que aquilo seja uma área de lazer da população de São Gonçalo. Para que ninguém tenha que sair de São Gonçalo para isso. A nossa proposta que inclusive dialoga com as tantas falas do vereador Romário Régis na câmara municipal, que tem esse olhar simbólico, do que a gente precisa para São Gonçalo, além do asfalto. [...] Porque a gente já viu nesses dez anos quanto de descaso, infelizmente resultou na situação da fazenda hoje. E como esse PL vai ser um divisor de águas. [...] A nossa preocupação aqui inclusive, [...] que a gente garanta também, deputado, finalmente, quem no estado vai assumir a gestão da fazenda, que precisa ter uma unidade gestora, para dar cabo do futuro da Fazenda Colubandê. [...] Olha que a nossa casa sede pode ser um museu maravilhoso, o museu de São Gonçalo, que não tem museu na cidade de São Gonçalo. A feira Gastronômica Cultural, [...] pode acolher, sábado e domingo tanta gente que trabalha com artesanato na cidade, coma agricultura familiar de São Gonçalo. Estabelecendo uma área de lazer fundamental para aquela cidade. [...] Nós tivemos reuniões com todos os credos de Sâo Gonçalo na defesa da Fazenda Colubandê. A gente juntou com o pessoal do Candomblé, com o pessoal da Umbanda, com o pessoal da igreja católica, com pessoal batista, com o kardecista. Voou até fazer

> uma fala que é bonita de ouvir [...]. No início das ações do coletivo [...] Nós tínhamos no coletivo gente de todos as matizes, de todos os partidos. [...] Quando o pessoal do Candomblé chegava, lá nas reuniões do coletivo, que eram na fazenda Colubandê, no varandão, ou na área verde, chegava o pessoal do candomblé, o pessoal da igreja evangélica ia embora. Não ficava junto. [...] E aquilo era um desconforto, porque ali todo mundo queria a mesma coisa, todo mundo defendendo a fazenda Colubandê. E aí um dia a gente resolveu conversar, bater um papo, estabelecer inclusive, uma ação mais ecumênica. E por incrível que pareça começamos a pensar em como fundir mais aqueles nossos ideais e tendo a fazenda Colubandê como nosso elo. Inclusive de amor por São Gonçalo e aquela ruptura começou a ser quebrada. E para a nossa alegria, a gente teve reuniões na fazenda Colubandê com o povo da capoeira com mais de 500 pessoas, [...] E aí juntava o pessoal do candomblé, da umbanda da capoeira, com o pessoal da igreja evangélica e ninguém se separava mais. Eu acho que esse detalhe para nós sempre foi muito emblemático, ele resumo bem os dez ano desse coletivo.[...] Apesar de muitas diferenças, a gente se uniu, entendendo que a Fazenda Colubandê era um bem para ser abraçado. Quiçá nós tivéssemos muito mais gente no coletivo [...]. Mas eu vou repetir o que a Vera Maia sempre disse para a gente, a gente fazia reunião com dois, com dez, com trinta, com cinquenta, com oitenta, com duzentos, com trezentos. E a Vera Maia, sempre falava isso para a gente, [...] não interessa se somos dois ou duzentos, o que interessa é que tem gonçalense aqui defendendo a fazenda Colubandê. Se não tem 100.000, nós somos dois, somos cem, somos quinhentos defendendo a fazenda Colubandê. E graças a esses dois, cem, duzentos, hoje a gente teve a acolhida a nossa proposta pelas mãos do deputado estadual Ronaldo Anquieta.

Um dos pontos centrais da proposta refere-se à setorização das ações. De acordo com o artigo 3º do Projeto de Lei, prevê-se que o Parque Estadual seja dividido em quatro setores, a saber:

> I - Esportivo - com quadras, academia ao ar livre e pista de atletismo para prática de esportes;
> II - Ambiental - com trilha para caminhada e atividades de educação ambiental;
> III - Turismo e cultural - com a realização de eventos culturais que venham potencializar a participação da comunidade e seu entorno, tais como feiras de artesanato e agricultura familiar;
> IV - Educação e patrimônio - com atividades para alunos da Rede Pública de Ensino e ações em parceria com Universidades para formação sobre preservação do Patrimônio. (CUIDA FACEBOOK, 29 de janeiro de 2022).

A proposta do projeto foi aprovada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) em 31 de março de 2022, aguardando apenas a sanção do governador Cláudio Castro. A sanção ocorreu em 28 de abril de 2022, com a publicação

da Lei nº 9.661, de 28 de abril de 2022[165], no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. A referida lei autoriza o Poder Executivo a criar o Parque Histórico Estadual Fazenda Colubandê

Observa-se que o texto final da lei sofreu algumas alterações em relação ao projeto original, especialmente quanto à definição dos usos e das atividades a serem desenvolvidas nos quatro setores principais do parque. A seguir, são apresentadas as referidas atividades:

> I - Administração do Parque; II - atividades esportivas e de lazer (vôlei, futebol, corrida e caminhada, atletismo, ciclismo, entre outros); III - atividades culturais (feiras gastronômicas e de artesanato, música, capoeira, entre outros); IV - atividades de ensino e pesquisa (estudos na área de preservação ambiental e cultural, entre outros); V - construção de um Hospital Veterinário; VI - local de acolhimento de animais apreendidos pelo CPAM. (Rio de Janeiro, 2022, Artigo 4)

A partir do processo de aprovação da lei que instituiu o Parque Estadual Fazenda Colubandê, a atuação do coletivo passou a assumir um novo direcionamento, especialmente por meio da divulgação e distribuição de uma revista produzida pelo próprio grupo. Com 24 páginas, a publicação resume os dez anos de atividades do coletivo até a elaboração do Projeto de Lei que resultou na criação do parque, e foi oficialmente lançada durante a audiência pública organizada para tratar da referida proposta legislativa.

Com o objetivo de comunicar a sociedade gonçalense e funcionar como instrumento de divulgação da trajetória e das ações do grupo, a revista foi distribuída em formato físico e digital em diversas instituições, tais como: Câmara Municipal de São Gonçalo, subseção da OAB de São Gonçalo, Gabinete do Prefeito, Gabinete do Governador, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) — onde foi entregue a deputados estaduais —, além do Congresso Nacional, em que foi encaminhada a deputados federais. Também foram contempladas escolas públicas localizadas nas proximidades da Fazenda Colubandê, bem como instituições socioculturais atuantes na região.

Mais do que um veículo de comunicação, a revista consolidou-se como um instrumento político estratégico, fundamental para a afirmação da existência e da

---

[165] RIO DE JANEIRO. Lei Ordinária nº 9661, de 28 de abril de 2022. Fica o poder executivo autoriza a criar o Parque Histórico Estadual Fazenda Colubandê no Município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Rio de Janeiro, **Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro**, 2022. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-9661-2022-rio-de-janeiro-fica-o-poder-executivo-autorizado-a. Acesso em: 03 set. 2025.

relevância do coletivo no cenário político local. Além de sintetizar suas ações, reuniões e plantões, a publicação também cumpriu um papel central na construção de legitimidade e no fortalecimento do diálogo com diferentes esferas da sociedade e do poder público.

Imagem 86 – Divulgação dos exemplares físicos da Revista do Coletivo, a serem distribuídos no ano de 2022.



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê quem ama cuida, 2022.

Imagem 87 – Mil exemplares da Revista Fazenda Colubandê Quem Ama Cuida, com registros dos dez anos de atuação do coletivo.



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê quem ama cuida 2022.

Ao final do ano, sob a promessa do deputado estadual Ronaldo Anquieta, feita durante a audiência pública, de acelerar o processo de restauração da Fazenda Colubandê, o coletivo, por meio da atuação de uma de suas integrantes e moradora do entorno, realizou uma visita com atenção especial aos detalhes da obra, cujas intervenções tiveram início em 28 de dezembro de 2022.

De acordo com publicação feita na página oficial do coletivo, a licitação para a execução da obra foi homologada em 15 de agosto de 2022, com valor inicial estimado em R$ 7.395.000,00. Em continuidade ao acompanhamento do processo, o coletivo solicitou informações adicionais sobre a execução do projeto e sugeriu a inclusão de dois moradores do entorno como observadores do andamento das obras. No entanto, não há registros oficiais que confirmem a aceitação ou implementação dessa sugestão.

Imagem 88 – Visitação as primeiras etapas da obra de restauro do conjunto da Fazenda Colubandê, por moradores do entorno e atuantes do coletivo.



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê quem ama cuida, 2022.

Imagem 89 – Vista da Lateral posterior direita da Capela, local com o maior índice de degradação e possível desabamento.



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê quem ama cuida, 2022.

De acordo com informações disponíveis no site do PactoRJ, por meio do Portal da Transparência, a obra teve início em 14 de setembro de 2022, com previsão de execução até 1º de setembro de 2023. No entanto, logo em seguida, os trabalhos foram suspensos até o dia 9 de abril de 2024, em razão da inclusão de novos serviços no escopo do projeto, o que impactou diretamente o andamento da obra e provocou atraso em seu cronograma.

Após a retomada das atividades, a execução prosseguiu até a conclusão do restauro da Casa-Grande e da Capela, finalizado em 20 de fevereiro de 2025. Com as alterações realizadas, o valor total da obra atingiu a quantia de R$ 11.068.681,74[166].

> Qualquer tipo de reforma faz o espaço um local não apenas frequentável, mas também consumível. O problema maior da revitalização é a fabricação de uma nova imagem-identidade do espaço que substitui a história, anulando-a toda importância que a Fazenda Colubandê um dia teve e ainda tem, como espaço de lazer, atividades físicas, entre outros, além de ser um patrimônio histórico. (AULER, 2013 apud MORAES, 2019, p. 54)

[166] Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro. **Reforma Capela Fazenda Colubandê** Portal da transparência.. Disponível em: https://pacto.rj.gov.br/ficha.php?p=3064. Acesso em: 11 de ago. 2024.

Imagem 90 – Visitação as primeiras etapas da obra de restauro do conjunto da Fazenda Colubandê, por moradores do entorno e atuantes do coletivo.



Fonte: Pacto RJ.

Imagem 91 – Vista da Lateral posterior direita da Capela, local com o maior índice de degradação e possível desabamento.



Fonte: Pacto RJ.

Após o início das obras de restauro no final de 2022, a atuação do coletivo ficou limitada devido às intervenções no local e às questões burocráticas relacionadas ao CPAm. Aparentemente, o coletivo não desenvolveu atividades no entorno da Fazenda Colubandê ao longo do ano de 2023. Nesse contexto, a única ação pública divulgada foi o evento organizado em parceria com a UERJ.

O seminário intitulado “Fazenda e Casarões do Brasil Império – O caso da Fazenda Colubandê, em São Gonçalo – RJ e seu valor histórico e cultural, no bicentenário da Independência do Brasil” foi realizado em formato híbrido, presencial e virtual. A programação presencial contou com duas etapas, dentre as quais destacou-se o debate entre pesquisadores, estudantes e representantes da sociedade civil, incluindo a participação do coletivo

Paralelamente, no auditório, foi realizada uma exposição de pequeno porte, organizada pelo coletivo “Tendências Artes Visuais”, sob o título “AMARantes: Arte, Memória e Patrimônio”. A exposição dialogava diretamente com o seminário e tinha como tema central a história do abandono da Fazenda Colubandê, apresentada sob uma perspectiva artística. O objetivo principal foi sensibilizar o público acerca dos valores que constituem o patrimônio cultural, enfatizando a importância de sua preservação e valorização. O evento ocorreu no dia 24 de março de 2023, no auditório da UERJ-FFP, campus de São Gonçalo.

Imagem 92 – Seminário Projeto Fazendas e Casarões do Brasil Império, UERJ-FFP.



Fonte Facebook Fazenda Colubandê quem ama cuida, 2023.

Imagem 93 – Seminário Projeto Fazendas e Casarões do Brasil Império, UERJ-FFP.



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê quem ama cuida, 2023.

Imagem 94 – Registro do auditório ao final do evento, com a participação do coletivo Tendências Artes Visuais, alunos e pesquisadores e do coletivo Fazenda Colubandê Quem Ama Cuida.



Fonte: Facebook Fazenda Colubandê quem ama cuida, 2023.

Em continuidade à programação do seminário, realizou-se, em formato virtual, no dia 4 de abril de 2023, uma mesa-redonda coordenada pelo coletivo, que contou com a participação de vereadores, deputados, professores e, sobretudo, do próprio coletivo na divulgação e lançamento do e-book intitulado *Fazenda Colubandê em São Gonçalo/RJ: Um patrimônio histórico-cultural em destaque no Bicentenário da Independência do Brasil*.

Aliado ao tema do evento e em parceria com a UERJ, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro, por meio do Edital Retomada Cultural RJ2.

O Ebook conta com uma pesquisa histórica da Fazenda Colubandê, apresentando os conceitos de Patrimônio Histórico, uma revisão histórica da Fazenda no cenário da província do Rio de Janeiro, as ações inquisitoriais em São Gonçalo e como isso encontra o fator comum da fazenda Colubandê. Alinhado ao tema do evento

e em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, por meio do Edital Retomada Cultural RJ2, o e-book apresenta uma pesquisa histórica sobre a Fazenda Colubandê. O conteúdo aborda conceitos relacionados ao patrimônio histórico, oferece uma revisão histórica da fazenda no contexto da província do Rio de Janeiro, discorre sobre as ações inquisitoriais em São Gonçalo e a relação dessas com a Fazenda Colubandê.

Além disso, a publicação destaca os valores estéticos da arquitetura da fazenda, investiga a origem do nome “Colubandê” e elenca os proprietários históricos do imóvel, culminando na análise do abandono da fazenda pelo poder público. O e-book também apresenta a atuação do coletivo enquanto protagonista das ações culturais durante o período de abandono, até a sanção da lei que instituiu o Parque Estadual Fazenda Colubandê. Assim, a publicação ressalta a importância da discussão acerca da Fazenda Colubandê, considerando sua relevância no cenário do bicentenário da independência do Brasil.

Figura 23 – Capa do E-BOOK produzido pelo coletivo Fazenda Colubandê Quem Ama Cuida.



Após o lançamento do e-book, o grupo manteve o acompanhamento dos desdobramentos relativos à implementação da Lei de Criação do Parque Estadual Fazenda Colubandê. Em 14 de abril de 2024, a página oficial do coletivo publicou um informativo no qual reivindicava a efetivação das etapas de implementação do parque, cobrando uma atuação mais efetiva do Governo Estadual. Destacava-se que, com a

autorização da criação do parque, a Fazenda estaria apta a receber visitas culturais, fomentar o turismo, promover pesquisas científicas, realizar atividades artísticas, incentivar a prática esportiva, bem como desenvolver ações educacionais em âmbito municipal e estadual, por meio da rede pública de ensino.

De acordo com as etapas previstas para a instalação do parque, a atuação do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) seria fundamental, especialmente para a nomeação de um diretor administrativo. Contudo, passados dois anos da aprovação da lei, nenhuma dessas medidas havia sido efetivada. Tal situação gerou novamente preocupação no coletivo, especialmente porque as obras na Fazenda haviam sido retomadas recentemente, após atrasos decorrentes de imprevistos orçamentários.

Somente em 22 de março de 2025 foi divulgada a transferência da gestão do conjunto da Capela e da Casa-Grande para a Prefeitura de São Gonçalo, após a conclusão das obras de restauro realizadas pelo Governo do Estado. A administração ficará sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, com previsão de início em abril de 2025.

Esse fato reveste-se de particular relevância, sobretudo em função da mudança no posicionamento da Prefeitura, que, durante diferentes mandatos anteriores, recusou-se a assumir a gestão do espaço e, por vezes, omitiu-se diante das reivindicações da sociedade gonçalense e do coletivo.

Apesar do anúncio oficial, até o momento não há informações disponíveis no site da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura[167] acerca da Fazenda Colubandê, o que indica que o processo de organização e implementação da gestão pela secretaria ainda se encontra em curso.

---

[167] PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. Secretaria Municipal de Turismo e Cultura. **Equipamentos Culturais**. São Gonçalo. Disponível em: https://www.saogoncalo.rj.gov.br/turismo-cultura/equipamentos-culturais/. Acesso em: 12 set. 2025.

CONCLUSÕES

O presente trabalho buscou apresentar por meio do patrimônio da Fazenda Colubandê a importância da discussão de patrimônios tombados inseridos em contextos periféricos. Assim a pesquisa construiu um panorama histórico e cultural do patrimônio da Fazenda, inserido no cenário do patrimônio fluminense. Inicialmente buscou-se a discussão da formação de São Gonçalo, dentro do cenário colonial até a consolidação do município.

A narrativa demonstra a presença de ciclos de produção em sua dinâmica de economia local, destacando-se na criação de cana-de-açúcar, criação de gado, no contexto fluminense. Tendo a Fazenda Colubandê o símbolo desse período, representando esse contexto por meio de sua arquitetura, seu valor histórico e artístico, na formação da ideia de uma identidade nacional, por meio de seu processo de patrimonialização.

Ao aprofundar-se na história, a Fazenda Colubandê, se destacou por sua participação fundamental na economia açucareira e por sua arquitetura rural, composta pela casa-grande e pela Capela de Sant'Ana. Abordou-se a trajetória dos primeiros proprietários, e a presença de cristãos-novos na região, perseguidos pela Inquisição, o que ocasionou na posse posterior da fazenda pelos jesuítas, o que ocasionou o início de um ciclo de alterações na estrutura física na propriedade.

Para além de sua relevância econômica, a fazenda consolidou-se como um importante exemplo da arquitetura colonial fluminense, e representa até a atualidade um dos poucos registros desta na cidade de São Gonçalo, com elementos como o alpendre que circunda a casa, a disposição dos cômodos e a capela, rica com seus detalhes no retábulo do altar, os azulejos portugueses, símbolo da simplicidade construtiva da época, que não se desassocia do apreço estético do barroco.

Ao final do primeiro capítulo destaca-se o processo de tombamento da fazenda pelo IPHAN em 1940, evidenciando a preocupação do órgão não somente em preservar as edificações religiosas, mas também exemplares da arquitetura rural brasileira em seus primeiros anos. Ressaltando a Fazenda Colubandê como um patrimônio de relevância nacional, cuja preservação compreende para além de sua conservação física, mas abrange também a memória histórica, as dinâmicas sociais e os valores culturais que moldaram a identidade de São Gonçalo e do patrimônio no cenário brasileiro.

Já o segundo capítulo busca discutir o desenvolvimento das políticas culturais no Brasil e a inserção do patrimônio periférico nesse contexto, sob a ótica da

necessidade de estabelecer novas políticas para patrimônios nesses cenários. Tendo em vista o papel da Fazenda Colubandê, enquanto exemplar de patrimônio brasileiro, ligado ao tombamento promovido pelo IPHAN, cuja atuação em seus primeiros anos refletiu um projeto modernista e elitista de construção da identidade nacional. Assim o capítulo discutiu como a preservação em seus primeiros anos no Brasil foi centralizada em monumentos coloniais de pedra e cal, utilizado como instrumento político durante o Estado Novo, amplamente relacionado com a cultura e a propagando do governo Vargas, pautadas na atuação de Mário de Andrade e Lúcio Costa enquanto profissionais responsáveis pelo projeto de identidade nação, por meio da definição dos bens dignos de proteção no cenário do patrimônio brasileiro.

Em seguida a pesquisa buscou analisar a trajetória das políticas culturais no país, desde a criação do SPHAN, passando pelas mudanças na ditadura militar, a instituição da Lei Rouanet e a ampliação do conceito de patrimônio na Constituição de 1988, com a inclusão do patrimônio imaterial. Assim procurou-se destacar a gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura como marco do processo de democratização e acessibilidade aos bens culturais, com a criação de programas como o Cultura Viva e o Mais Cultura, voltados a populações e comunidades historicamente excluídas do meio cultural.

Ao ressaltar os desafios enfrentados no cenário das políticas culturais, como os processos de descontinuidades administrativas, a centralização dos recursos em grupos e regiões, além do predomínio do setor privado na destinação de verbas para a cultura no contexto brasileiro.

Sendo assim, a pesquisa propôs compreender o cenário do Estado do Rio de Janeiro e de São Gonçalo nas políticas culturais eficazes nos contextos periféricos. O contexto abordou a criação da Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro, os avanços e retrocessos no Sistema Estadual de Cultura e, especificamente na cidade de São Gonçalo, além da ausência de continuidades das ações, e a subordinação da secretaria da cultura à secretaria de educação, juntamente com o uso político-partidário da gestão cultural na cidade.

Sendo assim, o segundo capítulo finaliza evidenciando a necessidade de fortalecer políticas públicas que contemplem a diversidade cultural, assegurando a valorização do patrimônio em contexto periférico, como o caso da luta pela criação do Parque Histórico Estadual Fazenda Colubandê.

O último capítulo apresenta a relação entre patrimônio, musealidade e realidade periférica, tomando como estudo de caso a Fazenda Colubandê em São Gonçalo. O levantamento do contexto político que levou ao processo de abandono do espaço após a saída do Batalhão de Polícia Florestal e Meio Ambiente em 2012, destacou a ausência do estado e de política públicas culturais aplicáveis e eficazes na preservação e utilização do patrimônio.

A fazenda, embora tombada pelo IPHAN e INEPAC, sofreu com invasões e depredações, que reduziram o seu valor histórico-artístico, deixando de cumprir plenamente seu potencial como espaço cultural e educativo. Foi possível compreender que as ações governamentais em instância estadual e municipal agravaram a degradação do patrimônio assim como aumentou a insegurança do seu entorno.

Em resposta ao abandono, surgiu o coletivo sobre o nome “Fazenda Colubandê: Quem Ama Cuida”, formado por moradores do entorno, artistas, pesquisadores, comerciantes, e inúmeras outras tipologias de pessoas, que promoveu atividades culturais, mutirões de limpeza e ocupação, como meio de valorização sociocultural do patrimônio abandonado pelo Estado naquele contexto.

O grupo para além de sua agenda cultural atuou politicamente, incluindo a Fazenda em um cenário com uma programação cultural e realizou eventos como o Piquenique Cultural e o Café Cultural, além de desenvolver projetos para a captação de recursos via leis de incentivo. Essa mobilização comunitária reflete conceitos da Nova Museologia e da Museologia Social, que defendem a participação ativa das comunidades na preservação e gestão do patrimônio, transformando o espaço em instrumento de identidade e luta coletiva.

O estudo sobre a Fazenda Colubandê permitiu compreender como a preservação do patrimônio, quando descolada de seu território e de suas comunidades, corre o risco de se reduzir a um exercício meramente formal, incapaz de produzir sentidos socialmente relevantes. O tombamento da Fazenda pelo IPHAN e INEPAC, embora tenha assegurado sua integridade material, evidenciou os limites de uma patrimonialização conduzida sob uma ótica elitista, que cristaliza o bem em sua dimensão histórico-artística e o esvazia de outros significados, como os afetivos, sociais e ambientais. Essa constatação reforça a perspectiva de que a patrimonialização é um processo em disputa, marcado por negociações de sentido e por tensões entre narrativas hegemônicas e subalternas.

A experiência do coletivo “Fazenda Colubandê: Quem Ama Cuida” emerge, nesse cenário, como um exemplo emblemático de autoconstrução da musealidade. Ao organizar mutirões de limpeza, realizar eventos como o Auto da Fé e a Folia de Reis, e construir uma agenda cultural independente, o coletivo assumiu, na prática, o papel de curador de sua própria memória. Trata-se de um processo que amplia o entendimento da musealidade in situ como uma prática que transcende a institucionalidade museológica, tornando-se um instrumento de autoafirmação comunitária. Essa atuação “de baixo para cima”, marcada pela indisciplina e pela invenção, reflete uma museologia experimental, que reapropria a casa-grande — um símbolo do poder colonial — como espaço democrático de encontros, resistências e produção cultural periférica. Nessa prática insurgente, reconhecemos a força de uma práxis anticolonial, que desafia a narrativa única do Estado e reinscreve novos sentidos no território.

Nesse contexto, o coletivo materializa os princípios da Mesa de Santiago do Chile (1972), ao transformar o patrimônio em um “museu integral”, vivo, dialógico e comprometido com o desenvolvimento social. Entretanto, a criação do Parque Estadual Fazenda Colubandê, embora constitua uma vitória simbólica da mobilização comunitária, coloca novos desafios.

A institucionalização da demanda popular pode significar tanto a ampliação das políticas públicas de preservação quanto o risco de um “apagamento” da natureza experimental e autônoma que marcou a luta. Surge, então, uma questão central para futuras pesquisas: como manter o equilíbrio entre a gestão estatal e a autonomia comunitária no processo de patrimonialização? Qual o papel do museólogo nesse contexto, como mediador entre as instituições e os atores sociais? Tais questões reforçam que a museologia, sobretudo em sua vertente social e experimental deve deslocar seu foco da preservação passiva para a construção de espaços de afetos, disputas e negociações de memória, reafirmando o museu como um campo de forças, aberto às contradições e às potencialidades das comunidades que lhe dão vida.

Nesse sentido, a interrupção das postagens e da presença pública do coletivo “Quem Ama Cuida” pode ser lida não como um simples esvaziamento do movimento, mas como um sintoma das tensões e disputas que atravessam o processo de institucionalização do patrimônio. Tal ausência pode indicar uma possível desaceleração do movimento, decorrente das tensões institucionais estabelecidas com o retorno do Batalhão de Polícia Florestal à sede da Fazenda, ou ainda uma mudança estratégica na forma de atuação e comunicação do grupo, que pode ter priorizado articulações internas e institucionais em detrimento da exposição digital.

Essa lacuna nas redes também pode ser interpretada como reflexo das dificuldades enfrentadas por coletivos culturais em contextos de disputa territorial e patrimonial, onde o engajamento comunitário é frequentemente tensionado por interesses políticos e institucionais divergentes.

Ao negligenciar o papel do coletivo “Quem Ama Cuida” e ao reverter o uso da fazenda para fins militares, o Estado reafirma uma política de apagamento e descontinuidade, incompatível com os princípios democráticos de participação cidadã e valorização da cultura como bem comum. Essa postura evidencia que a patrimonialização, enquanto processo social, permanece em disputa, exigindo vigilância e protagonismo das comunidades para que o patrimônio não seja reduzido a um objeto estático, mas permaneça como espaço vivo, plural e em constante reinterpretação.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Justiça Federal determina policiamento 24h em fazenda histórica roubada no Rio, 2017. **Jornal – Agência Brasil.** Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-02/justica-federal-determina-policiamento-24h-em-fazenda-historica-roubada-no. Acesso em: 30 jun 2024.

AGENDA BAFAFA (Blog Notícia). A voz da Serra. O Retábulo do Século XVIII, em estilo Barroco foi roubado da Capela de Santana. **Grupo CRIAÇÃO**. 15 de out 2022. Disponível em: https://bafafa.com.br/mais-coisas/jornal-bafafa/capela-de-sant-ana-da-fazenda-colubande-em-sao-goncalo-sera-restaurada. Acesso em: 18 set 2024.

ALMEIDA, A. A. Marques de (Dir.). **Dicionário Histórico dos Sefarditas Portugueses. Mercadores e Gente de Trato.** Lisboa: Campo da Comunicação, 2009. 740p. Disponível em: https://www.familysearch.org/tree/person/memories/GQJC-6QF. Acesso em: 28 deAbril. 2024.

ALVARENGA, Luciano José; CASTRO, Paulo de Tarso Amorim. Musealização do território e Geoconservação Aplicada: fundamentos e correlações conceituais no direito brasileiro Territorial / Musealisation and Applied Geoconservation: Conceptual Bases and Correlations in Brazilian Law. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 224–237, 2017. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/geografia/article/view/p.2318-2962.2017v27nesp2p224 . Acesso em: 27 jul. 2024.

AMANTINO, Marcia. **Identidades e mestiçagens entre negros e indios e o controle da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro colonial.** Perspectivas: Portuguese Journal of Political Science and International Relations, v. 10, p. 29-44, 2013. Disponível em: https://www.perspectivasjournal.com/index.php/perspectivas/article/view/440. Acesso em: 16 de Junho. 2024.

ARAUJO, Leila (Facebook). São Gonçalo, 28 de nov 2019. Hoje participei da Audiência Pública convocada pelo Vereador Jalmir Junior sobre a Política de Cultura em São Gonçalo! Em pauta, dentre muitas outras questões, a Fazenda Colubandê. **Facebook**: leila.araujo.14. Disponível em: https://www.facebook.com/leila.araujo.14/videos/10206435735049611. Acesso em: 13 jul 2024.

A TRIBUNA. PM começa a ocupar Fazenda Colubande, 2018. **Jornal – A Tribuna.** Disponível em: https://www.atribunarj.com.br/materia/pm-comeca-a-ocupar-fazenda-colubande. Acesso em: 2 ago 2024.

A TRIBUNA. São Gonçalo ganha Operação Presente no Alcântara e Centro, 2020. **Jornal – A Tribuna**. Disponível em: https://www.atribunarj.com.br/materia/sao-goncalo-ganha-operacao-presente-no-alcantara-e-centro. Acesso em: 13 jul 2024.

BRAGA, Maria Nelma Carvalho. **O município de São Gonçalo e sua história**. Niterói: Edição Independente, 2006. p.75.

BRAGA, Maria Nelma Carvalho. **O município de São Gonçalo**: uma história em resumo – 2ª ed. Revisada e ampliada – São Gonçalo/RJ: Apologia Brasil, 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Seção II da Cultura. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 de jun. 2023.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 48, de 10 de Agosto de 2005. **Institui o Plano Nacional de Cultura.** Casa civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc48.htm. Acesso em 19 de jun de 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Iphan. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf>. Acesso em: 10 de Ago. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. **Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.** Casa Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 7 jun 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.264, de 5 de novembro de 2004. Institui o Sistema brasileiro de Museus. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5264.htm. Acesso em : 14 jul 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 6.226, de 4 de outubro de 2007. **Institui o Programa mais cultura.** Secretaria Geral. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6226.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.226%2C%20DE%204,Institui%20o%20Programa%20Mais%20Cultura.&text=III%20%2D%20gerar%20oportunidades%20de%20trabalho,solid%C3%A1ria%20do%20mercado%20cultural%20brasileiro. Acesso em: 10 jul 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.534, de 2 de janeiro de 1946. **Organiza o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Iphan. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_Lei_n_8.534_de_02_de_janeiro_de_1946_Sphan.pdf. Acesso em: 11 Ago 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 66.697, de 27 de julho de 1970. **Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura.** Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66967-27-julho-1970-408779-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 13 de Ago 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 84.198, 13 de novembro de 1979. **Cria, na estrutura do Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-84198-13-novembro-1979-433668-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 25 ago 2024.

BRASIL. Discurso de Osmar Leitão na plenária em 18 de setembro de 1981, **Diário do congresso Nacional**, Seção I Ano XXXVI - nº111 pág 9851. Disponível em: https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD18SET1981.pdf#page=. Acesso em: 20 de jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 6.757, de 17 de dezembro de 1979 – Publicação Original. **Institui a Fundação Nacional Pró-Memória.** Câmara dos Deputados. Disponível em:

https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6757-17-dezembro-1979-366080-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 10 de set 2024.

BRASIL. Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986. **Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.** Casa Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7505.htm. Acesso em: 12 de set 2024.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. **Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).** Casa Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm. Acesso em 11 abr 2024.

BRASIL. Lei nº 9.649 de 27 de maio de 1998. **Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.** Casa civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9649cons.htm. Acesso em: 19 abr 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Dphan. - Seção de História. Fazenda Colubandê - Capela de Sant'Anna. Brasília: **DPHAN/ DET, [19--]**. Acesso em: 18 de jul. 2024

BRASIL. Rio de Janeiro. **Registros da Igreja Católica, 1616 – 1980**. *FamilySearch.* (: Mon Mar 11 00:23:32 UTC 2024), Entry for Jeronimo Martins de Almeida, 14 Dec 1833. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8G-816X. Acesso em: 19 de abr. 2024.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira. **Entre a Sombra e o Sol** - A Revolta Da Cachaça, A Freguesia de São Gonçalo do Amarante e a Crise Política Fluminense (Rio De Janeiro, 1640-1667). Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 239. 2003. Disponível em: https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/424/projeto/Dissert-antonio-filipe-pereira-caetano.pdf. Acesso em: 20 de mai. 2024.

Café Colaborativo na Fazenda Colubandê reuniu diversas camadas da sociedade. **O São Gonçalo**. São Gonçalo, 04 jun. 2019. Disponível em: https://www.osaogoncalo.com.br/geral/59589/cafe-colaborativo-na-fazendo-colubande-reuniu-diversas-camadas-da-. Acesso em: 04 set. 2025

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil:** dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CALABRE, Lia . Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: Antonio Albino Canelas Rubim; Alexandre Barbalho. (Org.). **Políticas Culturais no Brasil**. 1ed. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2007, v. , p. 87-107. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/138/4/Politicas%20culturais%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 18 de ago. 2024.

CAMPOFIORITO, Ítalo. Patrimônio cultural: "onde a cultura existe, dar voz a ela". **Revista do Brasil**, [nesp]. Rio de Janeiro: FUNARJ, p. 6- 17, 1986

CANDAU, Joel. Memória e Identidade. Tradução: Maria Letícia Ferreira. — 1. Ed., 5ª reimpressão. — São Paulo: Contexto, 2019.

CARDOSO, Joaquim. Um tipo de casa rural do Distrito Federal e estado do Rio de Janeiro. **Revista do IPHAN**, n. 7. Rio de Janeiro, 1943. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat07_m.pdf. Acesso em: 24 de jun. 2024.

CARDOSO, Phillipe Valente. et al. A importância da análise espacial para tomada de decisão: um olhar sobre a Pandemia de COVID-19. **Revista Tamoios – UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16 n. 1 (2020): Edição Especial, p. 125-137, 2020. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/50440. Acesso em: 15 jul 2024.

CARVALHO, Guilherme (Facebook). São Gonçalo, 3 de set 2018. Fazenda Colubandê, São Gonçalo. Não quero que esse patrimônio histórico cultural também seja destruído pelo descaso do poder público. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=1901740429893644&set=a.279201855480851. Acesso em: 17 jul 2024.

CARVALHO, L. M.; SCHEINER, Tereza Cristina. Construindo o discurso do Patrimônio: das organizações internacionais e institutos nacionais a uma relação profunda com o Patrimônio – o caso do Marolo, em Paraguaçu, Minas Gerais. Argentina: Comitê Internacional del ICOM para la Museologia. ICOFOM, 2011 (**Anais).** Disponível em: https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10373.pdf. Acesso em: 14 ago 2024.

CASA DE CULTURA NO INTERIOR DO ESTADO: ESTÍMULO À CRIATIVIDADE. **Revista do Brasil**, [nesp]. Rio de Janeiro: FUNARJ, p. 142- 144, 1986.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: Revista do Patrimônio, nº34/2012. Rio de Janeiro: IPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CHUVA_Marcia_Por-uma-historia-da-nocao-de-patrimonio-cultural.pdf. Acesso em: 18 de Outubro de 2024.

CHAUI, Marilena. Direito à memória: natureza, cultura patrimônio histórico-cultural e ambiental. In: Cidadania cultural. O direito à cultura. São Paulo: **Fundação Perseu Abramo**, 2006. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/08/chaui_web_compressed-1.pdf. Acesso em: 13 Ago. 2024.

CINEMA NA FAZENDA (Facebook). São Gonçalo, Evento do projeto cultural “Cinema na Fazenda” realização MENSAL E GRATUITA da nossa produtora DRIX para FOMENTAR UMA SOCIEDADE COM CULTURA no BRASIL!!!. 27 de fev 2014. Facebook: cinemafazenda. Disponível em; https://www.facebook.com/photo/?fbid=323567224464664&set=pcb.323567734464613 Acesso em: 28 jul 2024.

CINEMA NA FAZENDA (Facebook). São Gonçalo, **Sessão de cinema**. Disponível em: https://www.facebook.com/cinemafazenda. Acesso em: 28 jul 2024.

CINEMA NA FAZENDA (Facebook). São Gonçalo, Sessão de cinema na fazenda Colubandê. 31 de maio 2015. **Facebook**: cinemafazenda. Disponível em; https://www.facebook.com/photo?fbid=1604470186489375&set=ms.c.eJxNj8kNwEAIAzuKuI~%3B~_G4titGy~_I2PGHGSWxBVWrekPDwhS9iCiA6QBlA~%3BQ6BKJ~%3BiXQEXYTAJ4LEh2iB1giYXEBSrMPcBsgC3zE1pQLwDYRH~%3BDuH8AX2ZPUAatejJP7thgJ3o5yeNjOrwbQHdc0HXS3QIx3rcy43i89HkQvG3ZOxw~-~-.bps.a.1604470113156049. Acesso em: 28 jul 2024.

CINEMA NA FAZENDA (Facebook). São Gonçalo, Sessão de cinema na fazenda Colubandê Natal Solidário. 19 de dez 2015. **Facebook**: cinemafazenda. Disponível em;
https://www.facebook.com/photo?fbid=1670275979908795&set=ms.c.eJxFlNuRxTAIQzva4W3ov7GdoGv594wMQoRoHbGTrW5hGvmnAHNmpM9cUBKVJyMv0O4ZGZN44FP0UYL5iqafC~_YssCGor4ZOPcXWKPsBE19FD4GtIg9BQkGgAsAausOlJkEAPAWMyTywXYIKkwVOhcEHhzPDLFUEyMNvHua~_wKjw~_trGyAWxTqPpdNcwMg~%3B0Kqwf~_Iqeul1cdi~%3BSQbBrCL1OXQWgCNbYiQcCCiMYKK5TNyiEimXmcwNyt~%3BVRfOJQcJUem~_nRBwoKPgnMEpwlfRXHCWBM~_KQ2Qq8kyE9RwxoFH8m2Z33UM3YagJm2rg99YNfq3gQDwJBnMy1~_Dj7zXdTMtR4iAEbQC7i50FhwmqAAbtEw3S708Z3b50P0AShY1NGWJxbYi3H8cHRJdgkAfh~_RSIz3EomivJfIXaWdu5eoNWb8TqMc4OaROFPjmeYecjcPOXXbZgwBuqgQ5D45dw3ZqMEvOXsTC2aavcO1FEHiX6gP4MmNsLC5w82VCH6O8w84OhPI.bps.a.1670271866575873. Acesso em: 28 jul 2024.

CINEMA NA FAZENDA. São Gonçalo, Sessão de cinema na fazenda Colubandê Natal Solidário**.** 19 de dez 2015. **Facebook**: cinemafazenda. Disponível em;
https://www.facebook.com/photo/?fbid=1670275856575474&set=ms.c.eJxFlNuRxTAIQzva4W3ov7GdoGv594wMQoRoHbGTrW5hGvmnAHNmpM9cUBKVJyMv0O4ZGZN44FP0UYL5iqafC~_YssCGor4ZOPcXWKPsBE19FD4GtIg9BQkGgAsAausOlJkEAPAWMyTywXYIKkwVOhcEHhzPDLFUEyMNvHua~_wKjw~_trGyAWxTqPpdNcwMg~%3B0Kqwf~_Iqeul1cdi~%3BSQbBrCL1OXQWgCNbYiQcCCiMYKK5TNyiEimXmcwNyt~%3BVRfOJQcJUem~_nRBwoKPgnMEpwlfRXHCWBM~_KQ2Qq8kyE9RwxoFH8m2Z33UM3YagJm2rg99YNfq3gQDwJBnMy1~_Dj7zXdTMtR4iAEbQC7i50FhwmqAAbtEw3S708Z3b50P0AShY1NGWJxbYi3H8cHRJdgkAfh~_RSIz3EomivJfIXaWdu5eoNWb8TqMc4OaROFPjmeYecjcPOXXbZgwBuqgQ5D45dw3ZqMEvOXsTC2aavcO1FEHiX6gP4MmNsLC5w82VCH6O8w84OhPI.bps.a.1670271866575873. Acesso em: 28 jul 2024.

CLAIR, Schimidth Mont (Facebook). São Gonçalo. 26 de mar 2017. Registro fotográfico do Ato de Ocupação Cultural efetuado em 25 de março de 2017 na Fazenda Colubandê em São Gonçalo, Rj.Br. Grupo. **Facebook**. S.O.S Fazenda Colubandê. Disponível em:
https://www.facebook.com/photo/?fbid=721477228031419&set=pcb.1244069762374849. Acesso em: 13 set 2024.

CLAIR, Schimidth Mont (Facebook). São Gonçalo. 26 de mar 2017. Registro fotográfico do Ato de Ocupação Cultural efetuado em 25 de março de 2017 na Fazenda Colubandê em São Gonçalo, Rj.Br. Grupo Facebook S.O.S Fazenda Colubandê. Disponível em:
https://www.facebook.com/photo/?fbid=721476614698147&set=pcb.1244069762374849. Acesso em: 13 set 2024.

CLAIR, Schimidth Mont (Facebook). São Gonçalo. 26 de mar 2017. Registro fotográfico do Ato de Ocupação Cultural efetuado em 25 de março de 2017 na Fazenda Colubandê em São Gonçalo, Rj.Br. Grupo Facebook S.O.S Fazenda Colubandê. Disponível em:
https://www.facebook.com/photo/?fbid=721477018031440&set=pcb.1244069762374849. Acesso em: 13 set 2024.

CLAIR, Schimidth Mont. São Gonçalo. 26 de mar 2017. Registro fotográfico do Ato de Ocupação Cultural efetuado em 25 de março de 2017 na Fazenda Colubandê em São Gonçalo, Rj.Br. Grupo Facebook S.O.S Fazenda Colubandê. Disponível em:
https://www.facebook.com/photo/?fbid=721477221364753&set=pcb.1244069762374849. Acesso em: 13 set 2024.

CLEISE CAMPOS (Facebook). São Gonçalo, Dia 07 de Janeiro,2014: entrega do documento "Operação Fazenda Colubande:quem ama cuida", para Secretária Adriana Rattes, com Vereador Diego São Paio, Luciano Campos Tardock, Marcia D. Pereira, Lanilsa Amaral Areia (foto de Rosemary Lopes). 7 de jan 2014. **Facebook**: cleisecampos. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=635041113208773&set=a.625271454185739&locale=pt_BR. acesso em: 25 ago 2024.

CLEISE CAMPOS (Facebook). São Gonçalo, 6 de mai 2018. Registros de nova tentativa de diálogo na busca de soluções para Fazenda Colubandê: Deputado Estadual André Lazaroni em visita ao nosso querido patrimônio (sexta-feira/04 de maio). **Facebook**: cleisecampos. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=1692171624162378&set=pcb.1692181000828107. Acesso em: 6 mai 2024.

CLEISE CAMPOS (Facebook). São Gonçalo, 12 de nov 2017. Café Cultural hoje na Fazenda Colubandê em São Gonçalo-RJ: Quase 200 pessoas entre artistas, fazedores de cultura, conselheiros municipais e estaduais de Cultura, secretários municipais, universidades, diretores escolas públicas (municipal e estadual),religiosos de credos diferentes e crianças (nosso estímulo nessa teima). **Facebook**: cleisecampos. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=1407197069397060&set=a.645505765566198. Acesso em: 24 ago 2024.

CLEISE CAMPOS (Facebook). São Gonçalo, 12 de nov 2017. Café Cultural hoje na Fazenda Colubandê em São Gonçalo-RJ: Quase 200 pessoas entre artistas, fazedores de cultura, conselheiros municipais e estaduais de Cultura, secretários municipais, universidades, diretores escolas públicas (municipal e estadual), religiosos de credos diferentes e crianças (nosso estímulo nessa teima). **Facebook**: cleisecampos. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=1522094461170096&set=pcb.1522102311169311. Acesso em: 25 ago 2024.

CLEISE CAMPOS (Facebook). São Gonçalo, 12 de nov 2017. Cultura e Segurança do Estado do Rio de Janeiro juntas na Fazenda Colubandê, em São Gonçalo RJ: Hoje tivemos fundamental reunião com o Sr. Secretário de Estado de Segurança do RJ Sr. Roberto Sá, sobre a Fazenda Colubandê. **Facebook**: cleisecampos. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=1556929794353229&set=pcb.1556932884352920. Acesso em: 29 ago 2024.

CLEISE CAMPOS (Facebook). São Gonçalo, Dia 04 Dezembro/2013, reunião na SEC RJ com a Secretária Estadual de Cultura. Somos vários representantes de São Gonçalo-RJ na defesa da FC (Rotary Club de São Gonçalo: Evanildo Barreto, Augusto Carriço e Luciano Campos Tardock), Vereador, Diego São Paio e artistas: Todos na defesa da Fazenda Colubandê. **Facebook.** Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=625245227521695&set=a.625271454185739&locale=pt_BR. Acesso em: 25 ago 2024.

CLEISE CAMPOS (Facebook). São Gonçalo, CONVITE do Ponto de Cultura Olhar Verde de Gonça-CISC UMA CHANCE, atividade especial na Fazenda Colubandê nesta quinta-feira 30 de JAN, 9h as 11h: Lançamento de Livro, Vídeo, e Exposição Fotográfica. ENTRADA FRANCA/ Operação Fazenda Colubandê: quem ama cuida.. 27 de jan 2014. **Facebook**: cleisecampos. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=643965948982956&set=a.425042547541965&locale=pt_BR. acesso em:24 ago 2024.

CLEISE CAMPOS (Facebook). São Gonçalo, Escola Nova Sinfonia hoje no plantão na Fazenda Colubande: quem ama cuida...Um encontro de pura emoção! Parabéns querida Analice Nunes , que toca o coração das pessoas com sua música e sua generosidade. 8 de fev 2014. **Facebook**: cleisecampos. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=649582465087971&set=pcb.649584601754424. acesso em: 24 jul 2024.

CLEISE CAMPOS (Facebook). São Gonçalo, Gonçalense: participe conosco do Piquenique Cultural na Fazenda Colubandê, neste sábado 18 Janeiro, das 8h às 10:30h... Operação Fazenda Colubandê: QUEM AMA CUIDA! 16 de jan 2014. **Facebook**: cleisecampos. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=638773106168907&set=a.425042547541965&locale=pt_BR. acesso em: 25 ago 2024.

CLEISE CAMPO (Facebook). São Gonçalo, Hoje na Fazenda Colubande, a Irmandade de Reis em tocante plantão: vivas para Verônica Inaciola e Mestre Valdeci!! Folias de Reis de Gonça. 27 de mar 2014. **Facebook**: cleisecampos. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=670838412962376&set=pcb.670838436295707. acesso em: 11 jul 2024.

CLEISE CAMPOS (Facebook). São Gonçalo, Marilyn Pires da SECULTUR, e Ana Maria Lima Sobral, dos Pontos de Cultura...— com Evanildo Barreto.16 de dez 2013. **Facebook**. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=625245227521695&set=a.625271454185739&locale=pt_BR. Acesso em: 3 mai 2024.

CLEISE CAMPOS (Facebook). São Gonçalo, o Vice Governador anuncia para os jornalistas presentes a instalação da BIBLIOTECA PARQUE ESTADUAL, a construção da ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO TECNICO E AMBIENTAL, onde a CULTURA volta a ocupar o espaço principal da Fazenda do Colubandê, com várias ações de investimentos. Com apoio da SEC RJ e da Prefeitura, apresentamos diretamente ao Vice-Governador a proposta das entidades gonçalenses na OCUPAÇÃO da casa sede, nos próximos meses, contribuindo de imediato para movimentar o local com plantões as TERÇAS/ QUINTAS e SÁBADOS, na Operação Fazenda do Colubandê: quem ama cuida.16 de dez 2013. **Facebook**. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=625245227521695&set=a.625271454185739&locale=pt_BR. Acesso em: 10 mai 2024.

CLEISE CAMPOS (Facebook). São Gonçalo, Plantão deste sábado na Fazenda Colubandê, das 9h às 12h....Liga Gonçalense de Capoeira.. 21 de março 2014. **Facebook**: cleisecampos. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=667743909938493&set=a.425042547541965&locale=pt_BR. acesso em: 13 jun 2024.

CLEISE CAMPOS (Facebook). São Gonçalo, Plantão da Padaria Cultural Vovô Thodinho - Hoje na Operação Fazenda Colubandê: QUEM AMA CUIDA. 4 de fevereiro 2014. **Facebook**: cleisecampos. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=667743909938493&set=a.425042547541965&locale=pt_BR. acesso em: 16 jun 2024.

CLEISE CAMPOS (Facebook). São Gonçalo, Reunião 18 DEZ 2013 com alguns dos representantes das entidades, instiuições e/ou movimentos livres na Operação Fazenda Colubande: quem ama cuida. Fechamos iniciar a ocupação Dia 18 de Janeiro, com o Piquenique Cultural na Fazenda... No registro de Mary Lopes: Augusto Carriço, Marilyn Pires, Analice Nunes, Robson Francisco MartinsEvanildo

Barreto, Danielli Fênix Lidugério, Marcus Vinicius, Cleise Campos, Juareis Mendes, Lanilsa Amaral Areia, Monica, e Ana Ana Maria Lima Sobral.....18 de dez 2013. **Facebook**. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=630760676970150&set=a.625271454185739&locale=pt_BR. Acesso em: 11 mai 2024.

COMANDO DE POLÍCIA AMBIENTAL. Polícia Militar do Rio de Janeiro. 12 Anos de comando de Polícia Ambiental. Rio de Janeiro, Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/cpam_pmerj/reel/C8PHcdxxCYc/. Acesso em: 12 ab 2024.

CORÁ, Maria Amélia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Revista de Administração Pública.** v. 48, p. 1093-1112, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/SMKQcXrNPM3CLfGYXt63fKn/?lang=pt. Acesso em: 11 set 2024.

COSTA, Cleisemery Campos da. **A construção de políticas culturais no Brasil, conselhos de cultura e participação social:** O caso de São Gonçalo – RJ, entre 2004 e 2014. 2024. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2024. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ppghsuerj.pro.br/wp-content/uploads/2024/05/TESE-CLEISEMERY-CAMPOS-DA-COSTA-PPGHS_FFP-UERJ-banca_01MAR2024-1.pdf. Acesso em: 13 set 2024.

COSTA, Cleisemery Campos da. Conselhos de Cultura, participação social e a construção de políticas culturais no Brasil e na Argentina: Recorte histórico de 2004 a 2014. In: 30º Simpósio Nacional de História: História e o futuro da Educação no Brasil. 2019, Recife. **Simpósio** [...]. ANPUH - Brasil. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1553646550_ARQUIVO_ARTIGOCLEISECAMPOSANPUH30RECIFE2019.pdf. Acesso em: 17 de set 2024.

COSTA, Cleisemery Campos da. **Gestão cultural e capacitação de gestores de cultura**: O caso de São Gonçalo (1993 a 2005). Dissertação de Mestrado. Universidade Salgado de Oliveira. Niterói, 2009.. Disponível em: https://ppghistoria.universo.edu.br/wp-content/uploads/dissertacoes/2009/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Cleisemery.pdf Acesso em: 21 de ago. 2024.

COSTA, Karine Lima da. Nova Museologia e museologia social. In:_____ **Noções gerais de museologia.** 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2020.

Criação do Parque Estadual Fazenda Colubandê entra em regime de urgência. **O Fluminense**. Rio de Janeiro. Dez 2021. Disponível em: https://www.ofluminense.com.br/cidades/sao-goncalo/2021/12/1232736-criacao-do-parque-estadual-fazenda-colubande-entra-em-regime-de-urgencia.html?fbclid=IwY2xjawLmmA1leHRuA2FlbQIxMQABHjSQsqWftALQAkwYq9E20IEr7G2wMOpiyD_9sF0BR2LU0Qj7KccZ515uH9Jd_aem_dRpbPNIV3y8MQisw2q5JDQ. Acesso em: 15 set. 2025.

CURTIS, J. N. B. de. Brasil – Século XVIII – Arquitetura. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,** São Paul: Revista**ieb**, 1970. Disponível em: https://revistas.usp.br/rieb/article/view/69633/72257. Acesso em: 2 fev. 2025.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed). Conceitos-chave de Museologia. São PAULO: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus. **Pinacoteca do**

Estado de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura, 2013. Disponível em: https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf. Acesso em: 10 set 2024.

DINES, Alberto. **Vínculos de fogo I**: Antônio José da Silva, o Judeu, e outras histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro. **Reforma Capela Fazenda Colubandê**. Disponível em: https://pacto.rj.gov.br/ficha.php?p=3064. Acesso em: 11 de ago. 2024.

EXTRA. Demolição do QG da Polícia Militar começara em agosto, 2013. **Jornal - Extra.** Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/demolicao-do-qg-da-policia-militar-comecara-em-agosto-8020152.html. Acesso em: 14 mai 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA. São Gonçalo, 7 de jan 2018. Celebração aos Santos Reis Apresentação de Folia de Reis Na Fazenda Colubandê. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=1407197069397060&set=a.645505765566198. Acesso em: 24 set 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 15 de jan 2022. Hoje, 15 de janeiro/2021, realizamos importante reunião com o Deputado Estadual Ronaldo Anquieta, quando o Coletivo Fazenda Colubandê QUEM AMA CUIDA recebeu detalhes sobre o Projeto de Lei 5.113/2021 que cria o Parque Estadual Fazenda Colubandê e dá outras providências, com a requalificação da Fazenda Colubandê por meio de práticas culturais, esportivas e de educação ambiental. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=4594548590661876&set=pcb.4594560350660700. Acesso em: 17 jul 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 29 de jan 2019. Entregamos em 2019 detalhado relatório das atividades do Coletivo Fazenda Colubandê QUEM AMA CUIDA, em duas Secretarias Estaduais (Turismo e Cultura), formalizando, mais uma vez, nossa proposta para a Fazenda Colubandê: agregar Cultura, gastronomia e lazer no local, junto com as ações do Estado. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=2599540436829378&set=a.529814973801945. Acesso em: 13 jun 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 4 de fev 2022. Mil exemplares impressos da Revista Fazenda Colubandê QUEM AMA CUIDA, com registros dos dez anos de ações. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=4675079599275441&set=pcb.4675079729275428. Acesso em: 17 jul 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 19 de fev 2020. Convite: Acompanhe a webconversa do Coletivo Fazenda Colubandê QUEM AMA CUIDA**. Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=3018973811552703&set=a.529814973801945. Acesso em: 15 jun 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 19 de fev 2020. Na manhã desta quarta-feira, 19/02/2020,representantes do Coletivo Fazenda

Colubandê QUEM AMA CUIDA estiveram reunidos com o Capitão Nelson, Deputado Estadual gonçalense, que mora na cidade, em bairro próximo a Fazenda Colubandê. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=2641702539279834&set=pcb.2641702865946468. Acesso em: 15 jun 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 18 de mar 2022. Resumo da Audiência Pública ALERJ: nesta quinta-feira, 17/03, o Deputado Estadual Ronaldo Anquieta convocou e realizou uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do RJ (ALERJ), onde foi discutido amplamente o Projeto de Lei 5.113/2021 que “dispõe sobre a criação do Parque Estadual Fazenda Colubandê no Município de São Gonçalo. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=4796795160437217&set=pcb.4796798763770190. Acesso em: 10 set 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 2 de mai 2019. Qual rumo desejamos para Fazenda Colubandê. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=2095301480586612&set=a.529814973801945. Acesso em: 12 set 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 16 de mai 2021. Próximo sábado, 10 horas, com transmissão ao vivo aqui na página facebook.**Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=3840019542781455&set=a.529814973801945. Acesso em: 21 ago 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 18 de maio 2015. Justiça determina intimação do IPHAN para apresentação de Projeto Recuperação! As informações aqui contidas não produzem efeitos legais. Somente a publicação no D. O. tem validade para contagem de prazos. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/share/1Hxoxmos7G/. Acesso em: 21 jul 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 31 de mai 2019O que você deseja para Fazenda Colubandê? Dia 01 de JUNHO, 9h às 11horas. Vamos pensar juntos no local. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/share/p/1G6keHfN8T/. Acesso em: 21 jul 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 01 jun 2019. Fotografia do encontro Café Colaborativo na Fazenda Colubandê que ocorreu no dia 01 de junho de 2019. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=2127870310663062&set=a.529814973801945. Acesso em: 21 jul 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 5 de jun 2019. Desdobramentos do dia 1º de junho, as representantes do Coletivo Fazenda Colubandê QUEM AMA CUIDA (Verônica Inaciola, Leila Araújo, Cleise Campos) participam de reunião dia 03 de junho na MultiRio, a convite do Presidente da instituição carioca, Adolpho Konder. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=2135291999920893&set=pcb.2135086306608129. Acesso em: 21 jul 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 18 de jun 2019. Na reunião de 17/06,importantes sugestões: A criação de uma Associação de Amigos da Fazenda Colubandê, a volta de plantões no local aos sábados e domingos - 9:30h às 11h. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=2157619461021480&set=pcb.2157622197687873. Acesso em: 22 jul 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 19 de jun 2019. Resumo da reunião de 19/06/2019 no escritório do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Rio de Janeiro (IPHAN RJ): Com importantes esclarecimentos do Coordenador Técnico - Paulo Vidal e do Arquiteto Mauro Pazzini, o encontro foi muito produtivo. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=2159661457483947&set=pcb.2159661747483918. Acesso em: 21 jul 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 24 de jul 2019. Relato da reunião na Secretaria de Estado de Turismo do Rio de Janeiro (SETUR), com a Subsecretária de Estado Adriana Homem de Carvalho: As representantes do Coletivo Fazenda Colubandê QUEM AMA CUIDA. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=2222473424536083&set=pcb.2222485437868215. Acesso em: 22 jul 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 26 de jul 2019. Na Fazenda Colubandê mais um encontro para trocas e informes: Merenda Coletiva Ciclo Junino no dia 17/08/2019. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=2227517070698385&set=a.529814973801945. Acesso em: 28 jun 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 09 de ago 2019. No bate-papo agradável no aconchegante Bistrô D'Avó dia 07/08/2019, integrantes do Coletivo Fazenda Colubandê QUEM AMA CUIDA, continuam as ponderações iniciadas na recente reunião no Abrigo Cristo Redentor. Facebook: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=2252408248209267&set=pcb.2252408774875881. Acesso em: 13 jul 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 17 de ago 2019. Registros de hoje na Fazenda Colubandê: O Coletivo volta a promover nova reunião dia 28 de setembro. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=2227517070698385&set=a.529814973801945. Acesso em: 21 jul 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 20 de ago 2021. Registro da reunião com a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro com representantes do Coletivo Fazenda Colubandê QUEM AMA CUIDA, na data de hoje, na Biblioteca Parque Estadual (centro da cidade carioca). **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=4113017898814950&set=a.529814973801945. Acesso em: 22 jul 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 19 de set 2019. Mais um encontro na Fazenda Colubandê/São Gonçalo-RJ. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em:

https://www.facebook.com/photo?fbid=2326570784126346&set=a.529814973801945. Acesso em: 16 jun 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 28 de set 2019. Encontro maravilhoso hoje na Fazenda Colubandê: Varandão da Casa Sede repleto de crianças e arte. Primavera! Parabéns ao Centro de Integração Analice Nunes. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=2343228682460556&set=pcb.2343230925793665. Acesso em: 26 jul 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 24 de out 2019. Encerrando novembro, um sábado de muita consciência na Fazenda Colubandê, com marcantes relatos do Historiador Valdir Porto, presenças Culturais do grupo FLISGO, Cultura Popular Folias de Reis, registros jornalísticos, jovens pesquisadores e representantes do legislativo municipal. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=2476325459150877&set=pcb.2476328835817206. Acesso em: 25 jul 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 24 de out 2019. Mesa colaborativa de café no último sábado de novembro 2019. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=2396080143842076&set=a.529814973801945. Acesso em: 26 jul 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 24 de out 2019. Fazenda Colubandê no debate: Câmara Municipal São Gonçalo-RJ. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=2458031817646908&set=a.529814973801945. Acesso em: 22 jul 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 8 de nov 2017. Reunião com o Secretário Estadual de Cultura André Lazaroni. Facebook: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=1404828566300577&set=a.645505765566198. Acesso em: 22 jul 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 11 de nov 2017. Café Cultural Fazenda Colubandê. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=1407197069397060&set=a.645505765566198. Acesso em: 22 jul 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, 28 de nov 2021. O semear de Girassóis – Memorial pela vida das mulheres realizado na Fazenda Colubandê, com mulheres integrantes do Coletivo Fazenda Colubandê QUEM AMA CUIDA. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=4422060144577389&set=pcb.4422068347909902. Acesso em: 21 jul 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA. São Gonçalo, 28 de dez 2022. Registros da recente visita da Sra. Oscarina - atuante participante do Coletivo Fazenda Colubandê QUEM AMA CUIDA, em 24/12/2022. Acompanhada de outros três moradores do entorno, Dona Oscarina percorreu com atenção os detalhes das obras em curso na Fazenda Colubandê, nosso querido patrimônio histórico cultural.

Facebook: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=542612574577409&set=pcb.542614164577250 Acesso em: 26 set 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, Iluminação de Natal 2014!!!. 12 de dez 2014. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível: https://www.facebook.com/photo/?fbid=655474491235992&set=pcb.655474681235973 Acesso em: 20 jul 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ - QUEM AMA CUIDA (Facebook). Operação Fazenda Colubandê: Quem ama cuida. São Gonçalo, 19 de jan 2014. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/ocupacaofazendacolubande/photos/pb.100064860121796.-2207520000/2148424538607639/?type=3. Acesso em: 20 jul 2024.

FAZENDA COLUBANDÊ QUEM AMA CUIDA (Facebook). São Gonçalo, Registros da execução do projeto "Fazendas e Casarões do Brasil Império - O caso da Fazenda Colubandê, em São Gonçalo - RJ, e seu valor Histórico e Cultural no Bicentenário da Independência do Brasil" na sexta-feira, dia 24/03/2023, de 14h às 19h, na FFP-UERJ. **Facebook**: ocupacaofazendacolubande. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=607540108084655&set=pcb.607541571417842. .Acesso em: 15 set 2024.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **A Fogueira em São Gonçalo** – A ação Inquisitorial sobre os Cristão Novos Gonçalenses. São Gonçalo: Prêmio Evadyr Molina de Monografias, 1999.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Olhares sobre São Gonçalo**: relatos dos séculos XVI ao XIX – 1. Ed. – São Gonçalo, RJ: Apologia Brasil: FFP/UERJ, 2022. 140p

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Um ilustre desconhecido**: Gonçalves Gonçalves os processos de colonização lusa nas terras guanabarinas e identidade local. 116pg, 2020.Cabo Frio, RJ

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Um Santo Nome**: História de São Gonçalo de Amarante. Monografia (Graduação em História). Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, 2020.

FREIRE, L. G. L. FONTES HISTÓRICAS JESUÍTICAS: MANUSCRITOS DO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO CATALOGADOS PELO PROJETO RESGATE. Cadernos de História da Educação, *[S. l.]*, v. 10, n. 1, 2011. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/13150. Acesso em: 4 de set. 2024.

FREITAS, A. L.; CUNHA, M. A. M. da.; LAMAS, S. A. Requalificação da Fazenda Colubandê em São Gonçalo/RJ como atrativo turístico por meio de práticas de ecoturismo e educação ambiental. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 59-73, dez. 2018. Disponível em: https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1559. Acesso em: 10 de mai. 2024.

FRIDMAN, F.; SILVA DE ARAÚJO, A. P.; BARCELOS DAMASCENO DAIBERT, A. **Políticas públicas de preservação do patrimônio histórico no Brasil**. Três estudos

de caso (1973-2016) | Public policies for the preservation of historical heritage in Brazil. Three case studies (1973-2016). Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, *[S. l.]*, v. 21, n. 3, p. 621, 2019. DOI: 10.22296/2317-1529.2019v21n3p621. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6034. Acesso em: 3 set. 2024.

GALVÃO, Claudia. Darcy Ribeiro. In: **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.** 2001 Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ribeiro-darci. Acesso em: 19 de ago. 2024.

GOMES, G. N.; RODRIGUES, C. T. **Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Histórico e seus Efeitos no Turismo**: Uma Análise do PAC Cidades Históricas. In: III Seminário Iberoamericano de Economia da Cultura, 2022, Belo Horizonte (MG). Disponível em: https://pesquisas.face.ufmg.br/ecult/wp-content/uploads/sites/32/2022/06/Politicas-Publicas-De-Preservacao-Do-Patrimonio-Historico-E-Seus-Efeitos-No-Turismo-Uma-Analise-Do-Pac-Cidades-Historicas-Gomes-Rodrigues.pdf. Acesso em: 19 de mai. 2024.

GOMES, Millah Christina de Souza; DE MOURA, Luiz Gustavo Lima. A democratização das políticas culturais: um estudo de caso da fazenda Colubandê. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE MUSEOLOGIA, 4, 2019, Brasília – DF. **Anais**... Brasília: Universidade de Brasília, 2020. p. 348 – 363. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1qR8-Q7zVbcn76CzRjMvnwvzcsH-EaLfn/view?usp=sharing. Acesso em: 10 ago. 2024.

HENKES, Silviana Lúcia; GASTAL, Alexandre; MIELKE, P. O Direito-Dever à Cultura e à Preservação do Patrimônio Cultural. **Veredas do Direito** (Belo Horizonte), 2013. Disponível em: http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/383. Acesso em: 24 jun 2024.

HUE, Jorge de Souza. **Uma visão da arquitetura colonial no brasil**. Rio de Janeiro: Agir, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Fazenda Colubandê, em São Gonçalo (RJ), é restaurada. [Brasília] Ministério da Cultura, 10/01/2025. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/fazenda-colubande-em-sao-goncalo-rj-e-restaurada. Acesso em: 10/10/2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Catálogo Online da Biblioteca do IBGE**. Fazenda Colubandê: São Gonçalo, RJ. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=446829. Acesso em: 10 de mai. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022.** São Gonçalo, RJ. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/sao-goncalo.html. Acesso em: 22 de abr. 2024.

KAUARK, G. **Direitos culturais e políticas públicas de cultura**: possíveis intersecções. PragMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, n. 7, p. 24-32, 10 dez. 2014. Disponível em: https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10385. Acesso em: 20 de ago. 2024

LEAL, Paulo Célio de Souza; PIETRAFESA, José Paulo. Poder de Polícia no Combate a Agressão ao Meio Ambiente. 2010. **Gestão e Tecnologia** – Faculdade Delta.

Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.faculdadedelta.edu.br/revista/edicao_3/poder_de_policia_no_combate.pdf. Acesso em: 25 de ago 2024.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão; 7ª edição; Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **Enciclopédia Einaud**i: volument 1 – Memória e História. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. (LE GOFF, 1998).

LER FESTIVAL DO LEITOR (Facebook). São Gonçalo, 7 de dez 2021. **Vem conhecer o Circuito LER para Va-LER!** Facebook: lerfestivaldoleitor. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=4822150574536194&set=pcb.4822150727869512. Acesso em: 10 abr 2024.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 7, n. 1, p.31-50, jan-abr 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/svpTW3fFQJQnYNJrMJwnMsx/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 jun. 2024.

MAGALHÃES, Daniel. Primeira Edição do Circuito “Ler para Va-Ler” em São Gonçalo acontece na Fazenda Colubandê; confira!” 10 dez. 2021. Geral. Disponível em: https://www.osaogoncalo.com.br/geral/115731/primeira-edicao-do-circuito-ler-pra-va-ler-em-sao-goncalo-acontece-na-fazenda-colubande-confira. Acesso em: 18 set. 2025.

MÁRIO CÉSAR CANDIDO VIEIRA (Facebook). "(...) A MEMÓRIA DO OBJETO, PORÉM, NÃO É PASSÍVEL DE SER LOCALIZADA NOS NEURÔNIOS... PORQUE ELA NÃO É INDIVIDUAL, MAS INTERSUBJETIVA, ISTO É, ELA É AQUILO QUE SE TRANSMITE ENTRE OS SUJEITOS". Marilia Amorim. São Gonçalo, 26 de mar 2014. **Facebook**: mariocesar.candidovieira. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=718377208204090&set=a.446888358686311&locale=pt_BR. Acesso em: 23 jul 2024.

MELO, Aldina da Silva. POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NO BRASIL: burocracia e a patrimonialização da cultura imaterial. ***Revista de Políticas Públicas***, v. 27, n. 2, p. 943–961, 19 Dez 2023 Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/22835. Acesso em 15 de jul. 2024.

MELLO, Claudio Prado de (Facebook). São Gonçalo, 23 de jul 2017. Vitória para os preservacionistas da Fazenda Colubandê. Após inúmeras reuniões, estudos e muita reflexão, o Governo do Estado do Rio de Janeiro entende a fragilidade e importância e a Polícia Militar assume a Fazenda Colubandê. O imóvel agora pertence a Secretaria de Estado de Segurança. **Facebook**: claudioprado.demello3. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=1833989703596664&set=pcb.1833974696931498. Acesso em: 12 ago 2024.

MEMÓRIA DE SÃO GONÇALO (Facebook). São Gonçalo, Essa é a marca da Ocupação Cultural - Fazenda Colubandê, que vocês podem vir acompanhando no facebook na página Fazenda Colubandê - Quem Ama Cuida. Espalhem essa marca, compartilhem e enviem para os seus amigos. Ela é uma referência num trabalho pioneiro em parceria entre a sociedade civil, o governo do Estado e instâncias do governo Municipal em prol da defesa de um patrimônio histórico mundialmente conhecido. Vamos que vamos, os trabalhos não param e, defender a memória de São

Gonçalo é lutar por um futuro com melhor qualidade de vida e identificação com o território.. 23 de jul 2014. **Facebook:** memoriasg. Disponível: https://www.facebook.com/photo/?fbid=811912905499743&set=a.477908925566811. Acesso em: 13 jun 2024.

MORAES, Bruno de Souza. **A Fazenda Colubandê e seus processos transformativos:** as representações de um espaço geográfico. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de professores. São Gonçalo, 2023. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/20898. Acesso em: 15 de set. 2024.

MORAES, Bruno de Souza. **As Transformações Socioespaciais na Fazenda Colubandê** - São Gonçalo - RJ., 2019. Monografia. Disponível em: https://www.academia.edu/39792106/As_transforma%C3%A7%C3%B5es_socioespaciais_na_Fazenda_Coluband%C3%AA_S%C3%A3o_Gon%C3%A7alo_RJ. Acesso em: 18 de set 2024.

MORAES, Bruno De Souza et al. A violência como desdobramento das transformações socioespaciais na fazenda Colubandê – São Gonçalo / RJ. **Anais** [...] XIV ENANPEGE... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77720. Acesso em: 06 de ago. 2024.

MORAES, Mansuária de Araujo (Facebook). São Gonçalo, 25 de mar 2017. Ocupação Cultural Sensibilização pelo Patrimônio Fazenda Colubandê. **Facebook**. S.O.S Fazenda Colubandê. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=1340933302612843&set=gm.1679582455682243. Acesso em: 21 ago 2024.

MORAIS, Leonardo Monteiro de Morais. **Os tempos do Rio**: Passado presentes futuros ancestrais no ensino de história. Seropédica / RJ, 2023. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/746914/2/Leonardo%20Monteiro%20de%20Morais_disserta%C3%A7%C3%A3o_UFRRJ_final.pdf. Acesso em: 17 de ago. 2024.

MORAIS, Raquel. PM Começa a ocupar Fazenda Colubandê. **A Tribuna**. 29 ago. 2018. Disponível em: https://www.atribunarj.com.br/materia/pm-comeca-a-ocupar-fazenda-colubande. Acesso em: 11 set. 2025.

MOTA, Márcia Maria Menendes. **Pelas Bandas d'Além**. Fronteira Fechada e Arrendatários - Escravistas em uma Região Policultora (1808-1888). 1989. UFF/ PPGH.

MUNIZ, Genilton (Facebook). OPERAÇÃO FAZENDA COLUBANDÊ: QUEM AMA CUIDA. São Gonçalo, 19 de jan 2014. **Facebook**: genilton.muniz. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=692216370798852&set=a.692213674132455&locale=pt_BR. Acesso em: 17 jun 2024.

MUNIZ, Genilton (Facebook). OPERAÇÃO FAZENDA COLUBANDÊ: QUEM AMA CUIDA. São Gonçalo, 19 de jan 2014. **Facebook**: genilton.muniz. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=692216547465501&set=a.692213674132455&locale=pt_BR. Acesso em: 17 jun 2024.

MUNIZ, Genilton. OPERAÇÃO FAZENDA COLUBANDÊ: QUEM AMA CUIDA. São Gonçalo, 19 de jan 2014. **Facebook**: genilton.muniz. Disponível em:

https://www.facebook.com/photo/?fbid=692215747465581&set=a.692213674132455. Acesso em: 17 jun 2024.

MUNIZ, Genilton. OPERAÇÃO FAZENDA COLUBANDÊ: QUEM AMA CUIDA. São Gonçalo, 19 de jan 2014. **Facebook**: genilton.muniz. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=692215514132271&set=a.692213674132455. Acesso em: 17 jun 2024.

NEGROS GONÇALENSES EM AÇÃO (Facebook). Contação de Histórias + Oficina de Dança Afro da NEGOA. São Gonçalo, 18 de abr 2014. **Facebook:** https://www.facebook.com/photo/?fbid=587270474713235&set=a.133759110064376&locale=pt_BR. Acesso em: 25 jul 2024.

NEPOMUCENO, Marco Lourenço. Manter-se desperto na cidade-dormitório: São Gonçalo-RJ e a cristalização de representações. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, Brasil, v. 27, n. 1, p. e-195629, 2023. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/195629.. Acesso em: 3 jul. 2024.

NITAHARA, Akemi; VIEIRA, Isabela. Justiça Federal determina policiamento 24h em fazenda histórica Roubada no Rio: O governo do Estado do Rio tem prazo de dez dias para apresentar um relatório. **Agência Brasil**. São Gonçalo, 18 fev. 2017. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-02/justica-federal-determina-policiamento-24h-em-fazenda-historica-roubada-no. Acesso em 17 Ago. 2025.

NOVINSKY, Anita Waingort. **A Inquisição.** São Paulo, SP: Brasiliense, 1990. 7ª edição. (Tudo é história; vol. 49).

NOVINKSY, Anita Waingort. **Inquisição**: inventários de bens confiscados a cristãos novos : fontes para a história de Portugal e do Brasil. [S.l. : s.n.], 1976. p. 212- 213.

NOVINSKY, Anita Waingort. **Inquisição**: pioneiros do Brasil: séculos XVI a XIX. São Paulo: Perspectiva, 2009. p.176.

NUNEZ, L. O. As transformações no conceito de patrimônio do IPHAN e suas práticas de tombamento no estado do Espírito Santo. **Faces da História**, v. 3, n. 2, p. 194-212, 6 set. 2017. Disponível em: https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/390. Acesso em 10 de set. 2024.

O DIA. Quartel da Polícia Militar é tombado como patrimônio cultural. 2017. **Jornal - O DIA.** Disponível em: https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-05-23/quartel-da-policia-militar-e-tombado-como-patrimonio-cultural.html. Acesso em: 12 de out 2024.

O DIA. São Gonçalo recebe estudantes e professores no Circuito Ler para Va-Ler, 2021. **Jornal – O Dia**. Disponível em: https://odia.ig.com.br/diversao/2021/12/6290519-sao-goncalo-recebe-estudantes-e-professores-no-circuito-ler-para-va-ler.html?foto=3. Acesso em: 5 jul 2024.

O FLUMINENSE. Criação do Parque Estadual Fazenda Colubandê entra em regime de urgência, 2021. **Jornal – O Fluminense**. Disponível em: https://www.ofluminense.com.br/cidades/sao-goncalo/2021/12/1232736-criacao-do-parque-estadual-fazenda-colubande-entra-em-regime-de-urgencia.html?fbclid=IwY2xjawLmmA1leHRuA2FlbQIxMQABHjSQsqWftALQAkwYq9E20IEr7G2wMOpiyD_9sF0BR2LU0Qj7KccZ515uH9Jd_aem_dRpbPNIV3y8MQisw2q5JDQ. Acesso em: 21 jun 2024.

O GLOBO. Moradores de São Gonçalo pedem reabertura da Fazenda Colubandê, 2020. **Jornal – O GLOBO**. Disponível em: , https://oglobo.globo.com/rio/bairros/moradores-de-sao-goncalo-pedem-reabertura-da-fazenda-colubande-24277916?fbclid=IwY2xjawLj5D9leHRuA2FlbQIxMQABHiAc4ER0ikw4NeqOHaEZ_qlanKUCK9YAqw-Vq1DBy2c82zkpPybdC_iBFeqe_aem_rQXXUCP1P5GGe6uNfyi2TA. Acesso em: 8 ago 2024.

O GLOBO. QG da PM: capela histórica será preservada, 2012. **Jornal - O GLOBO.** Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/qg-da-pm-capela-historica-sera-preservada-4976284. Acesso em: 19 de out 2024.

OLIVEIRA, Eduardo F. C. de; ALVES Dayse; FERREIRA, Maria Inês Paes. A efetividade das ações de Fiscalização da Polícia Militar Ambiental do Estado do Rio de Janeiro. BOLETIM DO OBSERVATÓRIO AMBIENTAL ALBERTO RIBEIRO LAMEGO. **Essentia**, **Editora Fluminense**, 2018. Disponível em: https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/boletim/article/view/11402/9139. Acesso em: 12 de nov 2024.

OLIVEIRA, Eduardo F. C. de; OLIVEIRA JÚNIOR, José Francisco de; SILVA, José Augusto Ferreira da. Geocolaboração na fiscalização ambiental: Estudo de caso na Polícia Militar Ambiental do Estado do Rio de Janeiro. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. 2018. João Pessoa. **Anais** [...]. JOÃO PESSOA. PENSAR E FAZER A GEOGRAFIA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI: ESCALAS, CONFLITOS SOCIOESPACIAIS E CRISE ESTRUTURAL NA NOVA GEOPOLÍTICA MUNDIAL. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Eduardo-Frederico-Cabral-De-Oliveira/publication/341029569_Geocolaboracao_na_Fiscalizacao_Ambiental_Estudo_de_Caso_na_Policia_Militar_Ambiental_do_Estado_do_Rio_de_Janeiro/links/5ea9beba92851cb267663ec9/Geocolaboracao-na-Fiscalizacao-Ambiental-Estudo-de-Caso-na-Policia-Militar-Ambiental-do-Estado-do-Rio-de-Janeiro.pdf. Acesso em: 10 out 2024.

O SÃO GONÇALO. Café colaborativo na Fazenda Colubandê reuniu diversas camadas da sociedade, 2019. **Jornal – O São Gonçalo.** Disponível em: https://www.osaogoncalo.com.br/geral/59589/cafe-colaborativo-na-fazendo-colubande-reuniu-diversas-camadas-da-sociedade?fbclid=IwY2xjawLcC6lleHRuA2FlbQIxMQBicmlkETE1amNxT24zbERDMmFLWGg5AR4LQxlWPNUUO2_o9LYYgxp_2Vjwpr_q6t6I-nrVz475_KLafVqu7kTGfMpLmQ_aem_1tIFdIeic6eZeWtHILS7sg. Acesso em: 17 ago 2024.

O SÃO GONÇALO. Coletivo se preocupa com destino da Fazenda Colubandê após declaração de Witzel, 2020. **Jornal – O São Gonçalo.** Disponível em: https://www.osaogoncalo.com.br/geral/78030/coletivo-se-preocupa-com-destino-da-fazenda-colubande-apos-declaracao-de-witzel?fbclid=IwY2xjawLgB1BleHRuA2FlbQIxMABicmlkETFzTm16dlJ6VmViNTZ2RXRNAR4hS0IH75v3_SRNuE8xrhtSx1EKhsglOnlHIwd5ikREJqdVVqja6taLDBdyAA_aem_w4VU0i6JwXotHqbhPmWKEg. Acesso em: 14 ago 2024.

O SÃO GONÇALO. Nem igreja é perdoada em SG, 2017. **Jornal – O São Gonçalo.** Disponível em: https://www.osaogoncalo.com.br/geral/21537/nem-igreja-e-perdoada-em-sg. Acesso em: 4 jul 2024.

O SÃO GONÇALO. Primeira edição do Circuito ‘Ler pra Va-Ler’ em São Gonçalo acontece na Fazenda Colubandê; confira! 2021. **Jornal – O São Gonçalo**. Disponível

em: https://www.osaogoncalo.com.br/geral/115731/primeira-edicao-do-circuito-ler-pra-va-ler-em-sao-goncalo-acontece-na-fazenda-colubande-confira. Acesso em: 16 jul 2024.

OVENHAUSEN ALBERNAZ, Renata. Democracia e sistema de proteção do patrimônio cultural no Brasil. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, *[S. l.]*, n. 62, 2020. DOI: 10.17808/des.0.1438. Disponível em: https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/1438.Disponível em: 18 de ago. 2024.

PACTORJ. Reforma Capela Fazenda Colubandê. Disponível em: https://pacto.rj.gov.br/files/img/3064/3064_5.jpg. Acesso em: 13 mar 2024.

PAIO, Diego São (Facebook). São Gonçalo, Boa tarde pessoal. Foi lançado no Facebook um grande encontro em defesa do principal patrimônio histórico gonçalense, a Fazenda Colubandê. No dia 08 de Novembro a população de São Gonçalo vai se reunir em um grande ato pela restauração da Fazenda. Nós apoiamos esta ideia e sabemos que a pressão popular mostrará ao Governo do Estado a necessidade de intervenção imediata. Participe. Venha com a sua família. **Facebook**: diegosaopaio. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=725434357557445&set=a.269151213185764. Acesso em: 18 ago 2024

PAIO, Diego São (Facebook). São Gonçalo, Bom dia amigos. Neste domingo acontece a primeira corrida da Fazenda Colubandê. Convido todos os amigos para participarem deste evento ou na corrida ou na caminhada. Esporte é saúde. 24 de set 2014. **Facebook:** diegosaopaio. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=555427197891496&set=a.269151213185764. Acesso em: 29 jul 2024.

PEREGRINO, Miriane. SPHAN/Pró-Memória: abertura política e novos rumos para a preservação do patrimônio nacional. **Revista Confluências Culturais**, v. 1, p. 85-100, 2012. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5113110.pdf. Acesso em: 19 de Ago 2024.

PESSOA, Ana; SANTOS, A. L.V. ; PONTES, S. . Fazenda Colubande. Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense, 2024. Disponível em: https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/casos-de-estudo/casosdeestudo/853-fazenda-colubande. Acesso em: 10 de jul. 2024.

PEZÃO, Luiz Fernando (Governador). Visita à Fazenda Colubandê. São Gonçalo. 16 de dez 2013. **Flickr:** LFPezao. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/lfpezao/11841483463/in/photostream/. Acesso em: 19 jul 2024.

PEZÃO, Luiz Fernando (Governador). Visita à Fazenda Colubandê. São Gonçalo. 16 de dez 2013. **Flickr:** LFPezao. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/lfpezao/11841487133/in/photostream/. Acesso em: 19 jul 2024.

PEZÃO, Luiz Fernando (Governador). Visita à Fazenda Colubandê. São Gonçalo. 16 de dez 2013. **Flickr:** LFPezao. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/lfpezao/11841988116/in/photostream/. Acesso em: 19 jul 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. Secretaria Municipal de Turismo e Cultura. **Equipamentos Culturais**. São Gonçalo. Disponível em: https://www.saogoncalo.rj.gov.br/turismo-cultura/equipamentos-culturais/. Acesso em: 12 set. 2025.

QUEIROZ, J. R. **Cristãos-novos em São Gonçalo**: Inquisição e criptojudaísmo no início do século XVIII. São Gonçalo, 2018. Monografia (Graduação em História) - UERJ/FFP. Disponível em: https://www.academia.edu/37769760/Crist%C3%A3os_novos_em_S%C3%A3o_Gon%C3%A7alo_Inquisi%C3%A7%C3%A3o_e_Criptojuda%C3%ADsmo#:~:text=Os%20crist%C3%A3os%2Dnovos%20do%20Imp%C3%A9rio,a%20heresia%20judaica%20do%20Imp%C3%A9rio. Acesso em: 10 de jun. 2024.

QUEIROZ, Thalita. Coletivo se preocupa com destino da fazenda Colubandê após declaração de Witzel: governador esteve em São Gonçalo na última sexta-feira. **O São Gonçalo**. São Gonçalo. 30 jan. 2020. Disponível em: https://www.osaogoncalo.com.br/geral/78030/coletivo-se-preocupa-com-destino-da-fazenda-colubande-apos-declaracao-de-witzel?fbclid=IwY2xjawLgB1BleHRuA2FlbQIxMABicmlkETFzTm16dlJ6VmViNTZ2RXRNAR4hS0IH75v3_SRNuE8xrhtSx1EKhsglOnlHIwd5ikREJqdVVqja6taLDBdyAA_aem_w4VU0i6JwXotHqbhPmWKEg. Acesso em 12 set. 2025.

RECICLA LEITORES (Facebook). São Gonçalo, Queremos agradecer ao amigo e escritor Leo Vieira pelo carinho ao fazer este fly!!. São Gonçalo, 20 de fev 2014. **Facebook**: reciclaleitores. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=479206592180092&set=a.108402045927217&locale=pt_BR. Acesso em: 8 jun 2024.

REIS. Gabrielle Alves. O Território como estratégia de memória: museus de território. São Paulo, **XIII Enanpege**, 2019. Disponível em: https://saojoaomarcos.com.br/wp-content/uploads/2020/11/CLUBE-DA-RESENHA-14-OTerritorioComoEstrategiasDeMemoria-MuseusDeTerritorio.pdf. Acesso em: 17 de ago. 2024.

RHEINGANTZ, Carlos G. **Primeiras famílias do Rio de Janeiro**: séculos XVI e XVII, Volume 3. Livraria Brasiliana, 1993.

RIBEIRO, Darcy. Política Cultural Rio. Revista do Brasil, [nesp]. Rio de Janeiro: FUNARJ, p. 2- 4, 1986.

RIBEIRO, Ladyane Gago. **A questão cultural enquanto formação humana: investigando os interesses em disputa nas políticas culturais da cidade de São Gonçalo**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011. UERJ/FFP. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/9919/1/Dissertacao%20Completa%20Consolidada%20No%20TEDLine%20-%20Ladyane.pdf. Acesso em: 7 de ago. 2024.

RIO DE JANEIRO (ALERJ). Comissão de Esporte e Lazer – Fazenda Colubandê, [?]. **TV – ALERJ** (Youtub). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hoVN3z3wQV0. Acesso em: 11 jun 2025.

RIO DE JANEIRO (ALERJ). Projeto de Lei nº 5113/2021. **Dispõe sobre a criação do parque estadual fazenda Colubandê no município de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências**. Disponível em:http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&URL=L3NjcHJvMTkyMy

5uc2YvMGM1YmY1Y2RlOTU2MDFmOTAzMjU2Y2FhMDAyMzEzMWIvODk1NGIzN2U2MTkzMjIzYjAzMjU4Nzg5MDA1NTE0MGY/T3BlbkRvY3VtZW50JkhpZ2hsaWdodD0wLDIwMjEwMzA1MTEz&. Acesso em 18 de jul. 2024.

RIO DE JANEIRO (Município). **Ata do conselho Municipal de Cultura**. 10 de outubro de 2019. Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/10997185/4271912/ATADEZ2019.pdf. Acesso em: 16 de set. 2024.

RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual no 5.520, 15 de dezembro de 1986. Cria o 23o Batalhão de Polícia Militar com destinação específica e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 15 dez. 1986.

_____. Decreto Estadual no 10.376, de 25 de setembro de 1987. Altera a denominação de Batalhão de Polícia Militar, e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 25 set. 1987.

_____. Decreto Estadual no 43.641, de 15 de junho de 2012. Altera a denominação de Batalhão de Polícia Militar, e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 15 jun. 2012.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 8.370, de 2 de abril de 2019. Cria e regulamenta o Programa de Ocupação Cultural do Estado do Rio de Janeiro – POC-RJ, para uso de imóveis estaduais que não forem necessários aos serviços públicos, não interessarem a qualquer plano urbanístico ou não se revelarem de vantajosa exploração econômica pelo próprio Estado, e dá outras providências. Leis Estaduais. **ALERJ**. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-8370-2019-rio-de-janeiro-cria-e-regulamenta-o-programa-de-ocupacao-cultural-do-estado-do-rio-de-janeiro-poc-rj-para-uso-de-imoveis-estaduais-que-nao-forem-necessarios-aos-servicos-publicos-nao-interessarem-a-qualquer-plano-urbanistico-ou-nao-se-revelarem-de-vantajosa-exploracao-economica-pelo-proprio-estado-e-da-outras-providencias. Acesso em: 29 jul 2024.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 9,661, de 28 de abril de 2022. Cria o Parque Histórico Estadual Fazenda Colubandê, no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro. Leis Estaduais. **ALERJ**. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-9661-2022-rio-de-janeiro-fica-o-poder-executivo-autorizado-a. Acesso em: 9 de abr 2024.

RIO DE JANEIRO. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA RJ. São Gonçalo, 8 de jan 2018. Celebração de Santos Reis à Fazenda Colubandê depois de 30 anos. **Facebook**: sececrj Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=1653673241359696&set=a.171703079556727. Acesso em: 12 ago 2024.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Segurança Pública. Quartel da PM do Rio é vendido por mais de R$300 milhões para a Petrobras... In: Rio de Janeiro (Estado). **Cotidiano – UOL.** Secretaria de Segurança Pública (Seseg-RJ), 2012. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/05/22/quartel-da-pm-do-rio-e-vendido-por-mais-de-r-300-milhoes-para-a-petrobras.htm. Acesso em: 14 de set 2024.

ROCHA, Helenice . Caixa de História Local: Criação e recriação na prática docente. In: XVI Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2012, Campinas. In: XVI Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino: Didática e práticas de ensino na

realidade escolar contemporânea: constatações, análises e proposições. **Anais** [...] Araraquara: Junqueira&Marin Editores, 2012. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/10WTO1sIrOyokAVQTRCiuF_6K2hz1LCrb. Acesso em: 7 de Ago. 2024.

ROSA, Daniel. P. Consensos e dissensos sobre a cidade-dormitório: São Gonçalo (RJ), permanências e avanços na condição periférica. **REVISTA POLÍTICA E PLANEJAMENTO REGIONAL**, v. 4, p. 273-288, 2017. Disponível: http://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/Consensos-e-dissensos-sobre-a-cidade-dormitorio-Sao-Goncalo-(RJ)-permanencias-e-avancos-na-condicao-periferica.pdf. Acesso em: 4 de set. 2024.

ROSA, Daniel Pereira. **De cidade-dormitório à centralidade da grande cidade periférica**: trabalho, consumo e vida de relações de São Gonçalo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ). 2018. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12062019-150410/publico/2018_DanielPereiraRosa_VCorr.pdf. Acesso em: 15 jul 2024.

RUBIM, A. A. C.. Políticas Culturais no Brasil. Passado e Presente. In: Antonio Albino Canelas Rubim; Renata Rocha. (Org.). Políticas Culturais. 1ed.Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA, 2012, v. 1, p. 29-48. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/7661/1/Politicas_artigo2.pdf Acesso em: 15 de se. 2024

SANCHES, TAÍSA ; Mariana Albinati . Patrimonialização cultural e musealização social e territorial no Rio de Janeiro: repertórios de ação nas disputas pela cidade. In: Enanpur, 2023, Belém. Anais do Encontro Nacional da ANPUR, 2023. v. 2023. Disponível em: https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st08-42.pdf. Acesso em: 03 jun. 2024.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Museologia Social / MINOM 30 anos. In: CHAGAS, Mario de Souza; PIRES, Vladimir Sibylla (orgs). Território, museus e sociedade: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade. Rio de Janeiro: UNIRIO; Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2018. p. 85- 98.

São Gonçalo ganha Operação Presente no Alcantara e Centro. **A Tribuna**. São Gonçalo. 25 jan. 2020. Disponível em: https://www.atribunarj.com.br/materia/sao-goncalo-ganha-operacao-presente-no-alcantara-e-centro. Acesso em: 19 set. 2025

São Gonçalo recebe estudantes e professores no Circuito Ler para Va-Ler. **O Dia**. Rio de Janeiro. 04 dez. 2021. Disponível em: https://odia.ig.com.br/diversao/2021/12/6290519-sao-goncalo-recebe-estudantes-e-professores-no-circuito-ler-para-va-ler.html?foto=3. Acesso em: 20 set. 2025.

SÃO GONÇALO (Município). Secretaria Municipal de Turismo e Cultura. Equipamentos Culturais. **Portal**. Disponível em: https://www.saogoncalo.rj.gov.br/turismo-cultura/equipamentos-culturais/. Acesso em: 4 jul 2024.

SÃO GONÇALO (Município). Lei 34\2006. **Cria na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, as Secretarias que menciona, e dá outras providências.** Câmara Municipal. Disponível em:

https://leismunicipais.com.br/a/rj/s/sao-goncalo/lei-ordinaria/2006/4/34/lei-ordinaria-n-34-2006-cria-na-estrutura-administrativa-da-prefeitura-municipal-de-sao-goncalo-as-secretarias-que-menciona-e-da-outras-providencias. Acesso em: 28 ago 2024.

SÃO GONÇALO (Município). Lei nº 858\2018. **Institui o Plano Municipal de Cultura de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.** Câmara Municipal. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rj/s/sao-goncalo/lei-ordinaria/2018/86/858/lei-ordinaria-n-858-2018-institui-o-plano-municipal-de-cultura-de-sao-goncalo-estado-do-rio-de-janeiro-e-da-outras-providencias. Acesso em: 8 ago 2024.

SILVA, C. H. G ; PINHEIRO, L. V. R. Políticas públicas para museus no Brasil: Do IPHAN ao IBRAM. In: XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013), 2013. **Anais** [...] Florianópolis. Informação e Interação: Ampliando Perspectivas para o Desenvolvimento Humano. Florianópolis: ANCIB, 2013. v. 1. p. 1-20. Disponível: https://ridi.ibict.br/handle/123456789/459. Acesso em: 28 de ago. 2024

SILVA JUNIOR, Josemar Elias da; TAVARES, Ana Lucia de Oliveira. Patrimônio Cultural, Identidade e Memória Social: suas interfaces com a sociedade. **Ciência da Informação em Revista**. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/3775. Acesso em: 03 jul 2024.

SILVA, Salvador Mata e; MOLINA, Evadyr. **São Gonçalo no Século XVI**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1995. 84 p. Coleção MEMOR.

SILVA, Salvador Mata e; MOLINA, Evadyr. **São Gonçalo no Século XVII**. São Gonçalo: São Gonçalo Letras, 1997.

SILVA, Salvador Mata e; MOLINA, Evadyr. **São Gonçalo no Século XVIII**. São Gonçalo: Muiraquitã, 1998.

SMITH, Robert Chester. **Igrejas, casas e móveis**: aspectos de arte colonial brasileira. [Recife]: UFPE/IPHAN, 1979.

SOARES, Bruno César Brulon. Pensar o Pensamento Museológico Brasileiro: Um Olhar Retrospecto Para a Museologia. In: COSTA, Ana Lourdes de Aguiar; LEMOS, Eneida Braga Rocha de (orgs). Anais 200 anos de museus no Brasil: Desafios e perspectivas. Brasília: Ibram, 2018. Disponível em: https://reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/2018%20-%20Anais%20200%20anos%20Museus%20Brasil_FINAL.pdf#page=14. Acesso em: 14 de jun. 2024.

SOARES, Bruno César Brulon. (2020). Descolonizando a Museologia: a experiência museal
recontada nos tempos das comunidades. In: BRULON SOARES. Descolonizando a Museologia 1. Museus, ações comunitárias e descolonização. Paris: ICOM/ICOFOM, pp. 9-28.
https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/65773598/2020_Descolonizando_a_Museologia-libre.pdf?1614239760=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DEl_museo_como_espacio_comunitario_y_deco.pdf&Expires=1753230517&Signature=NuHXhLAeJ8zn1ZCJTCn1TwB2I7~dc8FduOSeBbLGagHSwfcGZovBeaF4Kavepu~vSgzKPzL8RNrh-IGkuMXi1CyeTSfRGUtOH2KRKxvAHzVUNIAHlUE8mpQ74vkyUp2Jj0gvaexZu9cTSJU5zaAxAMjTukiTQhwpbZks1NL80iaKcQTdK06bdus6ytFFIG5ZOzTmkJATXYwQARqyIPccl-o2QgaLHf18Enh8esA7wM9-8iQWfr03Lc0DkQWGKUG~fh9QdQQffNgkTrs0pllz5wcvsm09zfE6UxNmfrUyA29AKWA

1pevFttMQagmVNxEV2kLxfEN4AoUiHHAAiVswqg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=11

SOARES, Bruno César Brulon. 2019. “Museus, Patrimônio e Experiência criadora: ensaio sobre as bases da Museologia Experimental.” In **Museologia e Património**, dirigé par Fernando Magalhães; Luciana Ferreira da Costa; Francisca Hernández & Alan Curcino, 1: 199-231. Portugal: Instituto Politécnico de Leiria – IPLeiria.Disponível em: https://www.academia.edu/41793336/Museus_Patrim%C3%B4nios_e_Experi%C3%AAncia_Criadora_ensaio_sobre_as_bases_da_Museologia_Experimental. Acesso em: 20 out. 2024

SOARES, Bruno César Brulon. Passagens da Museologia: a musealização como caminho. Revista Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, v.11, n. 2, p. 189-210, 2018. Disponível em: http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/722/657. Acesso em: 10 jul 2024.

SOARES, Bruno César Brulon. Máscaras guardadas: musealização e descolonização. 2012. Tese (Doutorado em antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: http://ppgantropologia.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/16/2016/07/BRUNO-C%C3%89SAR-BRULON-SOARES.pdf. Acesso em: 07 de abr. 2024.

SODRÉ, Leonardo. Moradores de São Gonçalo pedem reabertura da Fazenda Colubandê: após retorno do Comando de Policiamento Ambiental para o local, previsto para este mês, grupo quer que espaço também receba atividades culturais e feiras gastronômicas. **O Globo**, Niterói. 02 mar. 2020. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/bairros/moradores-de-sao-goncalo-pedem-reabertura-da-fazenda-colubande-24277916?fbclid=IwY2xjawLj5D9leHRuA2FlbQIxMQABHiAc4ER0ikw4NeqOHaEZ_qlanKUCK9YAqw-Vq1DBy2c82zkpPybdC_iBFeqe_aem_rQXXUCP1P5GGe6uNfyi2TA. Acesso em: 21 set. 2025.

SOS COLUBANDÊ. São Gonçalo. Disponível em :http://soscolubande.blogspot.com/. Acesso em: 16 jul.2025.

SOS COLUBANDE. Batalhão Florestal do Colubandê vai virar Museu. SOS COLUBANDE, 2012, São Gonçalo. **Blog.** Disponível em: http://soscolubande.blogspot.com/2012/09/batalhao-florestal-do-colubande-vai.html. Acesso em: 15 jun 2024.

SOS COLUBANDE. Fazenda Colubandê sem decoração de Natal este ano. SOS COLUBANDE, 2012, São Gonçalo. **Blog.** Disponível em: http://soscolubande.blogspot.com/2012/12/fazenda-colubande-sem-decoracao-de.html. Acesso em: 19 jul 2024.

SOS COLUBANDE. Portal SOS COLUBANDE, 2016, São Gonçalo. **Blog.** Disponível em: http://soscolubande.blogspot.com/. Acesso em: 10 jun 2024.

SOTO, William Héctor Gómez. **A cidade, o subúrbio e a periferia.** UNISIC. Rio Grande do Sul. 2008. Disponível em: https://www.unisc.br/site/sidr/2008/textos/71.pdf. Acesso em: 19 de jun. 2024.

STOCK, Thiago Buzatto; BEM, Judite Sanson. Identidade, Memória e Patrimônio. In: VII Jornadas Mercosul: Memória, Ambiente e Patrimônio, 2022, Canoas/RS. **Anais** [...]. VII Jornadas Mercosul (recurso eletrônico): memórias, arquivos, patrimônios e estudos latino-americanos. Canoas/RS: Ed. Unilasalle, 2022. Disponível em: https://svr-net20.unilasalle.edu.br/handle/11690/3441. Acesso em: 20 jul 2024.

TARDOCK, L. C. **Convicto, negativo e pertinaz:** O caso de João Dique de Souza e a sociedade cristã-nova na freguesia de São Gonçalo do Amarante – Século XVII – XVIII. Dissertação (Mestrado) 2012. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://ppghistoria.universo.edu.br/wp-content/uploads/dissertacoes/2012/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Luciano-Campos-Tardock.pdf. Acesso em : 9 de ago 2024.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. **O Vale do Paraíba e a arquitetura do café**. Rio de Janeiro: Capivara, 2006.

TV ALERJ. **Comissão de Esporte e Lazer**: Fazenda Colubandê. Youtube, 17 mar. 2022. 2h 39min 37s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hoVN3z3wQV0. Acesso em: 13 de set. 2025.

VIEIRA, Letícia Aparecida Maciel. Memória e Patrimônio Cultural. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação – Tecnóloga em Conservação e Restauro de Imóveis). Instituto Federal de Minas Gerais – Ouro Preto, 2017. Disponível em: https://edumat.ouropreto.ifmg.edu.br/wp-content/uploads/sites/33/2018/10/TRABALHO-FINAL-TCC-MEM%C3%93RIA-E-PATRIMONIO-CULTURAL.pdf. Acesso em: 23 jul 2024.

VIEIRA, Mário César Cândiido (Facebook). "(...) A MEMÓRIA DO OBJETO, PORÉM, NÃO É PASSÍVEL DE SER LOCALIZADA NOS NEURÔNIOS... PORQUE ELA NÃO É INDIVIDUAL, MAS INTERSUBJETIVA, ISTO É, ELA É AQUILO QUE SE TRANSMITE ENTRE OS SUJEITOS". Marilia Amorim. São Gonçalo, 26 de mar 2014. **Facebook**: mariocesar.candidovieira. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=718377208204090&set=a.446888358686311&locale=pt_BR. Acesso em: 23 jul 2024.

VIEIRA, Mário César Candido (Facebook). São Gonçalo, O Grupo CÁFAROartesvisuais em sua ocupação dentro da Operação Fazenda Colubandê, Quem Ama Cuida. Exposição montada a partir de uma conversa sobre as principais questões da arte contemporânea, e utilizando objetos comuns, simples, levados pelos artista do grupo e pelo público. Com estes objetos, consideramos Arte, Afetividade e Memória, relacionando tudo à Fazenda Colubandê. 29 de mar 2014. **Facebook**: mariocesar.candidovieira. Disponível: https://www.facebook.com/photo/?fbid=720282968013514&set=a.720261864682291. Acesso em: 17 jul 2024.

VIEIRA, Mário César Candido. São Gonçalo, O Grupo CÁFAROartesvisuais em sua ocupação dentro da Operação Fazenda Colubandê, Quem Ama Cuida. Exposição montada a partir de uma conversa sobre as principais questões da arte contemporânea, e utilizando objetos comuns, simples, levados pelos artista do grupo e pelo público. Com estes objetos, consideramos Arte, Afetividade e Memória, relacionando tudo à Fazenda Colubandê. 29 de mar 2014. **Facebook**: mariocesar.candidovieira. Disponível: https://www.facebook.com/photo/?fbid=720292178012593&set=a.720261864682291. Acesso em: 17 jul 2024.

VIEIRA, Mário César Candido. São Gonçalo, O Grupo CÁFAROartesvisuais em sua ocupação dentro da Operação Fazenda Colubandê, Quem Ama Cuida. Exposição montada a partir de uma conversa sobre as principais questões da arte contemporânea, e utilizando objetos comuns, simples, levados pelos artistas do grupo e pelo público. Com estes objetos, consideramos Arte, Afetividade e Memória, relacionando tudo à Fazenda Colubandê. 29 de mar 2014. **Facebook**: mariocesar.candidovieira. Disponível: https://www.facebook.com/photo/?fbid=720265734681904&set=a.720261864682291. Acesso em: 17 jul 2024.

ANEXOS

Anexo I (Documento de vistoria pelo arquiteto Donato a respeito da Fazenda Colubandê no ano de 1965)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Quesitos da autora

Q. 1 – Queira os Drs. Peritos descrever sumariamente a casa da fazenda do Colubandê e sua capela de Sant'Ana.

R. – A casa de fazenda do Colubandê e sua capela de Sant'Ana são dos poucos e bons exemplos da remanescentes arquitetura rural da antiga Província do Rio de Janeiro. A capela, por algumas características (talha, azulejos, imagens), parece anterior à casa da fazenda, aquela talvez de meados do século XVIII e esta do seu final. Não conhecemos, se existe, documentação antiga sobre Colubandê. Em pesquisas poder-se-á com o tempo, determinar novos dados sobre esta propriedade rural que deve ter tido em épocas remotas, uma importância especial, haja visto o que dela hoje resta. Encontramos p. ex. um proprietário de fazenda em S. Gonçalo, de sobrenome 'Clubandê' referido no Almanack Laemmert de 1859.

A referência mais antiga que conhecemos, da capela data da publicação das "Memórias Históricas do Rio de Janeiro" por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo, em 1820. Na edição da Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1945, 3º vol., Monsenhor Pizarro, ao referir-se às capelas filiadas à Matriz de S. Gonçalo diz textualmente: (pág. 24) – "7ª – de Santa Ana, em Culabandê, cuja ereção é oculta, por lhe faltarem os títulos; mas não se ignora que ela conta demasiados anos, e que na sua origem foi dedicada a N. Senhora do Monserrate.

Sôbre o tipo arquitetônico da casa de fazenda reportamo-nos ao trabalho de Joaquim Cardoso "Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio, in "Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico nacional", nº 7, Rio de Janeiro, 1943 (págs. 209 a 253, ilustrado).

Neste excelente estudo o autor classifica esta arquitetura rural em quatro tipo. O último tipo de casa caracteriza-se (pág. 224): "por um corpo principal coberto por um telhado de, quatro águas terminando numa das fachada em larga varanda; às vezes as fachadas laterais prosseguem em duas novas alas. A larga varanda da frente tem, como suporte do telhado colunas de alvenaria de tijolo muito bem construídas, revelando pelo seu esmero de execução, terem sido a principal ocupação do projetista; essas colunas revelam ainda pela sua frequência em tantas fazendas, existência de uma constância de gôsto, de um nível estético ou pelo menos de uma moda, não apenas no sentido popular e corriqueiro do termo mas quase na sua verdadeira significação de índice estatístico".

Exemplificando o quarto tipo de casa rural o autor cita uma dezena de exemplos, entre eles: "a do Colubandê (fig. 17 e 18), a poucos quilômetros de distância de Niterói, como sua capela de alpendre mencionada por Jº. A. Pizarro em 1820, "como não possuindo muitos anos de existência"; (pág. 225). O autor ainda se refere o Colubandê vária vezes às págs. 235 (escada), 237 / (colunas), 239 (desenho da coluna), 240 (capela, retábulo, azulejos), 251 (capela, situação, evolução do tipo), 252 ("A planta de Colubandê olhada do ponto de vista atual é a mais perfeita de todas, ...". As fotos 1, 17, 18, 40 são da casa de Colubandê.

O conjunto atual de Colubandê, está situado num alto, e afastado uns cem metros da estrada. Caracteriza-se por 2 elementos principais a casa, sede da antiga fazenda e a capela, com área global aproximada de2.000 m2.

A casa, de planta aproximadamente quadrada, singulariza-se no seu programa pela ênfase de dois varandões, arquitetonicamente bem estudados. Na frente amplo varandão com 4,20 m de largura, compreendendo 5 vãos apoiados por

colunas de alvenaria do tipo toscano, tornijando pelos dois lados com mais quatro vãos. Salvo dois vãos de acesso, conversadeiras se situam entre as colunas.
Internamente salas, quartos e instalações completam o programa. Piso de tijoleiras quadradas, teto do fôrro, paredes de alvenaria, cobertura de telhas canal, beiral, perfil encurvado emprestando graça e levesa ao observador de longe.
Um porão abrangendo as fachadas da frente e lateral direita incluem cômodos diversos e um corredor subterrâneo.
Após o tombamento em 1939 a planta da casa sofreu reformas e aumentos que não lhe descaracterizaram o exterior, mas afetaram o interior. Apesar da vigilância legal do P.H.A.N. certas reformas se executarem, infelizmente à revelia e sob protesto da D.P.H.N. Inicialmente o proprietário Dr. Rodolfo Siqueira adaptou antiga sede de fazenda para uma residência rica, restaurado, conservando e mobiliando-s a caráter, como provam as fotos existentes no arquivo de D.P.H.A.N. , bem como um inventário dos móveis que lá existiram.
Por morte de Rodolfo Siqueira, a propriedade passou às mãos da A.S.E.T. tendo como principal responsável o Dr. Gustavo Adolfo de Castro Magalhães que mais tarde a transfere para o Country Club Colubandê, organização de clube de gente rica, mas que teve vida efêmera; hoje dissolvida, voltando a propriedade ao Dr. Gustavo Magalhães. Para a adaptação do Clube várias obras importantes forma executadas à revelia da D.P.H.A.N. e que mais comprometam o conjunto do monumento tombado. Uma incrível chaminé de folha, para um sauna foi instalada na fachada lateral direita, rompendo inclusive o beiral. A instalação de play-ground, cimentado para vôlei-bol, cercados, etc. são alguns dos sinais existentes mostrando a insensibilidade na preservação do conjunto de tão grande valor artístico e histórico.
As inspeções da D.P.H.A.N, guardadas no arquivo da mesma, documentam sua ação, suas tentativas de persuasão e protestos contra certas alterações introduzidas, algumas toleradas tendo em vista as exigências da vida e programas modernos.
A capela, por sua importância, foi construída aparte, separada da casa por pátio quadrado aberto e murado.
Situa-se à esquerda de quem chega, depois de se passar pelas pilastras sem portão, do muro da frente. O corpo da capela é precedido de alpendre, coberto por telhado aparente, sustentado, por 4 colunas, duas tipo toscano e duas de seção quadrada, pis atijolado. A fachada superior é composta por empena de desenho curvilíneo e à direita por tôrre sineira quadrada, com um sino, rematada por cúpula de alvenaria.
Quatro vãos retangulares, dois ao lado da porta principal e dois dando para o côro completam a fachada. Telhado.
Interiormente a capela se caracteriza por:

a) nave simples caiada de branco, piso atijolado, teto arqueado de táboas largas, com alguns medalhões aplicados, redondos e pintados; sobre uma janela medalhão redondo com a inicial M. ; arco cruzeiro de pleno cintro.
b) capela-mór de pé direito menor, piso atijolado, teto de táboas largas de perfil cilíndrico; ao fundo retábulo de talha com trono da padroeira Sant'Ana e espécie de nicho para as imagens de S. Joaquim e S. José; mas ilhargas painéis historiados de azulejos portuguêses; no arco-cruzeiro grade de balaústre de madeira torneada com dois espaldares de madeira trabalhada servindo para confessionário, êstes de execução recente.
c) sacristia, à esquerda da capela-mór, piso atijolado e teto de telhado aparente em meia-água; lavabo simples sem funcionamente; acesso direto para o exterior.

A capela é de alvenaria, caiada de branco e cobertura de telha canal. Pelo tipo de construção e suntuária parece-nos mais antiga que a sede da fazenda.
Fotografias de alguns anos atrás, mandada tirar a existentes no arquivo da D.P.H.A.N. mostram a igreja, como sempre foi, equipada com as imagens de Sant'Ana com N. Senhora Menina, S. Joaquim e S. José no retábulo, bem como crucifixo, tocheiros e sacra sobre o altar, em harmonioso conjunto.
Atualmente tanto a casa como a capela estão fechadas e vazia, e respira-se um ar de abandono e tristeza.
Na capela não se realizam cultos, ausentes as imagens, crucifixo, tocheiros. Sacra e credência. Na casa não se vive. Apenas vigia.
Ao redor pasto e mato.
Há uma impressão de abandono e qualquer pessoa de sensibilidade almejaria um melhor destino para tão antigo e nobre monumento, após sabermos ter sido razoavelmente conservado e restaurado até uns poucos anos atrás.

Q. 2 – Queiram os Drs. Peritos descrever especificadamente o estado de conservação e de estabilidade da mesma capela de Sant'Ana, inclusive do respectivo retábulo.

R. – O estado de conservação da capela como construção é razoável. O ponto fraco é o telhado que deve ser constantemente observado quanto às infiltrações de águas pluviais. A estabilidade de construção parece-nos boa, e bem assim o telhado aparente.
Não tivemos oportunidade de inspecionar o fôrro do telhado na sua parte estrutural não aparente O que se acha mal cuidado e conservado é o retábulo de talha de madeira dourada, em parte bichada, despregada ou faltando pequenos trechos.
Trata-se de telha antiga de um tipo de retábulo de retábulo de estilo barroco que os especialistas de arquitetura no Brasil classificam como do 3º período, talha dourada com ouro verdadeiro e que em épocas recentes foi criminosamente avivado com purpurina.
Ocupa o retábulo todo o fundo da capela-mór compondo-se essencialmente de um trono sobre o sacrário, fundo formando um resplendor dourado, docel de lambrequim rematada lateralmente com dois anjos e cabeças de anjos. Três arquivoltas plenas de ornatos (anjos, cabeças de anjos, cartelas conchoides, rosáceas, volutas e ramagens) remata a parte superior semicircular do retábulo, aparentemente sustentado por pilastras e por colunas salomônicas. Peanhas com doceis esculturados compõem uma espécie de nicho para as imagens de S. José e S. Joaquim.
Êste retábulo, de grande valor artístico deve ter sido composto especialmente para o local. Igualmente as imagens da padroeira, de S. José e de São Joaquim casam perfeitamente com o local, conforme podemos constatar pelas fotografias antigas; devem ser antigas e datar da época da construção da capela. Lateralmente há dois magnífico painéis historiados de azulejos portugueses, de estilo barroco representando cenas da vida de Sant'Ana com S. Joaquim. Parecem-nos feitos especialmente para esta capela pois pelo assunto, pelo formato e composição casam com a disposição das ilhargas, bem como com as janelas e portas.
O altar acha-se em mau estado de conservação, é de armação de madeira, faltando a ilharga esquerda.
As cornijas que rematam os painéis de azulejos também estão em grande deteriorados.
Em resumo: o retábulo e o altar necessitam de uma restauração tecnicamente orientada, que retire a purpurina, que trate a madeira, complete pequenas falhas e restitua seu antigo esplendor

Q. 3 – Queiram os Drs. Peritos informar se foram executados nos últimos anos obras de vulto na casa de fazenda Colubandê, algumas das quais de caráter suntuário, tais como construção de piscina.
R. – Sim. Antes de venda para o Country Clube, o Dr. Gustavo Magalhães entre outras obras construiu uma piscina inteiramente azulejada de 6x12m e instalou uma ampla cozinha totalmente forrada de azulejos. O clube executou a sauna, um campo de voley-ball e um play-ground completo.
O Sr. Perito do Réu melhor poderá relacionar as obras executadas pelo Dr. Gustavo Magalhães e elo Clube de que êle era Sócio Fundador.

Q. 4 – Queiram os Drs. Peritos informar se o vulto das obras compreendidas na casa de fazenda e na área imediata a esta não terá sido maior que o dos serviços que seriam necessários para reparação da capela de Sant'Ana.

R. – Sim. Além das obras enumeradas no item anterior podemos enumerar ainda as solicitadas pela A.S.E.T. em 4/5/59 abaixo resumidas:

a) caminhos de acesso; que partindo da estrada circundam a casa;
b) aléa de palmeiras;
c) reforma do telhado da casa;
d) substituição e acréscimo de toda a instalação elétrica;
e) fôrros planos nos demais quartos;
f) substituição dos pisos das salas em pavimentação de tijolões por soalho de friso largo de madeira.

Êstes serviços foram autorizados e referem-se exclusivamente à casa.
Embora não saiba o valor das obras realizadas nos últimos anos, sinto ser uma fração do que seriam necessárias para as obras de restauração da capela. É de assinalar que normalmente a D.P.H.A.N. fornece uma orientação técnica gratuita para os monumentos particulares tombados. Evidentemente que a D.P.H.A.N. também executa obras de conservação e restauração para os casos de absoluta necessidade e impossibilidade financeira do proprietário particular, o que não era o caso pois se tratou de instalar um clube de gente da alta sociedade, patrimônio aliás adquirido por altíssima quantia que o atual proprietário melhor poderá informar.

Q. 5 – Queiram os Drs. Peritos informar se a capela, com o respectivo altar despojado das imagens da padroeira no seu trono e das de S. Joaquim e S. José nas ilhargas tal como o documentam as fotografias constantes dos autos do processo de busca e apreensão, não estará gravemente prejudicada, tanto sob o ponto de vista do culto, quanto sob o ponto de vista estético

R. – Sim, evidentemente. Pelas fotografias existentes nos autos do processo de busca e apreensão, em outras do arquivo do P.H.A.N. senti bem a diferença. No momento uma horrível estatueta, acha-se no trono, classificada de "boneca" pela criança que comigo esteve na capela.
Para o culto estão faltando as três imagens referidas, especialmente estudadas para o local, o crucifixo, os tocheiros, a sacra, a credência lateral, enfim tudo aquilo que faz um altar estar apto para o culto. Esteticamente nem se fala: retábulo e altar vazios vazios, nús, incompletos, faltando o essencial que são as imagens adequadas e originais.

Q. 6 – Queiram os Drs. Peritos acrescentar outras informações que julgarem oportunas para elucidação da espécie.

R. – Apesar da alusão à N. S; Monteserrate, parece-nos que a atual capela, aliás muito antiga foi construída especialmente para a invocação de Sant'Ana. As imagens e os panéis historiados de azulejo provam-no.
Cumpre assinalar que o adquirente Dr. Gustavo Magalhães adquiriu a Fazenda de Colubandê com as 3 imagens de culto e demais equipamentos do altar. Sendo um monumento tombado com as 3 imagens de culto, inclusive, por imperativo legal esta êle sujeit às restrições de artº. 12 do Cap. III da Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, onde se especifica ainda no § 2º: "Na hipótese de deslocação pelo proprietário, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena".
Encontramos no arquivo da D.P.H.A.N. dirigidas ao proprietário, numerosos ofícios de nem sequer respondidos e muito menos cumpridos. P.ex. ofícios 980 (29/81963), 1.358 (25/10/1962), telegrama 276 (30/8/62) ofício 248 (2/7/1962), carta nº 40 (25/1/1960), telegrama 226 (1/7/1959).
São alguns dos documentos que comprovam o zêlo da D.P.H.A.N. pelo imóvel.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Quesitos dos Réus

Q. 1 – Descrever o imóvel vistoriado e o estado de conservação em que o mesmo se encontra.

R. – Já respondido, creio, nas respostas aos quesitos 1 e 2 da autora.

Q. 2 – Informar se o imóvel vistoriado está sendo usado nocivamente, prejudicando a saúde, a segurança outro interesse público, consoante o disposto no inciso XI, do artº. 302 do Código de Processo Civil.

R. – No momento o imóvel vistoriado não está sendo usado. Acham-se fechadas tanto a capela como a casa de fazenda, o que aliás muito dificultou completar a vistoria iniciada em 10 de agosto. Tive informações vagas de que o Clube não existe mais e que o imóvel acha-se novamente nas mãos do antigo proprietário Dr. Gustavo Magalhães. A fls. 10v da presente "Carta precatória para Vistoria" acha-se a transcrição da petição de fls. 17/28 (de 16/6/1964) da Ação Cominatótia, onde após a referência, pelo advogado do Réu, relativa ao Clube "não ter ido avante" se informa: "esta última e o 1º suplicante, voltarão a manter, como sempre o fizeram o imóvel tombado, em perfeitas condições de conservação, asseio e proteção, e, nesse caso, terão até interesse de para lá levar as três imagens em questão, que – então sim – ali poderão ficar perfeitamente protegidas, guardadas e conservadas" Apesar da declaração supra, quando lá vistoriamos, não tinham voltado as imagens.

Q. 3 – Informar se as três imagens de santos ora em questão fazem ou não, parte integrante e inseparável do imóvel, isto é, foram tombadas pelo Patrimônio Histórico e Artísitico Nacional do Ministério da Educação e Cultura com a "Fazenda Colubandê".

R. – As três imagens de santos fazem parte integrante da composição do retábulo. Elas foram previstas para lá em estilo, tamanho e o que é essencial para o culto, e são inseparáveis do imóvel. Sel elas o retábulo fica vazio e não podem ter lugar funções do culto católico. Estèticamente elas pertencem ao retábulo e sua ausência quebra e esvazia a composição artística.
O tombamento resultou de uma somatória, uma integração de múltiplos elementos harmônicos, artisticamente falando e historicamente considerando, felizmente

trazidos pelo tempo até nossos dias e cumpre À época atual transmití-las na sua integridade para as gerações vindouras.
Essa tarefa essencial e o espírito que orientou a criação de órgãos de defesa e preservação dos patrimônios artísticos e históricos. A fazenda Colubandê é dos poucos remanescentes e uma vivência passada, embora desconhecida – uma peça de Museu – cuja integridade deve ser defendida por todos, que respeitam a História e a Arte.

Q. 4 – Informar se as três imagens em questão, dos quais os Réus são legítimos proprietários, estão em muito melhores condições em poder dos mesmo Réus do que se ainda estivesse na "Fazenda do Colubandê".

R. – Em termos. Até a sua retirada, as imagens lá estiverem talvez desde meados do século XVIII. Para a eventualidade de um roubo o interessado não respeita locais. O rubo tanto se dá numa residência de alto nível social como numa capela. Em ambos é claro está prevista a vigilância adequada. Aliás a referência do Dr. Advogado do Réu, sobre a volta das imagens, por iniciativa do dono e que nos referimos na resposta anterior nº 3, parece confirmar que reconhece êle o devido e verdadeiro lugar das imagens bem como a segurança que lá oferecerá apenas não oferecidas quando ao imóvel se pretendia transformá-lo em clube.

Q. 5 – Informar se a Diretoria do patrimônio Histórico e Artístico nacional do Ministério da Educação e Cultura, dá qualquer proteção ou conservação à "Fazenda do Colubandê", à Capela nela existente, etc.

R. – O arquivo da D.P.H.A.N. pode ser consultado. Já encontrei 3 grandes pastas de documentação: o tombamento, obras e fotografias e recortes.
Há uma vasta soma de documentos de inspeção periódica de seus funcionários técnicos à fazenda, muitos deles, em defesa do imóvel tombado, quando lá se executaram, apesar da lei, obras e reformas em detrimento do valor artístico do mesmo. Infelizmente a ação do D.P.H.A.N. foi muitas vezes incompreendida pelos proprietários que procuraram se furtas à proteção que a repartição dispensa ao imóvel, sem êle mesmo poder arcar com conservação de bens de quem os pode comprar e possuir notoriamente recursos para devida conservação.
O valor da restauração ad capela por certo é uma fração mínima frente ao valor da venda do imóvel, quando se tratou da criação do Clube.
Parece lógico que o P.H.A.N. não deve ser o responsável pelas obras de conservação de bens tombados de proprietários sabidamente ricos. O bom senso também alienaria bens que se não poderiam conservar.
Sôbre o valor, honestidade e trabalho da D.P.H.A.N. reporto-me aos elogios a esta repartição feitos recentemente por deputado federal, na sessão da Câmara de 9 de março de 1965 "Em defesa dos bens culturais brasileiros". (Deputado Federal Newton Carneiro).

Q. 6 – Informar se é ou não público e notório que a maioria das imagens de Santos tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não se encontram nas Capelas ou Igrejas em que originariamente se encontravam, achando-se em casas particulares de pessoas ilustre ou não, mas que lhes dão a proteção e conservação que o Patrimônio Histórico e Artístico não lhes pode dar.

R. – Não consegui apurar a existência de imagens tombadas e guardadas em condições semelhantes às do Réu. Possívelmente o Perito do Réu já foi informado e trará a público que "a maioria das imagens de santos tombados" pela D.P.H.A.N. se encontram fora das Capelas e Igrejas tombadas. É uma acusação grave que Réu provará. Em inúmeras indagações não pude apurar caso algum de haver, em

templo tombado, altar despojado de suas imagens de culto. Os raros casos de furto ou venda têm sido prontamente encaminhados às autoridades policiais e judiciárias pela D.P.H.A.N.

Q. 7 – Informar que se as imagens em questão tivessem permanecido todo o tempo na Capela da "Fazenda do Colubandê" não estariam estragadas ou mesmo destruídas ou mutiladas, ou talvez, até já tivessem sido furtadas, em virtude das péssimas condições de vigilância ou proteção em que se encontra a "Fazenda Colubandê".

R. – As imagens sempre lá estiverem. Quando o atual proprietário adquiriu a fazenda evidentemente assumiu moralmente a obrigação de zelar por aquilo de que se ia tornar proprietário. Quanto à vigilância e proteção é fácil prever as obrigações que de tal aquisição decorre. O tombamento acresce ao imóvel um valor histórico ou artístico e disto só me pode beneficiar o proprietário que tem também com isto o ônus de sua conservação, principalmente ao se tratar de aquisição de imóveis por pessoas de alto poder aquisitivo que devem ao mesmo tempo poder mante à altura aquilo que estão adquirindo.

Q. 8 – Trazer ao processo qualquer outra informação útil ao esclarecimento da causa.

R. – Creio já ter suficientemente esclarecido. Acrescento entretanto 5 fotografias: piscina vazia e suja; fachada lateral mostrando a chaminé da sauna colocada a revelia da DPHAN que protestou e solicitou sua retirada, cozinha azulejada, interior vazio da capela e interior em foto de 1956 com as imagens foto de Marcel Geutherot.
O PHAN ao tombar a fazenda teve em vista não só a capela como construção em si mas a capela com tal, com as suas imagens integrantes e alfaias de modo a poder ser objeto das funções do culto específico de S. Ana.
Cumpre-me informar que a DPHAN tanto quanto suas possibilidades o permitem superintende uma vasta rede de monumentos e reclama e age sempre que qualquer irregularidade é vista em inspeções ou em informações.
No momento, caso semelhante se passa em Minas Gerais, onde em Sabará foram vendidas cômodas de uma igreja tombada. O PHAN tomou logo suas providências para a busca e apreensão por intermédio da Procuradoria da República (Veja p. ex. "O Globo", de 13 e 21 de outubro de 1965).

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1965.

Donato Mello Júnior
Arquiteto, car. Prof. 3488D – Perito da União

ADENDO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

No recente e monumento livro **Azulejaria Portuguêsa no Brasil** (1500-1822), por J.M. dos Santos Simões, página 266 – Lisbôa, 1965; encontramos a referência abaixo ilustrada com bela reprodução colorida de um dos painéis de azulejos: "ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Município de S. Gonçalo – COLUBANDÊ – [B-131] Santa Ana, Capela de (Fazenda de Colubandê) – A ermida da invocação de Santa Ana,

edificada junto à casa nobre, a nascente do antigo engenho, é uma pequena jóia de arquitetura, com seu alpendre assente em duas colunas, seu frontão recortado de moldura simples e sua tôrre sineira, perfeitamente equilibrada na massa da fachada. No interior, de corpo e capela-mór, aquêle é desprovido, de decoração paretal, tendo o tecto forrado de madeira, em berço abatido, com pintura de medalhões sem grande interesse. O côro é também singelo com balaustrada de madeira de recorte simples.

LXVII A capela-mór, em compensação, tem o maior interesse, pois as paredes foram revestidas de azulejos desde o paviment atè à sanca, esta constituída por cornija de madeira. Na parede do lado do evangelho os azulejos, mandados fazer propositadamente, envolvem a porta de acesso à sacristia e uma janela falsa, transformada em nicho que equilibra a janela fronteira, a qual abre sobre terraço. Na maior altura, ao nível da nave, tem 22 azulejos, tendo 19 ao nível do altar. Desde o arco triunfal até ao retábulo tem 29 azulejos no comprimento. Trata-se de um bel paramento em que a figuração central, azul, está enquadrada por ornamentação policroma de composição concheada, já com elementos rococó mas ainda bastante ligada à organização arquitectónica do meado do século XVIII. É particularmente notável o enquadramento da porta e das janelas, aquela com ornatos na sobreposta, tendo, no tímpano, frutas – uma romã – e dois vasos com repuxos. Os centros historiados representam, do lado do evangelho, **Santa Ana ensinando a Virgem a ler,** segundo a iconografia convencional. Sob as janelas colocaram-se dois anjinhos. No enquadramento há ainda anjinhos azuis, um dos quais faz frente da pilastra e outro está junto à cartel inferior. Esta tem o canto marmoreado. Na parte superior está uma cabeça de querubim, amarela.

Na parede ao lado da epístola a figuração representa Santa Ana e S. Joaquim. Dêste lado a porta é vazia, espelhando a da sacristia.

É Trabalho de Lisboa tendo como data extrema 1760 e é, no gênero, dos mis perfeitos e típicos que conheço, vizinhos dos das igrejas de Almada ou de Alvou (Portugal)".

Donato Mello Júnior
Arquiteto, car. Prof. 3488–D– Perito da União